

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS



ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS

A AMAZÔNIA E A COBIÇA INTERNACIONAL



Coleção Pensamento Amazônico Série João Leda – v. 1



NOTA EXPLICATIVA SOBRE ESTE LIVRO ELETRÔNICO

Os direitos sobre os textos contidos neste livro eletrônico são reservados ao(à) seu(sua) autor(a) e estão protegidos pelas leis de direito autoral. Esta é uma edição eletrônica, não comercial, que não pode ser vendida nem comercializada em hipótese nenhuma, nem utilizada para quaisquer fins que envolvam interesse monetário. Em caso de citação acadêmica deste E-book, todos os créditos e referências devem ser dados ao(à) autor(a), a Academia Amazonense de Letras e a Reggo Editorial.

Este projeto foi contemplado pelo "Programa Cultura Criativa, 2020 / Lei Aldir Blanc – Prêmio Feliciano Lana" do Governo do Estado do Amazonas, com apoio do Governo Federal, Ministério do Turismo, Secretaria Especial da Cultura e Fundo Nacional de Cultura.



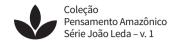












A AMAZÔNIA E A COBIÇA INTERNACIONAL

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS



ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS (1918-2018)



DIRETORIA BIÊNIO 2020/2021

Presidente

ROBÉRIO DOS SANTOS PEREIRA BRAGA

Vice-Presidente

MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

Secretário-Geral

EULER ESTEVES RIBEIRO

Secretário-Adjunto

ARISTÓTELES COMTE DE ALENCAR FILHO

Tesoureiro

ABRAHIM SENA BAZE

Tesoureiro-Adjunto

FRANCISCO GOMES DA SILVA

Diretora de Patrimônio CARMEN NOVOA SILVA

Diretora de Promoções e Eventos

MARILENE CORRÊA DA SILVA FREITAS

Diretor de Edições

JOSÉ DOS SANTOS PEREIRA BRAGA

Conselho Fiscal

MARIA JOSÉ MAZÉ SANTIAGO MOURÃO LAFAYETTE CARNEIRO VIEIRA MAX CARPHENTIER LUIZ DA COSTA

Conselho Fiscal – Suplentes
SERGIO VIEIRA CARDOSO
JOSÉ GERALDO XAVIER DOS ANJOS

ACADEMIA AMAZONENSE DE LETRAS

Filiada à Federação das Academias de Letras do Brasil

Av. Ramos Ferreira, 1.009

CEP.: 69010-120 – Centro de Manaus

Manaus-Amazonas

Tel./Fax: (92) 3342-5381

Site: academiaamazonensedeletras.com E-mail: academiadeletras.am@gmail.com

SUMÁRIO

Da mesa do editor	Palavra do Presidente	. 7
	Da mesa do editor	. 9
A Amazônia o a cobica internacional	A Amazônia e a cobica internacional.	11

© Arthur Cézar Ferreira Reis, 2021

Coordenação Editorial José Braga

Comissão Editorial

Marcos Vilaça, Elson Farias, William Rodrigues, Bernardo Cabral, Lafayette Vieira, José Braga, Carmen Novoa Silva, Dom Luiz Vieira, Márcio Souza, Almino Affonso, Aristóteles Alencar, Sergio Cardoso, Artemis Soares.

Produção Editorial Marcicley Reggo, Dayana Teófilo

Capa e Projeto Gráfico Marcicley Reggo

Imagem da capa © twenty20photos/Envato

Digitalização dos originais Roumen Koynov

Ficha catalográfica Ycaro Verçosa dos Santos – CRB-11 287-AM

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R375a Reis, Arthur Cézar Ferreira, 1906-1993

A Amazônia e a cobiça internacional. Manaus: Reggo/Academia Amazonense de Letras, 2021.

Edição digital (formato .pdf) Coleção Pensamento Amazônico. Série João Leda – v. 1;

ISBN 978-65-86325-55-3

1. Amazônia - Economia I. Título

CDD 330.9811

Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme Lei n.º 10.994, de 14 de dezembro de 2004. Todos os direitos reservados (Lei 9.610/98). Partes desta publicação poderão ser citadas, desde que referenciada a fonte.

2021

REGGO EDITORIAL

Rua Rio Javari, 361 N. Sra. das Graças – Sala 303 69053-110 – Manaus-AM



PALAVRA DO PRESIDENTE

Robério dos Santos Pereira Braga

Poucos brasileiros demonstraram tanto zelo e preocupação com a Amazônia como patrimônio brasileiro como o professor e historiador amazonense Arthur Cézar Ferreira Reis, escritor que se viu governador do Estado do Amazonas em 1964, em fase grande de intervenção na política nacional, que lecionou em várias universidades e presidiu o Conselho Federal de Cultura.

Bem formado, despojado de aspirações materiais, Reis produziu centenas de livros, conferências e documentos científicos sobre a história política, econômica e social da região, mas este, que agora a Academia reedita em forma digital para ampliar seu conhecimento por quantos se interessem pelo tema, *A Amazônia e a cobiça internacional*, se constituiu, à época como ainda agora, em um brado de alerta para que o País compreenda que é um pais amazônico e, nesse sentido, as políticas públicas passem a representar preocupação com o desenvolvimento local, uso e ocupação do seu solo, exploração de suas riquezas naturais, minerais e de sua biodiversidade, como se costuma dizer nos tempos correntes.

Para a Academia Amazonense de Letras, Reis foi eleito em duas ocasiões, pois, tendo caducado a primeira escolha sem que se tenha efetivado a posse, anos mais tarde foi novamente convocado para compor o Silogeu, mas logo depois voltou a residir no Rio de Janeiro o que o distanciou do cotidiano da instituição, mas não impediu que se mantivesse professando o espírito acadêmico e sustentando a linha de pensamento que os fundadores nos legaram.

Essa obra, portanto, que honra a Coleção Pensamento Amazônico, Série João Leda, que representa denúncia do interesse do estrangeiro quando ameaçavam com a inundação das terras regionais, transcende ao cenário dos anos 1960, pois, tal como nos anos 1800 e ainda na atualidade esse interesse se mantém latente, e há que se manter atenção em relação à possível internacionalização da Amazônia.

Na ocasião da primeira edição a obra ocupou o noticiário da grande imprensa, foi objeto de estudos e debates em universidades, ultrapassou fronteiras nacionais, serviu para dissertações e teses acadêmicas e circulou amplamente nas mãos de professores e pesquisadores em geral. Depois de tantos anos não caiu em desuso, não saiu "de moda," não perdeu a oportunidade de boa e preciosa leitura, precisamente o que animou a Academia em promover essa circulação especial.

DA MESA DO EDITOR

Acadêmico José Braga

livro constitui a principal e mais genuína vocação das academias de letras, uma espécie de missão sempre inconclusa e desafiadora.

Criação engenhosa do mundo novo virtual, o "livro sem papel" muito contribuirá para a difusão e democratização do conhecimento.

Acompanhando os novos tempos, a Academia Amazonense de Letras reuniu 40 obras de seu precioso acervo, que foram vigília e foram luz nesta Casa, legado intelectual de nossos antecessores, cujas edições se acham esgotadas, revitalizando-as e disponibilizando-as sem qualquer custo para a atual e futuras gerações de leitores.

Um resgate de parte do que, ao longo da centenária e luminosa trajetória deste silogeu consubstancia o que se pode chamar de Pensamento Amazônico, inspirado no ideal acadêmico.

Com o uso da nova tecnologia, amplia-se consideravelmente o acesso dos leitores à produção intelectual acadêmica, popularizando-se cada vez mais o livro e sua função libertadora.

Festejemos, pois, esta conquista!

Casa de Adriano Jorge, setembro, 2021.

A AMAZÔNIA e a cobiça internacional

ÍNDICE

Introdução	1
Mundo tropical e empório de materias primas	8
Inglêses, irlandeses e holandeses tentam a primeira sortida	20
Portuguêses e espanhóis disputam o domínio	35
Os Franceses participam da aventura	42
Portugal não cedeu ao meio nem aos concorrentes	50
Os Inglêses sugerem a secessão	58
A Navegação do Amazonas	65
Expedições científicas escondiam propósitos	98
Os Franceses pretendem o Amapá	111
Os Inglêses penetram no Rio Branco	125
VIAJANTES e sugestões separatistas	140
O Bolivian Syndicate e o caso do Acre	156
Investimentos e concessões de terras	171
A QUE VINHA a Expedição Iglésias?	190
O Episódio da Hiléia	202
A Pressão dos interêsses universais	221

Introdução

UMA HISTÓRIA velha, essa da Amazônia como área de atração. Velha, mas não narrada ainda na següência dos acontecimentos, na indicação dos objetivos, na proposição do que significa. Sim, significa. Porque, na verdade, todo o interêsse que vem despertando não resulta apenas do exotismo que a caracteriza, da variedade de seus aspectos como natureza. Já lhe chamaram de "paraíso dos naturalistas", porque atraía uma legião de homens de ciência que se preocupavam com os mistérios da natureza e podiam encontrar nela muitas respostas às suas dúvidas. Estava, portanto, nos propósitos da ciência a preocupação à sua volta e a explicar a presença da-Também já lhe puseram o nome de Inferno e de Paraíso Verde. Evidentemente, com essas designações estar-se-ia fazendo uma literatura sensacionalista, sem maiores perigos que aquêles resultantes dessa mesma literatura, que não expressa serenidade e vem comprometendo o esfôrço no sentido de tornar a Amazônia, de área em estado de imaturidade social e econômica. em área possuída pelo homem e como tal explorada, dominada e transformada em espaço social.

A verdade, no entanto, é que a Amazônia, percorrida por legiões de homens de ciência, disputada desde há quase quatro séculos, ainda não desvendada no que vale ou no que pode proporcionar como realidade econômica e como mundo submetido à disciplina da técnica do século XX, não tem sido um mero assunto de interêsse da ciência. Quando a indicamos como disputada, estamos a propô-la na sua história exata. Porque o que vem ocorrendo é uma cobiça intensa à sua volta, cobiça cuja crônica tentamos neste livro, que não foi escrito sob qualquer preocupação de fazer escândalo, mas com a intenção serena de despertar o Brasil para o grave problema que a região apresenta. O que aqui se diz é fruto de pesquisa demorada e de análise fria. Não servimos a ideologias de qualquer espécie. Não somos a favor ou contra êste ou aquêle. Servimos ao Brasil, que ainda não tomou consciência de que precisa abandonar a posição contemplativa, em que se mantém, para ingressar num novo comportamento. E êsse, marcado pela execução de uma política limpa, sem subalternidades de qualquer espécie, que torne a Amazônia um espaço útil, integrado não apenas nas linhas físicas de nosso patrimônio mas, principalmente, na obra de maturidade material e espiritual que nos esforcamos em realizar com êxito.

Nêste livro, passamos em revista o processo histórico do problema — A Amazônia e a cobiça internacional, procurando explicar o porquê dessa cobiça, os métodos até hoje empregados, as resistências quase naturais que nos têm salvo de uma perda territorial, e a conveniência de adotarmos medidas pragmáticas, sensatas, libertas de romantismos para evitar que um dia tenhamos de acordar com a tremenda realidade daquela perda.

A Amazônia tem sido empreza nossa. Disso podemos ufanar-nos. Penetramo-la sem desfalecimentos. Ocupamo-la politicamente. Revelamo-la no possível. Dela temos extraído, para o bem estar de outros, muito de que ela possui de útil. O sentido cívico de nossa presença não bastará, porém, nos dias que correm, para obstar o comparecimento agressivo dos que nos queiram disputá-la, convictos de que não estamos preparados para mantê-la como parte de nosso ser político. Há que enfrentar o perigo executando uma política que sirva de resposta àquela conclusão negativa.

Sucede que a Amazônia, é também certo, não é apenas Há outras Amazônias — a venezuelana, a colombiana, a peruana, a equatoriana, a boliviana, compondo, portanto, com a nossa, o que podemos chamar de mundo amazônico, que representa 2/5 do espaço físico sul-americano. O acesso a essas partes do mundo amazônico faz-se, todavia, pelo Atlântico. Está em nossas mãos êsse acesso. Precisamos preservá-lo. Ao esfôrço que tivermos de empreender nesse sentido como os do progresso menos lento da região, não poderão, no entanto, estar estranhas aquelas repúblicas que dispõem de áreas amazônicas, com os mesmos problemas que envolvem a nossa e consequentemente a exigir também uma terapêutica pelo menos semelhante. A nossa política internacional, no passado, sob o Império, foi sábia e foi essa de reconhecimento da existência de interêsses não apenas brasileiros, mas sul-americanos também, o que levou a uma convivência serena, objetiva, leal e proveitosa para todos. Na República, não há por que abandoná-la ou mesmo interrompê-la. Mas para não estar extranhos, devem os nossos vizinhos participar da política de vivificação do grande espaço, nas respectivas soberanias, e possívelmente dentro de um planejamento que seja comum, tracado pela técnica de todos, visando ao fim coletivo,

O apetite, talvés seja melhor escrever assim, que a Amazônia tem despertado, está aguçado nos dias que correm. Há por aí afora um desespêro de multidões que clamam com fome e pedem, exigem, terras por ocupar e onde realizar a conquista de uma felicidade que não estão encontrando no mundo acanhado em que tentam viver. Os olhares voltam-se para a África-Porque o Oriente já ultrapassou o período colonialístico, não dispõe mais de terras senão para os seus nacionais, que somam muitos milhões de indivíduos, e se organizam com o objetivo da industrialização e da independência econômica, em prosseguimento à independência política. Mas, na África, proclamada como "complemento da Europa", como "campo de expansão da Europa", defrontam-se todos com o problema da incógnita que ela ainda representa. Suas terras permitirão um aproveitamento intensivo? A industrialização que se tenta, poderá ser impulsionada com sucesso? Já não se fala em África, terra que morre". Morre pelo tratamento bárbaro de seus ocupantes, morre pelo empobrecimento do seu solo, que se sahariza, vertiginosamente, como resultado de um conjunto de fatôres que não estão sendo contidos apesar de esforços realísticos, ingentes, decididos, dos povos que têm a posse política daquele continente! Ademais, a ascenção dos povos de côr, como é o caso dos africanos, processa-se com uma velocidade, e com tais características que pode impedir o prosseguimento da política de submissão até agora vigente.

Ora, na Amazônia — e aí é que está o perigo — o espaço físico imenso apresenta-se pràticamente aberto aos mais decididos, aos mais ousados. O chamado imperialismo das nações fortes não é uma página de lirismo. Existe, e não encerrou o seu cíclo de vitalidade. Não pode nem deve ser desmerecido. Pior que êle, no entanto, é a tendência à internacionalização de trechos do mundo, que já se pretende seja operação necessária, uma solução para agasalhar aquêles que não têm onde viver ou reclamam contra a fome que os atormenta. Leia-se, para exemplificar, o livro A luta contra a fome, de Robert Brittan, escrito em inglês, mas de que já circulam traduções francesas e espanholas. No capítulo em que trata das terras tropicais, particularmente a Amazônia, que, no entender do autor, só pode ser valorizada pela intervenção de organismos do tipo da Hiléia Amazônica, que disponham de técnica e de capitais internacionais vultosos, sustenta aquela tese ousada, que recebe aplausos, e sôbre a qual não estamos querendo acreditar sèriamente, do alcance dessa tendência à internacionalização. Seu sólo é um sólo lateritizado, que não autoriza qualquer êxito permanente. Suas terras firmes nada valem. Apenas as várzeas têm utilidade. Estará certo? As técnicas dos dias atuais, vencendo todos os obstáculos, levando o homem a viver até nas tundras, não servirá de resposta? Na base de uma inversão maciça de capitais, a serviço de uma técnica apurada, êsses obstáculos não poderão ser resolvidos? Mas cabe, antes, a pergunta — os solos da Amazônia serão mesmo um logro? Já foram suficientemente estudados? As conclusões terão sido tão negativas?

Quando leio Gourou, Pierre Gourou, (Les pays tropicaux) fico sob a impressão de que, realmente, os trópicos não convidam. E quando me debruço no que escreveu o mestre do

Colégio de França sôbre a Amazônia (Observações geográficas na Amazônia) cedo às suas observações e conclusões — a Amazônia não seduz senão como exôtico.

Bates, M. Bates, em Les tropiques, sustenta, no entanto, que não há por que desanimar ou desacreditar nos trópicos, portanto na Amazônia. Porque, em tudo, Bates contesta Gourou, embora sem atentar no que disse o professor francês: contesta pelo que afirma, pelo que conclui, pelo que demonstra como expressão de sua experiência nos trópicos sulamericanos, onde Quem estará certo? Lembro-me, então, do que aprendi em Antônio Gerbi, Viejas polemicas sôbre el Nuevo Mundo, ao recordar a negação que pesou sôbre a América, de Norte a Sul, de XVI a XVIII, na literatura que se escreveu na Europa. De um lado, havia o entusiasmo de uns pela bondade natural de suas populações, limpas de pecados, a viver uma existência de beleza paradisíaca e de comportamento exemplar; de outro, não se compreendia o Novo Mundo senão como um ambiente hóstil: as espécies animais eram inferiores, decadentes; os homens, débeis, impotentes, vincados por todos os vícios. A infância da América era tal que a espécie humana, digna dêsse nome, não poderia viver nela realizando ou constituindo uma civilização.

O debate, travado à volta de tais teorias, não serviu para o esclarecimento, porque foi todo êle de tal modo exagerado nas afirmações favoráveis ou contrárias que, ao invés de fazer luz, recompondo o quadro e levando a uma compreensão exata, perturbou ainda mais, só sendo encerrado, se é que está encerrado, realmente, depois que os naturalistas, os antropólogos, os sociólogos, os economistas, os agrônomos, os pedólogos, pesquisando sem exaltações, puderam pronunciar-se. E, mais que êles, os homens que vieram fazer a América, enfrentaram-na com decisão e criaram as sociedades civilizadas que ela apresenta e se dispõem à construção de uma nova era de bem estar, sobropondo-se à daqueles povos do Velho Mundo que tanto a negaram. Ora, se no tocante à América como um todo físico, escreveu-se aquela literatura pseudamente científica, hoje apenas recordada como passado, e a realidade é outra muito diversa, porque não acreditar em que, no tocante à Amazônia e aos outros mundos tropicais, o exagêro não é semelhante e a realidade não há de ser diversa também?

Não haverá, nesse negativismo impertinente, a que não se furtaram ou a que se renderam alguns brasileiros, um propósito político? Os países colonialistas não terão alimentado e incentivado a tese para desestimular a iniciativa dos povos colonizados ou mesmo desencorajá-los das idéias de libertação, mantendo o sistema de dependência que lhe renda matéria-prima essencial ao desenvolvimento e à permanência dos parques industriais das metrópoles? Não haverá, pelo menos, exagêro na afirmativa que nega?

Ademais, aceitando-se, para discutir, que os solos amazônicos sejam pobres, lavados, ácidos, leprosados, impróprios a qualquer empreendimento a longo prazo, que dizer-se de seu sub-sólo, de suas águas, onde cresce uma fauna alimentar potente, de suas florestas, como reserva econômica ou mesmo como riqueza econômica? Também serão florestas pobres no valor econômico que apresentam; os minérios, quantitativamente sem expressão; o potencial piscoso, sem substâncias nutritivas de importância para satisfazer necessidades alimentares? Negar-se-á a própria existência dos minérios? Mas, se tôda essa negação tem fundamento, se a Amazônia constitui um bluff, por que, então, a cobiça sôbre ela? Por que disputá-la?

Nêste livro, não se faz a exaltação da Amazônia, como não se lhe faz a negação. Não tomamos partido. Propomos as nossas dúvidas, indicando a região num realismo cru, na base do que se pode registrar. Se é certo que o conhecimento maior da Amazônia decorre das indagações, dos levantamentos de cientistas e pesquisadores estrangeiros, que tanto a percorreram, observaram e analisaram, nem por isso é de desprezar-se a contribuição brasileira, que começou, no século XVIII, com Alexandre Rodrigues Ferreira, teve em João Martins da Silva Coutinho e Barbosa Rodrigues dois intérpretes objetivos, serenos, e continuou, exemplifiquemos, na obra ponderável de Glycon de Paiva, Pedro de Moura, A. J. Sampaio, Avelino Inácio de Oliveira, Edgard Khulmann, Adolfo Ducke, Torquato Tapajós, Barão de Marajó, Oswaldo Cruz, Alfredo da Mata, Felisberto Camargo. Contribuição boa, elaborada como fruto do trabalho de campo, no contacto com a terra e com o homem que tem procurado dominá-la, submetendo-a à sua vontade ou a ela, em outros casos, escravizando-se numa renúncia dolorosa, não se

compromete em fantasia, o que não significa, todavia, que já seja a palavra definitiva sôbre os múltiplos aspectos por que podemos examinar a região.

Neste livro, servindo-nos do depoimento e das conclusões de tôda essa equipe de técnicos, passando pela experiência do passado, que não deve nem pode ser desprezado, vamos insistir, quisemos apresentar à consciência nacional o grave problema que é a Amazônia, mostrando a cobiça que anda à sua volta e está pedindo, impondo, exigindo mesmo o nosso despertar.

Manaus, 1957. Rio — 1958. Mundo Tropical e Empório de Matérias-Primas.

AMAZÔNIA É parte integrante do imenso mundo tropical. E como tal, caracterizada pela existência de uma floresta densa, exuberante, alta pluviosidade, que explica muito das peculiaridades da floresta, clima quente e úmido.

Não se afirme que, indicando-se a região como parte do mundo tropical úmido, incida-se no que é óbvio. Não. Porque, na verdade, é recordando, logo de comêço, aquela característica que podemos entendê-la e explicá-la, com relativa facilidade, nos vários aspectos que lhe conformam a paisagem, seja a paisagem física, seja a paisagem humana, seja a paisagem econômica. Compreendê-la, portanto, como parte integrante do mundo tropical, com aquelas particularidades que o singularizam e vêm servindo a tôda uma vasta dúvida sôbre suas possibilidades e seu futuro na grande experiência que os homens realizam para dar melhor conteúdo a um mundo disciplinado à sua vontade criadora, é fundamental para bem propô-la.

Nas conclusões de Pierre Gourou, em Les pays tropicaux, as particularidades das áreas tropicais úmidas, como decor-

rência de condições físicas, são: fraca densidade populacional, insalubridade, solos pobres e mais frágeis que os das regiões temperadas, agricultura de escasso rendimento, pouca possibilidade à expansão do criatório, regime alimentar vegetal de substância pobre, possibilidade escassa ou pouco urgente do aproveitamento da matéria-prima em parque industrial local, matéria-prima que deve constituir a sua fonte única ou quase única de produção. Sintetizando, o mestre do Colégio de França explica:

"Comparées aux pays tempérés, les régions tropicales sont frappées d'un certain nombre d'infériorités. S'il est encore impossible d'affirmer que les climats chauds et pluvieux soient par nature moins favorables à l'activité physique et psychique, il est trop certain que ces climats permettent le développement d'une riche collection de maladies infectieuses qui font le milieu tropical moins humain que les latitudes tempérées. Forte chaleur et abondantes pluies sont désastreuses pour la qualité et la stabilité des sols arables; une mise en culture temporaire, abandonnée dès que le champ donne des signes de fatigue et il est prompt à les donner - voilà la réponse du paysan tropical à de telles conditions de sol. Les épizooties, la pauvreté des pâturages ne favorisent pas l'élevage. Les forêts équatoriales n'ont pas la valeur économique qui correspondrait à leur luxuriance. Les ressources en charbon des régions chaudes sont modestes."

Essa, porém, já não é a opinião de Matson Bates, antigo diretor do laboratório da Fundação Rockefeller, na Colômbia, com uma experiência de muitos anos bem vividos em vários trechos dos trópicos americanos. Conquanto fruto de sua revolta contra a atitude do mundo ocidental face ao mundo tropical, seu livro (Les Tropiques; L'homme et la nature entre le cancer et le capricorne. Paris, 1953), é, pelo menos, um convite ao reexame dos pronunciamentos, com ares definitivos, proferidos pela ciência ocidental. O homem branco pode viver bem nos trópicos, sua produtividade não sofre a diminuição apregoada, o ambiente físico e as possibilidades do solo não são aquêles do negativismo ocidental. Referindo-se à Amazônia, a propósito do conflito de opiniões acêrca das possibilidades da região, lembra que, na verdade, o que ocorre é um êrro de

origem — o homem ocidental querer uma vida, um sistema de trabalho, do tipo do que êle realiza no Ocidente.

A Amazônia, a serem exatas as afirmações dos que negam os trópicos, sofrerá os rigores de todo aquêle estigma a que foram submetidos os espaços tropicais. E as perspectivas que pode oferecer estarão condicionadas ao êxito da política que fôr executada para vencer o estigma, num episódio sensacional da supremácia da técnica de nossos dias. Mas, se, ao contrário, no reexame do assunto, e êsse reexame começar a ser feito com muita severidade, as conclusões forem menos rigorosas, vencendo a tese de Bates, a Amazônia não poderá ser apenas aquêle espaço interessante como exótico, passando a constituir, ao contrário, um gigantesco mundo capaz de contribuir mais intensamente para o bem estar da humanidade?

Cabe aqui, pois perfeitamente, a pergunta — aquelas particularidades negativas não serão uma generalização apressada, exagerada? Como tôda generalização, não será excessiva, desatenta às peculiaridades de cada região, às diferenciações locais? Os trópicos úmidos serão mesmo iguais todos êles? Já se poderá falar numa experiência segura com relação ao mundo amazônico?

Na paisagem física da Sul América, a Amazônia compõe um espaço que interessa não apenas ao Brasil, mas a outras cinco nações — Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela constituindo, portanto, mundo imenso, típico, que representa cerca de 2/5 do território sul-americano, e não se inscreve, no descritivo geográfico, ûnicamente por aquelas características comuns às áreas tropicais. Porque o que lhe assegura maior individualidade é a bacia hidrográfica, sem símile. Totalizando seis e meio milhões de quilômetros quadrados, o que lhe assegura superioridade sôbre as do Congo, do Nilo, do Mississípi — Missuri, Paraná — Paraguai, equivalente a 5/6 da Europa, supera-as também pelas facilidades de acesso e de navegabilidade. Só na calha central do rio principal, a navegabilidade soma quase 5.000 quilômetros, que, reunidos aos dos outros rios integrantes da bacia, elevam êsse número para 50.000!

Gigantesca, a bacia amazônica é constituída, além do rio-eixo, que lhe dá nome, por mais dezoito rios volumosos, afluentes, e cêrca de uma centena de cursos menores, todos,

por sua vez, enriquecidos por outras dezenas de afluentes e sub-afluentes de maior ou menor extensão. Lagos, como o de Vila Franca, no Baixo-Amazonas, ou o de Arary, no Marajó, aquêle com 2 milhas de largura e 40 de comprimento, e êste com 2 milhas de largura e 60 de comprimento, constituem outros elementos típicos da bacia, como os paranás, os furos, os igarapés de pequeno porte, mas que são contribuições a definir a singularidade e o exotismo da região. As enchentes, periódicas, cobrindo extensões imensas das terras marginais, propiciam um quadro único à bacia. E quando essas enchentes passam os limites do normal, do rotineiro, invadindo as várzeas altas, avizinhando-se das "terras altas", a superfície da bacia hidrográfica perde tôda a medida. É impossível avaliá-la. A impressão é de que as terras desaparecem e o que resta é apenas o domínio das águas, que, então, mais que nunca, levam à idéia de um mar no interior do continente.

Ouanto à floresta, será interessante rememorar que constitui a maior extensão continuada de tôda a terra. As interrupcões que sofre, com as ilhas de campos naturais, são de tal modo inexpressivas em face do que ela representa como unidade maciça, que não disfigura a afirmativa. Totaliza 80% do mundo amazônico. Só no Brasil, representa 40% da área florestal do país. As espécies que a enriquecem não foram ainda inventariadas com segurança. Já se lhe deu população de 300.000 espécies diversas. As espécies arboreas, no Pará, por exemplo, foram estimadas, por Jacques Huber, em 1950. Recentemente, Adolfo Ducke reduzia êsse número para 600. O mesmo Huber afirmara, porém, que o número de plantas vasculares conhecidas elevavam-se a 10.000, podendo, todavia, ser acrescido na medida em que as pesquisas prosseguissem. E êsse acréscimo atingiria o dôbro daqueles algarismo, portanto 20.000. Para esclarecer sôbre o que escrevera, defendendo-se do espanto ou da negativa dos que o lessem, adiantou que a vida de um homem não lhe seria suficiente para que tivesse a idéia exata de um quilômetro quadrado da selva. E se assim era, imagine-se a cobertura de todo o mundo amazônico! Para não ir longe, devo referir que o pequeno grupo de trabalho que opera nas cercanias de Manáus, procurando inventariar uma área destinada a Jardim Botânico típico, original, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, já constatou ali espécies não registradas ainda pelos botânicos(1).

Essa volumosa variedade das espécies importa, no entanto, em heterogeneidade, o que, do ponto de vista de sua exploração econômica, significa dificuldade ponderavel, escassez de rendimento. É certo que a comissão técnica da FAO, em operação na Amazônia, já verificou, no trecho entre o Tapajós e o Xingu, uma vasta região onde as espécies não se apresentavam com a heterogeneidade costumeira, constituindo uma exceção ou então vindo servir à tese de que sabemos muito pouco, seguramente, sôbre a floresta amazônica e a afirmação de que a floresta amazônica era heterogênea não tem o aspecto rigoroso que se supôs, não passando, assim, de uma generalização a mais, e, como generalização, profundamente perigosa.

Em certos trechos, essa floresta é de formações ou associações, ocupa as terras firmes, as várzeas, os igapós, as pestanas, os capões, as caatingas e os chavascais. Em outros, ela se localiza nos lagos, nos remansos, nas corredeiras. A floresta, na riqueza de sua variedade, e na pobreza de sua homogeneidade é, apesar disso, a fonte de vida da região. As plantas úteis que a compõem e vão das madeiras para construções leves ou pesadas, moles ou duras, das caixas baratas aos móveis e peças para edificações custosas, de luxo, e vão às oleaginosas, às resinosas, às alimentícias, às fibras, etc... constituem um potencial da mais alta valia, a que se vinculou o passado, a que ainda se vincula a atualidade e constitui um dos motivos para o interêsse comercial em tôrno à região.

Não se poderá afirmar que a fauna amazônica tenha o mesmo teor de grandeza que a flora possui. Não a integram os animais de alto porte. Os peixes, os pássaros e os mosquitos são o que, realmente, lhe asseguram as peculiaridades e o grau de riqueza. Estes, os mosquitos, continuam sob identificação. Os trabalhos de Goeldi não são suficientes. Ainda agora, em estudos que vem realizando no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Cerqueira indica novas espécies ou novas parti-

Publicações do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, série Botânica, em especial a memória Novitates Florae Amazonica, por J. G. KUHLMANN e WILLIAM RODRIGUES, Rio, 1957.

cularidades. No tocante à ornintologia, o que se sabe dela não satisfaz. Quanto aos peixes, será suficiente lêr as páginas de Agassiz e de José Veríssimo para saber do que representam no campo científico e da atualidade econômica. A importância que a fauna apresenta na região no que se refere ao processo econômico é apreciável.

No particular dos recursos minerais, as investigações estão no nascedouro. O que foi apurado, autorizou, durante muito tempo, a afirmação de que a região era pobre quanto às suas reservas de minérios. Pobre quantitativa e qualitativamente. O manganês do Amapá e do Aripuanã, a bauxita do Amapá e de Trauira, os calcáreos do Tapajós, da Mundurucania, de Monte Alegre e da Bragantina, o ferro de Vila-Nova, o ouro e o diamante no Rio Branco, no Amapá; em Rondônia, e na zona entre Alcobaça e Marabá, no Pará; como o petróleo do Madeira, falam, porém, menos negativamente sôbre o que podem representar aquelas reservas, como pesquisas já iniciadas vão levando a uma mudança das conclusões anteriores, e creando perspectivas novas.(2).

A economia da Amazônia é uma economia realizada sob práticas primárias, marcada, fundamentalmente, pela extração de produtos florestais. A caça e a pesca constituem outra face dessa economia. A economia de base agrícola ou creatória não tem significação como volume ou mesmo gênero de vida de suas populações. Na atualidade, processa-se uma ativa agricultura de juta. As técnicas em uso são, no entanto, de tal forma primárias, que se confundem com o extrativismo. As sociedades amazônicas foram estruturadas, por isso mesmo, em função da atividade extrativa e dela não puderam ou não quiseram ainda realmente libertar-se.

A conquista da região afetuou-se por motivos econômicos, tendo em vista o descobrimento e a coleta dessa especiaria abundante. Diz muito bem Caio Prado, em A Formação do Brasil contemporâneo: "Encontraram os colonos na floresta amazônica um grande número de gêneros naturais aproveitaveis e utilizáveis no comércio: o cravo, a canela, a castanha, a

⁽²⁾ Cf. Clara Pandolfo, Recursos minerais da região amazônica. Spvea, Belém, 1955.

salsaparrilha e sobretudo o cacau. Sem contar a madeira e produtos abundantes do reino animal: dêstes últimos, são em particular a tartaruga, bem como os seus ovos, e o manacarú (peixe-boi) que servirão em escala comercial. Sem estas fontes de riqueza, teria sido impossível ocupar o grande vale. Os colonos não o teriam procurado, os missionários não encontrariam base material de subsistência para manter seu trabalho de catequese dos indígenas.

É certo que a agricultura se procurou estabelecer, e não faltaram, nêste sentido, esfôrços da administração e dos colonos mais esclarecidos, que percebiam a necessidade de uma base mais sólida de riqueza que a precária indústria extrativa que praticavam. Mas para isto não bastava a bôa vontade. mata espessa e semi-aquática que borda a bacia do grande rio; em terreno submetido a um regime fluvial cuja irregularidade, com o volume enorme de águas que arrasta, assume proporções catastróficas, alagando áreas imensas, os igapós, deslocando grandes tratos de sólo que são arrancados á margem e arrastados pela correnteza; nesta remodelação fisiográfica ininterrupta de um território longe ainda de qualquer forma de equilíbrio, o homem se amesquinha, se anula. A luta requer esforços quase ilimitados, se quiser ir além da dócil submissão às contigências naturais. E tais esforços, a colonização incipiente não os podia fornecer. Faltava-lhe o elemento essencial: a gente. Os poucos brancos, a multidão relativa de indígenas pouco eficientes para o serviço que dêles se exigia, não podiam dar conta da tarefa. A Amazônia ficou naquilo que fôra desde o início. A agricultura, que exige um certo domínio sôbre a natureza, apenas se ensaiou: no desta, como vimos, isto é, no ponto mais acessível do vale e onde as condições são melhores; um pouco também no Rio Negro, também mais favorável. Nestes lugares, sem contar os gêneros clássicos da colônia. cultivaram-se as espécies nativas, como o cacau, a salsa, o cravo, a baunilha, o ipadu (cóca); introduziram-se outras, como o café e o anil. Mas tudo em proporções insignificantes.

Ficou-se, no conjunto e substancialmente, nos gêneros expontâneos da floresta. Não podia tal atividade, amoldar-se aos sistemas de organização adotados para outras formas de vida".

Nos primeiros tempos, inglêses e holandeses, disputando a terra e a água aos portuguêses que chegavam do Nordeste,

procuraram fazer a exploração mercantil das espécies vegetais e animais que puderam identificar e tornar, nos mercados da Europa, interessantes e cobiçados. Postos fora, os concorrentes audaciosos, os portuguêses lançaram-se à façanha de penetrá-la em direção norte, oeste e sul. E penetrando-a, com impeto e decisão, devassaram-na em todos os sentidos, identificando mil variedades de sua flora e de sua fauna. Não estavam servindo, então, a qualquer objetivo científico ou espiritual ponderante. O que os movia a tal atividade era a cobica mercantil. Vivia-se o grande cíclo econômico do mercantilismo, para o qual os portuguêses e os espanhóis contribuiam eficientemente, tornando-o, a certos aspéctos um cíclo ibérico. Tôda a operação expansionista, para alcançar novas terras e desvendar oceanos, ligava-se, fundamentalmente, a êsse estado de espírito, que era, pois, um objetivo material evidente, sobreposto às preocupações espirituais, ao sentido de cruzada que também pode ser encontrado na grandiosa emprêsa descobridora e colonial, mas não teve o mesmo vigor, a mesma intensidade como explicação do movimento de expansão e de criação do novo mundo colonial.

Identificados os tipos variados da flora e da fauna, levados aos mercados de consumo da Europa, ali foram acolhidos e solicitados com certa sofreguidão. É que surgiam momentos em que o negócio da especiaria oriental entrava em crise, exigindo sucedâneos para satisfazer consumidores habituados a êles e portanto a exigí-los incessantemente.

Essas espécies eram o cacau, a salsa, o puxuri, o bálsamo de umari, o cravo, a baunilha, a canela, a castanha, o breu, as resinas e sementes oleaginosas, a quina, a salsaparrilha, o urucu, o carajuru, as madeiras de várias espécies. Serviam na alimentação, na condimentação, na farmacopéia e para construções. Não possuímos estatística para expressar o volume das exportações realizadas. O comércio a que deram origem, sabemos, desenvolveu-se velozmente, explicando o processo de permanência dos luso-brasileiros na região, sua adaptação, a mestiçagem a que se procedeu com a mulher indígena, a escravização dos nativos. As técnicas em uso não foram buscadas fora. Serviam-se todos das técnicas locais, das próprias multidões indígenas, solicitadas ou obrigadas a cooperar não apenas na condição de mão de obra, mas, igualmente, na

verificação de todo aquêle mundo florestal e animal, extranho, exótico e rico.

A tentativa para elaboração de uma economia agrícola, criatória e manufatureira, assistida, incentivada pelo poder público, apresentou rendimento apreciável. De algum modo, significou capacidade do colono, reação boa da terra, existência de espírito empreendedor e possibilidade da realização de empreendimentos de grandes proporções fora do primarismo da Não importava, no entanto, em preferência sôbre extração. aquela. A legislação protecionista, incentivadora, que se expediu de Lisboa ou foi mesmo elaborada na região, não produziu frutos que permitissem concluir pela supremacia do novo comportamento do colono. O extrativismo não cessou. experiência agrária, realmente interessante, permitindo certa euforia por parte do poder público, assim conduzida, garantiu destaque ao período entre meados do século XVIII e meados do século XIX. Não importou, no entanto, em supremacia sôbre o extrativismo. Representou-se no café, no cacau, no algodão, no tabaco, na cana, na produção acucareira. O criatório expressou-se nos rebanhos da Ilha de Marajó, do Baixo Amazonas, do Vale do Rio Branco. Somava, em 1803, no Marajó, mais de 500.000 cabecas. As manufaturas trabalhavam com a matéria-prima local e pouco significavam como criação de riquezas. Representavam-se na manteiga das banhas e ovos de tartaruga, louças, rêdes, cuias, chapéus de palha, ralos, anil, guaraná, mel de engenho, aguardente, acúcar, cordoaria, embarcações de todos os tipos para a navegação interior e do alto mar.

A descoberta das seringueiras, ou antes, de seu aproveitamento industrial na Europa e nos Estados Unidos, levou a uma regressão. Porque aquela economia produzida pelo esfôrço do homem sôbre a terra entrou em colapso, verificando-se o grande "rush" da borracha, que absorveu tôdas as atenções e projetou a Amazônia, é certo, com muito mais intensidade, nos grandes mercados mundiais.

A floresta sofreu, então, uma ofensiva em grande escala. Muito mais que a do período colonial. Todos os rios, onde os seringais eram descobertos, foram tendo as suas margens ocupadas. Os seringais abriam-se velozmente. A emigração nordestina assegurava mão de obra abundante e barata. Tre-

chos que integravam o Brasil amazônico, mas permaneciam fechados ao acesso humano, perderam o ar de mistério que os envolvia, porque os sertanistas, sem qualquer hesitação, a êles se atiraram, penetrando-os e devassando-os. Os trabalhadores nativos, caboclos, tendo dado sua maior contribuição ao descobrimento das primeiras áreas seringueiras e na formação dos primeiros seringais, em breve perderiam a supremacia na aventura rendosa, sobrepujados pelos trabalhadores do Maranhão e do Nordeste que, em grande volume quantitativo, procuravam a Amazônia. Os altos rios, afluentes do Amazonas, foram alcançados. Os seringueiros passaram, na sua expansão ousada, insensivelmente, as fronteiras fixadas nos tratados mais irreconhecíveis no deserto e no conjunto de água e floresta daquele mundo em estado de ser. O Acre foi resultante, como expaço físico brasileiro, do esfôrço dessa penetração, realizada com ímpeto quase guerreiro. Ninguém sabia por onde corriam as linhas de limites, que não se haviam ainda fixado pelas demarcações. E quando as autoridades da Bolívia e do Peru procuraram, nos vales dos rios Perús-Acre e Juruá, executar os atos de soberania que lhes pareciam legais, encontraram tôda aquela imensa zona de trabalho produtivo ocupada pelas levas de sertanistas brasileiros, vindos pelas águas inequivocamente brasileiras de acesso fácil à região.

Entre 1870 e 1914, quando, à concorrência do Oriente, começou a decadência econômica da região amazônica, a produção de borracha brasileira atingiu a 800.000 toneladas. Em 1870, somara 6.591; em 1914, 33.531. Nêsse mesmo ano, o Oriente lançava, nos mercados de consumo, 71.400 toneladas...

A história do processo econômico da Amazônia brasileira tem sido representada pelos altos e baixos da procura — dos produtos florestais e animais da região. Procura efetuada pelos mercados da Europa e dos Estados Unidos. Porque, no Brasil, só agora os mercados começaram a tomar interêsse pelo que a Amazônia oferece.

A produção da chamada riqueza florestal da Amazônia não se restringia, como não se restringe, todavia, à borracha, nas suas variadas espécies botânicas, de que resultam maior ou menor produção, melhor ou pior qualidade de latex. A multiplicidade de espécies de valor comercial era e é grande. Como, igualmente, a da produção de origem animal. Conquanto, nesse particular, possamos insistir em que a fauna é menos importante, como quantidade e valor comercial, nem por tal pode ser ignorada ao procurar-se proceder ao inventário da matéria-prima regional, tanto mais quanto é na fauna ictiológica que o homem da Amazônia tem a sua base alimentar.

Vejamos, porém, acompanhando o levantamento de Paul Le Cointe, em L'Amazonie Bresilienne, 1.º volume, o que é, no momento, mais representativo no tocante à produção vegetal, como elemento de troca mercantil e de projeção regional nos mercados mundiais: castanha, óleo de copaíba, cumaru, azeite de andiroba, salsaparrilha, guaraná, frutos oleaginosos, resinas, fibras téxteis e plantas taniníferas, fruteiras, medicinais, aromáticas, alimentares e industriais. Tôda uma mercadoria que interessa os mercados de consumo nacionais e estrangeiros e provoca interêsse muito discutível, quanto à sua direção.

A utilização de tamanho e tão variado patrimônio, proporcionado pela natureza, não tem, no entanto, levado a grandes lucros. A falta de capitais, de técnicas adiantadas e de bracos disponíveis constituem uma explicação. O crescimento vegetativo da população vem sendo pequeno. Não há perspectivas imediatas de maior velocidade. A salubridade regional, durante muito tempo experimentou o pêso da responsabilidade do crescimento monótomo, vagaroso, inexpressivo, da população. Ceifaria vidas, principalmente na idade infantil. Os recursos da medicina sanitária, empregados na Amazônia, já produziram, no entanto, resultados muito apreciáveis. A mortalidade decresce. O aumento de população, por via de imigração, oferecendo números expressivos durante a fase do rush gomífero. perdeu intensidade depois. E reduziu-se aos contingentes, naquela como nesta época, vindos do Nordeste do Brasil. contribuição estrangeira não se apresenta rica. O resultado imediato nesse quadro é a ausência da mão de obra para a movimentação das emprêsas econômicas. O espaço físico, a fronteira política, não têm qualquer sentido demográfico. Afigura-se como um deserto. Sucede que êsse deserto representa 3/4 do território brasileiro. Soma cinco milhões e meio de quilômetros quadrados, constituindo, portanto, imensa reserva territorial. É várzea, terra firme, coberta de vegetação de alto

porte, e zona de campo. Calcula-se a extensão da várzea em 64.400km². A de terra firme não se sabe quantos quilômetros quadrados soma; tampouco a de campos.

A Amazônia, como espaço, como área de possibilidades econômicas, é, realmente, um campo de atração. Descrevendo-a na série de conferências que proferiu em Nova York e divulgadas na Revue Scientifique, XIII, Paris, 1874, sob a denominação geral de "O vale dos trópicos no Brasil", Luís Agassiz, que a estudou durante dez meses, visando preferentemente a distribuição geográfica dos animais aquáticos, exaltou-se em face da riqueza vegetal com que se defrontou. Enumerou-a, indicando-a como uma fonte paradisíaca de matérias-primas, que a floresta poderia proporcionar, mas estava exigindo mão de obra capaz, capital e técnica adiantada. O quadro não foi alterado. A Amazônia continua a ser uma reserva para o futuro. E nêsse futuro é que está o grande perigo.

Inglêses, Irlandeses e Holandeses Tentam a Primeira Sortida.

JORAM OS ESPANHÓIS que propuzeram a Amazônia no campo das cogitações universais, indicando-lhe a existência bem como a riqueza na matéria-prima vegetal e animal que nela se guardava. E isso sucedeu nas primeiras décadas do século XVI, quando, em carta ao Cardeal Pedro Bembo, Gonzalo Fernandez de Oviedo y Valdez descreveu-lhe a façanha de Francisco de Orellana e deu a primeira notícia sôbre a extensão do rio e o valôr econômico da região.

É possível que antes de Orellana, nos princípios dêsse mesmo século XVI, os navegadores espanhóis, pelo Atlântico, tenham atingido o delta do rio, identificando-o e dêle comunicando as impressões iniciais como acidente físico de um litoral que estava a ser visitado e constatado na sua extensão e na sua importância.

Foi Francisco de Orellana, no entanto, quem percorreu o rio em sua maior extensão, vindo de Quito, e alcançando o Atlântico, numa viagem marcada por lances dramáticos, e em que não foi o menor aquêle do contacto com os bandos indígenas que deram ao descobridor e seus companheiros a impressão de terem pela frente um núcleo de mulheres guerreiras. Ano de 1541.

Vivia na Hispaniola, a essa altura, um dos futuros cronistas da América nascente, Gonzalo Fernandez de Oviedo y Valdez, que em contacto com Orellana e outros membros da venturosa expedição, obtivera informações de primeira mão e as comunicara naquela carta ao famoso Cardeal, como as apresentaria, posteriormente, de novo, ao elaborar a História General y Natural de las Indias, islas, y Tierra firme del Mar Oceano, cuja primeira edição só circulou, no entanto, em Madrid no ano de 1851/1855.

Na carta, Oviedo dizia que a expedição procurava o país da canela, "la qual no es como la que se trae de la ysla de Bruney ques en los malucos, pero avnque en la forma es diferente, quanto al sabor es tam buena o mejor de la primeira que todos sabemos que vsam en Europa e V. S. Rma. cada dia puede ver. Aquella es de forma de cañutos y estotra es que ay unos arboles y hermosos y la fructa dellos es vnas vellotas guresas e mayores que las de los rrobres, y aquel vasillo en que esta esa vollota es la canela e las hojas todas del arbol son muy buena canela, pero la vellota o fructo no es bueno. La corteza del arbol no es de tan perfecto sabor como aquel vasillo o hoja que he dicho, mas no es del todo mala, antes en algunas partes la estimarian essa corteza."

Além da canela, porém, buscava também "vn gran principe que llaman el dorado, del qual ay mucha notícia en aquellas partes, el qual dizen que continuamente anda cubierto de oro moljdo, o tan menudo como sal muy molida, porque le paresce a el que ningun otro vestido ni atauio es como este, e que oro eu pieças labradas es cosa grosera e comun e que otros señores se pueden vestir e visten dellas, quando les plaze, mas poluorizarse de oro es cosa muy estremada e mas costosa, porque cada dia nueua mente se cubre de aquel poluo de oro e en la noche e lo dexa perder, e porque tal habito no le da empacho ni onde, ni encubre su linda dispusicion, ni parte alguna della: e con cierta goma o licor oloroso se vnta por la mañana e sobre aquella vncion se echa aquel oro molido e queda toda la persona cubierto de oro desde la planta del pie hasta la cabeça,

tan rresplandeciente como vna pieça de oro labrada de mano de vn muy buen platero, o artifice, de manera que se colige (desto y de la fama que hay una tierra) ques de rriquissimas minas de oro".

Quanto ao rio, "tiene muchas bocas, todas se incluyen en mas de (quarenta leguas de agua dulce y otras tantas y mas en la mar se coje agua dulce y cinquenta leguas (el rio va sobre la marea) (verso) e de la dicha boca cresce en alto mas de cinco brazas, pero todavia dulce".(1).

Iniciava-se, dêsse modo, a literatura de exageros, que jamais cessou, sôbre a região, indicada dêsse modo como um dos trechos do admirável mundo de riquezas que a Europa procurava descobrir na América. Vivia-se, não devemos esquecer, uma fase de exaltações, aquela fase a que o historiador chamou de "ilusão da conquista". A literatura que se escrevia sôbre o Novo Mundo não podia escapar à influência do momento em que era elaborada, contribuindo para incentivar expedições, animar a emprêsa descobridora e dar uma idéia falsa do que, realisticamente, representava a terra americana, como espaço físico, como área econômica e como exotismo pelo aspecto sensacional de seus primitivos, que não se sabia se possuíam a dignidade do ser humano ou deviam ser classificados nas espécies animais em fase de desenvolvimento ou de primarismo cultural.

A carta de Oviedo circulou. Publicou-a, inicialmente, o famoso Ramúsio, em sua obra intitulada *Della Vavigationi e Viaggi*, Veneza, 1556. Seguiram-se outras divulgações. Deve ter sido lida com interêsse, como as cartas de Vespúcio e os relatos que se faziam sôbre as terras e mares em descobrimento. Que resultados dela advieram? A Amazônia, lançada para o mundo em suas páginas, teria provocado logo a cobiça que ainda hoje anda à sua volta? Teriam aquelas novas sensacionais sido apenas recebidas como mais um capítulo da façanha imperial espanhola?

⁽¹⁾ Cf. Eugênio Asensio, "La carta de Gonzalo Fernandez de Oviedo al cardenal Bembo sobre la navegación del Amazonas", in Revista de Indias, n.º 37/8. Madrid, 1949, págs. 571/4.

Orellana, como sabemos, volveu à Amazônia, em 1545 na qualidade de Adelantado. Queria conquistá-la em definitivo, possuindo-a e explorando-a. Fôra mal sucedido. Anos decorridos, outra expedição espanhola, sob o comando de Pedro de Ursua, procurara penetrá-la, baixando do Peru em direção ao Atlântico. A jornada alcançara êxito considerando-se que chegara ao Oceano. Mergulhara no sangue de muitos de seus integrantes, entre êles o próprio Ursua. Lopo de Aguirre, para muitos um pioneiro da idéia de independência, para outros um soldado com todos os vícios e grandezas dos soldados da "conquista" capitaneava os homens que a singularizavam. Vários relatos serviram de fundamento à crônica pormenorizada que seria escrita mais tarde.(2) A jornada não produziria, no entanto, o efeito imediatista que poderia esperar-se, pelos lances dramáticos que a marcaram tão profundamente. Porque, na verdade, os espanhóis não se animaram a prosseguir logo no seu interêsse para com a Amazônia, como sucedera logo após a façanha de Orellana.

Pelo tratado de Tordesilhas, a região enquadrava-se, em quase sua totalidade, na área reconhecida a Espanha. Portugal tinha direito apenas a uma fatia no litoral. A linha fixada no diploma passaria na altura do que é hoje a cidade de Belém. Em conseqüência, a Amazônia portuguêsa reduzia-se à chamada região bragantina. Era muito pouco, evidentemente, para Portugal.

Quanto a Espanha, estaria em suas disponibilidades, naquele momento, enfrentar um espaço tão grande? Os outros espaços na Sul-América não lhe estavam rendendo riquezas suficientes e não constituiam, êles só, um mundo gigantesco? A verdade positiva é que, embora cabendo-lhes a glória das primeiras emprêsas descobridoras, não foram os espanhóis os que se atiraram à obra de exploração inicial, de propósito objetivo, natural, pelo que ela representava como império de matéria-prima já cobiçada nos mercados da Europa. Os holandeses e os inglêses é que se lançaram ao negócio, com decisão e impetuosidade.

⁽²⁾ Cf. Emiliano Jos, La expedición de Ursua al Dorado, Huesca, 1927.

Disputando aos espanhóis o senhorio dos mares e das terras americanas, combatendo-os, ademais, por motivos religiosos, aquêles dois povos dirigiram suas visitas, inicialmente, para as Antilhas. Plantaram ali os primeiros estabelecimentos, assentando os primeiros golpes no poderio espanhol e demonstrando-lhe que a concorrência a que se atiravam não se reduzia a uma operação militar, pois valia também como empreendimento mercantil em que se iriam fazer fortes e de que se beneficiariam com os despojos do império espanhol.

Das Antilhas, holandeses e inglêses partiram para a América do Sul: costa venezuelana e guianense, entre o Orenoco e o Oiapoc. Depois, o litoral entre êste último acidente geográfico e o Amazonas, que penetraram e onde lançaram igualmente as bases de uma área colonial.

Holandeses e inglêses, a essa altura, operavam desligados de compromissos com os respectivos governos. Agiam livremente, é certo que autorizados pelo poder público de suas pátrias, mas sem que essas lhes tivesse dado incumbência de Estado.

As notícias e as provas materiais do que representavam as Américas tinham, naturalmente, despertado o movimento de interêsse que levava às expedições e à organização de companhias com os objetivos mercantil e colonial. Na Inglaterra, a Coroa apoiava o movimento permitindo-o e animando-o, sem, todavia, oficializá-lo. Na Holanda, não ocorria diferentemente. Em Anvers, como assinala J. A. Goris(³), entre 1488 e 1567, portuguêses, espanhois e italianos, nas feitorias que ali mantiveram para negociar a produção resultante de seus contactos com a América, com a África e com o Oriente, haviam revelado matérias-primas, animais e vegetais, e as fabulosas especiarias de que dispunham, despertando o apetite dos mercadores dos Países Baixos. A cobiça que os atormentou teve ali as suas raízes. E explica a corrida para o mar e para as terras tropicais, que pareciam novos "velocinos d'oiro".

Nos primeiros tempos, holandeses e inglêses limitaram-se, na Sul-América, ao contacto passageiro, de reconhecimento.

⁽³⁾ Etude sur les colonies marchandes meridionales. (Portugais, espagnols, italiens à Anvers de 1488 á 1567). Louvain, 1925.

Sir Robert Dudley e Walter Raleigh, em 1594/1595, procederam a êsse reconhecimento, a essa tomada de contacto. Atingiram a zona do Orenoco. Lawrence Keymis, no ano seguinte, visitou o litoral da Guiana. Leonard Berry visitou a costa entre o Cabo do Norte e o Orenoco. Ambos serviam a Walter Raleigh. Descreveram as suas viagens. O primeiro relatou o que viu e o que tinha feito em Relation of the Second Voyage to Guyana, Londres, 1956. Quanto a Raleigh, numa obra famosa intitulada The discovery of the large, rich and beauful empire of Guyana, propondo a Guiana e com ela a Amazônia em revelação, como um mundo paradisíaco que faria a felicidade do gênero humano.

Quanto aos holandeses, em 1598 realizavam a primeira expedição à Guiana e já no ano seguinte, alcançado o Amazonas, penetravam-no estabelecendo pequenas feitorias defendidas pelas posições armadas que montaram na mesma oportunidade.

Tendo descoberto o caminho para o Amazonas, onde se lhes deparou preciosa matéria-prima vegetal e animal, campo aberto às suas disposições mercantis, acolhimento generoso de parte do gentio local e não se lhes opondo, de qualquer modo, os espanhóis, que não haviam chegado ainda, inglêses e holandeses dispuseram-se a uma operação da maior envergadura. Começaram-na os holandeses, em 1600, com as feitorias de Orange e Nassau, plantadas no Xingu, portanto já bem dentro da bacia amazônica. Os inglêses, possívelmente em 1611, ainda no delta, em local que não podemos precisar, depois de terem realizado uma experiência nas margens do Oiapoc.

Até aí, inglêses e holandeses se estavam conduzindo sem apôio direto de seus govêrnos. Em 1613, no entanto, essa situação foi alterada. Robert Harcourt, que em 1612 se estabelecera no Oiapoc, tendo divulgado uma relação acêrca das excelências daquele rio e do Amazonas, conseguia de S. Majestade, por carta-patente de 28 de agôsto, para si e para seus sócios, Sir Thomas Chollener e John Rovenson, "os territórios compreendidos entre o Amazonas e o Essequibo". Em 1616, era a vez dos holandeses organizarem-se para a emprêsa colonial, sob a presidência do burgo-mestre de Fleissingue, Jan de Moor. Pedro Adriansen, com 40 colonos, muitos dos quais haviam

trazido as respectivas famílias, depois de visitar o Tapajós, localizou-se entre o Gorupatuba e o Genipapo, no Baixo Amazonas. Fundou uma colônia e um forte. Abriu comércio com o gentio local, os Supana, encetando lavoura do tabaco e do urucu. Os resultados constataram-se no comérico regular que se processou, de então em diante, com aquêle pôrto holandês, para onde se exportavam as especiarias amazônicas.

Em Londres, três anos decorridos, o capitão Roger North. irmão de Lorde North, e antigo companheiro de Raleigh, um homem experimentado na proesa tropical, conseguiu constituir a sua companhia, com carta-patente expedida a 5 de setembro. nela interessando altas expressões da nobreza inglêsa, como Robert Rich, conde Warwick, condes de Armendel, Ruthand e Dorset, e Lordes Poget e Petre. Projetaram a conquista e a colonização da Amazônia. Filipe II, da Espanha, informado por seu embaixador junto à corte britânica, o conde de Gondomar, da concessão, que lhe feria a soberania territorial, lançou, porém, o seu protesto perante Jaime I. Éste, vacilante, acabou por proibir a execução do plano de Roger North. Não foi, no entanto, obedecido. North dirigiu-se à Amazônia. "Penetrou o rio até proximidades do Xingu, encontrando feitorias inglêsas e irlandesas, que fundiu e incorporou, fêz explorar o Amazonas até o Tapajós, indo finalmente estabelecer outra colônia nas terras do delta.

Prêso ao seu regresso à Inglaterra, por desrespeito às determinações reais, foi a Companhia dissolvida por ato de Sua Majestade Jaime I. Isso não impediu, todavia, que um comércio clandestino se realizasse mantendo-se, destarte, os estabelecimentos fundados do delta em direção oeste. Irlandeses e inglêses, em constantes viagens, ora aumentavam as colônias por meio de novos contigentes que iam fixando e cultivando a terra, descrita como um novo paraíso, ora lhes davam prosperidade com os rendosos negócios da especiaria, representada principalmente pelo urucu, utilizado na condimentação dos pratos inglêses. Convém registrar, desde logo, que êsses contigentes humanos vindos da Irlanda, da Britânia e de Batávia não se algarismavam altamente. Parece mesmo que nenhuma dessas posições ou feitorias contou com mais de 100 povoa-

dores vindos da Europa. Um projeto de transporte de alguns centos de Peregrinos, para a Guiana, não passou de projeto.

No tocante à especiaria e à lavoura trabalhada nesses sítios, o que tem sido possível apurar indicamos que a lavoura constou de tabaco, gênero cotadíssimo na Europa, de algodão e cana, imediatamente aproveitada no fabrico de açúcar. A especiaria, além do urucu, de que já falamos, constava mais de gomas, óleos, madeiras e os outros vários tipos da produção espontânea local, então em uso na Europa, e contribuição imensa da flora e da fauna indígenas.

Ainda em 1621, era o rio navegado por um barco de duzentas toneladas, a cuja bordo vinham cento e vinte e quatro pessoas, das quais doze inglêses e quatro irlandeses ficaram em terra, no lugar denominado Cocodivae, sob a direção de Bernardo Ó Brien, que fundou um fortim e realizou explorações em direção oeste. O barco em que viajara, desembarcando o material de guerra e o abastecimento necessário à praça e sua gente carregou quanto foi possível obter, regressando à Europa(4).

Em 1626, outra campanhia era constituída, a Companhia da Guiana, com sede em Londres, Incorporava-a Robert Narcourt, que se reuniu a Roger North. Os dois velhos enamorados da região não perdiam o apetite. E como das vêzes anteriores, conseguiram interessar, na aventura que planejaram, capitalistas e membros da nobreza inglêsa, entre êles o duque de Buckingham. Uma carta-patente, expedida por Carlos I, autorizou aos dois o senhorio das terras e águas entre o Amazonas e o Essequito, isenção de impostos para o que exportassem, autorização para empregar o pessoal que desejassem, liberdade para o fretamento dos barcos nacionais. Robert Harcourt desejava que a Companhia começasse pela Guiana. preferia a Amazônia. Foi vencedor o seu ponto de vista. Um inglês experiente da Amazônia, de nome James Purcell, que conseguira livrar-se da prisão graças à interferência de Frei Cristóvão de Lisboa, que missionava no extremo-norte do

⁽⁴⁾ Cf. A. C. F. Reis, Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira. A fronteira colonial com a Guiana Francêsa, pág. 35, Rio, 1947.

Brasil, teve a incumbência do comando da expedição colonizadora, por delegação da Companhia. E em abril de 1628, com 112 colonos, lançava os fundamentos de um forte, a que denominou de Torrego, dando comêço à extensa plantação de tabaco. O gentio local recebera-o bem, e ajudava-o na emprêsa colonial. No ano seguinte chegava novo contingente, de 200 homens, sob a direção de William Chavell e Thomas Hixson, que fundaram outro estabelecimento fortificado, que batizaram com o nome de North, homenagem ao idealizador da operação.

Uma terceira companhia, incorporada por Thomas Horward, conde de Berkshire, obteve favores régios. Pretendeu, na conformidade de seus planos, expostos num panfleto de propaganda que lançou em 1632, e em que convocava imigrantes, aventureiros, prometendo-lhes um mundo de venturas e de fortunas, criar na Amazônia a grande base inicial do império britânico na Sul-América. Roger Fry, a seu mando, estabeleceu uma posição fortificada no sítio chamado Cumaú, plantando, com o concurso de índios aliados, tabaco, cana e fabricando açúcar.

A cobiça britânica pela Amazônia não se expressava, porém, apenas naquelas tentativas, nas cartas patentes das companhias organizadas com o capital privado e o ardor de aventureiros. Em 1630, Carlos I, diferindo de Jaime I ao encarar o problema, indiferente aos protestos e ameaças espanholas, recebia um apêlo de interessados na conquista definitiva da Amazônia. Programava-se, sob proteção da armada inglêsa e a intervenção direta da Coroa, a ocupação do grande vale. A intervenção oficial iria mais além porque seria efetuada também pela participação de capital, em dinheiro e pessoal, em número de 3000, em 4 anos. Uma frota especial garantiria os estabelecimentos e o intercâmbio mercantil. O projeto não foi adiante. Pareceria arrojado demais. O interêsse agora voltava-se mais para o norte, onde os resultados talvez prometessem mais. Ademais, a reação, às desenvolturas de inglêses e holandeses, tomavam um caráter de tal intensidade que não autorizava mais um crédito ilimitado às inversões do capital anglo-batavo.

Os holandeses, a serviço da Companhia das Índias Ocidentais, em 1626, haviam montado, na altura de Gurupá, entre os

índios Tocuju, seus aliados, uma casa forte. Outra posição estava no Xingu, a feitoria de Mondiutuba. Uma terceira, nas cercanias de Macapá. Também êles, no entanto, sentiam o vigor da reação de luso-brasileiros, desestimulante dos projetos que agasalhavam quanto ao extremo-norte do Brasil.

Essa reação fazia-se em nome de Espanha. Na realidade, contudo, era um esfôrço do português e do luso-brasileiro. Portugal e Espanha, desde 1580, recordemos, compunham uma monarquia unificada. A expansão ao longo do litoral norte-oeste fôra atribuída aos portuguêses e seus descendentes estavam enfrentando o perigo batavo-britânico com a maior decisão. Com tal decisão que a cobiça estava a perder a intensidade, para encerrar-se de vez.

A história dêsse episódio militar não está escrita em detalhes. Não vamos fazê-la aqui. Registremos apenas o essencial para compreensão do que representou, realmente, para impedir a perda da Amazonia e como primeiro esfôrço para evitar que a cobiça internacional se fôsse cevando na região.

Recordemos que, já em 1620, o embaixador da Espanha em Londres, o conde de Gondamar, protestara contra a concessão feita por Jaime I a Roger North e seus companheiros. O conhecimento da presença de inglêses e de holandeses na bacia amazônica era, contudo, muito anterior a êsse episódio. Em 1615, Manuel de Sousa d'Eça expusera ao Vice-Rei de Portugal, D. Aleixo de Meneses, o que sabia a respeito e resultava do depoimento de um grupo de espanhóis que haviam sido capturados pelos inglêses e com êles haviam chegado às águas amazônicas. No ano seguinte, o Conselho das Índias informava-se detalhadamente da matéria. Dizia-se, então, que os holandeses programavam uma ação espetacular. Quando, por isso, foi decidido, expulsar os franceses do Maranhão, passar ao Amazonas, evidentemente o objetivo de preservar a região ante a investida daqueles concorrentes estava presente. Francisco Caldeira de Castelo Branco, fundando o Presépio, procurou saber o que havia de positivo a respeito. E, informado, propôs-se passar ao Cabo do Norte, onde lhe constou que os inglêses estavam estabelecidos. Em 1619, Manoel de Sousa d'Eça tratou novamente da matéria. Esclarecia que o perigo eminente era maior porque a indiada local preferia os inglêses e os holandeses, dado o tratamento mais afetivo que aquêles lhe dispensavam. Hereges e naturais de comum acôrdo podiam, positivamente, por em sério perigo a permanência de Portugal ali. Daí por diante passando-se à ação militar, não cessou a ofensiva. Vamos resumi-la(5).

1616 — Pedro Teixeira e Gaspar de Freitas de Macedo atacaram um patacho holandês que se aproximava de Presépio, afundando-o.

1623 — Luís Aranha de Vasconcelos e Bento Maciel Parente tendo como subordinados Francisco de Medina, Pedro Teixeira Aires Chicharro e uma fôrça expedicionária recrutada em Lisboa, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Maranhão e Pará, mais um contigente de 1.000 índios frecheiros, coordenados pelo franciscano Cristóvão de São José, atacaram as povoações inglêsas e holandesas localizadas ao longo do Amazonas, em Gurupá e na ilha dos Tocuju. Ali se encontravam seis fidalgos inglêses, que foram mortos em combate; os fortes derrubados, afundados dois navios e aprisionados centenas de combatentes inimigos.

Em 1625, Pedro Teixeira, Pedro da Costa Favela e Jerônimo de Albuquerque assaltaram as posições holandesas e inglêsas do Xingu, destruindo-as e capturando os ocupantes.

Em 1629, Pedro Teixeira e Pedro da Costa Favela tomaram o forte de Torrego, na ilha dos Tocuju.

Em 1631, foi a vez de Jacome Raimundo e Noronha e Pedro da Costa Favela apoderarem-se do forte North, no litoral do Macapá. No mesmo ano, Feliciano Coelho tomava e destruía o forte Cumaú, impondo duro castigo aos Nheengaíba, que ajudavam os estrangeiros.

Em 639, João Pereira de Cáceres, comandante da praça forte do Gurupá, apoderava-se de um patacho holandês que tentava desembarcar colonos nas cercanias do estabelecimento.

⁽⁵⁾ Cf. A. C. F. Reis, Limites cits, capítulo "O conflito com os primeiros concurrentes".

Em 1648, por fim, registrou-se o último ataque. Sebastião Lucena de Azevedo destruiu as fortificações holandesas dos lagos da região do Macapá.

Quatro anos antes, projetava-se, na Britânia, uma tentativa final sôbre a Amazônia. Armadores, comerciantes, nobres, associados, preparavam em vários portos a armada que deveria executar o programa expansionista. Representava Portugal, no momento, junto ao govêrno inglês, Antônio de Sousa de Macedo que prontamente procurou, junto às autoridades competentes, no Parlamento, impedir que se transformasse em realidade o projeto. E advertindo, pleiteando e ameaçando de represalias, em Portugal, aos comerciantes inglêses, conseguiu uma resposta tranquilizadora. E o projeto não se executou. Os perigos não estavam, todavia, encerrados. A cobiça não cessara. no entanto, não se tratava mais de um plano de mercadores, de fidalgos, com ou sem a cooperação do govêrno. O perigo decorria de uma facilidade, de uma ingenuidade do próprio govêrno português. Restaurara-se a soberania portuguêsa, sacudido o domínio espanhol. Um grupo de católicos irlandeses, chefiados pelo capitão Pedro Svetman, alegando que sofria perseguição por motivos religiosos na ilha de São Cristóvão, nas Antilhas, peticionou para que D. João IV lhes concedesse o direito de emigrar para a Amazônia e ali estabelecer uma colônia permanente, que seria refúgio para os católicos irlandeses. Sua Majestade, ouvidos os membros de seu Conselho, deferira o pedido mandando passar-lhes a carta foral.

Os irlandeses eram em número de 400 famílias. Só se lhes autorizou, porém, a vinda de 135. Em viagem para São Cristóvão, Svetman falecera. Seu companheiro, o capitão Guilherme Bruno, que D. João mandara chamar do Alentejo, onde servia às suas armas, nas campanhas contra os espanhóis, para que ajudasse o beneficiário no transporte e localização dos colonos, peticionou, então, para que lhe fôsse transferida a concessão outorgada a Svetman. D. João, apesar das advertências que lhe foram feitas por membros de seu Conselho, entre êles Salvador Corrêia de Sá e Benevides, Marquês de Montalvão, Jorge de Castilho e Jorge de Albuquerque, deferiu. E lhe fêz passar carta foral. Guilherme Bruno, embora a serviço de Portugal em hora decisiva para a Restauração, fôra um

dos muitos estrangeiros capturados naquelas refregas havidas na Amazônia. Participara de uma das muitas expedições conquistadoras inglêsas. Positivamente, devia parecer suspeito. Queria Guilherme Bruno que as terras por ocupar fôssem acima de Gurupá; o gentio da região lhe fôsse concedido; os irlandeses ali já moradores, pudessem receber os mesmos favores; para os primeiros meses, os colonos fôssem assistidos pelas autoridades portuguêsas de Belém e de São Luís; os preços dos gêneros que carecessem adquirir, lhes fôssem fixados de maneira generosa.

Tudo parecera, a princípio, suficientemente perfeito. irlandeses declaravam-se dispostos a manter-se fiéis à soberania portuguêsa e a amoldar-se à sistemática da vida da nacionalidade a que se vinham integrar. Espíritos mais atilados ou mais cheios de dúvidas, mais nacionalistas, não pensavam no entanto, como S. Majestade. E declarando-se contrários àquelas mercês, levantaram a sua voz, apontando perigos à segurança do Estado português na Amazônia. Belém, por exemplo, agasalhava pouco mais de 130 famílias. Os estrangeiros que haviam sido capturados no decorrer das sortidas militares já referidas e permaneciam na região sob certas liberdades, e em contacto com a gentilidade vinham falando numa hora de ajustes de contas, quando desceriam sôbre a Amazônia as fôrças que os libertasse e impusesse uma outra soberania. A presença dêsses irlandeses não poderia vir a constituir uma presença incômoda? Quem obstaria que recebessem mais gente, avolumando-se e, posteriormente, empossando-se de tudo, expulsando os portuguêses e seus descendentes? A Amazônia era imensamente grande. acesso, fácil, o que significava entrada impossível de fiscalização.

Um religioso da região, vigário de São Luís, Mateus de Sousa, alarmado com a estranha perspectiva, dirigiu-se a D. João, indicando-lhe os perigos. O memorial que escreveu, a propósito, guarda-se no Arquivo do Ultramar, em Lisboa, onde o consultamos.

Outro pronunciamento foi o do Dr. Tomé Pinto da Veiga, da confiança de Sua Majestade. 'Um terceiro, de Antônio de Sousa de Macedo, o Residente de Portugal em Londres, já nosso conhecido pela atuação que ali tivera para desmanchar os projetos dos mercadores que voltavam a preocupar-se com a

conquista da Amazônia: "Nisto se considera proveito mas eu receio maior dano, não só pelos irlandeses serem castelhanos, mas também porque conforme a condição da gente destas partes, dentro de poucos anos, hão de querer ser, naquelas, mais poderosos que os portuguêses. Bem creio, que se lhes poria alguma condição de ordem, para prevenir isto, mas sei que é necessária maior, do que em Portugal se pode imaginar. Eu não tenho ofício para mandar lá êste conselho. Escrevo a V. Exa., para que, com mais autoridade, faça esta advertência, pelo conhecimento que tem das naturezas destas gentes" (6).

Posteriormente, em Lisboa, falando diretamente ao Monarca, recordou-lhe a atuação que tivera contra as pretenções britânicas, sugerindo a defesa do extremo-norte da colônia:

"Em cumprimento do que V. Majestade me mandou, por ordem dada em vinte do presente acêrca do Estado do Maranhão, o grão Pará digo o seguinte: Tôdas as nações do norte dizem que lhes convém muito terem terras de açúcar e que nenhumas lhe são tão acomodadas, como as do Maranhão, e principalmente as do grão Pará.

"Por notícias sei que esta prática é geral, por aquelas partes, e de vista, e ouvida dou testemunho dela, entre os inglêses, em particular, e falam nisto com tôda a eficácia, depois que por experiência acabaram de entender que muitas terras que a mesma esperança povoaram na América, não são a propósito para fábrica de açúcares.

"O que me parece é que se deve ter grande cuidado com Maranhão, e principalmente com o grão Pará e todo o Rio Amazonas; e porque aquelas terras, por serem mui estendidas, se podem guardar dificultosamente, seria bom segurar tôdas com fortificar o passo da entrada, e ainda que ela parece muito larga contudo ouvi dizer, que só tem fundo bastante em lugares estreitos" (7).

⁽⁶⁾ Cf. Afonso Pena Junior, A Arte de Furtar e o seu autor, págs. 130/1, Rio, 1946.

⁽⁷⁾ Carta de Macedo, cópia no Arquivo Histórico do Itamarati, datada de Lisbôa, 23. 3. 1646.

O projeto irlandês, dada a resistência que se lhe fêz, nos meios governamentais, não foi adiante. E com êle encerrou-se a primeira fase do interêsse batavo-britânico pelas terras e águas da Amazônia(8).

⁽⁸⁾ A documentação a respeito das tentativas inglêsas e à irlandêsa é abundante e ainda não foi aproveitada pelos historiadores brasileiros. Há, de muito dela, cópia no Árquivo Histórico do Itamarati, coleções Rio Branco e Joaquim Nabuco. No Arquivo do Ultramar, em Lisbôa, há igualmente vasto cedulário, que tivemos ocasião de examinar em 1957.

Portuguêses e Espanhóis Disputam o Domínio.

 $^{\circ}$

escrevemos há anos, "fixou aos portuguêses, no vale amazônico, numa delgada fatia territorial ao longo do litoral entre a bôca do Pará e os limites com o Maranhão". O que coube aos espanhóis, naquele diploma famoso em que se atribuíam os dois povos os seus direitos sôbre as terras e os mares em descobrimento, já vimos em capítulo anterior, era o mesmo vale em sua quase totalidade, com que êles, aliás, tomaram contacto muito íntimo, percorrendo-o de norte a oeste, em direção ao Atlântico, vindos do Pacífico, por duas vêzes. Uma série de concessões feitas a soldados da conquista não importou em ocupação(¹). Porque os beneficiários não se vieram empossar da região, desinteressados dela. O maciço andino, ademais, era um impedimento físico a ponderar e que importou em muito contra os interêsses de Espanha.

⁽¹⁾ Cf. Enrique de Gandia, Limites de las Gobernaciones sud americanas en el siglo XVI. Buenos Aires, 1933.

Confiando, porém, em virtude da condição que se criara para Portugal, unido à Espanha, desde 1580 por uma casa reinante comum, a localização das primeiras bases permanentes no delta e, a seguir, a penetração do rio imenso, os espanhóis como que abriram mãos daqueles títulos, que não invocaram logo, embora, posteriormente, o houvessem feito, já agora sem mais qualquer resultado objetivo.

Instalando-se com o Presépio, que sombreou o núcleo urbano de Belém, os portuguêses e os luso-brasileiros trazidos do Nordeste souberam aproveitar a oportunidade com o maior desembaraço, empossando-se da região sem temores, sem hesitações, antes com uma consciência muito aguda de soberania e de poder.

O ato pelo qual os espanhóis passaram aos portuguêses a tarefa expansivista e lhes proporcionaram a possibilidade imediatista para a jornada de empossamento mais ou menos suave do grande vale, tem a data de 4 de novembro de 1621. Vinte um anos depois, Portugal restaurava-se na sua dignidade de nação independente. Foi então que os espanhóis tomaram consciência exata do êrro que haviam cometido. Embora, não se decidiram, prontamente, a corrigir a situação que haviam criado, contrária aos seus próprios interêsses de soberania territorial.

Em 1637, Pedro Teixeira, comandando uma expedição descobridora, atingira Quinto. A Audiência local tomara-se de receios. A via de acesso que se abria com a façanha poderia por em perigo a segurança do "Reino". Não se vira, no momento, na presença do sertanista luso-brasileiro, o perigo que êle representava como representante de um grupo étnico hostil ao grupo étnico hispano-americano. Daí as medidas acauteladoras, assentadas e mandadas executar, terem sido medidas que visavam apenas impedir o aproveitamento, por estrangeiros, do rio que devia permanecer fechado, como caminho para chegar-se ao coração do Vice-reinado do Peru, de que Quito era parte integrante.

Perdida a entrada da bacia, controlada pelos portuguêses, os espanhóis trataram de utilizar a lição, tentando empossar-se dos trechos a que poderiam ter acesso vindos diretamente do Peru. Não dispunham de pessoal em porção suficiente. A cooperação dos Religiosos foi, pois, utilizada. A região amazô-

nica em mãos de Espanha, a êsse tempo, era, ainda, realmente, bastante extensa, Compreendia os territórios do Marañón e do Guaporé-Mamoré. No alto rio Negro, o trecho do Cassiquiari, ligação com o Orenoco, como no alto Japurá, e alto Içá. Não havia domínio efetivo de fato, mas apenas títulos jurídicos de um direito em ser, por exercer e nunca praticado através de medidas ou atos locais. A região não fôra alcançada e portanto não estava possuída por qualquer dos contendores. A disputa deveria ser ativa e constante: os espanhóis com a parte final da imensa bacia; os portuguêses com o contrôle da entrada do rio-eixo.

Jesuítas e Franciscanos, no Marañón, no que é hoje o Oriente boliviano, no Japurá-Içá, começaram então a obra admirável de catequese dos bandos nativos, primitivos. E com a catequese, a imposição da soberania de Espanha, a cujo serviço se encontravam. As missões de Maynas foram as mais famosas. Estendiam-se pelo Marañón e pelo Solimões até o Rio Negro. Manteve-as, defendeu-as o inaciano Samuel Fritz, que elaborou a primeira carta integral da grande bacia hidrográfica, impressa pela primeira vez em 1707. Seguiam-se à de Maynas, as missões dos Moxos e Chiquitos, que compreendiam o atual Oriente boliviano. As missões de Apolobamba, mais para o Oriente, estiveram a cargo dos Franciscanos. Como as do Japurá e as do Içá. As do Orenoco, da Companhia de Jesus, quando pretenderam alcançar o rio Negro, pelo Cassiquiari, já o encontraram uma realização sertanista dos lusobrasileiros que frequentavam os dois cursos na coleta de "drogas do sertão", nome que se dava à especiaria local, e ao aprisionamento do gentio para mão de obra nas plantações paraenses e maranhenses.

Foram, assim, os Religiosos, na sua emprêsa espiritual que, no fim de contas, era emprêsa política também, os legítimos, os verdadeiros instrumentos dos objetivos imperiais que os espanhóis, a começar em meados do século XVII, procuraram levar à Amazônia, numa tentativa de recuperar o que haviam perdido por negligência(2).

⁽²⁾ Cf. Constantino Bayle, S. J., "Las missiones, defensa de las fronteiras. Mainas", in *Missionalia Hispanica*, n.º 24, Madrid, 1951.

A ação dêsses religiosos foi verdadeiramente espantosa. Penetrando o interior do continente, viveram as mais tremendas dificuldades, para poder realizar a tarefa categuista a que serviam. O Estado espanhol, atribuindo-lhes o encargo, não lhes proporcionou, no entanto, a ajuda necessária. O esfôrco que desenvolveram revestiu-se, em consequência, quase que do caráter de uma emprêsa privada. Embora a servico de uma soberania. no caso a espanhola, nos conflitos com o gentio e com o lusobrasileiro, tiveram de agir com os próprios recursos ou a habilidade em que se iam esmerando no contacto com os problemas surgidos e o meio selvagem em que atuavam. Em 1709, no Solimões, para conter a penetração que vinha de Belém, receberam ajuda de uma pequena fôrça militar enviada pelo governador Luís Iturbide. Foi a única vez que a Espanha cooperou para garantir ali a ação de seus servidores. entanto, já em 1676 o vice-rei de Peru, Conde de Castellar, pedira a atenção do govêrno madrileno para a situação do Marañón, até onde chegava a incursão dos sertanistas de Portugal-Brasil, sertanistas que êle chamava paulistas, mas, seguramente, eram mamelucos nortistas de Belém e de S. Luís, que já frequentavam aquêles trechos da bacia amazônica. Em 1687, o jesuíta Samuel Fritz, que descera o Amazonas até Belém, onde permanecera prêso durante dois anos, regressando às suas missões no Solimões procurava interessar as autoridades espanholas para as condições precárias da soberania nacional no vale. Argumentara, apresentara informações minuciosas, tentando a abertura de um processo que concluísse pela decretação de providências acauteladoras dos interêsses espanhóis.

Em 1731 e 1733, os jesuítas João Batista e Carlos Brentano, que missionavam no Marañón, e o governador D. Dionísio y Herrera, abandonando a condição contemplativa em que a Espanha permanecia, tomaram a iniciativa de um protesto perante as autoridades portuguêsas contra a expansão que partia de Belém. A situação agravava-se realmente. A Audiência do

Anteriormente, A. C. F. Reis, Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira. A Fronteira colonial com as colonias espanholas, 2.º tomo, Rio, 1948.

Quito tomou então a decisão do inquértio. Reuniu vasta documentação. Remeteu-a a Madrid. O Conselho das Índias mexeu-se. Ano de 1740. Decidiu ordenar a recuperação imediata de todo o imenso espaço de que os luso-brasileiros estavam senhores. Decidiu. Não passou dessa atitude. Porque nenhuma ação militar foi, sequer, programada(⁸).

Em 1750, quando se firmou o Tratado de Madrid, balanceadas as perdas e os direitos alegados, Espanha tomou então conhecimento do que deixara em abandono. A política que seguira fôra, evidentemente, uma política profundamente desastrosa. O tratado reconhecia a expansão brasileira, realizado em nome de Portugal. O esfôrço que, dêsse momento, começou a executar visando a uma recuperação, a uma perda menor, a um impedimento à expansão brasileira nas decadas vindouras, produziu muito pouco. No alto Rio Negro, fortificou o Orenoco e o Cassiquiari. Um projeto de incursão militar foi, contudo, evitado pelos brasileiros e portuguêses. No alto Rio Branco, em 1777, a missão que levaram a efeito também fracassou.

Os governadores da Província da Guiana, que fazia fronteira com os territórios amazônicos em poder dos luso-brasileiros, projetaram ações militares que não puderam executar reduzindo-se à obra de espanholização da extensa região pelo nucleamento de indígenas, fundação de fortes militares, criação de centros urbanos permanentes (4). No Içá, missionários franciscanos procuravam abrir uma nova fronteira, avizinhando-se do Solimões. Sem maior contacto com Quito, pela distância em que permaneciam, abandonaram as aldeias, dêsse modo fracassando a iniciativa. As aldeias mantidas pelos jesuitas no Guaporé-Mamoré, também não experimentaram sucesso. Os Jesuítas, que as haviam fundado, foram obrigados a abandoná-las ante a pressão luso-brasileira partida da Capitania de Mato Grosso.

⁽³⁾ Cf. A. C. F. Reis, ob. cit., págs. 16/17.

⁽⁴⁾ Cf. A. C. F. Reis, Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira, tomo c, inédito; Demetrio Ramos Peres, El Tratado de Limites de 1750 y la expedición de Iturriaga al Orinoco, Madrid, 1946; Lino Duarte Level, Cuadros de la História militar e civil de Venezuela, Madrid, 1917.

No decorrer dos trabalhos demarcatórios, conseqüentes ao Tratado de S. Ildefonso, de 1777, as partidas espanholas ocuparam o Solimões. Estabeleceram quartel. Pelo Tratado em Tefé. Pelo Tratado, o distrito ser-lhes-ia entregue. A experiência de govêrno que realizaram não foi bem sucedida. Porque, à reação das autoridades portuguêsas, encabeçadas pelo Governador Manuel da Gama Lobo d'Almada, tiveram de retirar-se, falhando essa nova tentativa de permanência no trecho que os luso-brasileiros haviam penetrado e ocupado tranqüilamente(5).

Ao encerrar-se, para a América portuguêsa e para a América espanhola, o período de soberania colonial, portuguêses e espanhóis possuíam, realmente, grandes espaços na bacia amazônica. O interêsse da Espanha, no entanto, não se manifestara como uma constante maior de sua política. No Sul, no Prata, êsse interêsse não cessara um só minuto. portanto, sempre atual e ativo. Desencorajados, nos primeiros contactos com a região, que não lhe proporcionara aquela riqueza que buscavam e encontraram em outros trechos da América, sem, portanto, a motivação econômica para atrair, dificultado o acesso, ademais, pela cordilheira andina, que barrava o passo e exigia sacrificios demais pesados para um acesso ao mundo amazônico, sacrifício que não encontrava a compensação imediatista, fechado o acesso pelo Atlântico pela presença dos portuguêses e luso-brasileiros que nêle se mantinham sem qualquer demonstração de fraqueza, os espanhóis não se comoveram com a Amazônia como sucedera em outras partes do continente, nem demonstraram para com ela a mesma ambição política que sentiram, insistimos, por exemplo, no Prata. Não lhes passou pela mente, portanto, aquela cobiça que distinguia tão intensamente, franceses, inglêses e holandese. É certo que tal Espanha, no entanto, nem por que tivesse desasucedeu. tendido com calor ao problema da conquista da Amazônia pode ser inquinada de extranha na competição que se travou em Foi menos tôrno à região. Porque a competição ocorreu.

⁽⁵⁾ Cf. A. C. F. Reis, Lobo d'Almada, um estadista colonial, Manaus, 1940.

efetiva que no sul, concordemos, mas ocorreu e só não produziu frutos porque aquêles motivos aqui referidos tiveram uma prevalência muito expressiva. Os espanhóis cobiçaram também a Amazônia que é hoje brasileira, não sendo extranhos ao mundo de que ela faz parte, como possuidores que foram de trechos bastante grandes.

Os Francêses Participam da Aventura.

s franceses começaram a lançar suas vistas sôbre a Amazônia a começar do século XVII. Até então, suas preferências tinham sido pelo litoral brasileiro no nordeste. A emprêsa descobridora e colonial, nos primeiros tempos da grande revelação geográfica e comercial, fôra uma preocupação não oficial que mobilizara capitais e iniciativas privadas, com resultados nem sempre muito satisfatórios. E só em 1605 há demonstrações positivas de parte de govêrno e de governados da França quanto à região. É que, nesse ano, Henrique IV outorgara a Daniel de la Touche, Sieur de La Ravardière, a concessão de terras situadas entre a Amazônia e a ilha de Trindade, atribuindo-lhe, mais, o título de lieutenant — général La Ravardière, em suas andanças náuticas, visitara du Roi. aquêle vasto litoral, encantando-se com a Guiana. recebido pelo gentio, fizera aliança com êles, os Sulibi, e estabelecera a primeira posição francesa na ilha de Mocambo, que denominou de Caiena.

Em 1624, nova doação régia, a La Ravardière, assegurava-lhe o direito e a obrigação de efetuar a incorporação do país

guiano. Em nenhum momento, no entanto, os franceses agiram para efetivar as dotações estabelecendo colônias e iniciando a ocupação. Outras concessões, que teriam sido feitas a outros, inclusive a uma companhia de armadores de Ruão, a Companhia do Cabo do Norte, também nenhum fruto material interessante produziu, ou quando apresentou algum resultado, êsse não foi além do território de Caiena e circunvizinhanças. Uma grande Companhia do Cabo do Norte, incorporada em 1638, não realizou grandes trabalhos. Uma terceira organização, sob proteção real, constituída sob certa propaganda por M. de Ryville, foi tentativa que malogrou também(1).

Mais de 2.000 vidas tinha custado a experiência de colonização na Guiana. As promessas, constantes da exaltação a terra como espaço que garantia grandes possibilidades à agricultura e era uma explêndida realidade quanto à riqueza florestal, não passavam de promessas, que começavam a desencorajar e a criar dúvidas e restrições. A política colonial francesa só com a ascenção de Colbert tomaria o impulso admirável que começou a distingui-la. Os incentivos com que alimentou os programas de vitalização de França, compreendendo também o campo colonial, atingiram o caso particular da Guiana que, na geografia francesa, cobria igualmente o espaço que é hoje o litoral do território do Amapá, vindo, portanto, até a margem esquerda do Amazonas. Constituindo a Companhia da Franca Equinocial, com capital de 400.000 libras, obtidas de vinte acionistas, absorvida depois pela Companhia das Índias Ocidentais, que Colbert criara e a que assegurou tôdas as vantagens, teve início a execução dos palnos de colonização. O Intendente de Bourbonais, Lefebvre de la Barre, recebeu a incumbência. Tratava-se de homem capaz, decidido, imaginoso, em quem confiar e que se revelou um administrador à altura. A Guiana estava, no momento, em mãos dos holandeses, que a haviam ocupado em 1653. A primeira operação consistia, portanto, na recuperação da Colônia. E isso foi feito em 1664. Mil e duzentos colonos, trazidos na oportunidade, deram início

⁽¹⁾ A. C. F. Reis, Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira. A Fronteira colonial com a Guiana Francesa. Rio, 1947: Ternaux Compans, Notice historique sur la Guyane Française, Paris, 1843.

ao trabalho de conquistar a terra, dominando-a com o seu suor e o seu trabalho agrícola. De la Barre, comandando os serviços, atirou-se ao estudo do meio. Escreveu, então, um livro, editado em Paris no ano de 1666, Description de la France Équinoctiale, cy-devant appellée Guyanne, et par les Espagnols El Dorado, nouvellement remise sous l'obeissance du Roy, par le Sieur Le Febure de la Barre, son lieutenant general dans ce Pais, avec Cart d'iceluy, faite et présentée a Sa Majesté par ledit Sieur De La Barre".

Nêle advogou uma fronteira para a colônia, a começar no Amazonas. Confessando que o extremo litoral entre o Amazonas e o Oiapoc era pouco sabido, parecia impróprio à permanência dos europeus, nêle apenas se afetuava um comércio muito precário, com os indígenas locais utilizando o peixe boi, abundante; assinalava, porém, que os franceses mantinham boas relações com o gentio ali estabelecido, o que possibilitaria a incorporação da região, a permitir rendimento econômico apreciável, se bem explorada. Dois jesuítas a serviço de França, Gilbert e Bechamel, tendo visitado o Oiapoc, em 1674, justificaram as idéias do Intendente quanto às perspectivas locais.

As sugestões de De la Barre foram aproveitadas pelo Marquês de Ferrolles que, em 1679, veio governar a Guiana. Concebendo o plano de apoderar-se de todo aquêle distrito em mãos dos portuguêses, que nêle haviam criado uma Capitania, a do Cabo do Norte, em 1637, possuíam posições fortificadas no Aguarari e se mantinham atentos aos objetivos franceses, numa fiscalização rigorosa, constante, revelada por meio de escoltas volantes. De Ferrolles começou por conceder carta de autorização aos colonos franceses, para que comerciassem a vontade com os indígenas. Imaginando-se protegidos, bem protegidos, os colonos franceses não se satisfizeram com o escambo realizado ao longo do litoral. Penetrando pelo Amazonas aproximaram-se de Gurupá, na zona dos estreitos, e lançando suas vistas sôbre o Marajó, também para lá se dirigiram, entrando em relações comerciais com os Aruari. Em 1686, a aldeia de Aricuru, às suas instâncias despovoou-se, passando-se os seus moradores para o cabo do Norte.

A costa era larga, aberta, difícil de ocupar permanentemente. Febres violentas atacavam os que ousavam uma presença mais demorada. O movimento das marés era tão forte, cobria área tão grande, de quilômetros para o interior do continente, que o povoamento definitivo parecia impossível. O cácau e o peixe eram, porém, abundantes, excitando o apetite francês. A penetração dos colonos não cessava, apesar de vários dêles terem caído em poder dos portuguêses. Nos seus desígnios imperiais, procuravam aliança com os índios. Os Tocuju e os Aruã acompanhavam-nos. Intrigando-os com os portuguêses e os luso-brasileiros, provocavam incidentes perigosos à integridade física dos missionários a serviço de Portugal, como à própria segurança territorial da colônia.

Em 1697, a uma ordem expedida de Paris por Luís XIV, De Ferrolles, passou à execução mais positiva de sua política de expansão. Visitara, em 1688, o litoral, indo à fortaleza portuguêsa de Araguari, intimando seus ocupantes a abandoná-la sob pena de uma ação militar. Agora, justificado pelas instruções régias, passou à prática. Lançou-se sôbre os estabelecimentos portuguêses de Macapá e Paru, apoderando-se de ambos, que pouca resistência puderam oferecer e destruindo o segundo. Fôrças mandadas de Belém, sob o comando de Francisco de Sousa Fundão e João de Bittencourt Muniz, enfrentaram os franceses derrotando-os e capturando-os. Dos despojos constava uma bandeira francesa que foi levada e guardada no palácio governamental da capital paraense. A espada do comandante Lamotte ficou em poder do Capitão Sousa Fundão.

Cabe registrar aqui, que ante essa iniciativa francêsa de conquista da costa do Macapá até o Amazonas, os portuguêses e os luso-brasileiros não se mantiveram meros espectadores. Em livro que escrevi, há anos, sôbre Limites e demarcações na Amazônia Brasileira. A fronteira colonial com a Guiana Francesa, fiz o histórico pormenorizado de todo o esfôrço que despenderam, esfôrço heróico, continuado, inteligente, objetivo e cheio de frutos, visando não só opor-se à penetração francesa como antecipar-se-lhe, criando bases permanentes na região, dêsse modo integrando-a no império que procuravam construir sòlidamente na Sul-América. Esse esfôrço foi continuado, insistamos. Vamos sumariá-lo, para que se tenha bem clara, a importância de que se revestiu e o que significou como ato de soberania plena, justificadores, como títulos sem contestação

possível, das razões que o Brasil teve de oferecer a um árbitro estrangeiro no pleito diplomático que sustentou contra a França já no século XX.

Comecemos por lembrar que, em 1637, a 14 de junho, fora concedida, a Bento Maciel Parente, a Capitania do Cabo do Norte, confirmada em 9 de julho de 1645 por D. João IV; em 1660, Pedro da Costa Favela levantava fortificações no Araguari; em 1680, cumprindo carta régia de 1 de abril, os jesuítas Pier Luigi Consalvi e Aloisio Conrado Pfeil visitaram o Araguari procurando local para aldeias missionárias, levantando o segundo uma carta da costa entre o Amazonas e aquêle acidente físico; na mesma época os padres da Província do Santo Antônio frequentaram a região procurando os aldeamentos indígenas no afã catequista e nos últimos dias de 1684 denunciavam a ousadia francesa; em 1682, o governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, por órdem do Capitão-general Gomes Freire de Andrade, que cumpria instruções de S. Majestade e resolução do Conselho Ultramarino, ia ao Araguari, ao Maiacari e aos lagos, estabelecia missão jesuítica na ilha do Camanaxiri, pequena casa forte na confluência daqueles dois rios, obra essa de autoria do capitão Pedro de Azevedo Carneiro, artilhando-a com três canhões e guarnecendo-a por 25 soldados, lançava os fundamentos de outra, no Cumari, e projetava mais duas no Cabo Orange e na bôca do Oiapoc onde, nesse ano de 1687, começava a fortificação de Santo Antônio de Macapá.

Uma série de cartas régias e instruções especiais vinha sendo expedida, nessa mesma fase, aos governadores do Pará e do Maranhão, determinando-lhes vigilância, manutenção das posições fortificadas, assistência às populações indígenas, que não deviam ser maltratadas, para evitar que se associassem aos franceses. Vasto inquérito fora realizado em Lisboa, pelo Conselho Ultramarino, para decidir da melhor política a ser adotada. Francisco de Sá Meneses, Gomes Freire de Andrade, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, Marçal Nunes da Costa, Hilário de Sousa de Azevedo, capitão Pedro de Azevedo Carneiro, os Franciscanos de Santo Antônio e os Jesuítas, em exposições, denúncias, relatos numerosos, advertências e propostas, proporcionaram um vasto documentário que servia de base às decisões que foram tomadas e à orientação para a política que se adotou visando garantir a soberania nacional.

Em fins do século XVII, todavia, numa mudança surpreendente e sem explicação satisfatória, Portugal abandonava a política que vinha adotando. Depois de longo debate entre os técnicos portuguêses como Mendo de Foios Soares, Gomes Freire, Francisco Xavier de Meneses, Conde de Ericeira, Roque Monteiro Paim e o diplomata francês Pierre Rouillé, esquecia-se o passado histórico assinando-se um tratado provisório, a 4 de março de 1700, que autorizava negociações positivas, prenunciando, todavia, à França, um reconhecimento de direitos que no decorrer dos debates haviam ficado positivados como extemporâneos, fictícios, sem fundamento de qualquer espécie.

Por êsse Tratado Provisório, as fortificações luso-brasileiras deveriam ser imediatamente destruídas. Os acontecimentos políticos que marcavam o momento nevrálgico na Europa, a propósito da sucessão do trono de Espanha, levavam Portugal a ligar-se à França, numa aliança que contrariava as suas melhores tradições. D. Pedro II, que se distinguiu pela política de preservação da soberania de sua pátria na costa da Guiana brasileira, nem por ter autorizado o Tratado Provisional e aceito a aliança com a França, esquecera as suas obrigações. Porque, na verdade tendo chamado a Lisboa Antônio de Albuquerque e o padre Pfeil, a quem ordenara a elaboração de memória iustificativa e documentadora dos direitos portuguêses, que o religioso conhecia por experiência direta na região, na verdade não desistira daqueles direitos. E tanto assim que, pouco depois, rompendo a alianca com Luís XIV e voltando à secular com a Inglaterra, ordenava o estado de alerta na Amazônia mantendo-se firme nos propósitos de assegurar a região, disputada pelos vizinhos ousados. Dez atos régios foram baixados, entre 1702 e 1712, visando essa orientação. Destacamentos de guarda-costa, sob o comando dos capitães Pedro da Costa Rayol, Francisco de Melo, Pedro Correira Teixeira, policiaram a fronteira, ao mesmo tempo que Franciscanos de Santo Antônio e da Conceição cuidavam do gentio, preservando-o de qualquer contacto com os franceses.

Em 1713, a 11 de abril, pelo Tratado Utrecht, Portugal e França punham fim às suas diferenças no campo militar e no campo político. No tocante às pretenções sôbre a Amazônia, a França conformava-se com uma fronteira a correr pelo Oiapoc, também chamado de Vicente Pinzón. D. Luís da Cunha e João Gomes da Silva, Conde de Tarouca, como representante de Portugal, haviam conduzido as negociações com a maior habilidade para o êxito alcançado. Restaurava-se o passado heróico, que fora esquecido no Tratado Provisório de 1700.

Nem por isso, no entanto, os franceses deixaram de cobiçar a Amazônia. A princípio tentaram estabelecer relações comerciais entre Caiena e Belém. Era um meio de freqüentar a região que lhes interessava. Recusadas, voltaram à política clandestina, de sedução do elemento indígena, de escambo irregular, para garantir-se da presença constante naqueles trechos de terra de onde não desviavam os olhos. Entre 1777 e 1782, numa ousadia incrível, plantaram fortes militares no Mariacaré, no Cunari, no Macarí.

Os capitães-generais Cristóvão da Costa Freire, Bernardo Perreira de Berredo, João da Maia da Gama, Alexandre de Sousa Freire, José da Serra, João de Abreu Castelo Branco, Francisco Pedro de Mendonca Gurião, Francisco Xavier de Mendonca Furtado, Manoel Bernardo de Melo e Castro, Fernando da Costa de Ataíde Teive, João Pereira Caldas, José de Nápoles Telo de Meneses, Martinho de Sousa e Albuquerque, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, D. Marcos de Noronha e Brito e José Inácio de Magalhães e Meneses comportaram-se com a maior dignidade, zelando pela integridade do Estado e opondo-se terminantemente à penetração francesa, que não diminuía de ritmo e por vêzes provocou maiores receios em consegüência de medidas mais imediatas e mais objetivas. Os destacamentos militares, sob o comando de João Pais do Amaral, Francisco de Melo Palheta, Diogo Pinio da Gaia, Francisco Xavier Botero foram aumentados; o reconhecimento geográfico, realizado com mais intensidade. Em Macapá, comecando-se em 1764, levantou-se imensa fortaleza, que é monumento arquitetônico, armada com 107 bôcas de fogo. A sua sombra, criou-se uma vila, com casais trazidos dos Acores. Outro núcleo foi estabelecido em Nova Mazagão, com os colonos trazidos de Mazagão, na África, quando aquela praça deixou de pertencer a Portugal. Em Amapá, além da localização de pescadores, instalou-se um pequeno povoado. Uma flotilha, construída nos estaleiros oficiais de Belém, garantia as comunicações com a fronteira. Pelos Tratados de Paris, Badajós, Madrid e Amiens, respectivamente de 1797, 1801, 1801 e 1802, modificara-se a fronteira fixada em Utrecht, fronteira que resultava da ocupação efetiva realizada pelos luso-brasileiros. Tais tratados haviam sido arrancados a Portugal como resultado da modificação da conjuntura européia criada pela Grande Revolução. Modificara-se em menosprezo aos títulos portuguêses, o que significava êxito dos propósitos imperialistas franceses sôbre a Amazônia. Vasta literatura escreveu-se, em França, na oportunidade, sustentando direitos sôbre a Amazônia, literatura elaborada com apoio em dados vindos de Caiena ou extraídos das memórias dos governadores franceses da Guiana.

A conquista de Caiena, promovida em seguida à invasão francesa a Portugal e já programada desde o govêrno de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho como única solução para evitar que a Amazônia entrasse em perigo permanente, pôs têrmo à fase de insegurança. A cobiça francesa cessava. Pouco depois restituíamos a colônia aos franceses. Teria valido a lição? A cobiça francesa cessara realmente?

Portugal Não Cedeu
ao Meio Nem aos Concorrentes.

s portuguêses, ao se defrontarem com a Amazônia, em janeiro de 1616, experimentaram, e era natural que experimentassem, uma sensação nova. Habituados, de longa data, experiência de mais de cem anos, com os mundos tropicais sêcos e úmidos, florestas densas, águas volumosas de grandes rios, humanidades, as mais extranhas, de cultura elevada ou primária, nem por isso deixaram de sentir um choque ante a novidade surpreendente. O que encontraram passava as raias de quanto teriam imaginado ou do que estavam acostumados a ter em mãos como resultado da expansão que vinham realizando por todos os cantos da terra. Os cronistas dêsse primeiro encontro, como os pronunciamentos dos homens que vieram nas jornadas iniciais do descobrimento e da conquista, foram unânimes na confissão dêsse estado d'alma. Nada haveria no mundo que apresentasse as características sensacionais, espetaculares, que a Amazônia estava apresentando.

O que nos interessa aqui, no entanto, não é essa impressão imediatista no que ela significasse como primeira emoção, mas no que, na consciência política, pragmática, dos portuguêses,

possa ter provocado. Sim, porque, surpresos e encantados com o novo espaço que lhes vinha às mãos, os portugueses teriam compreendido com rapidez o que valia a região e o que era preciso fazer para possuí-la efetivamente, explorando-a e utilizando-a no rendimento econômico?

O inquérito acêrca do processo português de descobrimento e de ocupação da Amazônia, mesmo no estado em que se encontra, exigindo prosseguimento na base do vasto documentário que ainda se encontra inédito em arquivos europeus e brasileiros, pelo que já encerra, porém, como fruto de pesquisa e de análise serena, justa, permite a conclusão de que êsse estado de consciência cedo se apoderou dos portuguêses que vieram fazer a Amazônia. Colonos e autoridades locais, como metropolitanas, não demoraram em compreender a extensão da terra nova, sua importância como área ocupável e a necessidade de exercer-se, sem delongas e com muita objetividade, uma política visando ampliar incessantemente a conquista e extrair da colônia quanto pudesse fornecer para o desenvolvimento econômico da nação. Nesse particular, ao exame mais rápido e mais simples que se faça, fica-se prontamente na certeza de que êsse entendimento ocorreu logo. Os cronistas, por exemplo, registraram a copiosidade da matéria-prima existente e de fácil coleta. Matériaprima animal e vegetal. Os mesmos cronistas, como as autoridades locais, na correspondência que mantiveram com Lisboa. como anteriormente com Madrid, na fase da união ibérica, acentuaram a conveniência da expansão para garantir a posse dessa especiaria e para servir, ao mesmo tempo, aos objetivos imperiais que estavam no fundo de tôda a emprêsa descobridora e colonialista(1).

Num balanço muito realista do que foi essa emprêsa, em fins do século XVIII Alexandre Rodrigues Ferreira assinalava-lhe as características e os fundamentos. Referia-se ao que se fizera para conter os franceses de Caiena. As memórias que escreveu a respeito, podendo ser ampliadas para compreender o empreendimento português no extremo-norte, servem perfeitamente para o entendimento, a apreciação da emprêsa. Dizia o natu-

A. C. F. Reis, Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira. A Fronteira colonial com a Guiana Francêsa. Rio, 1947;
 A. C. F. Reis, O Processo Histórico da Economia Amazonense, Rio 1944.

ralista, a propósito das terras do Cabo do Norte, apontando as razões que explicavam o domínio português naquele trecho, razões que explicaram também as de todo o vale, que Portugal dominava a Amazônia pelo direito de descobrimento e conquista, consentimento dos naturais, despesas feitas pela Coroa e tratados de limites que legalizaram a expansão e o domínio exercido(²).

Evidentemente o problema do descobrimento interior, a conquista e empossamento permanente da Amazônia não pode ser desligado do plano político, da ação direta que Portugal executou nas demais partes do Brasil. Mesmo no Brasil sul, onde havia condições políticas graves, que forçaram certas Assim sendo, será necessário verificar se os portuguêses tiveram realmente um plano para o Brasil ou se tôda a ação que desenvolveram foi imediatista, decorrente de instruções, fruto de iniciativa momentânea ou individualista. Para exemplificar: a criação da base territorial, passados os primeiros momentos de contacto com o litoral, seria uma resultante de planejamento, de propósito firme ou teria sido apenas o exercício do impulso, do espírito bandeirante dos mamelucos de São Paulo, do Nordeste e da Amazônia? É possível que o planejamento, como o entendemos hoje, para enfrentar a solução de graves problemas do Estado ou mesmo das cousas privadas, não seria cogitação a marcar aquêles períodos distantes da história. que se pode e deve aceitar como existente é o propósito firme da formação do império lusitano na Sul-América, tendo por fundo do quadro a base territorial, realizada por incentivo do Estado ou por êle aplaudida, criação de uma humanidade em função dos rigores do meio, a defesa intransigente do espaço, alargado sem desfalecimentos, e a elaboração de economia rural que, mesmo na fase dramática do rush para as Minas, foi mandada assegurar, garantir, desenvolver, incentivar como fonte permanente de estabilidade, portanto de segurança.

Enfrentando o rigorismo do ambiente amazônico, no momento em que começavam a perder a Índia, das especiarias rendosas, apetitosas e fundamento do grande comércio que impul-

⁽²⁾ A. Rodrigues Ferreira, Propriedade e posse das terras do Cabo do Norte pela Coroa de Portugal, Revista do I. H. G. Brasileiro, III, Rio, 1841.

sionou os descobrimentos, os portuguêses imaginaram ter encontrado na riqueza vegetal e animal da Amazônia o sucedâneo daquela especiaria. E todo aquêle propósito que presidiu à emprêsa no Estado do Brasil foi igualmente executado na Amazônia(8).

A base territorial foi criada. Partindo de Belém, sertanistas, soldados, autoridades civis e religiosas, avançaram em direção norte, em direção oeste e em direção sul. Atingiram, pelo mar, o Oiapoc. Fizeram ali a fronteira com os franceses de Caiena. Subindo pela calha central do Amazonas, Solimões, atingiram o Marañón. A fronteira ali, ficou no Javari, quando mais de uma vez ela fôra conduzida ao Napo. No Napo, Pedro Teixeira, em 1639, localizara o núcleo da Franciscana, que serviria de baliza, na hinterlândia, às duas coroas ibéricas. Em outra oportunidade, como em 1732, a posse do Marañón foi repetida, em ato soberano, que expressava o objetivo político de expansão e de ocupação de seus autores que agiam em obediência a instrucões emanadas da alta administração portuguêsa. Subindo os rios Negro e Branco, haviam ampliado a fronteira norte, incorporando um vasto mundo, inclusive rica porção de campos que iria agasalhar, já no século XVIII, um plantel ainda hoje viçoso e importante. Pelo Tocantins, pelo Tapajós, pelo Madeira, abrindo comunicação com o Brasil central e as jazidas minerais do Mato Grosso, interligaram a Amazônia com as demais partes do Brasil, libertando-a do caminho único que o mar significava. Balizando aquelas fronteiras com o exterior, uma rêde de fortificações, que começava na orla marítima e se nomeou assim: Gurupá, Desterro, Araguari, S. Pedro Nolasco, S. José do Rio Negro, Nossa Senhora das Neves da Barra, Pauxis, Macapá, bateria de Barcelos, Curiaú, S. Gabriel, Marabitanas, Macapá, Tabatinga, S. José, S. Antônio, S. Joaquim do Rio Branco, N. S. de Nazaré de Alcobaça, Periquitos e Bragança.

Na expansão sertanista e na expansão militar, os obstáculos naturais foram superados. Quando se escreve, como o faz um geógrafo francês, o professor Pierre Gourou, que a façanha portuguêsa teve êxito na Amazônia porque não encontrou obstá-

⁽³⁾ Cf. A. C. F. Reis, A Política de Portugal no vale amazônico, Belém, 1940, c A Amazônia que os portuguêses revelaram, Rio, 1958.

culo da natureza, o que explicaria o insucesso da mesma façanha no Congo, afirma-se uma inverdade, pelo menos tendo-se em conta o conjunto hidrográfico, a bacia, e não apenas o delta(*). Porque no Tocantins, no Tapajós, no Madeira, no Negro, no Branco, êsses obstáculos existiriam, eram muitos e foram ultra-passados, subidas e descidas as cachoeiras, e a jusante e a montante das mesmas, estabelecidos postos militares, fortemente artilhados, bem como núcleos demográficos permanentes.

A multidão indígena era imensa, de culturas diversas e falando as línguas mais variadas. Antônio Vieira, impressionado. falou em que a Amazônia lhe parecera uma babel, tal a quantidade de línguas em uso. Essa multidão indígena deveria ser incorporada. Os colonos desejavam-na para as suas própriedades, como trabalhadores, como remadores, como caseiros, para as mil atividades da vida diária, doméstica ou não. Mas êsses desejos importavam em escravização. As Ordens Religiosas, em número de seis - Companhia de Jesus, Franciscanos da Província de Santo Antônio, Mercês, Carmo, Franciscanos da Beira e Minho, Capuchos da Conceição, operaram sem cessar para, evitando a escravização, ter em suas mãos os grupos de primitivos que deviam ser aliados, preferindo os portuguêses aos estrangeiros que concorriam com êles. A imigração de casais, iniciada desde o primeiro momento da descoberta, não cessou nunca. No século XVIII, da quarta para a quinta década, incrementou-se. A mesticagem, todavia, é que forneceu o fundamento maior para a sociedade identificada com os rigores da terra agreste que precisava ser amansada. Foi incessantemente incentivada com resultados visíveis.

No tocante à economia, os portuguêses, como já vimos, imaginando ter encontrado, na Amazônia, os sucedâneos para as especiarias que estavam a perder no Oriente, pela concorrência de outros povos, lançaram-se a buscá-los. A economia que realizaram foi, principalmente, a economia da coleta daquela especiaria rendosa, que exportavam para Lisboa ou

⁽⁴⁾ A tese foi sustentada pelo referido mestre francês por ocasião do III.º Colloquium Luso-Brasileiro de Estudos, reunido em Lisboa em 1957 e contestada pelo autor do presente estudo em pronunciamento imediato.

consumiam, in loco. Essa especiaria, a que derám o nome de "droga do sertão", foi colhida em tôda extensão do vale. Serviu como atividade constante, para dar o fundamento econômico à expansão territorial realizada. Constituiu-se de cácau, cravo fino e grosso, piassaba, urucu, canela, sementes oleaginosas, ipeca. As madeiras também foram objeto de particular atenção, exportadas em toros ou mesmo em pranchas. O palácio de Queluz, réplica portuguêsa a Versalhes, teve os tetos e pisos construídos com as pranchas enviadas de Belém. Ao longo da calha do rio principal e do Tocantins foram montados pequenos estabelecimentos destinados à préparação da madeira para exportação. A economia agrícola, seja a que se realizava para o abastecimento alimentar, seja a que visava satisfazer mercados de consumo fora da região, entrou na cogitação de colonos e de autoridades. E da cogitação passou-se a uma execução assistida, incentivada pelo poder público, que concedeu prêmios, assegurando condições, incentivando de tal modo que o café, o cácau, o algodão, o tabaco e a cana, com o acúcar produzido com certa expressão quantitativa e qualitativa, entraram no quadro da economia agrícola a partir dos meados do século XVII, com relêvo, que, de certo modo, deu colorido novo à atividade econômica na região.(5)

A mão de obra era indígena. A multidão extraída da selva pela ação dos missionários ou das expedições primitivas, somava tais algarismos e era, a certos aspectos, tão fácil de possuir que servia para tôda espécie de trabalho. Assim, o índio atuava nas fainas agrícolas, pescando, caçando, funcionava nos serviços domésticos, em serviços do Estado, remava, identificava as espécies animais e vegetais das águas e da floresta, constituindo-se, dêsse modo, o alicerce ou suporte humano de tôda a emprêsa portuguêsa.

O que importa, no entanto, fixar nestas páginas, como ponto final da primeira parte dêsse livro, é a política que os portuguêses promoveram para manter em seu poder, sob sua soberania, o grande espaço amazônico que haviam descoberto, desbravavam e defendiam com tanta sagacidade e com tanta

⁽⁵⁾ Cf. A. C. F. Reis, A Política de Portugal no vale amazônico. Belém, 1940.

bravura. Ora, nesse particular, a obra de Portugal revestiu-se de um aspecto ponderável. Porque, tendo executado, senão um plano ou, mais modestamente, um programa de que acabamos de ver os frutos marcantes, identificando-se admiravelmente com o meio, nos seus mais agressivos relevos, defenderam-no ciosa, brava e objetivamente, sem cessar. Em capítulos anteriores, podemos acompanhar, no sumário que apresentamos, o que foi o esfôrço defensivo. Cabe registrar, agora, que êste esfôrco defensivo era realizado com um sentido realístico admirável. Assim, os portuguêses não enfrentaram a hostilidade dos concorrentes apenas pelas armas, mas no campo diplomático, com evidente sucesso. E no decorrer de tais esforços, procurando possuir um conhecimento aprofundado da região, nas suas particularidades, nas suas peculiaridades. Defendendo-a tinham dela uma consciência serena e segura. Durante os séculos XVII e XVIII, mandando proceder a um inquérito em extensão e profundidade, que não teve limites no que os espanhóis fizeram, com o mesmo objetivo nas áreas amazonicas de que eram Missionários, militares, sertanistas, participaram detentores. dêsse inquérito. Depuseram provocando um sem número de informações esclarecedoras, escrevendo crônicas e memoriais que compõem um documentário magnífico para o conhecimento preliminar daquela parte do império. As expedições técnicas, integradas por geógrafos, astrônomos, engenheiros, médicos, naturalistas, professôres universitários que, em consequência dos Tratados de 1750 e 1777, subiram e desceram os rios, examinando com olhos de ver para a ciência o que era aquêle mundo meio remoto que deveriam investigar, analisar e compreender, apresentaram um rendimento notável. Há dezenas de mapas de rios, detalhes acêrca da natureza regional, doenças, espécimes da flora e da fauna, usos e costumes locais, comportamento dos colonos, todo, enfim um levantamento que honraria qualquer nação que o tivesse efetuado(6). A Viagem Filosófica, de Alexandre Rodrigues Ferreira, para exemplificar, só ela é suficiente para demonstrar o sentido pragmático da política que

⁽⁶⁾ O levantamento de todo êsse acêrvo monumental ainda não foi realizado. Na seção de manuscritos da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará, há um documentário ponderável a respeito. Em Lisboa, no Arquivo do Ultramar, há igualmente manancial preciosíssimo.

se adotara. Porque foi posta a funcionar para que o govêrno dispusesse de todos os dados essenciais aos seus programas de

ação no ultramar(7).

Fechando a Amazônia aos estrangeiros, que poderiam por em perigo a soberania que exerciam, os portuguêses, por vários atos, nos séculos XVII e XVIII, demonstraram essa decisão firme. Em 1740, permitindo a passagem do cientista francês Charles Marie de La Condamine e de seus companheiros de jornada, cercando-o mesmo das maiores atenções, nem por isso deixaram de acautelar-se, vigiando-os atentamente(8). E tinham tôda a razão, La Condamine, no que escreveu e no mapa que elaborou não se esqueceu de negar os títulos luso-brasileiros no tocante à fronteira com Caiena, indicando como exatos aquêles que eram frutos dos desejos imperiais de sua pátria, o que forçou o protesto lançado pelo Jesuíta Bento da Fonseca, que lhe havia, aliás, proporcionado os dados certos, as informações exatas e justas.

A providência para que Guilherme de Humboldt fôsse proibido de penetrar na área amazônica luso-brasileira, e na hipótese de já a ter atingido, ser aprisionado e remetido a Lisboa, tem uma explicação que não pode ser aquela simplista da incultura portuguêsa receosa do iluminismo do sábio europeu. E essa explicação está ligada, de um lado, ao velho propósito português de preservar a Amazônia da cobiça estrangeira, evitando que se revelasse, no exterior, em detalhes, o que era a região; de outro, impedindo a penetração das idéias liberais, contágio herético como então se via o pensamento iluminado que prenunciava a Grande Revolução.

Portugal, cioso da Amazônia, defendia-se, com a porta fechada, do apetite dos concorrentes. Mantinha-se, dêsse modo, fiel a uma política realistica, que lhe assegurava uma soberania mais ou menos tranquila.

⁽⁷⁾ Não me refiro aqui ao Diário publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, más a tôda a emprêsa descobridora e pesquisadora comentada pelo cientista baiano e de que pouco ainda foi divulgado, guardando-se, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a documentação pertinente, juntamente com as memórias que o naturalista foi escrevendo à medida que tomava contacto íntimo com a região nos seus aspectos fisiográficos, sociais e economicos.

⁽⁸⁾ Cf. ARTHUR C. F. REIS, "Paulistas na Amazonia e outros ensaios", Rio, 1941.

Os Inglêses Sugerem a Secessão.

Amazônia, nos dias que se seguiram à sua incorporação ao Império, viveu uma experiência A incorporação não fôra realizada fàcilmente. elemento português não se decidira a ceder, acompanhando o pronunciamento do príncipe D. Pedro. Ao contrário, resistira o quanto pudera. Por todos os meios ao seu alcance, tentará reter em suas mãos a região. A fôrça das armas, dera a impressão de que alcançara êxito. Por algum tempo foi assim. O poder econômico, como dizemos hoje, representado pelos homens de negócio dos centros urbanos e pelos proprietários dos estabelecimentos rurais ou florestais do interior, era uma realização quase total dêles. Ademais, as relações comerciais e políticas dêstes com Lisboa, situação só alterada no período joanino, quando, pelo menos no que diz respeito à direção política, as instruções aos homens de govêrno vieram do Rio, significaram A Amazônia evoluíra na base dêsse contacto direto com Portugal. No decorrer da luta que se travou, nas Côrtes de Lisboa, entre as vozes brasileiras e as vozes portuguêsas, os representantes da Amazônia estiveram participando do grupo português. Houve mesmo um momento em que, imaginando-se

vencer a crise brasileira com a criação de vários vice-reinados, que se subordinariam à monarquia em Lisboa, projetou-se logo a estruturação de um que seria integrado pelas Capitanias do Pará, Maranhão, Rio Negro e norte de Goiás, com sede em Belém.

Os pronunciamentos armados de Belém e do Marajó, como outras demonstrações públicas, inclusive as de imprensa, expressaram o estado d'alma das populações nativas, que pulsavam pela independência. Não haviam sido suficientes, contudo, para vencer a resistência do poderio português que só cedera à evidência do fato positivo da fundação do Império brasileiro. Já era o ano de 1823. Mês de agôsto. Dia 15.

Os incidentes sangrentos que agitaram a região foram sem conta daí por diante. Viveu ela, realmente, uma fase difícil. As populações nativas não se conformavam com a solução que se dera e pela qual, ao invés de um ajuste de contas, tendera-se para uma harmonização de tudo e de todos. O clima de insatisfação era visível. O poder público não dispunha de meios para impor-se, pondo fim àquele estado de coisas. Os reflexos do mal-estar que lavrava pelo país, da independência à proclamação do segundo reinado tinham, na Amazônia, um caráter mais dramático. Porque não eram reflexos, apenas de natureza política. Possuíam uma côr local ponderante, côr local que se expressava na desarmonia social e econômica latentes. Havia uma distância, nesse particular, muito forte, e a que os governantes não se mostravam sensíveis.

A partir de 1832, a situação começou a agravar-se ainda mais. Nos comunicados ao Ministério do Império e da Guerra, os presidentes da Província do Pará cingiam-se a apreciar os aspectos políticos, que eram os aspectos externos dos sucessos, ignorando-lhes o fundamento maior ou o conteúdo sócio-econômico. Os caudilhos que iam surgindo não saíam das camadas abastadas. Não eram militares desgostosos, mas elementos do povo ou, quando mais esclarecidos espiritualmente, do clero. E o clero da Amazônia era, então, recrutado nas classes populares, formado no Seminário de Belém e se credenciara perante as camadas mais ardentes porque desde as comoções cívicas pela independência, quando atuara por ela, vinha exercendo uma influência ponderável.

Em 1835, a revolução, encerrada as preliminares constantes de todos os incidentes anteriores, veio a furo. Uma multidão em armas, sob o comando de chefes populares, os irmãos Vinagre. que haviam sucedido ao antigo porta-bandeira Clemente Malcher e aos padres João Gonçalves Batista Campos e Silvestre Antunes Pereira da Serra, marcharam sôbre Belém. A cidade foi atacada violentamente. A 7 de janeiro caju em poder dos revolucionários. fugindo as autoridades locais. A revolução começou a penetrar pelo interior. Chamou-se-lhe Cabanagem. O nome já é uma explicação do que valia e do conteúdo das reinvidicações que encerrava. Cabanos eram os cablocos que viviam ao longo dos rios, nos sítios, nos pontos de pesca, nas fazendas de cacau, viviam quase à lei da natureza, sem qualquer possibilidade de ascenção social, econômica e política, e agora vinham cobrar, cheios de ódio, aos bem instalados, aos brancos, que eram portuguêses ou dêles diretamente descendentes, a situação difícil em que se encontravam, responsabilizando-os pelo que sofriam.

As atrocidades que, de parte a parte, foram sendo cometidas, decorreram do estado de ânimos que separavam os dois grupos. Não havia quartel. Os que tinham, como assinalou um historiador alemão, Handelmann(1), perdiam pela ação dos que não tinham. Recuperada a capital pelas autoridades legais, em 14 de agôsto voltava a cair em poder dos revolucionários, agora sob a direção de um seringueiro cearense, de 21 anos, Eduardo Nogueira Angelim.

Durante essa fase, estado de guerra violento que só veio a ser encerrado em 1840, com a garantia concedida por Pedro Segundo, e no decorrer da qual perderam-se 40.000 vidas, a serem exatos os dados levantados pelo govêrno imperial, a economia local sofreu perdas materiais sensíveis, imolando-se tudo na violência dos encontros armados ou mesmo nos momentos de vitória dêste sôbre aquêle grupo de armas, ocorrera em Salinas um fato da maior gravidade e que é o motivo central dêste capítulo.

História do Brasil, edição brasileira do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio, 1931, pág. 313.

Referimo-nos ao saque de um navio inglês, ocorrido no litoral da Província do Pará, justamente a costa de Salinas, onde as embarcações que demandavam Belém recebiam a praticagem da barra. O navio era o Clio, que trazia, em consignação para a firma britânica Campbell, da praça de Belém, armamento que o presidente legal Lobo de Sousa encomendara àquela casa comercial. Fundeando, seu comandante desembarcara à procura de prático. Encontrando um norte-americano que ali vivia, de nome John Priest, o comandante com êle mantivera conversação, informando-o acêrca do carregamento que trazia e pedindo-lhe pessoa hábil para levar o navio a Belém. Grupos locais, informados por Priest ou com êle acumpliciados, apoderando-se do barco, depois de dominar a guarnição a bordo e em terra, matando-a, saqueou-a. As autoridades legais, pois aquêle trecho da Província ainda lhes estava nas mãos, não puderam agir. O triste episódio ocorrera em outubro de 1835.

A 17 de março do ano seguinte, três belonaves britânicas do comando do capitão B. Strong, destacado da fôrça naval inglêsa que operava no Atlântico às ordens de Sir George Cockbler, fundeava na baía de Guajará. Dirigindo-se a Angelim, o capitão Strong disse-lhe em nome daquele comando, que ali estava para "exigir de qualquer que esteja comandando em chefe esta província, que se dê busca imediata e se instaure processo a fim de serem castigadas tôdas as pessoas que cooperáram para tão atroz, ato, ou de qualquer maneira tiveram parte nêle, seja por assistir ao roubo, seja por ter recebido a propriedade roubada depois de encalhada a embarcação, e assassinado o mestre e sua equipagem. E demais sou ordenado a exigir de qualquer que esteja no govêrno uma asseveração de que o seu govêrno indenizará aos donos do Clio pela perda de sua embarcação e carga.

"O crime pelo qual venho exigir satisfação, assassínio e piratagem, tôdas as nações são obrigadas por dever a impedir, castigando os perpetradores com a maior severidade, depois de descobertos. Mas a Inglaterra com especialidade sôbre tôdas as nações, possuindo uma poderosa marinha, nunca consentirá que os seus navios mercantes sejam por qualquer povo molestados, quando se achem navegando os mares para fins pacíficos e le-

gais. Estou certo de que êste bárbaro ato foi cometido sem o seu conhecimento, e que se servirá de tôda a sua autoridade para que sejam processados e castigados os delinqüentes, provado que seja o crime.

"Também sou obrigado a exigir para desagravo da bandeira inglêsa ofendida e desrespeitada, — que esta seja arvorada em tôdas as fortalezas da cidade, estando por baixo a brasileira; — que seja cumprimentada com uma salva de vinte e um tiros, e que os criminosos sejam entregues ao govêrno inglês. Enfim, tenho a informar-lhe que a fôrça do meu comando nada tem a favor ou contra a infeliz dissenção que presentemente existe nesta província, mas vem sòmente exigir justiça contra os monstros de Salinas, que vilmente assassinaram os meus patrícios encalhando a embarcação e roubando a carga. Tenho a honra de ser, Senhor, o seu mais obediente criado."

Acompanhemos Domingos Antônio Rayol, o historiador dos Motins Políticos na descrição que fêz da atitude do governante cabano:

"Eduardo Angelim, sem perda de tempo, mandou traduzir o ofício em português; ouviu as pessoas com quem costumava aconselhar-se em negócios mais graves; vem minutar a resposta que devia dar; reuniu em conselho os seus principais auxiliares; comunicou-lhes a ocorrência, e de comum acôrdo resolveu escusar-se de fazer a saudação à bandeira inglêsa e de entregar os criminosos sem prévia ordem do govêrno imperial, garantindo todavia não só a punição dos mesmos conforme as leis do país, como a indenização dos roubos cometidos em Salinas. No dia seguinte assim respondeu ao comissário inglês:

Ilmº Sr. Foi-me presente o ofício de V. Sª datado de 17 do corrente, e sôbre o seu conteúdo passo a responder: — Que relativamente àquele desastroso acontecimento das Salinas, nem eu nem pessoa alguma desta capital, teve parte nêle, porque tudo foi operado por alguns mal intencionados daquele lugar; contudo, sendo do meu dever rigoroso proceder contra atentados de semelhante natureza, já tinha ordenado ao respectivo juiz de paz para processar os compreendidos nessa horrorosa catástrofe, a fim de serem punidos na forma da lei, o que até agora se

não tem verificado pela razão dos choques há pouco sucedidos na Vigia e em outros lugares para baixo, místicos àquele; mas posso asseverar a V. Sª que de novo vou empregar diligências para a captura daqueles delinqüentes que devem sofrer todo o rigor que as leis ordenam a tal respeito, e que jamais os entregarei ao govêrno inglês sem ordem do govêrno do Rio de Janeiro, quando o país tem leis para punir os criminosos; e que igualmente não sujeitarei a bandeira da minha nação à humilhação exigida, sem ordem da côrte.

"Quanto à segunda parte do conteúdo do mesmo ofício, exigindo saber se o govêrno indenizará aos donos do Clio, pela perda desta embarcação e sua carga cumpre-me dizer-lhe que o govêrno central é obrigado a ordenar esta indenização por conta da nação, uma vez que o Pará não está desmembrado da integridade do Império: no caso, porém, de circunstâncias poderosas assim não o permitirem, então posso certificar a V. Sª que esta província tomará sôbre si a dita indenização.

"Não é estranha aos paraenses a amizade que a nação inglêsa lhes consagra, acrescendo ainda mais as boas maneiras com que V. S³ advoga uma causa tão justa neste pôrto, o que é mais uma prova evidente do caráter da honrosa nação que V. S³ representa. Deus guarde a V. S³."

Aceitas as explicações, Angelim ofereceu aos oficiais inglêses um almôço. No decorrer do ágape, escreveu Rayol, que ouviu o fato do próprio Angelim, "houve quem o aconselhasse a proclamar a separação política do Pará, como nação livre e independente, com promessa de proteção estrangeira, respondendo êle que não trairia nunca a sua pátria para trocar o nome de cidadão brasileiro com o qual se julgava enobrecido!"(2).

⁽²⁾ Domingos Antônio Rayöl, Motins políticos ou Historia dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará. 1821-1835. v. 5, Belém, 1890, págs. 306/9.

Até que ponto o episódio é exato? Teriam sido os inglêses ou outros elementos estrangeiros presentes ao almôço os autores da sugestão?

Angelim, ao abandonar Belém, premido pela ação das fôrças legais do brigadeiro Soares de Andréia, dizia-lhe, dia 30 de abril de 1836, que o respeito à figura do Imperador não sofrera, no decorrer dos sucessos políticos em foco, qualquer interrupção "a despeito de tôdas as vantagens prometidas logo no princípio da revolução por alguns agentes estrangeiros, que me patentearam a necessidade de ligar-me a seus Estados." (3).

Oue agentes teriam sido êsses? Agentes consulares, agentes comerciais? E na hipótese de serem agentes consulares, que países representavam? Havia em Belém, a essa altura, consulados de Portugal, França, Inglaterra e Estados Unidos. Qual ou quais dêles teriam pretendido levar a Amazônia a secessão? De outro lado, em face do que ouviu Rayol do próprio Angelim e do que consta da carta enderecada a Soares de Andréia, parece que não houve apenas uma sugestão para a objetividade de um golpe na integridade do Império, além daquele, durante o almôco aos oficiais inglêses, mas outro, ou outros, de agentes consulares. A correspondência do capitão Strong e a dos agentes consulares com os seus govêrnos é que poderão dar a resposta definitiva. O que ficou certo é que houve a sugestão ou as sugestões. E essa ou essas, para que a Amazônia se desligasse do Brasil, tornando-se, ou um Estado autônomo, sob proteção estrangeira, ou a um dêles reunido(4).

⁽³⁾ RAYOL, ob. cit. pág. 325.

⁽⁴⁾ Angelim, faleceu à 20 de julho de 1882. Noticiando o fato, o Diário do Grão Pará, conforme apurou Ernesto Cruz em seu livro, Nos bastidores da Cabanagem, pág. 216, escrevia — "Recusou recursos militares do govêrno Americano para proclamar a independência da Amazônia". Angelim escreveu um livro de memórias, relatando sua ação na fase heróica da Cabanagem. Perdeu-se, porém, êsse livro, onde, certamente detalharia, esclarecendo-o, o episódio da sugestão ou das sugestões separatistas.

A Navegação do Amazonas.

Amazônia, no decorrer do período colonial, como já vimos pelos capítulos anteriores, permanecera fechada aos estrangeiros. Portugal, nesse particular, tivera um procedimento rigoroso, defendendo-a dos olhares interesseiros dos povos que com êle concorriam na aventura colonial. E no particular do aproveitamento dos cursos fluviais, que tanto caracterizavam a região, adotara uma política drástica com relação aos seus próprios nacionais. Não se podia, como decorrência dessa política, circular a vontade por qualquer dos rios interiores amazônicos, isto é, o Amazonas em si e os seus afluentes. Havia necessidade de certas autorizações para determinados trechos. É que, por êles, seria possível aos nacionais de Portugal, entre êles os que houvessem nascido na própria Amazônia, tomar contacto com as possessões vizinhas, contacto mercantil prejudicial ao sistema de monopólio executado pelo país colonizador. Ademais, ainda por êsses cursos d'água, as relações entre as várias regiões interiores do Brasil, regiões como Goiás e Mato Grosso, onde se processava a exploração da riqueza mineral, seria fácil e através delas a realização do contrabando.

perigoso tudo isso aos interêsses imediatistas portuguêses que, em consequência, não admitiam qualquer possibilidade de uma violação.

Os rios Tocantins e Madeira, como fruto dessa orientação, estiveram fechados ao tráfico. Descobertos, viajados para a operação inicial de reconhecimento e avaliação de sua importância, em breve eram trancados aos que pretendessem aproveitá-los para a intercomunicação com o centro oeste da colônia. O ato de 27 de outubro de 1733, relativo ao Madeira, só a 23 de outubro de 1752 foi revogado. Como só a 10 de janeiro de 1730 foi o Tocantins aberto ao tráfego. Nesse caso, sentira-se a necessidade de medida para estabelecer contacto proveitoso com aquelas partes da colônia por onde alcançar com facilidade um relacionamento com o sul. No particular do Madeira, é que por êle é que se faria o acesso menos difícil e mais de interêsse para a soberania portuguêsa, para a Capitania de Mato Grosso, que precisava ser assistida em face dos perigos constantes a que estava exposta com a vizinhança espanhola, vizinhança que, por mais de uma vez, pusera as mangas de fora em agressões perigosas à integridade daquela unidade política do império.

Quando se conquistou a independência, o problema do acesso ao interior da Amazônia, pelo estrangeiro que desejasse vir instalar-se nela, ou descobri-la para a ciência, ou ainda para o giro mercantil que desse forma à sua vida econômica, criando mercados no exterior à sua produção tão interessante e tão desejada, era um problema de que todos cêdo se aperceberam. E tanto assim que, sem que houvesse ato expresso no sentido de abrir a região ao estrangeiro, êles começaram a procurá-lo sem maiores embaraços que aquêles naturais e decorrentes da necessidade de identificar-se com a legislação vigorante no Estado nascente. Os agentes consulares da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos logo se instalaram. Eram já um indício do interêsse que o extremo norte provocava e um anúncio de que seria procurado, mais cêdo ou mais tarde, como de fato aconteceu, pelos nacionais daquelas autoridades diplomáticas que chegavam para abrir o caminho.

A questão da navegação era seguramente a de maior importância. Por que não seria possível continuar a Amazônia submetida ao regime do comércio interior operado pelos fretes de pequenas ou grandes embarcações a vela e a remo que a cortavam em todos os sentidos, mobilizavam milhares de braços, constituíam um negócio de alto rendimento, transportando mercadorias e passageiros, mas evidentemente constituíam um sinal vivíssimo do passado próximo que todos desejavam ver distante. A navegação a vapor devia suceder aquelas frotas locais. Faltava, porém, o capital necessário. A região era pobre. Não dispunha de recursos para um negócio daquele vulto. Várias tentativas com tal objetivo progressista estavam fracassando, o que importava na manutenção de um estado de coisas a que o govêrno imperial, ao qual os presidentes da Província começaram a propor o problema, não devia permanecer indiferente(1).

Não partiu, todavia, da autoridade nacional a primeira providência objetiva, material, visando à solução almejada e sim do exterior, dos Estados Unidos. Organizara-se ali uma companhia de navegação para utilizar as águas amazônicas, e através delas desenvolver o comércio. Essa companhia era a The Amazon Steam Navigation Company, de Nova York, que obtivera a proteção do ministro brasileiro junto ao govêrno norte-americano, o sr. José Silvestre Rebêlo, e fôra incorporada pela firma Le Roy, Bayard & Co.

O Amazonas, nome do barco que devia iniciar a nova era, do comando do capitão Clark, acessorado pelo interprete, John W. Efferman, fundeou no pôrto de Belém a 14 de Julho. Presidia o Pará, que compreendia a essa altura o que é hoje o Estado do Amazonas, José Félix Pereira de Burgos, que se apressou em convocar uma grande assembléia em palácio, dela participando as autoridades civis, militares e eclesiásticas, comerciantes e pessoas da maior importância da sociedade local para deliberar acêrca do comportamento em face da retumbante novidade. Deveria ser concedida a licença impetrada para que o barco subisse o Amazonas? Mesmo sem autorização especial do Rio? Que resultaria, para a região, das viagens e, embarcação que

⁽¹⁾ Cf. ARTHUR C. F. Reis, Panorama econômico-financeiro do Segundo Reinado. A navegação fluvial especialmente a do Amazonas. Rio, 1924.

viria substituir a ronceira frota local? E que efeitos produziria, na concorrência, sôbre aquêles milhares de brasileiros que viviam ligados ao imediatismo da frota ronceira, remando, movendo as velas, embarcando a carga que elas transportavam?

A assembléia assustou-se com tôda a imensa modificação de vida que resultaria, seguramente, da novidade e decidiu que a paz social e as condições econômicas vigentes não fôssem alteradas, recusando a licença(²). Perdera-se assim a iniciativa da companhia norte-americana, que tratou de acionar o govêrno brasileiro, numa longa questão em que o Império não levou a melhor, sendo obrigado a pagar-lhe indenização pelas perdas e danos que sofrera na aventura a que se lançara sob a proteção da autoridade brasileira, representada pelo ministro Silvestre Rebêlo.

A atenção sôbre o Amazonas, evidentemente, estava iniciada. E nos Estados Unidos tomou corpo, à alegação de que o Brasil cometia um tremendo crime contra os interêsses da humanidade com a política chinesa, denominação que se deu à nossa atitude, da porta fechada aos barcos estrangeiros, que vinham trazer civilização e não pôr em perigo a soberania nacional.

Dirigiu durante algum tempo a campanha em favor da abertura do Amazonas, um oficial da marinha norte-americana, o tenente Mattnew Fontaine Maury, superintedente dos serviços hidrográficos de seu país e astrônomo do Observatório Naval de Washington. Em artigos de jornal e em memorial endereçado ao govêrno de seu país a respeito do mundo amazônico, que êle pintava como o paraíso das matérias-primas, espaço que estava aguardando as raças fortes e decididas para a emprêsa de sua conquista científica, econômica e por fim política, o oficial de marinha sustentou a tese arrojada de que tal região não poderia permanecer trancada à humanidade. Uma expedição a cargo de dois membros das fôrças navais norte-americanas tomaria contacto com a Amazônia, explorando-a e posteriormente indicando-lhe as excelências que permitissem o planejamento da conquista. Barcos a vapor, penetrando pelo Atlântico, comple-

⁽²⁾ A ata da reunião vem divulgada em A. C. F. Reis, obr. cit.

tariam os trabalhos de indagação, de tombamento realizado pelos dois oficiais pondo fim às dúvidas que existissem quanto à acessibilidade das águas da bacia imensa.

Já antes, na imprensa norte-americana, liam-se referências ao estado de primitividade da região, a carecer de sangue que a vitalizasse. O Boston Daily Times divulgara um artigo de pretenso francês residente em Belém, a respeito das possibilidades locais, incapacidade do Brasil para a operação de desenvolvimento, e certos anseios já constatados no sentido da secessão, uma vez que o Império se mostrava sem os recursos e as disposições bastantes para agir, valorizando. A Inglaterra, falava o articulista, era a nação naturalmente indicada para o empreendimento. Porque iria iniciar uma etapa nova, acabando com o sistema da porta fechada.

A campanha de Maury principiara em 1850. Aos poucos mobilizava a opinião pública, provocando os receios da diplomacia brasileira. Das campanhas de imprensa, Maury passaria às convenções partidárias ou de homens de negócios, a se celebrarem em várias cidades e com uma frequência assinalável. A Amazônia, aos olhos dos homens de negócio e dos aventureiros, que desejavam uma oportunidade para atirar-se a novas façanhas como as que haviam realizado em direção ao oeste, sôbre a Flórida, nas fronteiras com o México ou nos setores mais próximos da Luisiana, aparecia como um verdadeiro velocino que o Brasil procurava ocultar, desservindo, com sua atitude, aos mais legítimos interêsses da espécie humana. A tese invocada era sempre essa. Não se falava claramente em interêsses locais, norte-americanos, mas nos dos demais membros da grande família internacional. Maury, no seu ousio, reuniu em volume, suas advertências, seus conselhos, suas descrições fantasistas sôbre a Amazônia, suas sugestões tipicamente imperialistas. O livro teve o nome de The Amazon River and Atlantic Slopes of South America. Foi editado em 1853 lançado com um sucesso surpreendente e divulgado nesse mesmo 1853, no Rio de Janeiro, em edição brasileira.

O ministro brasileiro em Washington era, a êsse tempo, Sérgio Teixeira de Macedo. Desde que chegara à capital da potência nortista, sentira os perigos que rondavam o Brasil amazônico. Apressara-se a denunciar a situação ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Fora sondado por membros do govêrno e homens de negócio, parlamentares norte-americanos, todos submetidos à influência das notícias correntes sôbre o potencial que a Amazônia representaria e surprêsos com o comportamento brasileiro, que se agravava tendo em vista a evidente impossibilidade técnica e financeira para desenvolvê-la. A correspondência que manteve com o Ministério, é expressiva, revela as apreensões que o atormentavam, refletindo o estado de espírito em evolução, cada dia mais agressivo com relação ao Brasil. A pressão que começava a fazer-se sôbre o representante brasileiro aumentava. E êle, aos poucos, parecia submeter-se a ela, cedendo aos argumentos que lhe pareciam razoáveis senão impossíveis de rebater(3).

Os Estados Unidos, é momento de registrar, davam passos muito decisivos no sentido de uma expansão que se não reduzia aos espaços interiores do norte do continente. Suas ambições extravasavam e se lançavam sôbre as Antilhas. Maury, num de seus arrazoados ao govêrno, sustentara que a América do Sul não passava, a seu ver, no que diz respeito à sua vida econômica, de uma península da América do Norte, de que por isso mesmo devia considerar-se e ser mesmo uma dependência. O clima da expansão tomava conta do país. Inegàvelemnte significava a pujança da raça forte, que se estruturava cheia de convicções, de entusiasmo à volta do princípio de que lhe estava reservada o destino irretorquível de presidir à comunidade internacional.

No Brasil, as opiniões variavam. Sousa Franco, paraense, com vasta fôlha de serviços prestados à pátria desde a fase duvidosa da independência, governante de províncias, parlamentar, ministro de estado, publicista, político, financista, era favorável à mudança de orientação por parte do govêrno. Desejava a abertura do rio à navegação das nações amigas. Desejava um gesto como aquêle de D. João em 1808. Nos meios governamentais, o pêso era em sentido contrário. José Antônio Soares de Sousa, ministro dos negócios estrangeiros, em correspondência com Sérgio Teixeira de Macedo, expondo-lhe o pensamento oficial, falava com clareza — o Brasil não estava disposto a

⁽³⁾ Cf. Fernando Saboia de Medeiros, A Liberdade de navegação do Amazonas. São Paulo, 1938.

abandonar a política seguida, pelo que o uso das águas interiores da bacia amazônica eram de sua competência, regulada por sua legislação, por seus interêsses e, nesse particular, condicionada, para as exceções da navegação, às convenções bilaterais com os demais países ribeirinhos. Nada de franquias demasiado liberais, que trariam perigos à soberania. As razões até então invocadas não tinham propósito. O Brasil sabia o essencial sôbre a Amazônia.

Teixeira de Macedo, no entanto, inquietava-se, dada a extensão da propaganda contra a ação brasileira. E em informe reservado ao Ministro Soares de Sousa, datado de 14 de novembro de 1850, conservado no Museu de Petrópolis, abriu o coração:

"A pretenção do Govêrno americano de fazer explorar por sua conta, e por seus engenheiros e naturalistas, o rio das Amazonas, suas margens e seus tributários, envolve como "consequência necessária a pretensão de obter a livre navegação dêles para a sua bandeira.

"A França e a Inglaterra também a deseja, e os esforços que ambas já têm feito para estenderem suas possesões até à margem esquerda do rio por meio de usurpações de nosso território, creio, têm sido mais por fim o conseguir a qualidade e direitos de ribeirinhos dêle, do que a simples aquisição de terrenos em parte pestíferos.

"O trabalho luminoso e interessante do Tenente Maury, que tive a honra de enviar a V. Exª, com o meu ofício ostensivo n.º 13, mostra claramente a importância dessa navegação, e me dispensa de entrar em consideração alguma a êsse respeito. Já aqui uma pessoa entendida pretendeu mostrar-me que o Amazonas é um dos caminhos da Índia, apesar da cordilheira dos Andes. É uma exageração esta que só mostra o atrevimento do espírito de emprêsa norte-americano.

"§ 2.º O Brasil é senhor da embocadura e de ambas as margens do grande rio por uma imensa extensão. Segundo os princípios de direito público que prevalecem em tôda a América, e ainda mesmo na Europa, apesar das decisões do Congresso de Viena, podemos abrir ou fechar a sua navegação não só às Potências ribeirinhas, mas a tôdas as outras.

"Os desejos conhecidos das três grandes Potências marítimas de conseguirem em seu favor a abertura dela, a demonstração que neste sentido faz agora aberta e oficialmente o Gabinete dos Estados Unidos, e a febril atividade que nesta quadra se manifesta em tal gênero de emprêsas exigem naturalmente do Govêrno Imperial a pronta resolução dos seguintes problemas:

- "1.º Convém ao Brasil conservar a navegação do Amazonas fechada a tôdas as bandeiras?
- "2.º Caso convenha, poderá êle assim mantê-la por muitos anos?
- "3.º Se o não pode, qual é a política preferível, empregar todos os meios a seu alcance para conservar o maior tempo possível o regime atual, ou franquear desde já a navegação, mediante algumas garantias e cautelas?
- "§ 3.º A primeira questão é de mera economia social. O Govêrno Imperial centro de maiores luzes de mais variadas informações é naturalmente muito mais competente do que eu para a resolver. Segundo me escreveu V. Ex.º em seu Despacho reservado N.º 10, série de 1849, as suas disposições são de conceder a entrada da bandeira das Repúblicas vizinhas nas águas dos rios comuns que estão dentro de nosso território, fazendo depender essa concessão de convenções que o estado daquelas Repúblicas não permitia ainda concluir, e que dariam origem a uma infinidade de exigências da parte de outras Nações que ambicionam aquela navegação.

"Entrando pois no exame desta questão eu me vejo desde já acanhado pela idéia de se achar minha opinião até certo ponto em oposição com a do Govêrno Imperial, apesar disso exprimi-la-ei com franqueza.

"Eu entendo que a boa economia política quer que as indústrias, que possam ser exercidas pelos Brasileiros sem auxílio estranho, lhes sejam exclusivamente reservadas pelos meios conhecidos e indiretos, de tarifas protetoras e outros; que as indústrias que não podem nascer sem o auxílio de privilégios exclusivos, de isenções, de prêmios e outras animações diretas do Govêrno, se forem vantajosas, obtenham êsses incitamentos; e aquelas enfim que só podem nascer da livre concorrência nacional e estrangeira sejam a essa concorrência abandonadas.

"Neste último caso entendo achar-se a navegação do Amazonas. O exclusivo dela que nos tem competido até agora, ainda não lancou naquelas águas um só barco de vapor. Ainda nenhuma companhia brasileira — solicitou um privilégio exclusivo para estabelecer nelas êsse gênero de navegação. As canoas arrastadas vagarosamente pelos braços dos pobres índios servem exclusivamente o comércio ali, e o impedem de ganhar as gigantescas proporções que a uberdade do solo e a riqueza de seus produtos lhe dariam se major atividade lhe fôsse impressa. Por falha dessa atividade corremos até risco de ver escapar de nossas mãos o exclusivo que podíamos obter para o fornecimento de certos gêneros. Por exemplo a borracha, ou goma elástica, tem de certos anos a esta parte, sido aplicada a um tão variado número de usos e empregos que o seu consumo aumenta prodigiosamente todos os anos. Se nós não pudermos fornecer tanta quanta pedir o mercado, se o fornecimento fôr tardio, difícil e caro, a indústria do estrangeiro fará de modo que possa achá-la, cultivando-a em outros climas, ou substituindo-a por outras substâncias análogas, como já vai acontecendo com o pau brasil.

"A indústria brasileira ainda até hoje não pensou em levar artefatos europeus do Pará até Matto Grosso, Goiás, Bolívia ou Peru. Está claro pois que não há entre nós nem capitais, nem crédito, nem espírito de emprêsa bastante para dar à navegação do Amazonas o incremento de que ela é susceptível, e que devemos chamar em nosso auxílio a indústria, os capitais, o crédito e as emprêsas estrangeiras.

"Os povos marcharão ràpidamente na carreira da indústria, na acumulação das riquezas, e na disposição das fôrças que servem para segurar a sua posse, aquêles que se deixam ficar estacionários são vítimas, como o México, da superioridade de seus vizinhos.

"Se há 40 anos não estivessem nossos portos do Oceano abertos a tôdas as bandeiras, a barra do Rio de Janeiro não veria hoje sair por ano 270 milhões de libras de café, que fazem entrar mais de 30 mil contos de mercadorias estrangeiras, com que enriquece e se fortifica o país, melhorando a condição de suas habilidades. O que a livre concorrência de tôdas as bandeiras fêz em favor do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco,

Maranhão, também fará em favor do Pará, do Rio Negro, de Goiás e de Mato Grosso.

"O Amazonas deve vir a ser o caminho por onde se dirigirão os produtos europeus, norte-americanos e brasileiros, que se consumirem no Peru, na Bolívia, numa parte da Venezuela e mesmo no Chile. A facilidade das comunicações e transportes aumentará êsse consumo, e eu não vejo por que razão deve o Brasil renunciar à vantagem de cobrar um direito de trânsito de 2,5 ou mais por cento sôbre os gêneros que consumirem os Peruanos, Bolivianos, Venezuelanos e Chilenos.

"Confesso por fim que um sentimento de pundonor nacional me oprime o coração quando penso que num só ponto se possa fazer ao Govêrno da Independência a censura que ao colonial fazia um nosso poeta (Caldas) quando com mágua lembrava que o Brasil encerra:

> "Riquezas mil, que o Lusitano avaro Ou mal conhece, ou mal aproveitando Esconde com ciúme ao mundo inteiro".

"A abertura do Amazonas limitada às bandeiras das repúblicas ribeirinhas nada produziria, porque essas repúblicas estão a todos os respeitos mais atrasadas que nós. Só a concorrência de tôdas as bandeiras é, me parece, capaz de produzir os resultados que devemos procurar.

"Além das vantagens diretas e imediatas o Brasil colheria desta determinação a vantagem de obrigar as repúblicas do Prata a seguirem o seu exemplo, e ali somos nós que pedimos a liberdade de navegação.

"O que os outros povos fazem ou deixam de fazer é de certo digno de ser tido em conta quando somamos uma determinação qualquer, mas o exemplo dêles por si só não deve bastar para dirigir nosso proceder. Á liberdade de navegação do Amazonas só pode objetar que todos os povos não só têm procurado conservar o exclusivo do comércio e da navegação de seus rios, mas até o de suas costas, reservando para si a cabotagem.

"A navegação de um rio, em que se tem de romper ao subir uma corrente de 5 milhas ou mais, por hora, exige máquinas e

portanto capitais, que dispensa a navegação de cabotagem. Ao Amazonas nenhum rio existe que se compare, exceto o Mississípi. Se êste não está aberto às bandeiras estrangeiras nada com isso perde, porque está nas mãos da Nação mais empreendedora do mundo, que nêle faz constantemente mover centenas de barcos de vapor. O Amazonas é mais digno de ser comparado com o Mediterrâneo e com o Báltico, do que com rio algum da Europa, e as Nações que podiam fechar o Sund e o estreito de Gibraltar os conservam abertos. Se a abertura nos convém, não sei porque esta espécie de pundonor ou orgulho nacional, nos deva reter.

"§ 4.º Para êste fim parece-me inútil esperar por transacões e ajustes com as repúblicas vizinhas. Enquanto o rio se reconhece como nosso podemos livremente legislar sôbre êle; ao estrangeiro fica livre aceitar as vantagens com os encargos, ou renunciar à navegação. Em meu entender todo o navio estrangeiro podia ser admitido a despachar seu carregamento na Alfândega do Pará, ou nas outras que parecesse conveniente criar, por exemplo ao Norte da ilha de Marajó. Uma vez pagos os direitos de consumo, segundo nossa tarifa, a todos seria permitido subir o rio no mesmo navio, ou em outro qualquer, debaixo de qualquer bandeira, e ir vender seu carregamento onde bem lhes parecesse. Ao importador que provasse, segundo regras estabelecidas, que as mercadorias foram despachadas para consumo e pagaram direitos de entrada no Peru, ou na Bolívia, seria restituída uma parte dos direitos que pagou na nossa alfândega, por exemplo 4 quintos, vindo assim a ser o direito de trânsito que lucrava nosso Tesouro um quinto dos direitos de consumo, e êsse nos era pago pelo consumidor peruano ou boliviano.

"Para a descida do rio e saída de sua foz a mesma regra se devia estabelecer. Criavam-se Alfândegas nos nossos limites com o Peru, Venezuela e Bolívia. As fazendas descidas dessas repúblicas pagavam direitos de consumo, e ao saírem barra fora do rio recebiam uma parte dos direitos pagos. Novo tributo pago pelos produtores estrangeiros, e nova vantagem tirada de nossa posição, porque nossos produtos de igual natureza tinham no mercado estrangeiro a vantagem de preço que resultava de não terem pago êsse tributo.

"Está claro, que êsses impostos deviam ser tão leves que não matassem a navegação, e que tôdas as facilidades deviam ser dadas a êsse pagamento de impostos, substituindo ao depósito em dinheiro as fianças e hipoteca do casco do navio. Não só nós, mas tôdas as nações que aproveitassem da navegação do rio se achariam interessadas em obter dos governos daquelas repúblicas a aquiescência a êste sistema, que de resto lhes é mais vantajoso do que a importação pelo cabo Horne.

"Todo o contrabando feito contra os Tesouros dos vizinhos redundava em ganho para as nossas alfândegas, que ficavam exoneradas da restituição da parte dos direitos pagos ou afiançados. Se algum contrabando se fizesse contra o nosso Tesouro à sombra da confusão e do menor cuidado em examinar a natureza das mercadorias, a perda seria nula porque se verificava sôbre aquilo que hoje não ganhamos. Contrabando maior ou menor, arrecadação de maiores ou menores direitos no caso atual é consideração secundária. O ganho sempre será maior que o atual e o desenvolvimento da riqueza e da população e fôrça nacionais compensará tudo.

"§ 5.º Para proceder com tôda a cautela a lei que determinasse a abertura da navegação do rio a tôdas as bandeiras podia conter uma cláusula declarando que essa abertura só era concedida por 9 anos, ou qualquer outro prazo, findo o qual seria livre ao Govêrno Imperial fechar de novo o rio, ou parte dêle, ou limitar a navegação estrangeira a certa estação, ou levar os direitos protetores da navegação nacional. Nas participações aos Governos estrangeiros esta cláusula podia ser mencionada, exigindo a prévia aquiescência a ela antes de permitir a entrada de cada pavilhão.

"Se ainda esta cautela não parecer suficiente poderá a lei incluir outra cláusula declarando que a navegação do Amazonas só será franca às Nações, que por Tratado solene se obrigarem a não reconhecer sôbre êle durante 100 anos, ou outro qualquer prazo, outro domínio senão o do Brasil, prestando a êste tais e tais auxílios determinados no caso de se apoderar dêle qualquer outra Potência.

"A êste sistema de livre navegação, de fiscalização e de cautelas sei que poderão aparecer objeções, que não prevejo, e é por isso que, apesar de determinado a expôr livremente o

meu pensar, e de estar convencido do que digo, comecei por declarar-me incompetente, e insuficientemente informado.

"§ 6.º Passando ao segundo problema, eu entro no que é mais própria e rigorosamente meu dever, porque informo o Govêrno Imperial daquilo, que sou encarregado de ver e informar, isto é das disposições do país em que resido, e dos meios de que dispõe para sua execução. Enfim não saio do papel de sentinela avançada que dá o alerta, deixando à perspicácia do Govêrno avaliar a grandeza do perigo.

"As Nações que têm interêsse e podem exercer influência sôbre o Brasil são ùnicamente os Estados Unidos, a Inglaterra e a França, porque são as únicas, que a uma marinha de comércio e de guerra considerável reúnem o espírito de emprêsa, uma larga indústria fabril, e por conseguinte a necessidade de ocupar-se de obter mercados a seus produtos, e ir para êsse fim contender com países longínquos, agrícolas e consumidores de gêneros manufaturados. Na questão que nos ocupa estas três Potências têm de mais a mais a qualidade de vizinhas, os Estados Unidos em razão de sua situação na América, a França e a Inglaterra em razão de suas possessões na Guiana.

"§ 7.º Expostos à pressão destas três Potências teremos necessàriamente de sucumbir tôdas as vêzes que elas se coligarem por identidade de interêsses. Permita-me V. Ex.³ examinar quais são as disposições de cada uma delas, e de tôdas as Nações civilizadas a nosso respeito; qual tem sido o seu proceder, e as razões disso.

"Em matéria de alianças e de proteções estrangeiras, tanto em relação aos Governos, como aos povos, nosso fado tem sido o oposto do dos Estados Unidos. Estes começaram por ter o apôio e valiosos auxílios de duas grandes Monarquias da Europa em sua luta contra a Inglaterra. Tem sido depois ingratos e duros para com ambas, e hoje excita o ódio de todos os Governos europeus, ao mesmo tempo que a admiração e as simpatias dos povos. Ou por obedecer a êsse sentimento das classes, que desde 1820 assaltam todos os Governos para estabelecerem reformas e instituições novas, ou pelo desejo ardente de viver em paz, ou pelo conhecimento da fôrça dêste país, todos os Governos lhe mostram a maior deferência, e parecem solicitar

a sua amizade, esquecendo e até nem relevando injúrias, permitindo e até aplaudindo atos de pirataria e de opressão contra os fracos.

"Com o Brasil tem acontecido o contrário. Pelos Governos absolutos da Europa, ou pelos que simpatizavam com o absolutismo foi classificado logo desde os primeiros tempos de sua existência nacional, como país de propaganda revolucionária em razão da Carta Constitucional que dêle partiu para Portugal, e que deu origem na Europa à reação contra o absolutismo triunfante em 1823 em todos os pontos. Pelos povos foi o Brasil classificado de país de tirania, de país inóspito, que acolhia os colonos europeus alemães, suícos e irlandeses com a miséria, e com o cativeiro do servico militar. Pela classe liberal ilustrada e pensante, mas moderada, é que à sombra da moderação procurava pregar as instituições liberais, o Brasil foi classificado entre os países que por seus excessos, por seus injustificados movimentos revolucionários desonravam a liberdade e davam argumentos ao absolutismo contra ela. Assim nós temos vivido até hoje sem a amizade íntima, a simpatia, o apoio nem dos Governos, nem dos povos, nem dos liberais, nem dos absolutistas. Cada um se chega a nós quando nisso vê interêsse, e fora dêsse caso olha para nós ao menos com indiferença. É esta a triste convicção que me deu minha residência em países governados por tôdas as formas de Govêrno, a leitura das gazetas de tôdas as côres políticas, a conversa com os Chefes representantes de todos os partidos, e o exame dos debates de todos os parlamentos, é esta a convicção que nos devem dar os fatos que todos os dias ocorrem.

"Se à Grécia, se a Portugal, se à Toscana faz um Govêrno prepotente uma injustiça levanta-se logo clamores dos Governos e dos povos em favor do oprimido, aparecem logo discussões calorosas nos próprios parlamentos do país opressor. A mesma injustiça se faz ao Brasil, e todos se calam como aconteceu no caso do bill de Lorde Palmerston contra Portugal, aplicado depois por Lorde Aberdeen contra o Brasil, por Lorde Aberdeen, que o combatera e censurara quando aplicado a Portugal.

"Se eu não temesse alongar excessivamente êste Ofício entraria em mais largas considerações para mostrar esta posição isolada do Brasil, mas eu creio que ninguém a pode desconhecer, e menos V. Ex.*, que tem tido nas mãos em circunstâncias

difíceis nossas relações exteriores. Creio pois que ninguém negará, que, quando uma Potência, estrangeira usurpar ao Brasil qualquer domínio, qualquer direito, se essa usurpação fôr lesar os interêsses das outras Potências em subido grau, é possível, é escassamente provável, que consigamos das outras Potências uma demonstração em nosso favor. Se porém essa usurpação não lesar, antes aproveitar as outras, devemos contar como certo que aquelas mesmas, que não ousariam afrontar tão escandalosamente a justiça, folgarão de ver cair sôbre outra a responsabilidade de uma iniquidade, de que tratarão de aproveitar sem mais pensar nos meios, por que foi obtida a vantagem.

"§ 8.º Apesar da burla do Oiapoc, da qual a França cedeu só porque o grande homem, que nela reinava, viu interêsse em nossa amizade, apesar de se terem desdado os vínculos que uniam os dois Governos, porque cessou ali infelizmente de reinar a dinastia relacionada com a nossa, creio que nenhuma nova usurpação devemos por êste lado temer daquele Govêrno. Govêrno francês, ou esteja nas mãos de fidalgos, ou de professôres, ou de advogados, ou de Generais, é sempre o mesmo, inepto em suas relações estrangeiras, incapaz de fundar estabelecimento algum colonial que prospere, mas sempre atrapalhado com questões de nenhuma utilidade, como a das ilhas Marquesas, e só sabendo criar dificuldades em países remotos, para poder redigir boletins e cantar louvores à bravura de seus guerreiros nos discursos do dia de ano bom, dos banquetes, e da abertura do Corpo legislativo. Se o Govêrno Luís Napoleão, ou de quem lhe suceda, achar na questão do Cônsul em Pernambuco pretexto para bombardear alguma cidade nossa, desmoronar alguma fortaleza, meter a pique algum navio, folgará de poder apresentar-se ao público e ao corpo legislativo, dizendo, como Carlos X em 1828 — "Dans les parages lointains et sous la domination incertaine des gouvernements naissants, nobre pavillon a eprouvé quelques agréssions, mais j'ai ordonné qu'on exigeat de justes reparations," — e, como aquêle desditoso rei, Luís Napoleão julgará assim firmar e prolongar seu poder. É êste perigo que deve preocupar-nos em nossas relações com a França, e não o de estabelecimentos baseados sôbre usurpações contra nosso território.

"Quanto à Inglaterra a navegação do Amazonas e a posse de suas margens ainda lhe não apresentam um interêsse bastante imediato e grande para que ela comece a agredir-nos. Sua ação estendida em tôdas as 5 partes do mundo, a necessidade de constantemente vigiar o continente europeu, ao mesmo tempo que lhe cumpre, por amor das finanças, reduzir seus armamentos. sua luta de influência sustentada com desigualdade contra os Estados Unidos, relativamente à comunicação do Atlântico com o Pacífico, a trazem já tão preocupada e embaraçada que lhe não é dado pensar num objeto de interêsse um pouco remoto. Os recursos porém do Govêrno britânico são infinitos, sua habilidade não conhece igual neste gênero de emprêsas, e sua política não recua diante de nenhum meio. Para abrir ao seu comércio os portos da China recorreu à chicana do ópio, fêz a um povo fraco e inocente uma guerra injusta, com o pretexto de certas faltas de formas, arrancou-lhe dinheiro, obrigou-o a envenenar-se com o seu ópio, a renunciar à sua política secular, a conceder-lhe terras, e por fim ainda se voltou para os povos civilizados, e veio blasonar da generosidade, com que, em vez de reservar para si o comércio dos portos, cuja abertura conseguia, os franqueava a todo o mundo, obteve aplausos, e cada povo foi pensando em aproveitar a seu modo dos portos abertos.

"Para obter uma das passagens do istmo de Panamá não recorreu ao ópio, mas à cachaça. Com ela comprou um aliado, que arvorou em rei legítimo. À sombra desta impostura criou uma cidade inglêsa, estabeleceu os regulamentos que bem quis para a navegação do rio S. João e do lago de Nicarágua, espatifou uma República, criou por onde lhe pareceu comoções populares, e iria por diante tranqüilamente se seus interêsses não se achassem em oposição com os do único povo que pode contrariar suas emprêsas naquelas paragens. Uma vez a braços com êste rival, fingiu recuar, assinou Tratado, prometeu desistir, mas chegado o momento nem quer recuar, nem entender francamente o Tratado, nem largar o que já tem nas mãos. Cumpre porém notar que o Govêrno norte-americano, atravessando-se diante dos projetos britânicos, não lhe foi intimar que deixasse ao Nicarágua o que lhe pertence, mas sim que não monopolizasse o que usurpava ao Nicarágua, que o deixasse a todo o mundo.

"Estes dois exemplos dão uma idéia dos meios que o Gabinete de S. James empregaria, para nos forçar a abrir-lhe a navegação do Amazonas, no momento em que isso lhe parecesse vantajoso. Suas multiplicadas relações conosco, seus Tratados vigentes e caducos, os estabelecimentos inglêses entre nós existentes podem fornecer-lhe quantos motivos de guerra êle quiser imaginar mais plausíveis do que o ópio da China. Suas possessões na Guiana lhe podem fornecer quantas facilidades queira para improvisar alianças denominadas antigas, com reis denominados legítimos de Jumas, Parintintins, Araras, ou Mundurucus, que lhe dêem direitos a exigir para sua bandeira a navegação do Amazonas como ribeirinhos do rio Branco, do rio Negro, ou do mesmo Amazonas. Bastar-lhe-a a declaração que vai seguir neste caso a política generosa e civilizadora, que seguiu na China, para que não só ninguém se lhe oponha, mas todos o aplaudam, e exaltem seu espírito justiceiro.

"Creio pois que os meios, de que o Govêrno inglês pode lançar mão contra nossa fraqueza e nosso isolamento, são grandes e eficazes. Não me lisongeio de os prever todos: a imaginação dos estadistas britânicos é mais fértil do que a minha, mas os meios que não apresentariam novidade já são bastantes, e se êles já não estão em jogo é porque o momento, que pode cedo chegar, ainda não chegou.

"§ 9.º Quaisquer porém que sejam as vantagens do Govêrno britânico, não têm elas comparação com as dos norte-americanos quando se trata de usurpações de territórios ou senhorios quaisquer dentro da América. Este país apresenta hoje um sistema de conquista e usurpação desconhecido nos tempos passados e no velho mundo, sistema que está encarnado na população que faz parte de suas opiniões, de seus preconceitos, que se pratica independente do Govêrno, e mesmo contra a vontade do Govêrno, e que por tanto tem de continuar por muitos anos, talvez por séculos. O anglo-americano não se apresenta com um exército para combater, comprimir e submeter os outros povos, como fizeram até Napoleão todos os conquistadores, e como ainda fazem os inglêses na Índia.

"Sinto não ter tido ainda tempo de expor a V. Ex.*, em Ofício a êsse fim especialmente consagrado, as minhas idéias sôbre esta singular existência do norte-americano. Subordinando aqui esta investigação a um outro assunto devo resumir-me, serei talvez incompleto.

"Semelhante às águas de um grande lago, que passando o nível do açude que as contém abrem no cimo dêles uma passagem, por onde se despenham com violência, e seguem serpenteando certa direção pelos campos, a população exuberante da Europa achou no Oceano essa passagem para se despenhar fora dos estreitos limites, em que a encerravam, e a direção que tomou, e em que persiste é a dos Estados Unidos. Tal direção lhe deu, além de diversas causas morais, a proximidade dêste país e a semelhanca de climas, de produtos e de alimentos. Se essa população emigrante viesse aqui achar um povo a ela inferior em civilização geral (não falo do refinamento das artes e ciências). em indústria e energia, ela o dominaria, lhe imporia seus costumes, paixões e preconceitos; o país se dividiria em tantos Estados governados diversamente, ou tantas influências locais distintas, quantas fôssem as diversas raças que para êle viessem, as diversas línguas, as diversas crenças religiosas. A grandeza dessa imigração seria uma causa de fraqueza. Aqui nada disso acontece, tôdas essas raças, línguas, crenças, costumes se fundem para formar um corpo compacto e homogêneo. Os mesmos alemães que, por tôda a parte, costumam reunir-se em grupos e conservar sua língua e usos, aqui, apesar de fiéis a êsse sistema quanto ao material, se identificam com a política, e tradições nacionais, e se tornam tão bons americanos, tão entusiastas da glória e prosperidade nacionais como os nascidos no país e oriundos da raça anglo-saxônia. Esta, sôbreposta a tôdas as outras, as explora e emprega como a raça humana em geral explora e emprega os entes inferiores, os irracionais. A direção em tudo lhe pertence, e essa onda de povo, de braços úteis, robustos e corajosos, que corre para as praias americanas, continua aqui a correr, segundo os passos do anglo-americano. Ouando êle chega às raias do seu país não faz alto, mas corre para diante na direção que melhor convém.

"O anglo-americano se identifica completamente, absorve e assemelha a si, tôdas as raças caucasianas, mas a nenhuma delas, antes dessa completa fusão por muitas gerações, deixa subir ao Govêrno do Estado, ou a uma verdadeira influência. Com a raça africana, com o homem que em seu sangue tenha a menor mescla do africano, não quer nunca identificar-se, não reconhece a essa raça direitos políticos nem civis; e só lhe reserva a escravidão doméstica. Nessa condição engorda e faz multiplicar

os pretos e mulatos como animais úteis, de sorte que é a raça, cujo aumento aqui é maior e mais rápido mesmo comparada com a prolífica raça anglo-saxônica. Os indígenas do país estão votados a uma completa exterminação. Eles não servem para a escravidão como os africanos, o anglo-saxônio não admite mescla de sangue, não há outro destino a dar-lhes senão a morte.

"Se a onda, a torrente da população se dirige para o Norte, o americano vai acompanhado de suecos, dinamarqueses, belgas e alemães; se para o Oeste, de belgas, franceses, alemães, espanhóis; se para o sul, de todos êsses e principalmente de negros e mulatos escravos.

"Passada a fronteira dêsse modo, o americano não se inquieta com a autoridade do país, nem examina quais as leis que o regem, estabelece logo seus usos, suas leis, suas autoridades eletivas; e quando lhe parece a propósito declara que o país constitui um dos Estados Unidos da América. A guerra vem depois, ou ao mesmo tempo que a invasão, mas como o inimigo é pouco temível, o americano mostra a respeito do terreno que cobiça a mesma segurança do Senado romano quando vendia públicamente as terras, em que plantara seu campo Aníbal vitorioso.

"Foi assim que se verificou a conquista do Texas e da Califórnia, e se está verificando neste momento a de Panamá. Por sua energia e atrevimento, pela fraqueza dos vizinhos, e pela despovoação das terras o norte-americano ocupa, toma posse antes de conquistar, e quando a guerra da conquista começa êle já combate em sua casa, e o senhor legítimo da terra é que combate com as dificuldades do invasor e conquistador. Quando a guerra com o México começou já a Califórnia estava em revolta e separada dêle. A guerra ainda progredia, e já a Califórnia estava declarada território dos Estados Unidos.

"Parece à primeira vista que se a mesma grandeza dêste país produzir a sua desmembração os vizinhos acharão nesse enfraquecimento alguma garantia contra o espírito de conquista e usurpação que os ameaça. Assim pensam aqui os representantes dessas repúblicas. Eu não partilho essa opinião, antes creio que com a separação crescerá o perigo. Dividida esta confederação em duas, cada uma delas será ainda bastante forte para com-

bater e oprimir tôdas essas repúblicas juntas. A fração sul é justamente a que mais empenho, mais interêsse tem nessas invasões. No estado de união com o Norte, que não vê ganho imediato nessas conquistas, os planos do sul se acham muitas vêzes contrariados pelo Govêrno federal, em que prevalecem os interêsses da União em geral, e em que dominam às vêzes influências do Norte, como agora acontece, e como aconteceu durante a Presidência de M. Van Buren, apesar de democrata. Feita a separação, o que a confederação do Sul julgar conveniente executará logo, sem encontrar êsses travões, que ora lhe apresentaram os interêsses comerciais do Norte.

"Se essa desmembração tem de efetuar-se, e quando, é materia de conjecturas; o que sabemos é que êste povo é rigorosíssimo, é tenaz em suas emprêsas, e se acha dominado da sêde de possuir novas terras, e de alargar suas raias indefinidamente. Não há cálculo de prudência que o retenha. Seu plano de campanha é irresistível, e o sucesso o anima a persistir nêle. Menos o retém o sentimento da justiça que nunca refreou a ambição de povo algum. O direito com que o europeu veio tomar suas terras aos índios selvagens, êle o estabelece a seu favor em relação às outras raças européias que possuem terras na América. e que êle crê tão inferiores à sua, como os portuguêses e espanhóis, franceses e inglêses creram a êles inferiores êsses indígenas selvagens. O direito de primo occupantis, o americano aplica à terra senhoriada na América por qualquer povo que seja, logo que essa terra não está densamente povoada, que êle não ache onde estabelecer-se. Se algum escrúpulo lhe pudesse vir, êle o sufocava lembrando-se da facilidade, com que está pronto a dar indenizações pecuniárias aos povos assim esbulhados de seus domínios, como aconteceu com a Espanha a respeito da Flórida, e com o México a respeito da Califórnia.

"Assim o anglo-americano, conquista começando por ocupar o terreno, e dá como justa a sua conquista, fundando-a umas vêzes no direito de *primo occupantis*, e outras, ou conjuntamente, no direito de exportação por causa de *utilidade* do gênero humano, expropriação e utilidade, que êle se constitui Tribunal competente para julgar, fundado naquele célebre direito, que invoca Maomé na tragédia de Voltaire.

"O anglo-americano se acha inteiramente convencido de que êle tem de regenerar o mundo todo, dar nova forma de Govêrno a tôda a sociedade humana, e dominar por sua influência tôdas as partes do mundo, de que êle ocupa hoje o centro, em razão de sua posição, que domina os dois grandes Oceanos, o golfo do México, e o mar das Antilhas. Já pois sua ambição se não limita a possuir uma terra compacta e extensa, mas trata de ocupar e assenhorear-se de todos os pontos do globo, que possam oferecer vantagens à sua fôrça marítima. Breve começará a desenvolver o sistema inglês de arriscar tudo, pôr tudo em movimento para obter êsses pontos, ou sejam ilhas, ou sejam posições semelhantes à de Gibraltar.

"A facilidade com que tantos milheiros de famílias empreenderam a extenssissima navegação pelo Cabo Horne, para irem estabelecer-se na Califórnia, mostra que a ocupação de territórios separados sòmente pelo mar das Antilhas lhes não é mais difícil do que a de territórios contíguos.

"Medindo a extensão de território que ocupa hoje êste povo, e que ocupa de modo que o pode defender palmo por palmo se o estrangeiro o vier atacar, e refletindo que a população mais que duplica em 20 anos, é fácil calcular que ao cabo dêsse espaço de tempo poderá ocupar o dobro do território que hoje possui. Os limites dêsse território dobrado vão além dos que traça o golfo do México, e o istmo de Panamá. Tôdas essas Repúblicas de Venezuela, Nova Granada, Equador estão pois ameaçadas da sorte do México, e bem depressa poderemos ter os anglo-americanos por limítofes. Chegadas as coisas a êsse ponto bem difícil será contê-los na margem esquerda do Amazonas, abandonando-lhes êsses territórios; impedi-los de se apoderarem dessa margem me parece impossível com as fôrças, que, segundo o pouco crescimento provável de nossa população, e o atraso de todos aquêles distritos, podemos calcular que teremos então, ainda mesmo supondo que os nossos negócios marcharão melhor que no passado. Estabelecidos os anglo-americanos na margem esquerda do Amazonas, e podem estar nela antes de 30 ou 40 anos, a questão da navegação do rio fica por si decidida.

"No número que incluso remeto do National Intelligencer de 28 do mês passado, periódico whig, moderado e decente,

V. Ex.³ verá que os desejos de explorar o Amazonas não estão só no Govêrno, mas já se espalham pelo público. V. Ex.⁴ verá ainda uma amostra dêsse desprêzo, com que o anglo-saxônio-americano olha para os outros povos, e especialmente para o nosso, e como a si mesmo se inculca como: o civilizador por excelência da América. Devemos pois contar, que muito breve, e muito tempo ainda antes de estenderem os Americanos seu domínio até às nossas raias, começarão êles a insistir por essa navegação, irritando-se a qualquer recusa ou demora, e empregando contra nós ou essas manobras, com que provoca a guerra, e portanto o direito de fazer a conquista da ilha de Marajó, ou as outras manobras, com que se podem pôr em comoção essas Províncias, destacá-las do Império, formar nelas repúblicas da ordem do Nicarágua, para delas obterem quanto queiram.

"Á página 490 do folheto, que junto tenho a honra de remeter (Brownson's quarterly review, N.º XVI., October 1850.) V. Ex.* achará um vigoroso e bem escrito artigo, a propósito da expedição de Cuba, sôbre essa falta de escrúpulo, com que êste povo lança mão dêsses meios odiosos, para verificar suas não menos odiosas usurpações, sôbre a cumplicidade dos altos poderes do Estado às mais das vêzes, e sôbre sua impotência outras vêzes para reprimir essa nefanda pirataria. É um norte-americano que escreve, seus raciocínios são baseados em fatos, e a única coiraça que o defende contra a intolerância democrática é a verdade.

"No seu trabalho já citado o Tenente Maury insiste e prova que as comunicações entre o Pará e New York são mais fáceis e curtas do que entre o Pará e o Rio de Janeiro, e por consequência é mais fácil governar as regiões banhadas pelo Amazonas de Washington de que da Capital do Império do Brasil.

"Minha íntima convicção é pois que não só nos será impossível resistir à pretensão de qualquer dos dois povos anglosaxônios de obter para si a liberdade da navegação interior do Amazonas, mas que nosso domínio naquelas paragens corre grande risco de ser perdido. "§ 10.º No estado atual de nossas fôrças e de nossas relações com as grandes Potências, estado que não parece dever sofrer próxima alteração, de qualquer dêsses dois povos que venha o ataque, não temos meios de o repelir. E êsse ataque pode ser dirigido de modo que consigo acarrete a desmembração e ruína do Império.

"Eu não desespero por certo de ver o Brasil entrar com passo firme na carreira do progresso e do engrandecimento de fôrças e de riquezas. O jugo ignóbil de anglo-saxônio nos ameaça a nós como a tôda a América, e nós, sós, lhe poderemos no futuro pôr barreiras. Se conseguirmos firmar uma grande Monarquia, cercada de instituições conservadoras e livres, essencialmente católica, pôsto que largamente tolerante, nosso país há de ser respeitado, nossa influência há de ser sentida, porque havemos de ser o ponto de apoio, o alvo das esperanças de todos os povos latinos da América e da Europa.

"Qualquer porém que seja a pressa com que marchemos nessa estrada, não podemos contar e ter atingido a êsse grau de poder e influência na época bem próxima, em que o anglo-americano deve começar a assaltar-nos. Em quanto não há fôrça para resistir, a boa política consiste em ceder a tempo e quando se tem de ceder cumpre fazer a concessão antes que ela se conheça evidentemente arrancada pela ameaça.

"A concessão aqui seria franquear desde já a navegação do Amazonas a tôdas as bandeiras, com as cautelas que indiquei no § 5.º ou com outras mais eficazes que a sabedoria do Govêrno Imperial descobrir.

"A êste sistema sei que da mesma exposição que fiz do espírito invasor do anglo-americano se pode tirar uma objeção. Essa franqueza de navegação iria abrir a porta à formação de estabelecimentos americanos, a uma grande imigração dêles, e por conseguinte à manobra, com que se verificou a usurpação do Texas.

"Se nós não corrêssemos risco de ver essa usurpação verificada pela fôrça, pelos meios violentos, esta objeção era sem réplica, deviamos conservar o Amazonas fechado, mas estou firmemente convencido de que o emprêgo dêsses meios da parte do anglo-americano é infalível e próximo, e portanto a concessão é sempre a melhor política, porque feita a tempo se podem a troco dela obter garantias.

Quais essa concessão ia gravemente impressionar a opinião pública na Europa, ia criar em nosso favor simpatias que não temos, ia produzir o mesmo efeito que produziu em favor dos Estados Unidos a liberalidade, com que patentearam as minas da Califórnia a todos os povos. Nós precisamos muito de criar a nosso favor tais sentimentos, porque êles nos darão fôrça e influência.

"Aberta a navegação a todos os povos, todos ficarão interessados em que o rio seja antes nossa propriedade do que dêste povo. Ainda quando a simpatia dos outros povos não chegasse a ponto de prestar-nos fôrças e socorros, essas simpatias e clamores a nosso favor não seriam de todo estéreis. Ninguém presta socorros à Espanha, entretanto o brado de indignação que as ameaças contra Cuba têm excitado na Europa de certo tem tido parte na constante oposição que o Govêrno de Washington tem feito a essa pirataria.

"Deixemos formarem-se estabelecimentos anglo-americanos no interior do Pará; enquanto ali dominamos podemos dar-lhes direção, evitar por meios indiretos a contiguidade dêsses estabelecimentos, entremeá-los com outros povos, que com êles se não entendam; enfim adotar uma série de medidas próprias, que o tempo irá indicando, para impedir que êles dominem e influam exclusivamente no país. Tudo isto é factível, e assim se poderá evitar a usurpação. Para ela cessará de existir o forte aguilhão da necessidade, nem haverá para os americanos ali estabelecidos tão superiores vantagens na incorporação do país ao seu, que lhes possam aconselhar o exporem-se aos azares de uma rebelião. O proprietário é sempre conservador. Mantido assim o nosso domínio por certo número de anos, o Império terá ganho fôrças para poder defender-se contra quaisquer agressões.

"Esmagado, desaparecido o espírito demagógico que nos oprime, o Brasil tem mais probabilidade de conservar sua união do que os Estados Unidos. Não há aí oposição de interêsses de latitudes, nem de preconceitos e crenças, e a Monarquia é mais vivificante do que a república. Escapemos aos perigos próximos, o futuro é por nós.

"Sei que há homens entre nós de tal modo pervertidos pelo fanatismo político, que folgarão de ver as probabilidades de estender-se sôbre nós o domínio anglo-americano, porque êle traz consigo a república. Sei que há homens, que entendem devermos considerar-nos entes inferiores porque descendemos dos portuguêses, e devemos enobrecer e fortificar a nossa raça, ainda a custa de nossa liberdade, isto é a custa de submissão ao jugo estrangeiro. Ésses todos verão um bem nos perigos que assinalo, mas com êsses não devemos raciocinar.

"§ 11.º Quanto à pretenção atual de explorar o Amazonas por meio de engenheiros e de naturalistas americanos, essa permissão já tem sido dada a sábios de outros países, que têm percorrido o rio e examinado suas margens sem aparato algum, e limitando-se ao emprêgo dos meios de transporte que o país oferecia. Debaixo destas condições não me parece pois possível negá-la a êste Govêrno, nem creio que haja meios legais de isso impedir. Seja porém qual fôr a intenção do Govêrno Imperial sôbre a abertura da navegação, parece-me que por todos os modos se deve evitar essa exploração com o aparato de um barco de vapor com bandeira americana, porque vai fazer logo aqui nascer uma grande agitação e impaciência de conseguir a liberdade da navegação. Se o Govêrno se decide a concedê-la, sua decisão será tomada como efeito de mêdo dessa agitação. Se decidir negá-la começará logo a aparecer aqui a ânsia e impaciência de a obter, que deve provocar o espírito hostil contra nós, e o emprêgo dessas manobras de que falei. continuarem as instâncias me parece deverá antes o Govêrno Imperial empreender êsses exames e investigações por sua conta, destinar a isso um barco de vapor seu, e convidar o Govêrno americano a associar a essa expedição os engenheiros e naturalistas, que à sua destinava.

"Não é por certo aos olhos de V. Ex.º que a previdência política parecerá cobardia. Não temo passar por visionário. Qualquer que seja a opinião do Govêrno Imperial sôbre as teses, em que toquei, espero reconhecerá sempre que cumpri o meu dever.

"Deus Guarde a V. Ex.3 muitos anos."

A 26 de dezembro, em outra nota reservada ao mesmo Ministro de Estado, esclarecia:

"Não há para mim a menor dúvida de estar hoje a atenção dos homens políticos dêste país dirigida para qualquer emprêsa com o fim de se apoderarem do Amazonas. O trabalho do Tenente Maury, que fêz objeto de meu precedente Ofício reservado tem evidentemente (ainda que não me consta estar impresso) sido comunicado a um grande número dêles, e em todos tem feito grande impressão. Mais de oito Senadores têm chamado a conversa comigo a êste respeito as poucas vêzes que me tem encontrado, entre êles o Senador Foote, Presidente da Comissão do Senado de relações estrangeiras. Discursando êste comigo sôbre o objeto, o Senador Bell que estava presente perguntou-me com certo ar de distração ou singeleza - e nós não poderemos também aproveitar dessas vantagens? — O Secretário do Interior, o Intendente Geral dos Correios, o Advogado Geral, todos homens influentes no Gabinete, não perdem ocasião de me questionar sôbre esta matéria. A todos respondo com cautela, a todos faco sem jactância sentir que o Brasil não teme invasões estrangeiras, que não admite contestações sôbre o seu domínio naquelas paragens, e que estando o pôrto do Pará aberto a tôdas as Nações tudo quanto o Amazonas para êle acarretar esta à disposição de todo o mundo pelos únicos meios de adquirir que se podem exigir, que são as trocas por outros produtos.

"Tenho também percebido que é para a guerra com Buenos Aires que êstes estadistas olham como devendo oferecer oportunidade para desenvolverem seus planos, porque a guerra poderá ou embaraçar e enfraquecer excessivamente o Govêrno Imperial, ou dar lugar a diversas explosões em nossas Províncias do espírito republicano, ou dar ocasião a colisões de interêsses com os Estados Unidos, a reclamações contra violências e danos feitos ao seu comércio, que lhes dêem pretextos para guerra, para ataques contra nosso território.

"O Govêrno Imperial poderá não aprovar a política que indiquei em meu precedente Ofício, mas não despreze o aviso que então dei, e agora renovo. Nunca fui alarmista, nem tive

por princípio a infundada desconfiança contra os Governos estrangeiros. A minha atual opinião é baseada sôbre tantos fatos, sôbre uma observação tão constante, que me não é dado conservar a menor sombra de dúvida sôbre o que digo".

Compreendendo a gravidade da situação, Soares de Sousa tratou de otber a solução brasileira. E essa seria a incorporação de companhia de navegação a vapor com capitais brasileiros, para o giro mercantil, a civilização, o desbravamento e a ocupação dos êrmos amazônicos. A companhia, graças às suas solicitações e sugestões foi incorporada por Irineu Evangelista de Sousa(4), com o que, de certo modo, respondia o Império à acusação de que não dispunha de meios nem de ímpeto para a obra de envergadura que era a conquista da hinterlândia amazônica. Outra providência adotada constou da criação da Província do Amazonas, que se desmembrava do Pará. Dêsse modo, poderia ser apressada a obra de integração regional, assegurando-se mais vizivelmente a soberania brasileira.

Dirigindo-se ao representante brasileiro, o Secretario de Estado norte-americano desejava a abertura do Amazonas. Ano

⁽⁴⁾ A propósito, escrevia o próprio Soares de Sousa, em exposição sôbre a matéria, exposição cuja leitura devo à gentileza de seu neto José Antônio Soares de Sousa:

[&]quot;Há quatro anos, pouco mais ou menos, que eu fui particularmente informado de que se pretendia em New York pedir ao Govêrno
Brasileiro, por intervenção da Legação dos Estados Unidos nesta Côrte,
o privilégio para se formar ali uma Companhia tendo por fim a navegação do Amazonas. Pareceu-me de tão grande transcendência êsse
projeto que não hesitei um momento em crer que êle mereceria a
mais séria atenção do meu Govêrno, e não me enganei; por que levando-o ao conhecimento dos Ministros dos Negócios do Império e dos
Estrangeiros, êles não só partilharam as minhas apreensões, como muito
aprovaram o plano que lhes apresentei para o estabelecimento de uma
Companhia Nacional com privilégio de navegar o Amazonas e formar
colônias nas proximidades daquele rio, com condições tais que essa colonização ficasse, quanto à escolha do seu pessoal, inteiramente subordinada à deliberação do Govêrno.

Entregando eu êsse plano a um cidadão que tantas provas tem dado do seu gênio para tais emprêsas, tive a satisfação de ver que êsse plano foi convertido em contrato já em execução quanto à navegação".

de 1850. A evidência do interêsse nacional norte-americano pela medida não podia mais ser interpretada como um estado de espírito restrito à iniciativa privada(5).

Os outros países ribeirinhos, isto é, a Bolívia, o Peru, o Equador, a Colômbia e a Venezuela, de seu lado, começavam a preocupar-se com os problemas de seus territórios amazônicos. E o mais angustiante dêles era o de acesso e de exploração por meio de uma navegação frança e constante. Nenhuma das citadas repúblicas dispunha, no momento, de recursos de qualquer categoria para emprêsa como aquela. Os lances dramáticos que estavam vivendo, por entre as quarteladas dos caudilhos e as diferenças de limites e de prestígio continental, importavam em impedi-las de uma ação imediatista. O caminho seria a obtenção de recursos no exterior. Esses recursos não os queriam do Brasil. Monarquia, representante da etnia lusitana, fruto territorialmente da expansão realizada em detrimento dos interêsses das antigas colonias espanholas, eramos vistos sôb reservas. Sofríamos a acusação de nação imperialista. O episódio da incorporação da Banda Oriental, o incidente de Chiquitos, tudo servia aos temores e às suspeitas que nos cercavam. Em todo caso, em 1847, havíamos sido chamados a participar do Congresso Americano, no qual as nações sul-americanas proporiam seus problemas, estudando-lhes soluções e estruturando uma solidariedade continental que seria uma espécie de embrião da futura Organização dos Estados Americanos da atualidade. Nessa conferência, um dos pontos a ser ferido era o da navegação do Amazonas. O Brasil percebeu a tempo que a solução para o caso não lhe seria favorável, pois na generalidade a tendência era para a abertura pura e simples. E em consequência, não concordara com a reunião.

A Bolívia, desde 1833, vinha tomando posição no pleito. Através de uma série de atos, para os quais ignorara a vizinhança

⁽⁵⁾ Não havia, nessa oportunidade, um pedido formal, em linguagem oficial, mas, através de insinuações, um pleito informal. Dizia o Secretário ao embaixador que o mundo crescia demogràficamente e não parecia justo, pois, que o Brasil mantivesse fechada uma região que poderia proporcionar bem-estar a êsse mesmo mundo.

brasileira e o govêrno que o Brasil possuía do rio, uma vez que o acesso pelo Atlântico e a maior parte da bacia estava em suas mãos, permitira a navegação. Convocara as nações estrangeiras a navegar os rios amazônicos em seu poder. O Peru, desde 1829, igualmente, procurava conduzir a matéria de acôrdo com seus interêsses, na base da cooperação estrangeira, abrindo a parte que lhe coubera na partilha do mundo amazônico. Nova Granada, Venezuela e Equador, entre 1852 e 53, franquearam o acesso aos rios de seus territórios amazônicos.

Era preciso, portanto, enfrentar a situação com energia, objetividade e decisão. O dedo americano andava em tôda a política daquelas repúblicas. Ao mesmo tempo que instruía a sua representação nos Estados Unidos para opor-se aos desejos que brotavam lá, o govêrno brasileiro tratou de atuar junto a cada uma daquelas vizinhas. Ponte Ribeiro e Miguel Lisboa foram os nossos agentes nessa luta aberta contra as tendências franquistas que dominava nêles. A história dessa atividade está por escrever-se. Constitui um capítulo magnífico da capacidade, da habilidade, da altivez e da segurança por que os homens públicos do país, na conjuntura, souberam ver o problema, defendendo-o que lhes parecia mais conveniente ao Império e fazendo cessar os perigos que surgiam tão frequente e velozmente. Os tratados firmados com aquelas potências, dentro do pensamento vigente, garantiam a soberania brasileira na Amazônia e não punham em perigo a daquelas nações. Defendíamos a tese da franquia aos ribeirinhos, na base de acôrdos diretos, bilaterais. E assim foi feito com o maior êxito.

O Conselho de Estado, em face das graves informações que chegavam dos Estados Unidos, onde tomava corpo a campanha de Maury, agora provocando pronunciamentos de membros do próprio govêrno, em face da política expansionista que estava distinguindo a história daquela parte do continente, estudou meditadamente o assunto. Em mensagem ao legislativo, o presidente da República norte-americana referia-se ao Amazonas que, em seu entender "se fôsse aberta à indústria do mundo ali se achariam fundos inexauríveis de riqueza".

O ministro Francisco Inácio de Carvalho Moreira, que substituíra Sérgio de Macedo, mandado a Washington com instru-

ções especiais para estar atento às manobras que se verificassem contra os interêsses brasileiros, ou antes, contra a atitude
que o Brasil defendia tão corajosa e isoladamente, alarmava-se
com a rapidez por que o interêsse daquele país crescia. Pensava
que, havia grave perigo de que os Estados Unidos, cedendo à
pressão da opinião pública, cometessem um ato de violência.
O exemplo do Texas era recente. Para êle, a Amazônia era a
fronteira cobiçada. O Brasil era apontado, na imprensa, como
uma nação que não poderia sobreviver. Os erros administrativos,
e o mau caráter do povo fatalmente o levariam a um fim
próximo. A Amazônia aparecia, nas colunas dos diários, como
um mundo paradisíaco, capaz de fazer a felicidade de quem
tivesse a dispósição de instalar-se nela.

Com a chegada ao Rio de Mr. W. Trousdale, novo ministro norte-americano acreditado junto ao govêrno imperial, as dúvidas haviam desaparecido, transformando-se em certeza. O novo representante diplomático afiançara que havia agorá uma posição definida do poder público de sua pátria, no sentido de que o Brasil abrisse o Amazonas à navegação mundial. Em nota de 31 de outubro de 1853, em nome de seu govêrno, Trousdale apresentara o pedido formal.

José Antônio Soares de Sousa, futuro Visconde do Uruguai, recebera a incumbência do pronunciamento da secção de relacões exteriores do Conselho de Estado. Elaborando então, de acôrdo com as idéias que já vinha emitindo desde a fase em que dirigira o Ministério dos Negócios Exteriores, longa memória, datada de 17 de janeiro de 1854, nela examinou "a doutrina dos escritores do direito das gentes, a confirmação dessas doutrinas, a doutrina dos escritores americanos, os princípios estabelecidos pelo Govêrno dos Estados Unidos, a questão sôbre a navegação do Missíssipi, a questão sôbre a navegação do S. Lourenço, as contradições, o diverso modo de proceder na mesma questão, as pretenções atuais dos Estados Unidos em relação ao Amazonas, as pretenções do Govêrno peruano, qual era o direito que resultava da convenção de 23 de outubro de 1851, celebrada com aquela República". Foi exaustivo na manifestação. Assinou também a memória o Visconde de Abrantes. Discordou da conclusão o outro membro, Caetano Maria Lopes Gama.

Sustentava Soares de Sousa que era tarde para executar-se uma política que imprimisse confiança aos vizinhos. A opinião universal fora mobilizada contra o Brasil. Sucedera o que sempre sucedia na vida brasileira — teríamos de ceder porque não agíramos no tempo oportuno, indiferentes ao problema, ou antes, a uma solução exata na época oportuna. A pressão aumentava. O caminho seria negociar, como procurara fazer, diretamente, com os ribeirinhos, trazendo-os à nossa causa; negóciar também com os outros, isto é, aquêles que, como os Estados Unidos e a Inglaterra, não sendo ribeirinhos, dispunham de argumentos perigosos. Ainda desta vez defendia o princípio contrário à abertura pura e simples a todo o mundo. É que se fôsse aparelhando a região, assegurando-lhe a seiva civilizadora, que desencorajaria os que pretendessem possui-la a título de estar servindo à humanidade. A abertura do rio equivaleria a um "grande banquete comercial", ou então, a "uma espécie de comunismo internacional nas águas daquele rio"(6).

A memória causou sensação. O Imperador aplaudiu-a e mandou submetê-la ao Conselho. Serviu, posteriormente, à resposta que o Ministro dos Estrangeiros, Antônio Paulino Limpo de Abreu, dirigiu a Mr. Trousdale, a 13 de setembro de 1854, dizendo o não do Brasil. Porque, aproveitada na argumentação, a memória passava a constituir, na redação governamental, uma reação aos desejos do país do norte. Dizia o Ministro:

"A grande parte do vale do Amazonas que pertence ao Brasil contém duas províncias, a do Pará na foz, e a do Amazonas no interior. Para o comércio da província do Pará é suficiente o pôrto da cidade de Belém, aberto a tôdas as nações estrangeiras. A população da província do Amazonas não excede de trinta mil almas, e sendo em grande parte da raça indígena, dá escasso consumo aos produtos da indústria estrangeira, e, por isso, não sente necessidade de um comércio direto com as

⁽⁶⁾ O pronunciamento de Soares de Sousa nunca foi publicado. É uma peça da mais alta importância, que conhecemos pela mão de José Antônio Soares de Sousa. Como os estudos acêrca dos limites do Brasil com a Guiana Francesa e Inglêsa, que estão precisando ser publicados integralmente. São tôdas peças fundamentais que esclarecem a política internacional do Brasil.

nações produtoras. Menos populoso ainda é o departamento de Maynas, pertencente ao Peru, que ocupa a parte superior do Amazonas. A população desta República que póde alimentar o comércio estrangeiro, está separada do vale do Amazonas pelos Andes, e o caminho natural para os seus suprimentos, quer no presente, quer no futuro, será sempre o Pacífico. Os territórios ocupados pela República Venezuela, Nova Granada e Equador, que têm afluentes que desaguam no Amazonas, são escassamente habitados. Os centros das principais cidades e povoações dessas Repúblicas, nunca poderão ser vantajosamente supridos pela navegação do Amazonas. Ainda quando ela fôsse aberta ao comércio do mundo, continuariam a ser supridos exclusivamente pela navegação do Atlântico e Pacífico. Além disso, os afluentes do Amazonas que passam por êsses territórios e que podem ser navegados, não serão jamais senão por embarcações de pequeno porte, incapazes de navegar no Oceano, e boa parte deles precisa de obras e trabalhos hidráulicos destinados a facilitar essa mesma navegação. Tôdas essas circunstâncias demonstram que na atualidade não existem grandes interêsses dos Estados Unidos, nem de nenhuma outra nação, que possam servir de pretexto à pretenção imediata de navegar o Amazonas".

Não era ainda o fim. Por que nos Estados Unidos não cessava a campanha, nem o govêrno deixava de pressionar sôbre Carvalho Moreira. O noticiário dos jornais enriquecia-se com correspondências do Pará, favoráveis aos projetos norte-americanos. Anunciava-se a formação de companhias de navegação, falava-se em grupos de flibusteiros que se estariam preparando para incursões sôbre a Amazônia. A reação brasileira principiara agora na imprensa nacional. E na literatura que foi escrita, defendendo a posição que detínhamos.

Pedro de Ângelis, num folheto editado em Montevidéu, intitulado De la navigation de l'Amazone, e o dr. João Batista de Castro Morais Antas, num magnífico artigo, reunido posteriormente em pequena brochura sôb o nome de O Amazonas; Breve resposta à memória do Tenente da armada americanainglêsa F. Maury sôbre as vantagens de livre navegação do Amazonas, divulgaram o pensamento oficial brasileiro, defenderam-no, sustentando a sem-razão das alegações contrárias.

Receiava o Brasil que a França e a Grã-Bretanha se juntassem aos Estados Unidos no esfôrço por lhe arrancarem a modificação da política amazônica. A França, todavia, não se moveu nesse particular. O problema que possuía com o Brasil referia-se à fronteira do Amapá! Quanto à Grã-Bretanha, tentou, num pronunciamento levado a têrmo pelo ministro no Rio de Janeiro, o Sr. Howard, a 23 de novembro de 1854, obter o que os norte-americanos não haviam conseguido. Limpo de Abreu, mais uma vez expondo a política brasileira, disse não.

A expansão norte-americana sôbre os seus territórios interiores, suas vistas mais intensas sôbre as Antilhas, Cuba em particular, de certo modo valiam para uma parada nas ambições sôbre a Amazônia. A opinião pública, desviada para aquêles assuntos, deixou em paz o caso da navegação do Amazonas, que só seria retomado, agora no próprio Brasil, na sexta década do século XIX pela ação de representantes da região ao Parlamento imperial e pela campanha de Tavares Bastos, levando o govêrno a decretá-la a 7 de dezembro de 1867(7).

⁽⁷⁾ Sôbre o assunto, além dos dois trabalhos já citados, há páginas interessantes no livro de Castro Rebelo, Mauá. Restaurando a verdade, Rio, 1952; Lawrence F. Hill, Diplomatic relations between the Unites States and Brazil, Durkham, North Caroline, 1932; P. A. Martin, "The influence of the United States on the Opening of the Amazon to the World's Commerce", in The Hispanic American Historical Review; Hélio Lobo, Cousas diplomáticas, Rio, 1918.

Expedições Científicas Escondiam Propósitos.

s portuguêses mantiveram a Amazônia fechada aos olhares indiscretos e perigosos dos estrangeiros. Fizeram o mesmo com relação às demais partes do Brasil. Executavam uma política de isolacionismo como se diz hoje. Visavam, com a providência, que tanta celeuma provocou nos comentadores do processo colonial, a defender-se de concorrentes. O estudo do meio físico, das possibilidades econômicas regionais, o conhecimento pormenorizado do que valia a colônia poderiam servir para despertar o apetite desenfreado de outros povos de tendências expansionistas, pondo em perigo a paz que reinava no ultramar sulamericano de Portugal.

Não se diga que, dentro dêsse estilo de vida, os portuguêses se mantiveram distanciados da preocupação de examinar com olhos de vêr, nos inquéritos realizados por pessoal da alta qualificação científica, o que lhes coubera na partilha das terras de cujos descobrimentos haviam participado tão intensamente. Ao contrário, com uma objetividade muito louvável, também participaram do trabalho de pesquisa que se realizou entre os séculos XVI e XVIII, nas Américas, procurando ter o conhecimento

exato do que importavam os espaços sôbre que exerciam seu império político. O balanço que já começa a ser executado, visando a uma consciência serena e ampla do que representou essa atividade indagadora vem oferecendo resultados interessantíssimos. Por êle chega-se à conclusão de que, pelo menos nos séculos XVII e XVIII, houve a preocupação de uma tomada de contacto com as características do Brasil no que êle significava como patrimônio para o progresso das ciências e das técnicas. Na Amazônia, o esfôrco nesse sentido foi ponderável. E culminou com a contribuição admirável de um brasileiro ilustre, Alexandre Rodrigues Ferreira que, durante anos, dominado pela paixão da pesquisa, promoveu o levantamento, verdadeiramente sensacional, da região, das fronteiras norte aos territórios de Mato Grosso, levantamento que cobriu os aspectos da natureza em estado de ser, local, as mil particularidades que o meio social, econômico e físico ofereciam,

A política da porta fechada aos olhares estranhos não deixava de ter suas razões. As espedições científicas que procurassem o grande vale, em sua maior parte integrado na soberania portuguêsa, seguramente não viriam apenas para servir às exigências ou aos interêsses da ciência. Serviriam aos interêsses políticos, imperiais, dos países que as houvessem expedido. espionagem era uma constante de então. Ainda recentemente, o historiador Fidelino de Figueredo ao efetuar pesquisas em Madrid, na Academia de História, encontrou os papéis do erudito espanhol D. José Cornide, enviado, em princípios do século XIX, a Portugal, para copiar o códice, que devia existir na Tôrre do Tombo, das "Siete Partidas", de Afonso o Sábio, que a referida Academia desejava editar. O referido pesquisador espanhol fora recebido em Portugal com tôdas as facilidades. Se ia a serviço da inteligência ibérica, numa obra de aproximação cultural... D. José, no entanto, no uso das facilidades que lhe proporcionou o govêrno português, e em atenção às instruções que recebera de seus superiores da alta administração espanhola, percorreu Portugal em tôdas as dimensões. lá foi remetendo à Espanha, por intermédio de um amigo, ou comunicando ao embaixador de sua pátria em Lisboa, o que apurara acêrca das condições militares, capacidade de ação e de defesa do Reino, proporcionando sugestões e indicações completíssimas acêrca da maneira pela qual poderia ser invadido e conquistado, como ocorreria pouco depois, o país que o agasalhava em nome da cordialidade espiritual reinante entre as nações da península.

No período das descobertas, a política do sigilo que Portugal adotara não fôra executada com êxito e não tinha o seu grande fundamento? No caso particular da Amazônia, os portuguêses mesmo, com relação aos vizinhos franceses e espanhóis, não tinham os seus agentes de informação, como se pode verificar da documentação que se guarda, em Belém, na seção de manuscritos da respectiva Biblioteca e Arquivo Público? Em Caiene, para exemplificar, Melo Palheta e Francisco Xavier Botero não haviam, violando a legislação vigente ali, trazido as pevides de café que seriam raiz da gigantesca lavoura que assegurou a vida econômica do Brasil de meados do Império às atuais décadas republicanas?

Na própria Amazônia, lia-se, no caso português, uma lição ponderável. Charles Marie de la Condamine, a serviço da Academia de Ciências de Paris, fôra despachado ao Equador para realizar a medição do arco do meridiano. Trouxera comitiva. Cientistas espanhóis acompanharam-no. Terminados os trabalhos na colônia espanhola, e sob autorização do govêrno português, atingiu a Amazônia portuguêsa. Desceu o Solimões-Amazonas até Belém. Cercado de atenções(1). Hóspede das autoridades que tinham ordens expressas de Lisboa para que nada faltasse ao cientista francês. Pois o eminente astronômo, que revelaria, em Paris, a utilização do leite das seringueiras, dêsse modo ligando o seu nome ao episódio que mais tarde tanta nomeada criaria para a região no rush gômifero, visitando-a não esqueceu de servir políticamente ao seu país. Informou-se do problema da fronteira com a Guiana, mentindo no que escreveu, a respeito, no seu livro de viagens. Vira o que guisera. Não tivera embaraços para constatar. E uma vez em Paris, na

⁽¹⁾ Cf. ARTHUR C. F. REIS, Paulistas na Amazônia e outros ensaios, Rio, 1941, capítulo intitulado "La Condamine na Amazônia", em que estudamos a matéria com os detalhes permitidos pela documentação existente na seção de manuscritos da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará.

sua famosa Relation abrégeé d'un voyage fait dans l'interieur de l'Amerique meridionale, 1745, além do mapa que publicou, descreveu em detalhes a natureza, a sociedade, o valor pragmático da matéria-prima que examinara, afirmando que o Vicente Pinzón não era, como sustentavam os luso-brasileiros, o mesmo Oiapoc. Para ĉle, que inscreveu no mapa a inverdade, o Vicente Pinzón era um braço do Araguari e o Oiapoc um rio autônomo, a 50 léguas acima daquele, na latitude norte de 3 graus e 55 minutos, inverdade que mais tarde o jesuíta Bento da Fonseca, com quem travara relações por ocasião de sua estada em Belém, homem de grande ilustração e energia, refutava com bastante segurança em carta ao próprio La Condamine e no livro Maranhão conquistado a Jesus Christo, e à corôa de Portugal pelos religiosos da Companhia de Jesus. A palavra de alguém, da estatura de La Condamine, no quadro da ciência de sua época, era uma palavra perigosa, pelo crédito que inspirava.

A porta aberta que se seguiu à pré-independência, a época joanina, significaria que os perigos estavam passados, os receios superados e o Brasil vencera o complexo que atormentara Portugal. Todos poderiam vir. Os estrangeiros eram bem recebidos. Como colonos, teriam terras para instalar-se, como homens de negócios, as cidades os agasalhariam para que abrissem, sob o amparo de uma legislação liberal, as suas casas comerciais, os seus estabelecimentos fabris, as suas agências bancárias, os seus entrepostos de seguros. Os homens de ciência, os professôres teriam acesso ao interior do país e às cátedras das escolas de ensino superior que se abriam e punham têrmo ao reinado de reservas culturais ou de progresso lento que caracterizara a fase portuguêsa.

No especial do acesso ao interior, como que uma febre de interêsse envolveu o Brasil. Preferentemente nas suas áreas mais marcadas pelo tropicalismo. Ora, a Amazônia era, de tôdas essas áreas, aquela mais evidentemente tropical. Seu clima, sua floresta, seus rios, sua humanidade primitiva, sua economia profundamente primária, sua fauna, seu solo, constituiam um convite aos que queriam ler e aprender no grande livro da natureza. Quanta novidade não podia extrair — se no contacto com aquêle mundo virgem, mundo que os conquistadores não tinham tido tempo nem elementos para dominar e possuir em definitivo,

sabendo-o nos seus mínimos detalhes e nas suas particularidades tão singulares.

O interêsse era natural. E sôbre o Brasil desceu a curiosidade de cientistas e pesquisadores da Europa e dos Estados Unidos, aos quais deram uma colaboração eficiente, diga-se de passagem, os homens de melhor qualificação cultural que começamos a formar. O século XIX, a começar de 1820, foi assim, o século revolucionário para o conhecimento do Brasil e quem fala em Brasil pode dizer também da Amazônia.

Esses homens de gabinete, que agora se atiravam a estudos de campo para saber novidades ou confirmar o que haviam apurado na tranquilidade de suas bibliotecas e laboratórios, nem sempre, no entanto, vieram fazer a Amazônia para servir exclusivamente à ciência. Muitos dêles, façamos-lhe a devida justica, agiram com a mais positiva honestidade, trabalhando pela ciência, sem qualquer outra preocupação. Não seria de extranhar, porém, que essa direção espiritual fôsse desvirtuada, se é que realmente podemos considerá-la desvirtuada com o sentido de imediatismo e de materialismo que lhe deram os que serviam igualmente a objetivos que não eram apenas aquêles da ciência pela ciência. E não seria de extranhar por que, na verdade, estava o mundo vivendo uma de suas fases mais visívelmente dominadas pelo imediatismo, pelo pragmatismo. A ciência que não se realizasse visando trazer à humanidade ou às potências que alimentavam o corpo de cientístas em investigação constante o resultado de suas descobertas, proporcionando novas condições existenciais, era uma ciência que se confinava a círculos redu-Servia às exaltações patrióticas, autorizava os louvores das academias, da imprensa quando essa acordava para tais manifestações, mas não valia aos propósitos de certas nações que se construíam na base de sua ação exterior, de sua prosperidade econômica. Dir-se-á que o clima a que nos referimos seria um clima irreal, pois que os homens de ciência no século XIX foram mais idealistas que os dos outros séculos. Eram puros nos seus objetivos. Trabalhavam pelo bem da humanidade e não para desservi-la.

O século XIX foi o século que ativou o imperialismo, isto é, as fôrças de dominação de que potências da Europa e os Estados Unidos se valeram mais intensamente para seus propó-

sitos de supremacia. Foi no século XIX que se montaram os grandes laboratórios, os grandes jardins de aclimação e se iniciou a conquista da Ásia e da África, não apenas pelos métodos violentos das acões militares ou da atuação de uma diplomacia sem entranhas nos seus desígnios políticos, mas pela constatação ininterrupta da importância de solos, de águas, de mão de obra, de matérias-primas dessas terras distantes, de que carecia a expansão capitalista em franco desenvolvimento. As partidas de cientistas que participaram de tal identificação foram sem conta. Comprovaram muito do que se sabia com insegurança. Apuraram muito de que nada se sabia. Nesse afa, entraram pelas portas largas das franquias que lhes eram proporcionadas sob a segurança de seus objetivos espirituais e serviram ao apetite de suas pátrias. Ligavam-se às idéias de superioridade de raças, que teriam missão civilizadora a cumprir sôbre os povos subdesenvolvidos dos outros continentes. Deram substâncias às teorias racistas. Foram instrumentos da expansão colonialista. Sustentaram princípios nocivos para permitir instalação do poder extranho em terras e sôbre povos que não puderam resistir ao impacto (2).

Num artigo documentado, sereno, elucidativo, para The Hispanic American Historical Review, número de maio de 1955, John P. Harrison, que na publicação se esclarece ser especialista de assuntos latino-americanos nos arquivos nacionais de Washington, propõe o assunto. Seu artigo tem êste título — "Science and Politics: Origins and objectives of Mid-Nineteenth Century Government Expeditions to Latin America". E nêle sustenta a tese de que as expedições que procuraram a América do Sul no período entre o fim da guerra contra o México e a guerra da secessão, não visavam apenas ao progresso das ciências. Serviam ao chamado "destino manifesto", a cuja sombra os Estados Uni-

⁽²⁾ Não se escreveu ainda a monografia que capitule tôda essa obra de investigação realizada pelas viagens de cientistas aos mundos tropicais úmidos e sêcos. Há vasto material esparso. No tocante aos objetivos ocultos dessas viagens, ainda é mais pobre a literatura existente, principalmente no que se refere aos séculos XIX e XX. Os volumes 6 e 7 da grande Histoire Generale des Civilisations, que a Presse Universitaire lançou há poucos anos e de que há edição em português, já permitem uma vista de olhos ligeira sôbre o assunto, que está merecendo a atenção dos historiadores.

dos caminhavam na sua expansão territorial sem limites. Envolviam, esclarece o autor, objetivos científicos, comerciais e de colonização. E uma das expedições que examina para comprovar a tese ou de que resultou a tese, foi justamente a expedição dos oficiais da marinha norte-americana, William Lewis Herdon e Lardner Gibbon, que tanta celeuma provocaram na grande república do norte e no Brasil, êste receoso do que pudesse vir a suceder como consequência da viagem.

Essa viagem foi realizada entre 1851 e 1852. Para que fôsse coroada do melhor êxito, o govêrno norte-americano solicitou ao brasileiro as facilidades necessárias. A legação brasileira em Washington assustou-se. Procurou contemporizar. expedição ia ser intentada justamente naquela fase dramática da campanha de Maury para a abertura do Amazonas às bandeiras do mundo inteiro. Ademais, Maury, também oficial de marinha, cooperara intensamente para que seus dois colegas fôssem despachados para a Amazônia naquela aventura suspeita. Parece mesmo que Maury forneceu instruções especiais sôbre o que devia ser apurado. Entre essas coisas a serem vistas e apuradas, as possibilidades da região e o seu futuro com a liberdade de navegação. O artigo a que nos estamos referindo é magnífico como fonte de informações a êsse propósito, pois que foi elaborado empregando o seu autor a documentação oficial norte-americana que poude consultar e utilizar.

Herdon e Gibbon, vejamos agora o que fizeram, não caminharam juntos. O primeiro subiu o Huallaga, passou ao Marañón, que desceu, encontrando-se em Itacoatiara (então Serpa) com Gibbon, dali prosseguindo até Belém, de onde partiram de regresso à pátria. Gibbon havia deixado o Peru, entrando na Bolívia pelo norte. Atingindo o Cochabamba, passara ao Chaparé, ao Mamoré, ao Madeira, que subira até Serpa. Em Washington, apresentaram o resultado de seus trabalhos, publicados sôb o nome de Exploration of the valley of the Amazon made under direction of the Navy Departament, 1853/4, em dois volumes, abundante documentação fotográfica e cartográfica. Os objetivos haviam sido atingidos. A região parecera-lhes um mundo admirável. E quando viesse a liberdade de navegação, como serviria à humanidade... A repercursão da viagem foi imensa. Comentaram-na as grandes revistas especializadas

da Europa. O govêrno brasileiro, como já referimos, encheu-se de alarmes. O Congresso norte-americano tomou conhecimento oficial da façanha, e mandou fazer edição de 10.000 exemplares. Muito da pressão que sofremos daí por diante para franquear o rio resultou da viagem. A correspondência da nossa representação em Washington é claríssima a respeito.(8)

As expedições científicas que fizeram à Amazônia não haviam, no entanto, começado com a viagem de Herdon e Gibbon. Johann von Natterer, Johann Baptist von Spix e Karl Friederich Philipp von Martius, em 1820 êstes últimos e entre 1829 e 1835 o primeiro, tinham aberto o caminho. Numa obra de envergadura. O Brasil ligara-se à Áustria, que fizera organizar a expedição de Natterer, pelo casamento de D. Pedro com D. Leopoldina. Quanto a Spix e Martius haviam sido incorporados, ao grupo a pedido do govêrno da Baviera. Não havia, portanto perigos de uma investigação com fins ocultos.

No decorrer do século XIX, Eduardo Poeping (1832), Alcide D'Orbigny, (1834), Robert Schomburg, (1834/39), Richard Schomburg, (1840/44), Castelnau (1843/7), Adalberto da Prússia (1843/3), Tardy de Montravel (1846), Henri Walter Bates (1848/59) e Alfred R. Wallace (1848/52), Caetano Osculatti (1847), Richard Spruce (1849/64), William Chandless (1861/5), Luís Agassiz (1865/6), James Orton (1867), Charles Frederic Hart (1867), Franz Keller-Leuzinger (1865), José e Francisco Keller (1869), Orville Derby (1870), Edward D. Mathews (1873), Jules Crevaux (1876/9), Carl von den Stein (1884), Elmano Stradelli (1889), Henri Coudreau (1882/99) Olimpia Coudreau

s 105

⁽³⁾ Cf. Fernando Saboia de Medeiros, A Liberdade de navegação do Amazonas, S. Paulo, 1938. A documentação pertinente que se guarda no arquivo histórico do Itamaraty é interessantíssima. A viagem provocou atenção especial na Europa, onde as revistas especializadas fizeram resumos dos volumes em que os dois oficiais a relataram fazendo comentários depreciativos da posição brasileira e aumentando a atoarda em tôrno ao princípio de livre navegação do Amazonas e do aproveitamento da região pelos povos que tivessem capacidade para tarefa de tamanha monta. No Bulletin de la Societé de Geographie, 4.º série, IX, 1855, M. Isambert, resumindo-a, defendeu o princípio de que os alegações brasileiras estavam superadas em face dos interêsses da humanidade. O Brasil que se contentasse com a sua base física restrita ao delta amazônico e o Prata, portanto a faixa costeira.

(1882/903) enfrentaram os mistérios da Amazônia sem receios de enfermidades, da bicharada, do clima, dos perigos das zonas encachoeiradas, da hostilidade da floresta e dos grupos indígenas. Faziam ciência pela ciência? Procuravam descobrir pelo prazer da aventura científica, sob a sensação das façanhas com que se notabilizariam? Ou na verdade estavam trabalhando para os seus governos e êstes visando a alguma coisa mais?

Será conveniente recordar que essa sensação da façanha, apaixonado que era pela botânica, foi a explicação da presença no Tapajós, depois de uma longa viagem pelo vale do Orenoco, Cassiquiári e rio Negro, de Henri Alexandre Wickman, que trazia bôa fôlha de serviços dêsde quando trabalhara nos serviços florestais de Honduras Britânica. Ás voltas com os assuntos da flora amazônica, no Tapajós, cumprindo instruções que recebera do Dr. Joseph Hooker, diretor do Jardim Botânico de Kew, embarcou 70.000 sementes de seringueira, raiz de tôda a imensa heveicultura oriental e explicações da concorrência que retirou o Brasil do monopólio de produção de borracha e por fim o arredou do mercado internacional de consumo.

E a propósito, refiramos o que fêz Spruce, que todos nos habituamos a estimar como o homem que amou a natureza amazônica, por ela tendo desvelos quase inacreditáveis. bem. Spruce, em meio aos carinhos que devotava e com tanta sofreguidão exteriorizava, na verdade era um agente político da Grã-Bretanha, a que servia estudando a região no potencial e na variedade da floresta, de que remetia para Londres as espécies de valor comercial. O Jardim Botânico de Kew, onde se fêz a aclimação das sementes de seringueira para as plantações no Oriente, recebeu uma farta contribuição de Spruce. Um dos biógrafos do naturalista, Victor W. Von Hagen, num pronunciamento a respeito da atividade que desenvolveu no particular da borracha, elucida que "em 1850, Sir William Hooker, de Kew Gardens, sondara Ricard Spruce no sentido de obter mudas de borracha. Spruce tentou a coisa, mas sem transporte adequado era uma tarefa impossível. Todavia, fêz um estudo meticuloso de tôdas as árvores que produziam borracha, e essas inestimáveis informações foram enviadas a Kew Gardens, que agiu como conselheiro oficial junto ao govêrno em assuntos botânicos". Henry Wickman, quando, posteriormente, esclarece o mesmo

autor, conseguiu obter as sementes que constituiram a raiz da heveicultura oriental, valeu-se dos dados proporcionados pelo naturalista. Anos decorridos, Spruce era solicitado a remeter mudas de chiuchona para cultura na Índia. A espécie era encontrada na área amazônica não brasileira, a peruana. Cumprindo o dever para com S. Majestade Britânica em cujo nome fôra feito o pedido, Spruce obteve as mudas e enviou-as. Era a gramínia, de tanta utilidade, que os inglêses desejavam possuir para os seus grandes negócios e para as suas obras de solidariedade humana...(*).

Outros dessa galeria que não trabalharam unicamente como servidores da ciência foram — Robert e Richard Schomburg, Tardy de Montravel e Coudreau. Por fim, o grande Agassiz que, se na realidade não serviu de agente político, nos seus entusiasmos pela Amazônia fêz-se de "inocente útil" quando, nos Estados Unidos, realizou conferências sôbre a região, conferências que eram autênticos convites à operosidade dos povos fortes para uma emprêsa em que não nos estávamos conduzindo com a dignidade realizadora necessária.

Vejamos, porém, um a um, o que nos leva a indicá-los como cabeças de ponte do imperialismo europeu.

Robert Schomburg, embora alemão, mas a serviço da Grã-Bretanha, penetrou no Rio Branco para estudá-lo. Estava em comissão da Sociedade de Geografia de Londres. Como se verá em capítulo específico, não teve um comportamento de homem de ciência. Ao contrário, portou-se indignamente, mentindo, informando que cometíamos horrôres contra os grupos indígenas, nada sabíamos da fisiografia local e não havíamos ocupado o

⁽⁴⁾ Cf. Victor W. Von Hagen. A América do Sul os chamava, S. Paulo, s/d. Nesse livro, o autor transcreve uma explosão sentimental de Spruce, que é muito elucidativa acêrca de seus propósitos — "Quantas vêzes lamentei o fato de não ser a Inglaterra dona do magnífico vale do Amazonas em vez da Índia. Se aquêle papalvo Rei Jaime II, em vez de meter Raleigh na prisão e depois cortar-lhe a cabeça tivesse continuado a fornecer-lhe navios, homens e dinheiro até êle formar um estabelecimento permanente num dos grandes rios da América, não tenho dúvida de que todo o continente americano estaria neste momento nas mãos da raça inglêsa". Parece que é bastante para compreender-se o que realmente fazia Spruce na Amazônia.

território, o que serviu para criar, posteriormente, servindo êle de instrumento, o trecho neutralizado, a questão de limites que os inglêses acabaram vencendo em parte.

O irmão, também geógrafo, fêz explorações na mesma região, contribuindo para a ampliação dos pretensos direitos que os inglêses vieram a sustentar contra a presença brasileira e consequentemente em favor da tese da terra ignorada, da terra aberta aos impulsos de seus primeiros descobridores.

Tardy de Montravel chegou à Amazônia a título de chefe de uma comissão que devia realizar estudos de hidrografia, e começou pela fronteira com a Guiana francesa. Subiu o rio até Óbidos, de onde foi mandado regressar. Na realidade, estudava o problema dessa fronteira, foco de atritos com o Brasil. Como resultado de suas indagações científicas, algumas realmente utilíssimas, como as indicações acêrca da navegação pela costa brasileira e ao longo do rio Amazonas, fêz-se advogado das teses francesas, isto é, a ampliação da base física da Guiana em detrimento do Brasil (5).

Coudreau, tendo vindo pela primeira vez à Amazônia em 1889, visitando o contestado franco-brasileiro, esqueceu seus propósitos científicos. Era professor de geografia numa escola de comércio em França. E ao invés de atirar-se à investigação do meio, transformou-se num intrigante de mão cheia, advogando os interêsses da França junto às populações da zona indefinida. Leiamos, para comprovar o que estamos afirmando, êstes trechos do relatório do delegado do govêrno paraense, Egídio Leão de Sales, diretor da Secretaria de Estado. Escreveu aquêle funcionário:

"Em 1882 e 1883 aí aparece Mr. H. Coudreau em comissão científica por conta e ordem do govêrno Francês e em vez de ocupar-se de seus estudos só tratou de por meio da propaganda, captar ainda mais a simpatia dos cunanienses pela causa

⁽⁵⁾ De Montravel há, na seção de manuscritos do Museu Imperial, de Petrópolis, pequena memória sôbre o problema da abertura do Amazonas à navegação internacional, perspectivas do futuro da região, anseios autonomistas do Pará, e posição da Inglaterra e da França na elaboração dêsse pensamento secessionista.

da França: excitou o povo a enviar petições ao govêrno francês, pedindo autoridades francesas para governá-lo; ainda em comêço do ano de 1895, o negro Trajano, escravo fugido de Curuçá, era ali govêrno com o título de Capitão.

"Tendo H. Coudreau partido para a França, volta mais tarde, trazendo um grande carregamento de mercadorias para estabelecer-se em Cunani; volta em companhia de sua senhora, Mme. O. Coudreau e de oito companheiros que deviam dedicar-se a diversos ramos de indústria: já não vinha, segundo afirmava por ordem de seu govêrno, porém não podia ocultar que era por êle abertamente protegido; pusera o govêrno de Caiena a sua disposição o vapor de guerra Bengali surto no pôrto dessa cidade para transportar até Cunani o seu pessoal e mercadorias.

"Coudreau estabelce-se com efeito em Cunani com grande casa comercial até o comêço de 1895."

Mais tarde, nos livros que publicou como fruto de suas primeiras intimidades com a Amazônia, como sejam Voyages à travers les Guyanes et Amazonie, Paris, 1887 e Les Français en Amazonie, Paris, 1887, prosseguindo nas suas tarefas desnacionalizantes dos grupos humanos brasileiros que viviam no contestado, divulgou a notícia da existência de aspirações secessionistas a envolverem tôda a Amazônia. E sugeriu uma aventura imperialista da França sôbre todo o estremo norte do Brasil, aventura que êle imaginava de resultados certos e seguros (6).

Quanto a Agassiz, naquelas conferências a que nos referimos e publicadas em 1874 na Revue Scientifique, em meio à exaltação de que se via possuído, fêz o maior descritivo pragmático das possibilidades da região. Revelou-a como ninguém havia feito em tão poucas palavras e com tanta objetividade (*).

Já no século XX, prosseguindo na sua atividade, "descobridores" da Amazônia não abandonaram aquêles propósitos.

⁽⁶⁾ No capítulo sôbre "Viajantes e sugestões separatistas", o assunto é devidamente talhado.

⁽⁷⁾ Acusou, então, os grupos que habitavam a região de indolentes, incapazes para a imensa tarefa da conquista e da formação de uma sociedade regular, estável e ativa. O campo era própio para a experiência dos estrangeiros capazes.

O casal Coudreau pôs-se ao serviço do Brasil, é certo. Mas nos primeiros tempos, Henri, o marido, não se limitou a estudar a região para servir à ciência. O livro que escreveu sôbre a zona contestada, no Amapá, entre o Brasil e a França, é um livro escrito dentro do espírito da época — objetivos econômicos. Tinha o livro um título esclarecedor — Les français en Amazonie.

Em 1931 uma expedição espanhola, sob o comando de um oficial da aeronautica, pretendeu continuar a política das "expedicões científicas". Em capítulo especial, examinamo-la, convenientemente. O Brasil, a essa altura, acordara para os perigos. E se acautelava contra para impedir os "passeios" perigosos aos interêsses nacionais. As expedições científicas que percorreram a Amazônia, de princípios do século XIX ao século XX, integradas principalmente por europeus realmente de alto nível, realizaram uma obra notável no particular do inventário do que a região valia, no que a caracterizava mais visívelmente, e naquilo em que podia ser útil aos interêsses da humanidade. Não condicionada essa visitação intensiva a qualquer participacão brasileira, que não esteve ausente do trabalho de pesquisa, antes comparecendo com boas equipes às quais não se fêz a necessária justica, foi efetuada com intenções que não eram unicamente ligadas aos objetivos distantes ou imediatos da ciência. Queremos deixar bem claro que temos por todos êsses homens que arriscaram a vida e escreveram, com a sua disposição e o seu devotamento, capítulos explêndidos da obra de reconhecimento ou de ampliação dos conhecimentos da realidade do mundo sul-americano, a maior admiração. Isso não nos impede, no entanto, de registrar os imperativos a que muitos dêles serviam e podiam ter sido profundamente prejudiciais à soberania brasileira. Disse muito bem Victor W. Von Hagen, ao biografar Spruce, que aquêles naturalistas viajantes "eram precursores de grandes negócios". Mais — "puseram à disposição dos agentes de negócios um livro-guia das riquezas da Amazônia". Exato.

Os Francêses Pretendem o Amapá.

POLÍTICA francêsa de expansão, depois do período napoleônico, se aqui e ali sofreu interrupções na sua impetuosidade, nem por isso deixou de ser uma política pragmática, que refletia os sentimentos nacionais e nunca apenas de uma parcela da opinião pública. O espírito de exagerado nacionalismo, que devia irradiar para assegurar melhor a posição da França na sua potencialidade, exteriorizava-se nos pruridos imperialistas. O pensamento ou os objetivos de Colbert, no tocante à formação de uma França ultramarina, não haviam perdido conteúdo, portanto. Ao contrário, revigoravam-se, afirmando-se não apenas em propósitos, mas em ações materiais que não admitiam qualquer dúvida.

É bem verdade que essa atitude não era uma atitude isolada no quadro europeu. A idéia de uma Europa vivendo na base da exploração de impérios nos mundos asiáticos e africanos era agora uma constante, principalmente depois que se perdera a grande área americana.

A política da "Restauração" constituíra uma primeira tomada de posição no problema. A conquista de Argel, em 1830, abrira o caminho para a expansão em grande estilo. Emprêsa militar, assegurara à França, no plano internacional, um relêvo particular. Os inglêses tinham pela frente, agora, concorrente com apetite insofrido. A monarquia de Julho e a República que se lhe seguiu não abandonaram os planos de imposição do país pela sua obra colonial. Não se mostraram com a mesma decisão violenta, o que não importou, no entanto, em equidistância do problema. O segundo Império, quando o novo Napoleão pretendeu restaurar o explendor do outro, retomando o impeto da Restauração e procurando mesmo, como era natural, ultrapassá-la, lançou-se a empreendimentos de envergadura.

A história posterior, da Terceira República, entre 1871 e 1879, não se mostrou com a mesma atividade exterior intensa, mas a partir daquela última data passou a desenvolver vastos planos de formação, de ampliação e de consolidação do império ultramarino, planos que não ignoraram os pequenos territórios mantidos na América, restos do primeiro império organizado no velho regime. A França não se descuidara dêles nos períodos já referidos. E no particular de Caiena, tentara mais de uma vez, e quase sempre com insucesso, experiências de certa envergadura para criar uma base sólida, permanente, de riqueza e de comprovação de sua capacidade para emprêsas tropicais (¹).

No particular de suas pretensões para a fixação de fronteira entre a Guiana e o Pará não os encerrara com a devolução de Caiena, após o período em que a governáramos pelo direito de conquista e de ocupação, conseqüente aos atos de guerra praticados pela França de Napoleão contra Portugal. Se nos primeiros momentos, os franceses se mostraram tranquilos, à medida que se agitava aquela Província do Império, nas quarteladas e nos pronunciamentos populares, os velhos propósitos de expansão para fazer uma fronteira que lhes satisfizesse o apetite voltaram

⁽¹⁾ A respeito da ação francesa no ultramar, a bibliografia é abundantíssima. Serão, todavia, suficientes, para uma melhor compreensão do que foi aquêle esfôrço imperial, as obras seguintes: G. HARDY, Histoire de la colonisation française, Paris, 1931; Maurice Besson, Histoire des colonies françaises, Paris, 1931; Victor Piquet, Histoire des colonies françaises, Paris, 1931; Henri Blet, France d'Outre mer, Paris, 1950; Albert Duchène, La politique coloniale de la France, Paris, 1928.

a tomar alento. Estavam, evidentemente, ligados aos sonhos de expansão a que nos referimos. De tal maneira que, imaginando uma oportunidade ótima aquela que se abria com a desordem e a perda de substância do poder imperial na Amazônia, não demoraram em penetrar na terra brasileira do Amapá, estabelecendo uma posição militar. Ano de 1836.

Segundo Ponte Ribeiro, a ousadia francêsa não tinha limitações. E tanto assim que naquele ano, em artigo publicado no Moniteur, artigo redigido pelo general Bernard, ajudante de campo do Rei Luís Filipe, sugeria-se uma ação de maior envergadura da velha monarquia européia. Essa ação, constante da incorporação do Pará, que então compreendia o Amazonas, à França... Luís Filipe, em audiência ao ministro brasileiro Moutinho, perguntara-lhe que novas tinha da distante unidade política, adiantando-lhe que estava informado de que ela se preparava para separar-se do Império, o qual, por sua vez, não sentiria a perda, visto que a região nenhuma falta lhe faria (²).

À nova da presença dos franceses no Macapá, o Brasil protestou. Inicialmente, o general Soares de Andréia, que acabara de restabelecer a ordem na capital paraense, em ofício ao governador de Caiena, intimou-o a retirar o destacamento, a cuja sombra, segundo os próprios franceses, logo se localizaram cêrca de cem pessoas, vindas da Guiana, para dar início a uma tentativa de colonização. Em Paris, o ministro brasileiro também lavrou protesto. Explicava-se aquela atitude marcial pela necessidade de preservar a fronteira das incursões dos rebeldes paraenses, garantindo a paz na colônia francesa. No Rio de Janeiro, o ministro dos negócios estrangeiros dirigira-se ao enviado francês, Mr. Pontois, pedindo-lhe explicações. A resposta era sempre a mesma — necessidade de preservar a paz: o pôsto era, portanto, provisório.

Sucede, no entanto, que as operações de guerra que as fôrças imperiais estavam realizando contra os rebeldes, haviam assegurado o restabelecimento do poder imperial em vasta área

⁽²⁾ Cf. Duarte da Ponte Ribeiro, Memória sôbre os limites do Império do Brasil com a Guiana Francesa. Rio de Janeiro, 4 de março de 1842. Inédito no Arquivo Histórico do Itamarati.

da Província. Na fronteira, os perigos estavam desaparecidos. A motivação indicada pelos franceses tinha, consequentemente, deixado de possuir consistência. A evacuação não podia, pois, deixar de ser efetuada. Nem por isso, os franceses decidiram a executá-la. Parecia-lhes que a ordem não fôra restabelecida em tôda a sua plenitude, ou que o destacamento estava localizado em trechos que de direito lhes pertenciam. Admiravam-se até de que os brasileiros lhes apresentassem aquelas reclamações...

Evidentemente, o Brasil tinha pela frente uma nação que não se dispunha a manter uma opinião serena, digna. A cada momento, apresentava a nomeação de representantes dos dois países, para proceder-se à demarcação da fronteira, quando então o destacamento seria mandado sair.

A exaltação de ânimos no Brasil, em face de atitudes tão desconcertantes, explodiu. No Rio de Janeiro, onde alcançara grande prestígio, desenvolvendo-se amplamente, o comércio francês começou a sofrer na própria carne. Dirigindo-se ao govêrno de Paris, solicitou uma decisão imediata para o assunto que ameaçava agravar-se com pesados danos para êle. De seu lado, o governador imperial insistia junto ao francês para que abandonasse a "conquista". Quanto à demarcação desejada, antes que a desocupação ocorresse, o Brasil não a aceitaria.

Ante a boicotagem do comércio francês no Rio, a intransigência brasileira, que não cedeu um milímetro na conjuntura grave, e a interferência britânica, que era garantida no Tratado de Utrecht e a princípio procurara excusar-se de qualquer atuação no caso, a França decidiu voltar atrás. E a 10 de julho de 1840 seus soldados evacuavam o Amapá. Evacuavam o Amapá, para concentrar-se mais acima, no Maracá, próximo ao Oiapoc. Mudavam, assim, apenas, de posição. Continuavam, na realidade, em território brasileiro.

O Brasil comprometera-se, porém, a proceder à demarcação. Esse compromisso dava origem, no entanto, a um novo problema. Que fronteira seria essa a demarcar? A pergunta tinha todo cabimento. Por que os franceses viviam a indicá-la da maneira mais variada. Não se haviam fixado num trecho da região. Ora sustentavam que seria no Carapapóris, ora no Calçoene, ora no próprio Amazonas... A interpretação do

artigo 8.º, do Tratado de Utrecht, que regulara a matéria em 1713, era sempre diferente. A literatura que se escrevia, em França, a propósito, gerava a confusão, evidentemente premeditada, enquanto de parte do Brasil desde a fase colonial a posição eram firme — o Oiapoc era o mesmo Vicente Pinzón e, de acôrdo com o referido diploma internacional, ali estaria a fronteira, assegurada ininterruptamente pelos nossos colonos, missionários, destacamentos militares, homens de negócio.

As negociações entre os dois países levaram à neutralização do trecho entre o Oiapoc e o Amapá pequeno. Não era suficiente. Fêz-se levantamento histórico da situação. Fêz-se o reconhecimento geográfico da região disputada. Sugeriram-se soluções para um acôrdo de limites. Para garantir-se em definitivo a ocupação da larga faixa de terras ao longo do Atlântico, o Brasil criou uma colônia militar, a Pedro Segundo, à margem do Araguari.

Em 1853, chamado a defender os interêsses brasileiros, que êle conhecia por longo estudo que realizara, Paulino José Soares de Sousa, Visconde de Uruguai, tentou o entendimento direto com os franceses em Paris. Cedeu em quanto foi possível. Sugeriu maneiras de chegar-se a um acôrdo. Os franceses, que mudavam de posição a todo instante, agarraram-se por fim ao Carapapóris. Mais, das nascentes dêste rio, pretendiam uma linha que fôsse atingir os campos do rio Branco. Dêsse modo, se aceitas as suas exigências, passariam a ter em mãos um território imenso, ao norte da calha central do rio Amazonas, habitado por grupos indígenas, rico em matéria-prima e onde os filões de ouro seriam descobertos anos depois, o que lhes traria, portanto, um potencial de alta expressão(3).

Proposta francesa para reconhecimento conjunto da zona neutralizada, aceita pelo Brasil, não foi cumprida pela França. Procedemos ao reconhecimento por intermédio de comissão técnica dirigida pelo capitão-tenente José da Costa Azevedo, futuro Barão de Ladário.

⁽³⁾ Cf. José Antônio Soares de Söusa, A Vida do Visconde de Uruguai. S. Paulo, 1944. Nesse livro magnífico, seu autor traça minuciosamente a ação do Visconde nos entendimentos com o representante francês His de Butenval.

A literatura que se começara a escrever e divulgar no Brasil ou a guardar nos arquivos oficiais, era, então, uma literatura elaborada com uma consciência rigorosa da verdade. Além de pequenas memórias de Tito Franco de Almeida, do Barão de Marajó e de Antônio Ladislau Monteiro Baena, Duarte da Ponte Ribeiro e Miguel Lisboa haviam escrito ensaios elucidativos, a que se juntava verdadeira monografia da autoria de Soares de Sousa. Por fim, entrara em circulação a obra monumental de Joaquim Caetano da Silva, que pesquisara nos arquivos franceses, L'Oyapoc et L'Amazone, em que reunira, de maneira indestrutível, não apenas os melhores argumentos em favor dos interêsses e dos direitos do Brasil, mas as provas mais eloqüentes e muito dificilmente destrutíveis, daqueles direitos brasileiros, obra que provocaria sensação nos próprios meios franceses.

A essa altura aventureiros de tôda parte começavam a penetrar na região. Os franceses de Caiena compareciam também, com certa intensidade, procurando assumir a liderança. Henri Coudreau, que já conhecemos de capítulo anterior, completando investigações realizadas por Jules Crevaux, aproveitava a oportunidade para fazer a propaganda de sua pátria, que devia empossar-se de todos aquêles distritos, de uma vez pondo têrmo à questão e enriquecendo o seu patrimônio colonial. Um inquérito mandado proceder pelas autoridades paraenses, apurara a perigosa infiltração francesa, que tomava alento. A propaganda colonialista em França voltara a constituir motivação alentadora para os destinos daquela nação, que se convencera de que lhe estava reservado um papel saliente na grande emprêsa da expansão imperialista do momento.

Em 1885, uma ocorrência grave veio sacudir a modorra por que se conduzia oficialmente o assunto. Um grupo de aventureiros, que se afirmou ter sido induzido a êsse passo pelos franceses de Caiena, proclamou a caricata "República de Cunany", que se estenderia do Oiapoc ao Araguari. "Esses aventureiros elegeram presidente vitalício do novo Estado o francês Jules Gros, romancista, membro da Sociedade de Geografia Comercial de Paris.

A aventura teve, porém, duração pequena. Embora Jules Gros houvesse constituído govêrno, criando a Ordem de Cavalaria Estrêla de Cunani, que rendeu bons proventos financeiros pela larga e bem paga concessão que dela fêz o esperto "Chefe de Estado", o Govêrno francês, ante o escândalo que representava a façanha, a 2 de setembro de 1887 acabou com ela. Ministério da República de Cunani funcionava em Paris e não em Cunani! Se em Cunani, na realidade, nada havia que autorizasse o funcionamento de um govêrno local subordinado ao tal gabinete ou obedecendo a Jules Gros! Demais, o próprio Ministério, integrado por indivíduos estranhos à vida de Cunani. em breve estava em desacôrdo com Jules Gros, declarando-o, por fim, destituído da Presidência da República! A farsa, que ecoou na própria França provocando humor, não foi adiante. Cunani era, a essa altura, um povoado de 600 pessoas. A princípio, o núcleo contava apenas com escravos fugidos, criminosos, desertores, com quem tinham contacto alguns regatões. tarde, a êsse aglomerado heterogêneo viera reunir-se um ou outro mercador, que abria casa de negócios, dando certa vida ao lugar. Segundo a afirmativa dos usufrutuários da República de Cunani, a escôlha de Jules Gros fôra efetuada por unanimidade e "em mais de dez reuniões públicas". Evidentemente o que se armara, com a criação do pseudo Estado, era uma situação visando preferentemente lesar os interêsses, os títulos em que se apoiava o Brasil". Ante o escândalo, que envolvia o nome da França, o govêrno dêsse país fêz declarações incisivas de desaprovação ao episódio.

Anos decorridos, (1893) com o descobrimento de veios auríferos no Calçoene, por dois brasileiros, Germano Ribeiro Pinheiro e Firmino de tal, os perigos cresceram. Porque, à nova sensacional, uma legião de aventureiros correu para lá. Em maio de 1894, já habitavam o rio cêrca de 6000 pessoas. Foi tirado, em dois mêses de trabalho, ouro no valor de nove milhões de francos, ouro negociado em Caiena. A zona contestada era ainda dominada, do ponto de vista demográfico, pelos brasileiros. Viviam lá entre 8 a 10 mil, segundo o pronunciamento dos próprios franceses.

Foi quando, imaginando ter chegado a hora decisiva, os franceses, nomeando autoridades suas para organizar a região, entraram em choque com os brasileiros, que decidiram reagir. A 10 de dezembro de 1894, o francês Eugene Voissien, que

administrava o Amapá como representante de sua pátria na zona neutralizada, foi deposto, sendo aclamado o capitão Desidério Antônio Coelho, o qual, desistindo do pôsto, sugeriu a constituição de um Triunvirato. Um prêto de nome Trajano, brasileiro, fugitivo de Cametá, onde trabalhara como escravo, protegido dos franceses, que lhe haviam concedido o título de capitão, criara mal estar, perseguindo seus compatriotas. Foi prêso. Isso significava verdadeiro desafio aos franceses.

O Triunvirato, integrado pelo cônego Domingos Maltez, escolhido presidente, Francisco Xavier da Veiga Cabral e Desiderio Coelho, exerceu as funções para que fôra aclamado, impondo a tranquilidade e reorganizando a vida local. A legislação decretada "cobriu o problema da exploração das minas de ouro, a criação do Exército amapàense, a liberdade do comércio retalhista para os brasileiros e proibição aos estrangeiros, a imposição de obrigações ao fiscal de Amapá, que devia zelar pela vida urbana, tabelando os impostos de exportação e indústria e profissão, abolição de penalidades violentas como a prisão ou tronco, criação de um Cartório de Registro Civil, liberação das mercadorias vindas do Brasil e imposição de 10% de impôsto sôbre o valor de fatura das mercadorias importadas em Caiena(4).

O Triunvirato autorizou a reação armada dos brasileiros que se sentissem prejudicados na exploração das minas pelos crioulos da Guiana Francesa. E deliberou que todo e qualquer indivíduo que perturbasse a paz, criando dificuldades à ação do Govêrno ou fomentando o desrespeito à legislação que ia sendo decretada, fôsse deportado por três anos. Movimento de brasilidade, todos os atos do Triunvirato visavam assegurar para o Brasil o território neutralizado ou Contestado. Nesse sentido, comunicando ao Executivo paraense a sua constituição, afirmara-lhe aquele propósito, para o que a legislação que elaborara calcava-se na legislação paraense."(5).

O episódio, como era de esperar, provocou a reação francesa imediata. Governava a Guiana Mr. Charvein "que não demorou

⁽⁴⁾ ARTHUR C. F. Reis, Território do Amapá. Perfil histórico. Rio, 1949, pág. 95.

⁽⁵⁾ ARTHUR C. F. Reis, obr. cit. pág. 100.

em expedir contra o Amapá uma expedição militar, que se transportou no navio de guerra *Bengali*, sob o comando do capitão-tenente Lunier.

A 15 de maio de 1895, o Bengali fundeava na entrada do Amapá. Oitenta homens de guarnição desembarcaram "um pouco antes, na enseada do cemitério velho". Planejavam atacar o povo pela retaguarda, enquanto outro destacamento investiria pela frente. O capitão-tenente Lunier pôs-se à testa da fôrça que penetrou no burgo pela frente. Deparou-se-lhe, de logo, uma bandeira brasileira hasteada pelo português Manuel Gômes Branco. Irritado, prendeu o patriota, fazendo amarrar-lhe os braços para trás e rasgar a bandeira. Veiga Cabral, a quem procuravam, apareceu-lhes a essa altura. O capitão-tenente Lunier, indagando se era o "Cabralzinho", nome por que o membro do Triunvirato era popularmente conhecido, à resposta afirmativa do próprio, deu-lhe voz de prisão. E de revolver em punho tentou efetuar a prisão. "Cabralzinho", com uma rapidez espantosa, lançou-se sôbre o oficial francês, tomou-lhe a arma e com ela abateu-o. Dera-lhe três tiros. A confusão que se estabeleceu foi grande. Patriotas, de casa próxima, abriram fôgo contra os franceses que avançavam a vingar a morte de seu comandante. Travou-se forte tiroteio. Os patriotas, em número de 14, dos quais treze brasileiros e um norte-americano, sem munição para manter a posição, bateram em retirada, sob a direção de "Cabralzinho", abrigando-se na vila. Os atacantes, no auge da irritação, tendo perdido seis homens, mortos na refrega e já com vinte feridos, entraram a praticar desatinos: incendiaram casas e mataram a baionetas trinta e oito moradores, entre velhos, mulheres e crianças. A maré começando a baixar, os franceses receiaram ficar impedidos de atingir o mar. Abandonaram o povoado, conduzindo seus mortos, feridos e o prêto Trajano, que se escondera aos primeiros tiros para aparecer aos atacantes na hora da retirada. Os franceses conduziram ainda o brasileiro João Lopes e o português Gomes Branco. O encontro principiara às 10 horas e 30 minutos da manhã e encerrara-se às 14 horas.

Por ocasião do desembarque, o comandante do Bengali, de nome Audibert, ordenara a captura de "Cabralzinho" e a soltura de Trajano. Na hipótese de os não encontrar, o capitão-

tenente Lunier trouxesse como refens os moradores que fôsse possível. O desembarque fôra planejado para a madrugada, à alegação de que era preciso atender à maré. Evidentemente, o que se planejava era a surpresa aos amapàenses que deveriam estar dormindo. A maré, porém, não consentira na consumação da empreitada.

A ação militar fôra decidida em assembléia do Conselho Consultivo da Guiana Francesa, convocado pelo Governador, o crioulo M. Charvein, e realizada a 9 de maio. M. Charvein de há muito vinha trabalhando o espírito de seus superiores em França para uma ação drástica no Amapá, onde os interêsses franceses não encontravam ambiente ante a resistência dos sentimentos de brasilidade dos habitantes. No episódio, triste episódio em que se celebrizou, sem ter obtido a necessária autorização de Paris, decidira com a cooperação do Diretor do Interior, Chefe do Serviço Judiciário, comandantes da guarnição e do Bengali (6).

Os acontecimentos do Amapá ecoaram no Brasil e na França causando sensação. Os franceses mostraram-se espantados, pois não lhes passara pela mente a atitude do governador de Caiena. Os brasileiros, compreendendo que os sucessos levariam a fatos mais graves se ocorresse a reação de França, procuraram encerrá-las. Um agente do govêrno paraense procurou "Cabralzinho", obtendo dêle as providências que visavam impedir a composição do grande exército que já começara a ser organizado. Os ânimos exaltavam-se. Pronunciava-se borrasca iminente.

Emílio Goeldi, o eminente diretor do Museu Paraense, que ostenta hoje o seu nome, enviado à zona nevrálgica, em 21 de novembro de 1893, escrevia ao dr. Carlos de Carvalho, Ministro das Relações Exteriores, uma longa carta sôbre o que vira ali e a opinião que fazia de todo o grave problema da fronteira. Ao governador Lauro Sodré, de Pará, apresentara relatório, de que o Itamarati guarda cópia autêntica. Neste, alongava-se em detalhes necessários à orientação do próprio govêrno. Naquela, fazia considerações de suma importância. Vamos lê-lo:

⁽⁶⁾ ARTHUR C. F. Reis, obr. cit., pág. 100.

"De volta da nossa expedição da Guiana brasileira, que o Brasil nunca devia ter tolerado que se chamasse de Territóire contesté franco-brésilien — redigi às pressas um relatorio sumário, que entreguei a S. E. o Sr. Lauro Sodré e que muito provàvelmente chegará às mãos de V. Ex. pelo mesmo vapor, com esta carta. Nesta carta eu queria ainda concentrar de modo mais nítido outras impressões gerais como juntar algumas informações que podem ser úteis por sua atualidade.

"O território contestado é, folgo poder afirmá-lo do modo o mais positivo, habitado na sua maior superfície por brasileiros. Brasileiros são sem excepção a gente do Amapá pelo sul; brasileiros são os moradores do Rio Cunani, do Rio Oiapoc. A língua usada é a portuguêsa, o modo de vida, os costumes, a educação — tudo é tal qual como no Pará, porque quase todos são Paraenses.

"Nas ditas localidades há, quando muito, um total de meia dúzia de estrangeiros, sendo talvez uns três sòmente crioulos de Caiena. O único ponto do território Contestado, onde de fato há uma completa inversão é o Rio Calçoene, formando os crioulos de Cayenne, de Martinique e Guadaloupe, enfim súditos franceses, decidida prepoderância numérica. Com êste rio a França entretém constantes relações, diretas e via Cayenne e Martinique.

"Mas para o espírito de qualquer árbitro não é bastante saber que os moradores do Território contestado são de origem brasileira. Importa tanto ou mais ainda saber se êles querem ser brasileiros. Pois posso afiançar, porque o vi e me convenci, que êles de fato querem pertencer ao Brasil, e não à França. O que o Sr. H. Coudreau escreveu acêrca das simpatias para a França é grossa mentira, a gente de Cunani ficou indignada quando li os respectivos trechos do livro de Coudreau. Não encontrei em parte alguma o que se poderia intitular um partido francês; há no Cunani um ou outro (no máximo umas 8 pessoas) que são um tanto descontentes com a prisão de Trajano, mas estou por outro lado convencido que o próprio Trajano voltando ao Cunani, deixará as suas antigas relações com Cayenne e tranquilizará seus compadres e parentes. Que me parecer, que o Brasil faria um passo acertado, tratando tanto o

Trajano como o pilôto Evaristo com clemência: é melhor tê-los como amigos do que como inimigos rancorosos.

"Ouanto ao valor do Território Contestado não quero dissimular a minha firme convicção, que as regiões baixas do sul (Cabo Norte e Amapá), não prestam para nada ainda por muito tempo. Por outro lado são belas e dignas de discussão as regiões do Norte, do Cunani até o Oiapoc. Não é por nada que a França se contentava com a parte septentrional, do A. Calcone em diante: ela ficaria destarte com o pedaco bom, ao passo que o Brasil ficaria com o ruim! Cortar pelo meio o nó Gordiano é cousa que não convém absolutamente ao Brasil. A divisa deve ser: Ou tudo ou Nada! - Se o Território Contestado se limitasse ao Amapá, Sr. Ministro, não valeria a pena e o tempo de brigar. Um limite mais natural e mais estratégico não poderia haver e eu aconselharia tanto ao Brasil. como à França de dar esta zona de presente; seria uma espécie de cavalo Troiano! Mas como o norte do contestado é tão bom como o sul é ruim, o litígio é plenamente justificado e o Brasil deve cuidar dos seus legítimos direitos.

"Soube pelo Sr. Governador Dr. L. Sodré de uma recente reclamação francesa concernente ao impedimento de súditos — franceses no Contestado. Como êles torcem os fatos! Tudo alteram, nunca vão com a verdade! O que há é isto: No Cunani, como no Amapá, o govêrno local proíbe, próprio motu, a invasão do curso superior dos rios por aventureiros de qualquer nação, e não só da francesa. Dizem que a conseqüência destas invasões é necessàriamente a desordem, a falta de segurança individual, o desassossêgo, e apontam, como exemplo palpável, para o caso do Rio Calçoene. Aos aventureiros i. e., mineiros, dão sempre a mesma resposta estereotípica: "aguardem a solução do litígio, a arbitragem. Por ora ninguém sobe — somos nós que não o permitem".

Ora, acho êste procedimento perfeitamente razoável; é o fruto da própria iniciativa do povo indígena e, a França se tornaria sumamente ridícula, se ela duvidasse de semelhante direito de vigiar cada um seu torrão (sic) contra desordeiros. Ela poderia queixar-se, se houvesse exclusivismo relativo aos franceses; mas êste não existe; sei que José da Luz intimou, no Cunani por diversas vêzes tanto inglêses, como franceses e

canoas com mineiros de diversas nacionalidades, a recuar. Esta tática é de fato perfeitamente lógica; esta gente quer as costas em paz e as costas são neste caso as cabeceiras dos rios; esta tática, é filha da experiência prática. É um veto de paisanos contra aventureiros, e não de brasileiros contra franceses!

"Igualmente infundadas são as reclamações francesas relativas ao Evaristo, o pilôto do Bengali. Evaristo é paraense, de Benfica, perto do Pará, onde êle ainda hoje tem parentes, como êle mesmo me contou. É a segunda vez, que os Franceses caem na asneira de reclamar como seu patrício um que nunca o foi. Evaristo, de quem tirei a fotografia (que quando desenvolvida e impressa mandarei a V. E.), fêz, a modo de muitos Vigienses do Pará, por bom número de anos, como pilôto e pescador, viagens para Caienne, e conhece a costa desde o Pará até o Rio Maroni e Surinam; e chegou a casar-se com uma crioula em Caienne e residiu lá, como êle mesmo me contou. Ora, o Code Napoléon estabelece: "La femme suet la condition du mari"! Por consequência a tal crioula tornou-se brasileira, seguindo a própria lei francesa e eu queria ver a cara perplexa do Sr. Ministro Francês, para provar o caso inverso! — O caso Evaristo é o pendant para o caso Trajano.

"A Navegação para o contestado não é muito boa durante o verão, e é decididamente má no inverno (janeiro para maio). O mar entre Macapá e o Cabo do Norte tem fama. Duvido que o vapor Ajudante aguente as viagens durante o inverno; parece que a Comp. do Amazonas encomendou um novo vapor apropriado. Merece menção especial o fato, que os mapas de Mouchez, relativos à costa da Guiana, apesar de terem sido bastante bem feitos no seu tempo — hoje quase não servem mais para a navegação. As sondagens de hoje não correspondem mais com as indicadas no Mouchez; desapareceram ilhas que ela indica, tem novas não mencionadas, os canais... [ilegivel] e muitos bancos cresceram e apresentam outro aspecto. O mapa hidrográfico da Costa precisava ser renovado pelo menos de 5 em 5 anos, tão grandes as modificações que lá se realizam.

"À pergunta, o que conviria fazer atualmente em relação ao Território Contestado, direi: prestar mais atenção ao Norte do Contestado, animar os moradores do Cunani, do Cassiporé e

do Nassá e cuidar que estas grandes avançadas fiquem em contacto entre êles e com o sul.

"Prendendo assim no meio o Rio Calçoene, a influência francesa acha-se por assim dizer num oul-de-sac, e o Brasil pode esperar tranquilamente o dia da liquidação final.

"Reina paz no Contestado neste momento, mas devo confessar que a estrídula vizinhança dos crioulos no Calçoene com o Cabral no Amapá é uma fonte constante do perigo de novos encontros e novas complicações. Em linha reta a distância que os separa, é de poucas horas; por terra, via Rio Amapá Grande a viagem do Calçoene até o Amapá Pequeno não é maior do que de um dia. Certo Lourenço Beixamar, de Marajó (Pará), indivíduo que muito simpatiza com os crioulos de Caiena e constantemente reside em Caiena e no Calçoene, abriu uma picada até o Amapá, com o fim evidente de preparar o caminho para uma expedição terrestre, atacando o Cabral pelas costas.

"Peço desculpas a V. E. da falta de coordenação de idéias nestas linhas escritas na última hora."(7).

Em 1890, a França e o Brasil concordavam em confiar à arbitragem a solução da pendência. Ante os fatos de agora, essa solução estava precisando ser apressada. Escolhido arbitro o govêrno da Suíça, o advogado do Brasil foi o Barão do Rio Branco. A região em disputa somaria apenas 260.000 quilômetros quadrados... A sentença arbitral, proferida pelo Dr. Walter Hauser, presidente da Confederação Hervética, deu ganho de causa ao Brasil. O Amapá permaneceu incorporado ao Pará, que o organizou imediatamente, e em 1943, pelo decreto-lei federal 5.812, passou a constituir o Território Federal do Amapá. Falhara mais uma tentativa de empossamento de terras da Amazônia brasileira por nações estrangeiras.

⁽⁷⁾ Coleção Rio Branco, in Arquivo Histórico do Itamarati.

Os Inglêses Penetram no Rio Branco.

QUESTÃO de limites entre o Brasil e a Guiana Britânica é velha de um século e pode ser compreendida como um litígio que importava, se ganho pela Inglaterra, na presença daquele país em terras da Amazônia brasileira, primeiro passo para uma possível penetração de maiores consequências. Vale, portanto, como um capítulo do apetite europeu sôbre o Brasil amazônico. Busca suas raízes no ciclo colonial, quando se registraram os primeiros incidentes com os povoadores não lusitanos do território que constitui, presentemente, uma fatia importante do Império Britânico.

Àqueles primeiros tempos, de sortidas pela hinterlândia amazônica e de tentativas coloniais de povos que concorriam com os portuguêses e espanhóis a propósito da formação de seus territórios ultramarinos no Novo Mundo, os holandêses se haviam instalado no trecho territorial servido pelas águas do Essequebe, do Berbice, do Corentine, do Suriname. Suas feitorias agasalhavam trabalhadores negros, funcionários das Províncias Unidas, elementos militares que guarneciam os estabelecimentos que, evidentemente, não desejavam ficasse à mercê do

primeiro ousado que se dispusesse a arremeter sôbre êles e transferi-los a outra soberania.

Nessa altura do processo histórico sul-americano, os holandeses procuraram aproximar-se da zona banhada pelas águas do Rio Branco e de seus afluentes, seguramente imaginando o crescimento de suas possessões dado que a experiência obtida nas posições montadas nos princípios do século XVII no delta amazônico e cercanias era um convite a novas aventuras. Pesou mesmo, sôbre o chefe manau Ajuricaba, a acusação de manter contacto íntimo com os holandeses, aos mais se teria aliado, visando à expulsão dos portuguêses dos vales dos rios Negro e Branco. As autoridades luso-brasileiras, todavia, cêdo haviam sido informadas dos objetivos dos vizinhos e, em consequência, muito de acôrdo com o espírito da política colonial, que se estruturava em Lisboa, se haviam adiantado em providências para evitar que os boatos alcancassem o êxito imaginado. Essas providências produziram os resultados desejados. O perigo imediato de uma penetração dos holandêses foi afastado. O vale riobranquense foi policiado devidamente. E ao findar o século XVIII, além da fortaleza de São Joaquim, situada à margem esquerda do Rio Branco, na foz do Uraricoera, marcando a vitória alcancada sôbre os invasores espanhóis de 1777, construção de um dos melhores técnicos que então operavam a servico de Portugal no extremo norte, o capitão Filipe Sturn, além da fortaleza de São Joaquim, dizíamos, contavam-se vários núcleos de povoamento, aldeiamentos indígenas montados pelos funcionários luso-brasileiros e estabelecimentos pastoris. O reconhecimento geográfico e etnográfico havia sido realizado por uma equipe brilhante de cientistas luso-brasileiros como Lôbo d'Almada, Alexandre Rodrigues Ferreira, Eusébio Antônio de Ribeiros, Ricardo Franco de Almeida Serra, Antônio Pires da Silva Pontes, José Simões de Carvalho, que levantaram cartas e escreveram descrições minuciosas da bacia e da zona

⁽¹⁾ A documentação pertinente consta dos volumes que comprovam a soberania brasileira, organizados por Joaquim Nabuco, a propósito do conflito de limites. É documentação exuberante que não foi superada como não poderá ser, aliás, pela que os inglêses apresentaram.

de fronteira, que alcançava o Rupunuri, até onde chegava a ação das autoridades luso-brasileiras(1).

O território colonial holandês, a essa altura, diminuíra em extensão. Os inglêses, depois de um ensaio de conquista, entre 1781 e 1782, haviam ocupado, no ano de 1796, as colônias holandesas que lindavam com os territórios luso-brasileiros.

O primeiro império britânico tivera as páginas de sua história fechadas dêsde que as treze colonias da América do Norte decidiram tomar a seu próprio cargo os respectivos destinos, despedindo violentamente as autoridades e os elementos militares que garantiam o domínio da ilha sôbre a vasta extensão de terras que se fôra constituindo, como parte da sociedade universal, numa das experiências mais interessantes de todos os tempos. Esse império não se extinguiu com aquêle acontecimento, é certo, mas na verdade perdeu a grande substância que lhe assegurava, se não continuidade, pelo menos base material eficiente. Os inglêses até então tinham vivido ligados ao empreendimento, voltados para o propósito de comprar e vender intensamente. O comércio a longa distância constituíra o fundamento maior de suas atividades. Com a perda das treze colônias, que lhes proporcionavam tanta matéria-prima útil, era necessário buscá-las em outras partes para que não faltasse o alimento necessário à vitalidade do país. A população crescia. O parque industrial aumentava. Os processos de trabalho, com a introdução da máquina, sofriam profundas alterações. O simples escambo ou mesmo troca na base do dinheiro amoedado, já não era suficiente para compor a condição nova que estava experimentando. Agora era preciso não unicamente comprar e vender, mas produzir e vender. A operação mudava de processo sem que o ritmo perdesse a intensidade. A formação de um segundo império, com os restos do primeiro e o enriquecimento de novas áreas territoriais, impunha-se claramente. E nesse desideratum empenhava-se a ilha com um sucesso verdadeiramente espetacular(2).

⁽²⁾ A história da expansão inglêsa e da formação da base territorial do império organizado com tanta perseverança, tanta decisão e tanto ímpeto, tem sido objeto de uma vastíssima literatura de língua inglêsa. O mais completo de todos êsses trabalhos, pela visão global e pelos detalhes numa obra orgânica, é The Cambridge History of the

Instalando-se na Guiana, os inglêses voltavam aos seus desejos de possuir áreas tropicais úmidas de rendimento bom para suas manufaturas. Regressavam às experiências que haviam começado no século XVI e que cobrira não apenas a região da Guiana, mas também o mundo amazônico, como já tivemos oportunidade de verificar em capítulo anterior. Seria evidentemente êsse um primeiro passo para voltar a penetrar na Amazônia. Porque, com a ocupação, passavam a ter fronteiras com a chamada Guiana Brasileira, banhada pelas águas do Rio Branco e afluentes e alcançando o vale do alto Rupunuri.

A presença dos novos vizinhos exigiria maiores precauções? Trariam êles, com o seu comparecimento à região, perigos iminentes, apesar da velha aliança que dava um tom particular às relações entre os governos português e de S. Majestade Britânica?

A política portuguêsa, em face dos novos vizinhos, garantida que estava a região onde exercia a sua soberania sem o menor contratempo, não se alterou por medidas que expressassem ou revelassem receios e, em consequência, impusessem rigores e precauções mais ativas. A orientação, no sentido da garantia da fronteira, continuou a mesma, numa cordialidade evidente entre os dois vizinhos, que se estimavam e sôbre cujas relações nenhuma dúvida transparecia. Havia paz e ordem na fronteira, tanto mais quanto os novos vizinhos não possuíam, então, estabelecimentos permanentes na região, nem mesmo na zona próxima à fronteira. A ocupação luso-brasileira operava-se, destarte, sem o menor incidente, identificada a própria multidão nativa com as autoridades que eram nomeadas em Barcelos, sede da Capitania de São José do Rio Negro, que compreendia todo o hinterland amazônico além Nhamundá e é hoje o Estado do Amazonas.

British Empire, Cambridge, 1929, 9 vols. Como obra de síntese, de admirável compreensão do problema, Albert Demangeon, L'Empire Britanique, Paris, 1931. São úteis, igualmente: M. Garcia Pelayo, El Imperio Britânico, Madrid, 1945; Jacques Crokaert, Histoire de l'Empire Britanique, Paris, 1947; G. Mondaini, La colonisation anglaise, Paris, 1920. Para o período que nos interessa neste capítulo, elucida bastante Paul Knaplund, El Imperio Britanico, 1815-1930, México, 1945.

Quase ao findar o ciclo colonial, entre 1810 e 1811, funcionários militares inglêses, em visita ao sertão da colônia, atingiram os territórios do alto Rupunuri, encontrando destacamentos lusobrasileiros, que os receberam com a cordialidade necessária ou natural, mas lhes impediram a passagem além dos limites. Esses funcionários britânicos eram os primeiros que tomavam contacto com a fronteira, encontrada perfeitamente controlada pelas armas nacionais luso-brasileiras. Chamavam-se capitão P. Simon, tenente-coronel Von Sirtema e dr. John Hancock.

No ano de 1835, o prussiano Robert Schomburg, a serviço da Royal Geographical Society, de Londres, a qual desejara um levantamento da geografia física e astronômica do interior da Guiana Britânica, iniciou estudos diretos no vale do Essequibo. atingindo território e águas brasileiras. Por onde passou, foi encontrando sinais evidentes da soberania brasileira. O comandante do forte de São Joaquim, encontrando-o tratou-o com deferências, a que se declarou gratíssimo. Em 1837, numa segunda viagem de estudos, Schomburg voltou a penetrar em terras e águas brasileiras, para o que estava devidamente autorizado pelo govêrno regencial. Solicitara o govêrno britânico essa autorização. Alegando que o explorador, indo apenas estudar o divisor de águas das bacias do Amazonas e do Esseguibo. seguramente teria de "atravessar alguma vez a fronteira brasileira". Desconhecia, ou fingia desconhecer, todavia, o cientista alemão a serviço da organização londrina, o trabalho realizado no século anterior pelos técnicos portuguêses e brasileiros já mencionados. E sob a alegação de que a soberania brasileira ou era precária no Rupunuri, até onde êle reconhecia que se extendia essa mesma soberania, ou não existia com o império da continuidade, da mansidão, com a fôrça centenária incontestes, ao mesmo tempo que se convencia de que aquêles trechos sulamericanos entravam a constituir novidades geográficas pelos descobrimentos a que estava procedendo e não pela ação anterior dos técnicos de Portugal e do Brasil, principiou a exercer uma atuação suspeita, de agente político, ao invés de manter-se no terreno das verificações científicas para que tinha sido expedido. Em exposições remetidas a Londres, insistia na tese de que aquêles espaços eram parte do império britânico, que devia demarcá-los e ocupá-los permanentemente.

Um missionário protestante de nome Tomás Youd, aproveitando a ausência do destacamento brasileiro do Pirara, o qual, em face da guerra civil que assolava a Amazônia, havia sido chamado a outras operações necessárias à restauração da legalidade, instalou-se então no Pirara, reunindo o gentio Macuxiu sôb a proteção do pavilhão inglês. Pretextava o missionário o desamparo em que alegava viver a multidão nativa local, que sofreria os vexames das expedições predatórias brasileiras, realizadas a título de recrutamento para as fileiras do exército naquela conjuntura difícil que vivia o Império no setor amazônico ou promovidos para punição, por atos considerados passíveis da sanção penal. O gentío da fronteira estaria interessado na ajuda britânica para salvar-se dos maus tratos dos brasileiros.

As autoridades brasileiras locais, representadas pelo comandante do destacamento de São Joaquim, capitão Ambrósio Pedro Aires, e pelo missionário carmelita Frei José dos Santos Inocentes, que diligenciava serenamente a integração da bugrada local ao patrimônio da civilização brasileira, ante aquela violação da amizade que estava marcando as relações entre a velha Britânia e o Império Brasileiro, para cuja incorporação à família política internacional diligenciara com tanta decisão a diplomacia de S. Majestade Britânica, agiram, porém, ràpidamente. Belém, veio ordem do Presidente da Província, General Soares de Andréia, para que se intimasse o missionário Youd a abandonar o território nacional. Youd, sem mais delongas, retirou-se para a margem direita do Rupunuri, de onde foi, posteriormente, convidado a sair, pois que ainda aquela posição estava em zona indiscutivelmente pertencente à soberania brasileira. O missionário ainda desta vez acatou a intimação, embora, como da vez anterior, deixasse a situação levando em sua companhia o gentio sôbre que principiava a exercer o poder de sua persuasão, passando a instalar-se em Waraputa Rapids, no Esseguibo.

Schomburg, que a essa altura regressava a Georgetown de suas viagens pelo interior da Guiana, apresentou, então, um memorandum e riscou um mapa, que foi disposto em apêndice ao livro A Description of British Guiana, Londres, 1840, indicando uma fronteira nova que era um desrespeito à verdade histórica e um esquecimento doloroso ao que êle, próprio anteriormente assegurara como sendo a realidade imposta pela geografia e pelo exercício da soberania brasileira.

Sôb a impressão dessas alegações e dêsses escritos bem arrumados, a opinião britânica começou a enxergar o assunto sob prisma diverso. O velho sistema das posições que se criavam para provar soberania começava a dar resultados. apresentada a 20 de fevereiro de 1841, ao govêrno brasileiro, no Rio de Janeiro, pelo encarregado de negócios, Mr. Ouseley, o govêrno britânico comunicou que Schomburg, agora por incumbência de S. Majestade Britânica, ia iniciar explorações tendentes a fixar as fronteiras da Guiana com o Império Brasileiro. As autoridades britânicas da Guiana, por outro lado, recebiam instruções no sentido de opor-se a tôda e qualquer tentativa de usurpação do Pirara ou do território ocupado até então pelo que elas chamavam de "tribos independentes" e na verdade eram os grupos indígenas que sempre haviam vivido sob a soberania luso-brasileira, participando das ações militares contra os espanhóis, da fundação dos pequenos núcleos demográficos encontrados pelas autoridades luso-brasileiras, do estabelecimento das fazendas de gado que começavam a assegurar à região uma nova paisagem econômica.

De parte brasileira, as ordens expedidas do Rio de Janeiro, às autoridades paraenses, que dirigiam todo o território amazônico, de vez que ainda não fôra criada a Província do Amazonas, eram no sentido de evitar choque com os vizinhos poderosos, mas que o território só fôsse abandonado em face da fôrça e sob o protesto conveniente.

Foi então que um destacamento inglês, penetrando novamente no Pirara, procurou dêle se empossar, apesar dos protestos do capitão Barros Leal e de Frei José dos Santos Inocentes, missionário e patriota que tinha o nome ligado às agitações cívicas posteriores ao cíclo da independênica no vale amazônico.

A atitude do Brasil, de repulsa em face daquela violência, não demorou. O presidente paraense Rodrigo Pontes, nas águas de seu antecessor Sousa Franco, protestou perante o Governador da Guiana Britânica e perante o consul inglês em Belém. O Ministro das Relações Exteriores, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, em nome do govêrno brasileiro, solicitou explicações, no Rio de Janeiro, ao ministro inglês e, em Londres, por intermédio da legação brasileira, ao Foreign Office. O govêrno

de S. Majestade Britânica, "dizendo-se melhor informado", já mandara retirar o destacamento.

Schomburg, todavia, num excesso de zêlo pelo que considerava os interêsses inglêses, tinha iniciado a plantação de marcos no Surumu, no Tacutu, na foz do Maú, no Pirara, que êle entendia ser a fronteira entre a Guiana e o Brasil. Ante os novos protestos brasileiros, das autoridades de São Joaquim, de Belém e do Ministério das Relações Exteriores, o govêrno britânico ordenou a retirada das marcas chantadas tão indevidamente.

A 8 de janeiro de 1842, Aureliano Coutinho endereçara a Sir Hamilton, embaixador de S. Majestade Britânica junto à Côrte de D. Pedro II, um longo memorandum em que examinava, com a minudência possível no momento, a situação que se abria com a atitude de Shomburg, do missionário Youd e das autoridades da Guiana na região do Pirara. Nessa nota, vindo ao encontro do desejo do govêrno britânico, entrevisto em notas anteriores, sugeria a neutralização do território questionado. O Império Brasileiro não abdicava de seus direitos, tão certos, tão eloquentes, tão positivos eram êles, mas, para efeito de uma solução, revelando o Brasil os seus melhores propósitos de bôa vizinhança e de amizade, concordava naquela contemporização, que possibilitasse a solução definitiva e pacífica. Evidentemente, apesar das reservas invocadas, e através das quais mantinha o propósito de não abdicar de seus direitos, foi um passo desacertado. Porque, com a neutralização, abria-se margem a dúvida acêrca dos títulos que o Brasil invocaria. Seriam justos? Existiriam realmente?

A 29 de agôsto de 1843, Sir Hamilton Hamilton apresentava ao govêrno brasileiro a resposta à sugestão brasileira de 8 de janeiro de 1842. A neutralização era aceita. Surgia, porém, nova questão: para o Brasil, a neutralização compreendia apenas o território do Pirara e circunvizinhanças; para a Inglaterra, essa neutralização extendia-se do Cotingo e do Surumu, para leste.

José de Araújo Ribeiro, velho diplomata brasileiro, despachado para Londres, levou a incumbência de resolver com o govêrno britânico, a questão. Não teve êxito. Sua missão fracassou. O esfôrço do govêrno imperial para a defesa de sua soberania, no entanto, não cessou. Uma comissão de técnicos, chefiada pelo coronel Carneiro de Campos, esteve estudando a

região e investigando minudentemente nos arquivos do forte de São Joaquim e no seio das populações ali estabelecidas. O resultado das investigações a que precedeu veio confirmar e documentar, por provas de iniludível importância, o fundamento da soberania brasileira, que era uma decorrência natural e evidente da soberania lusitana, que herdáramos com a independência e não havíamos abandonado um só momento.

Não ficou, por outro lado, nesse inquérito procedido com todo rigor e um sensível sentido de honestidade, a atitude da alta administração brasileira. Duarte da Ponte Ribeiro, infatigável e henemérito estudioso das questões de fronteira e dos problemas da política internacional em que era parte o Império -- por sua projeção continental e pela significação que alcançara no concêrto mundial, num conjunto de circunstâncias, entre elas a projeção econômica que se avolumava constantemente, - entregando-se com o carinho de sempre ao exâme profundo do assunto, foi elaborando as memórias em que sustentava os nossos direitos demonstrando a falta de fundamento das alegações britânicas. Essas memórias, que se guardam inéditas nos arquivos do Itamarati, consubstanciando os títulos que alegavamos, valiam pela mais enérgica ação a desfechar, substituindo frança e decisivamente a solução drástica que já fora sugerida como a que os acontecimentos estavam indicando. Com essas memórias, o govêrno imperial, no primeiro momento da contenda surpreendido e desprovido dos elementos com que arguir ante a ofensiva e a dialética do Foreign Office, êste, por sua vez, conduzido pelos subsídios fornecidos por Shomburg, habilitava-se para a sustentação da soberania nacional.

A 28 de setembro de 1854, o Conselho de Estado, chamado a estudar o assunto, numa longa e elucidativa peça assinada por Paulino de Sousa, que a elaborou, Lopes Gama e Marquês de Abrantes, passava em revista o caso, fazendo-lhe a exegese histórica, geográfica e jurídica, concluindo: o divortium aquarum da Pacaraima à serra do Acaray era o máximo das concessões que o Império sul-americano podia fazer ao Império de S. Majestade Britânica.

Quando se encerrou o ciclo imperial e o Brasil adotou novo sistema político, a questão continuava em aberto: tôdas as tentativas, orientadas ou promovidas pelo govêrno brasileiro,

mangravam, como a que desenvolveu o Barão de Penedo, em 1888. Mais de uma vez a Inglaterra protestara, perante o govêrno brasileiro, a propósito da zona neutralizada, e em tôrno à presença de funcionários brasileiros que ali chegavam, ora em missão científica, ora como simples visitantes, desservidos de qualquer encargo oficial.

Proclamada a República, logo em 1891 o govêrno britânico fêz sentir ao nosso o desejo de entrar em negociações para a solução do pleito, sôb a fórmula de um "acôrdo sôbre a linha geral de divisão, nomeando-se depois uma comissão mista para fazer a demarcação". Insistia, porém, na linha Maú-Tacutu. O govêrno brasileiro aceitou a indicação para as negociações, que vinha consultar os velhos anelos nacionais de encerrar tôdas as dúvidas que porventura pairassem a respeito dos lindes pátrios. As conversações processaram-se num ambiente de certa intransigência, mas sôb o vinco dos melhores propósitos de encontrar uma solução diplomática. E tanto assim que, à proposta britânica, de 28 de dezembro de 1898, para o arbitramento de um govêrno amigo, o Brasil, que não cessara de indicar as mil provas que documentavam as suas razões e os direitos inequívocos que possuía, mas se mostrava desejoso de uma solução, tentando mesmo, em certa altura das conversações, uma concessão que propunha, eloquentemente, os sentimentos da mais viva cordialidade de que estava animado, aceitou a proposta britânica, ficando assentada a escolha de S. Majestade o Rei Vitório Emanuel 1.º, da Itália, para árbitro. Resolvidas as dúvidas que surgiram em tôrno a vários aspectos da arbitragem e à situação geográfica e política da zona sôbre que devia incidir a decisão do árbitro, o Brasil confiou a Joaquim Nabuco a serena defesa de nossos interêsses. Em dezoito volumes, de texto seu e de documentação abundante e irretorquível. Nabuco provou o fundamento da presença e da permanência brasileira na região disputada. As monografias que compõem a obra integram-se na literatura que se escreveu, na época, a propósito dos grandes pontos de limites entre os países hispano-americanos. A argumentação de Nabuco, no entanto, é cristalina. conclusões não admitem restrições.

José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco, "deus terminus de nossas fronteiras," como lhe chamou, com

uma propriedade particular o eminente Rui Barbosa, acabava de obter o triunfo retumbante da questão das missões, quando o govêrno brasileiro lhe solicitou novamente os serviços para o tema grave das fronteiras nacionais. Agora era o problema dos contêrminos com a Guiana Britânica que exigiam a inteligência e a objetividade do historiador, do geógrafo e do diplomata que se vinha afirmando com tanta galhardia civicointelectual. As negociações preliminares com a chancelaria britânica estavam sendo conduzidas por entre aquela irredutibilidade de que já falamos, atendendo-se à solicitação britânica para uma solução do problema. Rio Branco, com a clarevidência, o amor e aquela singularíssima e impressionante capacidade para penetrar os segredos dos arquivos e dêles retirar as pecas que constituíam o documentário histórico sôbre que devia girar a sua argumentação política no campo internacional, atirou-se ao trabalho.

Antônio Ladislau Monteiro Baena, a pedido do govêrno paraense, elaborara uma interessante monografia sôbre O Intento que têm os inglêses de Demerari de usurpar as terras ao oeste do Rio Repunuri adjacentes à face austral da cordilheira do Rio Branco para amplificar a sua colônia, publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na sua admirável Revista, número III, e em edição especial, em 1846, no Maranhão. Ernesto Matoso, em 1897, sôb o pseudônimo de Sílvio Sênior, publicara em Belém um interessante opúsculo intitulado Limites da República com a Guiana Inglêsa, que êle apresentava como "memória justificativa dos direitos do Brasil", e em cujas páginas divulgava, para o público, o assunto, com clareza, documentação apreciável e argumentação que bem servia a interessar e esclarecer a opinião nacional.

As memórias de Ponte Ribeiro, todavia, constituiam, a essa altura, os mais notáveis estudos que esclareciam e documentavam com provas hauridas nos arquivos e a exposição dos direitos que invocamos. Eram elas as grandes fontes em que se hauria o Itamarati para a orientação que lhe caracterizava os entendimentos com o govêrno britânico.

Rio Branco, seguramente valendo-se do material coligido por Ponte Ribeiro, estudando a obra de Shomburg, investigando nos arquivos nacionais que lhe foi dado examinar como era de seu feitio, elaborou a monografia intitulada Memoire sur la Question des Limites entre Les États Unis du Brésil et la Guyane Britanique, que foi editada em 1897 e apresentada, reservadamente, à consideração do Foreign Office.

Nessa memória, que dividiu em três partes, fêz uma exposição preliminar, examinou os argumentos apresentados em nome do govêrno britânico, fixando, finalmente, o território contestado e as diferentes linhas de delimitação. Na exposição preliminar, demonstrando mais uma vez a poderosa soma de conhecimentos que possuía acêrca da história política, social e cartográfica do continente, levantou a crônica circunstanciada da presença dos vários grupos europeus que pretenderam tomar pé na região da Guiana, assinalando a importância, o vulto e a permanência indiscutível e várias vêzes centenária do esfôrço português reconhecendo a região, explorando-a econômicamente, incorporando-a ao império colonial no setor amazônico e por fim revelando-a nos seus pormenores fisiográficos pela ação de seus técnicos.

No exame dos argumentos britânicos, foi o mesmo dialeta da questão das missões, refutando-os um a um, com a lucidez de seus arrazoados e com a documentação que respondia e desfazia as teses e afirmativas que objetivavam negar fundamentos aos títulos alegados pelo Brasil. Suas conclusões eram formais e não permitiam qualquer restrição ou dúvida. Quem as lesse, verificaria imediatamente que todo o conjunto de indicações apresentadas por Shomburg estava sem amparo na verdade dos fatos históricos ou na realidade política e geográfica, esta, proposta na terceira parte, em face das linhas de delimitação sugeridas ou pleiteadas pela Inglaterra.

A memória, escrita por quem estava aparelhado por uma formação que vinha dos anos de professorado no Imperial Colégio Pedro II, da continuada identificação com os temas relativos à geografia e à história nacionais, e do contacto com os arquivos e bibliotecas européias e nacionais onde pudera obter os mais detalhados elementos que lhe garantiam a situação de mais autorizado sabedor dos fatos pátrios, era um elucidário perfeito, completo, que não admitia raciocínio, li-

berto de interêsses, que não fôsse aquêle que ressaltava de seus períodos e de sua argumentação.

Ia em meio o entendimento com o Foreign Office, quando Rio Branco foi chamado à direção suprema dos negócios externos do país. Seus títulos valiam-lhe a confiança que a nação depositava em sua inteligência e em sua atividade e ardor cívicos. Como poucos, estava a vontade para abordar, com segurança, o assunto dos nossos limites com a Guiana Britânica. Fôra quase que a instância sua que Joaquim Nabuco concordara em aceitar a chefia da missão especial a que o govêrno atribuíra a defesa de nossos interêsses. Sua presença agora na pasta do exterior seria um incentivo ao esfôrço de Joaquim Nabuco, como uma segurança de que os supremos interêsses nacionais estavam confiados ao estadista que saberia resolver dificuldades e levar a êxito certo êste e os outros pleitos graves que, então, davam um sentido de intranquilidade à nossa condição existencial. E entre êsses pleitos graves, recordemos, estava aquêle do Acre, que abriu perspectivas sombrias.

Rio Branco trazia como programa, sente-se ao exame de seus atos iniciais e posteriores, uma política de intransigênte defesa da integridade territorial da República, sem que essa defesa ofendesse de qualquer maneira a política de bôa vizinhança que êle sempre pregara e ia constituir o aspecto imediatamente marcante de sua ação. E dentro dêsse programa, que logo no incidente do Acre ficou tão evidenciado, a questão de limites com a Guiana Britânica não podia deixar de constituir um capítulo dos mais sérios a requererem atenção especial.

No decorrer de todo o trabalho que Joaquim Nabuco desenvolveu em Roma, ajustando a série de monografias magistrais que evidenciavam os nossos direitos, Rio Branco não lhe faltou com a sua palavra amiga, com o incentivo oficial, com a energia necessária para que tudo lhe fôsse facultado e facilitado. Rio Branco, pelo estudo anterior da questão, em que tivera ocasião de conhecer perfeitamente o ponto de vista britânico e pela ciência que adquirira da vida internacional, avaliava perfeitamente a extensão das responsabilidades que repousavam sôbre seu colega, inclusive os perigos ante o pa-

137

norama europeu, de nações que se disputavam hegemonias ou porfiavam na conquista de campos coloniais, que lhe fôssem espaço para os excedentes de suas populações ou fontes de matéria-prima, necessária à movimentação de seus parques industriais.

Quando, em 1904, o laudo do Rei italiano como que deu a impressão de que fôra a Grã-Bretanha a vencedora da partida, Rio Branco foi a primeira voz que se fêz ouvir aplaudindo pùblicamente a ação de Joaquim Nabuco que êle, no testemunho de Afrânio Peixoto, considerava um vencedor, ante as circunstâncias políticas internacionais que vivia o Velho Mundo. e o chanceler tão bem conhecia e avaliava em tôda sua importância e dura realidade. O Laudo, naqueles têrmos sêcos por que fôra redigido, dava a impressão de uma derrota gritante, que podia trazer, para o advogado brasileiro, a crítica ferina que já apontara no momento em que aceitara a incumbência do govêrno da República. Ligado à corrente sebastianista da monarquia, Joaquim Nabuco fôra indicado pelos saudosistas como um trânsfuga ou um fraco. Rio Branco, que o encorajara para aceitar a comissão, em que demonstraria seu amor ao Brasil e não a sistemas de govêrno, mais uma vez lhe proclamou as virtudes cívicas. Era o condutor sereno, hábil, da política internacional brasileira. Sua ação merecia a confiança total do país. Sua palavra era ouvida e acatada sem hesitação. O laudo foi aceito e Joaquim Nabuco foi aclamado pela tarefa que executara. Rio Branco, chanceler da harmonia continental, não desmerecia o título naquela conjuntura difícil.

As demarcações posteriores, para o encerramento definitivo da questão, afastavam para sempre as diferenças com a Grã-Bretanha, a propósito da fronteira guianense, e eram um marco daquela admirável política de defesa dos interesses nacionais, a que o chanceler presidira nos dez anos de sua presença na direção dos negócios exteriores da República.

Os inglêses, a certos aspectos, eram realmente vencedores. Porque a sentença, desprezando a prova impossível de rebater ou anular, resultando de condições internacionais criados no momento, e não da conclusão a que teria de chegar o árbitro, que foi político, num exame sereno e honesto das provas apresentadas, provas líquidas e certas, reconhecera-lhe, injusta-

mente, uma larga extensão de terras, (19.630k°). A penetração era uma realidade positiva. A cobiça européia alcançava um triunfo no episódio. Os inglêses tinham acesso, agora, à Amazônia, pelo Pirara. O sonho de Walter Raleigh e dos aventureiros que haviam tentado submeter o delta amazônico e a costa do Macapá à soberania britânica, estava em parte satisfeito.

Viajantes e Sugestões Separatistas.

J Não FORAM apenas naturalistas e inventariá-la, geógrafos que percorreram a Amazônia, para inventariá-la, servindo aos interêsses da ciência e aos objetivos mercantis e políticos de suas pátrias. Também uma legião de simples viajantes, que eram jornalistas, observadores imediatistas, professôres, divulgadores de impressões, escritores de envergadura ou não "apercebeu-se" da Amazônia, com ela tomando contacto de dias, de meses, para os seus artigos, os seus livros e as suas informações. Procurando ver, nem sempre com sentido realista, sem esquecer de registrar que a região era desértica, seus quadros populacionais não expressavam grandeza cultural, mas as possibilidades econômicas pareciam incalculáveis e o poder público não se mostrava expedito, objetivo, capaz de enfrentar os problemas locais para levá-la a uma nova etapa. A literatura que escreveram, nesse particular, é abundante, e circulou em livros, jornais e revistas(1). Na generalidade apresentando

⁽¹⁾ A literatura de viagens, lançada nas páginas de revistas, experimentou grande sucesso, provocando grande interêsse. As revistas

um ar sensacionalista, em que a preocupação de propor, de vulgarizar a Amazônia, sob exaltação, não se podendo, em conseqüência, atribuir o ufanismo apenas aos brasileiros. O que êstes escreveram, se trouxe os prejuízos da criação de uma consciência fantasiosa, não encerrava, todavia, o perigo de despertar um interêsse prejudicial à nossa soberania. O que escreveram os de lá de fóra, isso sim, foi mais prejudicial. Porque fantasiou, criando um estado d'alma que podia conduzir à estruturação de projetos contrários à nossa segurança, despertando apetites(²). Vejamos, porém, alguns dêsses viajantes na literatura que elaboraram e documenta as nossas afirmações.

Comecemos pelo inglês Henrique Lister Maw, oficial da marinha britânica, que penetrou a Amazônia vindo do Peru, em 1827. Partindo de Lima, atravessou os Andes e alcancou o Amazonas. De Tabatinga, onde foi recebido pela autoridade militar e pela eclesiástica, encaminhou-se à cidade da Barra, hoje Manaus. Em Santarém, onde encontrou patrícios que comerciavam, padeceu a pena de prisão, por parecer suspeito ao comandante militar local. Solto, atingiu Belém, A colônia inglêsa não era numerosa, mas de alta expressão no particular das operações mercantis. De Belém partiu para a Inglaterra. Ali publicou o livro Journal of a Passage from the Pacific to the Atlantic, crossing the Andes in the northern Provinces of Peru and descending the great River Maranon or Amazon, em que fêz a descrição de sua aventura. Nesse livro, que teve edição em português, em 1831, tradução feita sob a alegação de que se fazia necessário dar, aos próprios brasileiros, uma noção sôbre o que representava a região, Lister Maw indicava a Amazônia nas suas características físicas mais visí-

que mais importância e notoriedade conquistaram foram: Tour du Monde, Revue des Deux-Mondes, Revue Maritime et Coloniale, Nouvelles Annales des Voyages, esta principalmente.

⁽²⁾ Há hoje, na literatura histórica brasileira, um interêsse particular pelo que escreveram os viajantes que percorreram o Brasil. Afonso de Taunay e Melo Leitão já nos deram um vasto acêrvo de informações a respeito. Nenhum dêles, no entanto, viu o que realmente estavam fazendo êsses viajantes. Detiveram-se nas impressões que êles comunicaram sem penetrar no fundo delas, isto é, naquilo a que serviam.

veis, mas, principalmente, no que significavam como empório de matéria-prima de fácil e rendoso intercâmbio. Ao lado do pitoresco, do exótico do ambiente, que propôs nos seus aspectos mais variados, o oficial inglês deu ênfase àqueles da importância econômica.

Outro inglês, em 1834, o capitão W. Smith, da marinha de Sua Majestade Britânica, partindo também de Lima, atingiu a Amazônia brasileira entrando por Tabatinga, sem o menor obstáculo. Visava proceder ao reconhecimento de uma ligação ou passágem entre o Pacífico e o Atlântico pela região amazônica. Na viagem demorou oito meses e dez dias. Como Lister Maw, Smith fêz as mesmas observações sôbre usos e costumes, acidentes fisiográficos, paisagem natural, diferença entre tipos humanos do Peru e da Amazônia brasileira. Como o outro, porém, não deixou um só momento de fixar, atenta e minudentemente, a importância do potencial econômico que a região representava e a possibilidade ou necessidade de seu aproveitamento. Tanto o Livro de Lister Maw como o de Smith provocaram interêsse. A Amazônia, percorrida de Leste a Oeste, era proposta na sua extensão física e na grandeza de suas perspectivas materiais.

Em 1860, era a vez de um francês curioso. Referimo-nos a S. de Belmar, que, depois de ter visitado o litoral brasileiro, passou à Amazônia, que percorreu, ao contrário dos dois inglêses, ao arrepio da corrente, isto é, subindo do Atlântico. O livro em que registrou as suas impressões, editado em Londres, em 1861, era Voyage aux Provinces Bresiliennes du Pará et des Amazones en 1860, precedé d'un rapide coup d'ocil sur le littoral du Brèsil. Obra menos entusiastica, ou mais realística, além do descritivo das emoções que o meio físico lhe proporcionou, apresentava um levantamento sereno para o bem estar humano, se convenientemente utilizada. E nem por ser menos entusiástica, Belmar deixou de escrever: "Dans ce pays favorisé de la nature et sans cesse ranimé par la pluie on n'a que confier des graines à la terre pour les voir pousser instantanément et former des végetaux de grandeur colossale".

Nesse mesmo ano de 1861, circulava em Londres A voyage up the River Amazon, including a residence at Pará, da autoria

de William H. Edwards. Tratava-se, agora, de um norte-americano, que descrevia as suas jornadas na Amazônia, de Belém ao rio Negro e ao rio Branco. Nesse descritivo, passava em revista a vida local no seu pitoresco, no seu cotidiano, nos modos de vida, nas atividades materiais. E ao terminar não esquecia de lembrar a conveniência de adotar-se uma política de imigração visando à ocupação e à exploração econômica, e à circulação, no rio, de barcos a vapor que pusessem a Amazônia em comunicação direta com o mundo, encerrando a fase da porta fechada que o govêrno imperial insistia em manter como orientação. Dizia, então, Edwards: "Wer Pará a free and independent state, its vast wilds would in a few years be peopled by millions, and its products would flood the world"...

Barwington Brown e William Lidestone, em 1873, a serviço da The Amazon Steam Navigation Company (limited), de Londres, companhia que sucedera às de Mauá e de Alexandre de Paula Brito Amorim, um operando no campo da pesquisa geológica e o outro como engenheiro civil, também visitaram a Amazônia, dêsse contacto deixando um livro interessantíssimo Fifteen Thousand milles on the Amazon and its tributaries, Londres, 1878. Descreveram-na. O Purus e o Juruá, por exemplo, estavam começando a ser penetrados, ocupados e explorados. Foram, assim, testemunhas do rush gomífero naqueles dois rios, como do que ocorria em outros distritos avivados pelo ciclo da borracha.

O depoimento que legaram é um depoimento sereno. Mas nem por isso está desligado dos outros que integram a literatura de viagens, que, divulgava criando interêsse, muito interêsse. Porque fixava a Amazônia justamente naquela fase em que ela se projetava pelo seu comparecimento aos mercados internacionais com a sua produção florestal, em particular a borracha.

Marcel Monier, francês, entre 1886 e 1887, repetiu a façanha de Smith e Maw. Veio do Pacífico do Peru, para alcançar o Atlântico. Escreveu: Des Andes au Pará. Paris, 1890. Observador, bom escritor, muito mais escritor que os outros viajantes, não se lhe pode atribuir qualquer intenção política no relato de sua viagem. O que sucedeu com êle é que, pela

sensibilidade por que sentia a região, os efeitos de seu livro para atrair atenção sôbre ela, necessàriamente leva a situá-lo naquele quadro de viajantes que fizeram de "inocentes úteis", como se dirá hoje.

Já não sucede o mesmo com Auguste Plane, em sua L'Amazone, Paris, 1903; Paulo Walle, em Au pays de l'or noir. Paris, e J. Orton Kerbey em An American Consul in Amazonia. New York, 1911. Todos três livros pragmáticos. Não se deslumbraram seus autores com a visão da paisagem. O que lhes interessava fundamentalmente era o complexo econômico local. A Amazônia vivia suas grandes horas de trabalho, criação de riqueza. Inventariando-a, indicando a participação de franceses e de outros estrangeiros nessa tarefa, em especial os inglêses, os dois franceses não simularam interêsse distante. Ao contrário, deixaram claro um entusiasmo especial pelo que ela significava como área rica e perspectivas que ofereciam. Plane, por exemplo, comparando a Amazônia com a Africa, assinalava que constituíam "uma grande reserva para o futuro", evidenciando-se, porém, a superioridade da região brasileira pela facilidade de acesso criada pelas vias naturais de comunicação. A Amazônia, em seu entender, estava aberta aos meios e às grandes emprêsas. E o europeu era, decididamente, o homem capaz para realizá-los...

Para Walle, "Nenhuma região do mundo era mais favorecida que o vale amazônico pelo extraordinário valor dos produtos naturais." As riquezas, nesse particular, eram sem conta e permaneciam negligenciadas. Nenhuma dificuldade havia para penetrá-la. Brasileiros e estrangeiros viviam e prosperavam. Os capitalistas, os industriais e os negociantes franceses encontravam a melhor acolhida. O campo de ação local era considerável. E como em seu parecer, o capital não devia ter nacionalidade, no interêsse de todos, cabendo-lhe procurar a maior estabilidade na sua aplicação, onde ela pudesse existir, a Amazônia apresentava-se como a área ideal — "Pays de consommation ou de production de la matière premiére".

Quanto ao norte-americano, mais exaltado que os dois franceses, foi ao exagêro de imaginar, como Edwards, a Amazônia compreendendo um império: "Just as the Amazon is the greatest river in the world, its valleys will some day be

the seat of the greatest empire of the world". E isso porque "In all the world there is no valley so riotons in fertility as that of the Amazon waters?..."

É dessa fase a formulação mais positiva de certos princípios políticos ligados à obra da expansão capitalista das grandes nacões. Ao lado de uma companhia, que atingia os próprios meios governamentais, contra o colonialismo, campanha que não tinha êxito, tomou proporções a preocupação de criar áreas coloniais, onde exercer a função civilizadora que a Europa se atribui, revelar as aptidões das raças fortes, superiores, que ela possuísse e cristianizar as populações ainda distantes das verdades religiosas do Ocidente. O que ocorria, porém, na verdade, ou o que tudo isso escondia era o apetite desenfreado às matériasprimas que existiam em estado de natureza nos trópicos úmidos e sêcos. Na execução de seus programas de desenvolvimento econômico, na base de um comércio a longa distância, na identificação e na organização de impérios no ultramar, as potências dominadoras iam cristalizando projetos de ampliação de seu campo de atividades. A obtenção a qualquer prêço, da matériaprima indispensável àquele mesmo desenvolvimento, tornou-se pois, uma mística. A história econômica do século XIX está marcada fundamentalmente por êsse processo político, a que se vem atribuindo a denominação de imperialismo(3).

A execução dos programas, essenciais a uma melhor estruturação daqueles países, compreendia, como era natural, o conhecimento prévio das regiões cujos mercados precisavam ser conquistados, ou cuja posse física garantiria riquezas em matérias-primas que assegurassem continuidade aos empreendimentos econômicos e potencialidade aos seus realizadores. E com êsse conhecimento prévio, a preparação psicológica da opinião pública que, através da literatura de viagens, poderia ir sendo conquistada.

A literatura de viagens exerceu, por isso, um grande papel na obra da expansão política e econômica de poderosas nações

⁽³⁾ A bibliografia a respeito é imensa. Para uma idéia, o vol. 6, de Robert Schnerb, Le XIX siècle, da Histoire Générale des Civilisations, Paris, 1955.

do Velho e do Novo Mundo. A conquista de mercados e, mais que isso, a conquista de territórios, foi em grande parte realizada sob o amparo de uma divulgação que se fêz sem cessar e produziu frutos magníficos. A literatura de viagens, inocente na aparência, elaborada para euforia dos espíritos, servia a objetivos menos espirituais. Revelava novas humanidades, novas riquezas, novas regiões, novas possibilidades. E levava ao desejo de possuir tudo aquilo que parecia imediatisticamente apenas exótico, mas, na realidade, podia servir ao desenvolvimento mais veloz e mais rendoso da máquina industrial. Essa literatura constituía, como sucedeu no século XVI, quando revelou o Novo Mundo, a Índia, a China, nova atração. Celeções na França e na Inglaterra foram lançadas, com êxito surpreendente. As revistas que as resumiam tinham circulação sensacional.

A tese do espaço vital, para os interêsses da humanidade, mas na realidade para o interêsse das grandes potências, é dessa fase. Enganam-se os que a imaginam de hoje ou de um ontem muito próximo. Ao formulá-la, pensou-se em que as áreas inocupadas ou cuja densidade demográfica fôsse inexpressiva, deviam passar às mãos dos mais capazes, isto é, dos que podiam, por tradição ou operosidade atual, possuí-las, utilizando-as em bem da coletividade. Sua ocupação seria efetiva, sua exploração seria realizada com técnica, capitais fartos e utilização imediata e proveitosa.

Já vimos que, a propósito da navegação do Amazonas, inglêses e norte-americanos revelaram-se na posse de projetos que, se podiam parecer humanitários, na verdade eram utilitários, e êles os beneficiários imediatos. Desbaratadas aquelas iniciativas, como se teriam comportado daí por diante?

A Amazônia continuava a ser um pomo cobiçado. Os projetos de expansão maciça parece que se encerraram com a providência governamental da abertura do Amazonas. A conquista do mercado que ali se constituiu, essa, porém, ao contrário, foi emprêsa a que logo se lançaram. Essa conquista processada com a abertura de agencias bancárias, linhas de navegação, casas aviadoras, estabelecimentos comerciais de tôda espécie, obtenção de concessores de serviços públicos, inversão de capitais em seringais e outros tipos de propriedade fundiária.

Mediante concessão feita em 1900 a B. Bymkeiwiez era construído o pôrto de Manaus; mediante concessão feita a Percival Farguhar, em 1906, o pôrto de Belém. Nessa cidade e em Manaus, os serviços de luz, bondes, águas e esgôtos, eram atribuídos, também por concessão, a companhias estrangeiras. O capital para todos êsses melhoramentos era inglês e norteamericano. A penetração estrangeira através de investimentos de capitais não se cifrava, porém, as obras materiais e serviços públicos por concessão. Em 1903, por exemplo, Auguste Plane encontrou em pleno funcionamento, na Amazônia, seringais que eram movimentados por emprêsas francesas. O mais sério estava no fato das chamadas firmas exportadoras serem na sua quase totalidade estrangeiras - alemães, inglêses, norte-americanos, franceses, com a agravante de funcionarem também como agências bancárias, de financiamento da produção gomífera. Não temos elementos para indicar em quanto importou o capital estrangeiro invertido na região, em enumerar os setores privados em que foi aplicado, como também informar sôbre os lucros que auferiu. Ninguém, até o presente, seja para a Amazônia, seja para outras regiões do Brasil, procedeu a êsse levantamento, que pode esclarecer muita coisa e garantir o conhecimento do que representou a expansão capitalista européia e norte-americana no processo de desenvolvimento material do Brasil.

Belém e Manaus, em meio à transformação urbana que se acelerava, mercê dos recursos que o rush da borracha proporcionava, distinguiam-se, no panorama do Brasil, não apenas pelo progresso material mas, principalmente, pelo que começavam a significar no campo das operações econômicas. havia, para o mundo, unicamente a África e o Oriente a assegurar conteúdo à competição mercantil e industrial. Amazônia, inclusive nas áreas que não nos pertencem, era um dêsses campos que garantiam vitalidade à competição. Amazônia, então, comparecia com uma contribuição sensível, positiva, extraída à sua floresta, com uma sofreguidão que revelava a insensibilidade de seus autores, pelos métodos em uso, ante a natureza, que lhes proporcionava tôdas aquelas utilidades em estado de sêr. Contribuindo para o bem-estar humano, ao fornecer aos parques industriais do exterior muito do essencial para suas novas condições existenciais em criação. a Amazônia constituía-se uma fonte que parecia inexgotável de recursos. A economia, que nela se realizava, era, no entanto, uma economia predatória. Não interessava aos mercados consumidores do exterior que assim fôsse ou não. O que se desejava lá era, sem cessar, a matéria-prima.

O intercâmbio com êsse mesmo exterior operava-se sôb bandeiras extranhas. O Brasil não levava aos Estados Unidos, à Inglaterra, à França, uma só pele de borracha, uma tonelada de castanha, um toro de madeira. Tudo se exportava nos navios inglêses, norte-americanos, franceses, alemães, italianos e portuguêses. O Brasil cobrava impostos. Tributava. Não consumia o que quer que fôsse da produção florestal da Amazônia. Tudo isso, como é fácil de perceber, poderia gerar uma tal intimidade com o exterior, que os próprios laços da unidade nacional viessem a sofrer.

Queixosa, a região, de que o govêrno central não lhe dava atenção devida, ignorando-a, depreciando-a, relegando-a a uma subalternidade incrível, nela começara a elaborar-se um estado de consciência prejudicial à sua manutenção como parte da nacionalidade, consciência prejudicial que o elemento estrangeiro explorava bem, como já ficou evidenciado em outras passágens dêste livro. Leia-se, por exemplo, o Barão de Marajó, no livro que escreveu expondo as queixas, as amarguras, as decepções que exaltavam a Amazônia. Diz êle, combatendo, aliás, êsse desvio da consciência local:

"De há muito lavra e se robustece nas duas províncias a crença de que ambas são quase completamente olvidadas pelo Sul do Império, em tudo o que para suas irmãs é concedido. Por algum tempo estas queixas não passaram de um murmúrio que o tempo, o engrandecimento e melhoramento que lhes davam suas rendas provinciais, às quais tudo quanto nelas se encontra é devido, o que mais saliente tornava a pouca solicitude do govêrno central, cada vez mais acentuava, porém êste murmúrio a princípio indistinto se elevou até à queixa bem e claramente formulada, não só contra o abandono e menosprêzo, como contra a ignorância que os fatos diàriamente revelavam sôbre as cousas da Amazônia, e mais acerbas ainda elas se tornaram com a pouca atenção que as reclamações ainda as mais justas mereciam do govêrno central. Os maus

resultados das injustiças, os inconvenientes da estrema centralização, determinaram uma propaganda que proclamando a necessidade urgente da descentralização, depois chegou a mostrar desejos da separação da Amazônia do resto do Império...

"A propaganda porém, e bom é que o reconheçam, continua cada vez com mais fôrça, e continuará porque em suas reclamações diz a verdade, baseia-se em fatos que a população conhece, e que o menos ilustrado dos nossos concidadãos aponta e comenta" (4).

Em livro que provocou sensação, intitulado, Les Français en Amazonie, seu autor, Henri A. Coudreau, que subiu e desceu rios, freqüentou a intimidade dos homens públicos regionais, manteve contacto com homens de negócios, conhecendo, assim, a Amazônia na sua forma física e socio-econômica, fêz afirmações graves.

Logo no capítulo primeiro, sôbre a colonia francesa da Amazônia, escreveu:

"L'amazonie mérite notre attention spéciale à deux points de vue principaux: à cause de l'importance des intérêts commerciaux que nous avons avec elle, à cause de l'importance de la colonie française établie dans la contrée."

Pág. 8: — "Quand quelques centaines de Français, tous commerçants, tous aisés, sont établis à demeure dans une vaste contrée, grande comme huit fois la France, ou ils font pour une cinquantaine de millions de francs d'affaires, il est clair que ces notables, producteurs, industriels, doivent avoir, tant entre eux qu'avec les autres étrangers ou les nationaux de la contrée, une foule de relations de l'ordre commercial ou de l'ordre civil nécessitant la prèsence de ce fonctionnaire à tout faire: notaire, officier de l'état civil, juge de paix, qui s'appelle le consul.

"Or, qu'arrive-t-il? Si nos grandes maisons de commerce sont à Pará, notre colonie est surtout à Manáos et dans la Province de l'Amazonas; le Juruá, par exemple, est exploité presque exclusivament par des Français; au Madeira, nos compatriotes sont nombreux; au Solimoens, sur cinquante-cinq

^{(4) &}quot;A Amazonia. As Províncias do Pará e Amazonas e o Govêrno Central do Brasil", págs. 35/6. Lisboa, 1883.

maisons de commerce, vingt-trois sont françaises. Eh bien, les Français de la province de l'Amazonas, que leurs affaires n'appellent généralement à Pará qu'une fois par an, sont obligés d'entreprendre un voyage d'au moins quatre ou cinq cents lieues quand ils ont à accomplir tel ou tel acte de la vie civile ou commerciale: un mariage, la poursuite d'un procès, un arbitrage pour l'atribution d'une forêt de caoutchouc disputée, voire même la signature de cartains papiers de moindre importance".

Pag. 13: — "Grâce à l'importance de notre colonie à Manáos et dans les hauts affluents, nous sommes à la tête du mouvement progressiste dans l'Amazonie occidentale. Mais ce n'est pas tout.

"Il faut bien remarquer que le rôle de la France dans les deux provinces n'est point uniquement mercantile ou industriel, loin de là.

Pará est une ville um peu cosmopolite. Cependant, l'on peut dire qu'après le portugais, la langue qui de beaucoup y est la plus répandue, c'est le français. À Manáos, dans la société, on entend tellement parler notre langue, qu'on se demanderait volontiers laquelle, de la portugaise ou de la française, est la plus familière à la bourgeoisie."

Pag. 14: — "En Amazonie, le commerce, les écoles, les fonctionnaires, la jeunesse nous parlent, nous lisent, nous aiment, nous désirent, nous appellent de tous leurs voeux, ils nous lisent plus que nous ne nous lisons nous-mêmes, d'Auguste Comte à M. Paul Bourget, de Victor Hugo à M. Xavier de Montépin, de Balzac à M. Charles Métoupel? — Non, eh bien, eux, ils le connaissent: ils ont tout lu, ils nous dévorent aussi sur nos propres affaires que nous pouvons l'être par les Nôtres. Ces journaux du Brésil! Je ne parle pas du Jornal do Comércio, qui tire tous les jours sur seize pages, format du Times, en sept. Je parle des journaux de Pará — tel que le Diário do Gram-Pará, par exemple, — eh bien, très fréquemment, dans ce journal, vous avez des articles en français."

Pag. 15: — "Pour ne pas me compromettre, je déclare à l'avance que je ne crois pas que ces bruits soient fondés. Dans le milieu le plus officiel de la terre on peut, cependant, d'ores et déjà, se permettre de dire que, depuis quiques années, l'Ama-

zonie est très franchment autonomiste. Si je ne connais à Manaós et à Pará une demi-douzaine de senhores crênement séparatistes, ayant déjà leur drapeau, — nos trois coulers disposées autrement, — leur programme, leur "pronunciamiento", et même, — ô prévision admirable! — leur constitution et leur prèsident tout prêts!

"Mais ces séparatistes sont inclès, certainement; quoi qu'il en soit, il est un fait incontestable, d'est qu'en prévision de cette échéance, qui peut n'arriver jamais, les Etats-Unis, l'Angleterre, voire même l'Allemagne, font actuellement de la propagande discrète en vue d'un protectorat commercial bien senti à établir sur l'Amazonie".

Pag. 18: — "Ceci étant, la France aurait des chances sérieuses de trouver dans l'Amazonie d'ici une génération, sans frais, sans risques politiques, une de nos meilleures colonies de commerce et d'influence. Il en est beaucoup qui croient aujour-d'hui que ces colonies-là sont les meilleures; je leur recomande tout spécialement la question de l'organisation consulaire française en Amazonie".

No capítulo segundo, L'Amazonie, encontramos êstes períodos:

Pag. 76: — "Dans le Solimoens, sur 55 maisons de commerce, 23 sont française, 20 portugaises, il n'y en a que 12 de brésiliennes ou étrangères. Au Madeira, au Purus, au Rio Negro, au Javari, et principalement au Juruá, on compte un trés grand nombre de Français établis au regatões.

"Il est difficile d'en faire un recensement exact, nos compatrioes répugnant à se faire enregistrer au consulat; mais, se basant sur des renseigments pris auprés des principaux commerçants français de la contrée, il semble qu'on puisse actuellement porter à 400 le nombre des Français se trouvent dans la province de l'Amazone, contre 200 dans celle de Pará. Ce chiffre de 600 Français, presque tous notables, constitue une forte proportion totale de la patrie réellement civilisée dans le sens européen du mot. Nous sommes à la tête du mouvement progressiste, dans l'Amazonie occidentale. La distribuition de ces colonies par ordre d'importance intrinsèque et relative est, dans l'ordre descendant, Solimõens, Juruá, Madeira, Purus, Javari, Rio Negro. Le commerce aujourd'hui considérable du Juruá a été monopolisé par une maison française, la maison Kahn, Polach et Cia, comme celui du Purus l'a été par les maisons anglaises.

"Il faut ajouter comme auxiliaires importants bon nombre d'Israélites marocains (Tanger, Tétuan et Riff) et espagnols (Gibraltar), qui parlent tous français, se réclament de la France, se réclament de la France, et que la population brésilienne considère comme nos compatriotes.

"Il y a environ 150 ou 200 de ces Israélites répandus dans toutes les rivières, où ils se front, trés consciencieusement, les propagateurs de notre langue et de notre influence commerciale.

"La colonie française de l'Amazone ne se compose pas eqclusivement de commerçants. Elle compte des agriculteurs cultivant le cacao, de petits industriels ayant des plantations de canne à sucre et distillant de la cachaça, exploitant dans des seringais à eux le caoutchouc, et dans leurs piaçabais la piçaba. Il faut aussi enrigistrer une industrie spéciale: on compte plusieurs chaloupes à vapour françaises dans les rivières de l'intérieur, dont une au Rio Branco. Leurs propriétaires les affrètent au taux de 200 francs par jour et s'en servent pour aller acheter eux-Mêmes les produits de la contrée, prenent un fret pour compléter leur chargement s'il y a lieu".

Nesse mesmo segundo capítulo, mas como sub-capítulo, titulado "Les idées separatistes", avança informações como segue:

Pag. 81: — "C'est idée acceptée de tous en Amazonie, que les deux provinces du Nord sont oubliées et dedaignées par le gouvernement central e les provinces du sud. Pendant longtemps ces plaintes ne furent qu'un murmure, on espérait qu'avec l'augmentation des revenus fournis par la contrée au gouvernement géneral, celui-ci montrerait pus de solicitude pour les prinvinces amazoniennes. Mais ces espérances ayant été déçues, le murmure de mécontentement est devenu une clameur qui n'est pas sans inquiéter le gouvernement de Rio. Ce n'est pas seulement de l'abandon dans lequel ils sont laissés que sont indignés les Amazoniens, mais aussi de l'indifference avec laquelle on accueille toutes leurs réclamations, de l'ignorance si souvent démontrée dans laquelle se trouve le gouvernement de

Rio à l'égard des choses du Nord. Les tristes résultats des injustices commises, les inconvénients de l'extrême centralisation, déterminèrent une propagande qui d'abord ne proclama que la nécessité urgente de la décentralisation, mais aujourd'hui ne craint pas d'afficher ouvertement ses désirs de voir se réaliser la séparation de l'Amazonie du reste de l'empire.

"Cette propagande, il faut le reconnaître, devient chaque jour plus active, et elle continuera sans doute, parce que les réclamations sur lesquelles elle s'appuie sont justes, parce qu'elle se base sur des faits que la population tout entière connaît et qui impressionnent très vivement la partie la plus éclairée de la population. Pour ces grands problèmes de la vie sociale du Brésil, toutes ces grandes questions ces besoins urgents, auxquels sont consacrés les revenus nationaux, qu'est-ce que le gouvernement général a essayée de faire en Amazonie, malgré les revenus très considérables envoyés par les deux provinces à Rios?"

Pag. 87: — "Telles sont les principales causes de cette fermentation autonomiste, ou même séparatiste. Cette fermentation ne saurait être indifférente à une nattion qui a en Amazonie d'aussi grands intérêts de commerce et d'influence que ceux que nous y avons actuellement. Il se prépare de grandes choses de ce côté. Nos hommes d'Etat ne feraient pas mal d'étudier un peu la question amazonienne".

Julgando-se menosprezada pelos poderes centrais do país, intensamente ligada aos interêsses mercantis do exterior, a Amazônia corria perigo. Porque o espírito de secessão bem poderia desenvolver-se. Na mesma época, e como consequência de tais intimidades, que geravam facilidades, o turismo se fazia na Europa. E com o turismo, a educação da mocidade. Ninguém mandava os seus filhos para estudar nas escolas especializadas do Brasil. A formação realizava-se lá fora. Rapazes e moças saíam dos seringais diretamente para o Velho Mundo. E lá se realizavam espiritualmente. Manaus e Belém, por tudo isso, cresciam em função de sua ligação com o exterior. Comia-se, bebia-se, vestia-se o que vinha de lá. As duas cidades adotavam hábitos de cidades européias.

A política de empréstimos, processada no exterior, é bem certo que marcando um momento na história financeira e

economica do país, não se constituindo, pois, a Amazônia, nesse particular, numa exceção, empréstimos celebrados com inconsciência tal acêrca do futuro da região, a comprometer-se no seu desenvolvimento, valia como outra ligação perigosa à integridade brasileira na área amazônica. O caso da cobrança violenta de empréstimos atrazados à Venezuela estava à vista. E podia degenerar em situação mais drástica ainda.

Cabe, agora, a essa altura de nossas reflexões, a pergunta - será que nesse exterior, além do desejo de auferir lucros com a produção da Amazônia, os governos dos países fortes. cujos mercados funcionavam, a certos aspectos, em estreito contacto com o Brasil amazônico, estariam formulando planos de conquista política? Aquelas afirmativas de Coudreau, de que nações estrangeiras já aproveitavam a oportunidade e a reacão do meio para uma atuação desnacionalizante, seriam realisticas? Não dispomos de elementos para afirmar ou contestar a existência dêsses planos. O caso da borracha, para exemplificar, levando a um desvio de política econômica com a preferência do Oriente, onde se fizeram plantações em grande escala e grande estilo, pode servir à uma conclusão imediatista não havia aquêles propósitos. Investindo fartos capitais em suas possessões orientais, inglêses, holandêses e franceses demonstraram a intenção de utilizá-las num empreendimento a longo prazo, numa experiência sensacional, deixando de parte, portanto, pelo menos no momento, qualquer propósito de expansão territorial fóra dos limites que já se haviam tracado. Possuindo áreas ecològicamente apropriadas, áreas do imenso mundo tropical, deviam antes valorizá-las. Os riscos eram grandes. E se as experimentavam é porque alimentavam uma esperança ou uma certeza de êxito que os levasse a preferi-las às terras de Amazônia. Os demais mundos tropicais úmidos que ficassem nas mãos, talvés pouco capazes, de seus legítimos donos(8).

⁽⁵⁾ Cabe referir aqui que o capital britânico pretendeu estabelecer-se na Amazônia para a operação da heveicultura. Houve, todavia, em Manaus, violenta reação popular, temerosos os que a promoveram de que êsse investimento escondesse propósitos perigosos à soberania brasileira.

O episódio do arrendamento do Acre ao Bolivian Sindicate é, no entanto, muito expressivo. Ocorreu antes da heveicultura oriental. Nem por tal, todavia, deixou de significar intenção imperialista. Examiná-lo-emos mais adiante, em capítulo especial. Queremos referir aqui, para concluir que, pelo menos nos meios comerciais e industriais, o interêsse pela Amazônia era vivo, bem alimentado e profundamente perigoso. O estímulo e o sucesso das inversões no Oriente e já iniciadas também na África não eram bastante para satisfazê-los. O apetito capitalista não tinha limites. Nas páginas a seguir, vemos a comprovação do que estamos afirmando.

O "Bolivian Syndicate" e o Caso do Acre.

O ANO DE 1867, a 27 de março, Brasil e Bolívia chegaram a têrmo nas dificuldades que vinham encontrando para ajustar seus problemas de fronteiras. Acertara-se que ela partiria do rio Paraguai, na latitude de 20º 10' sul, onde desaguava a Baía Negra, seguirá pelo meio desta até o seu fundo e daí em linha reta à lagoa de Cáceres, cortando-a pelo seu meio; irá daqui à lagoa Mandioré e a cortará pelo seu meio, bem como as lagoas Gaíba e Uberaba, em tantas retas quantas forem necessárias, de modo que figuem do lado do Brasil as terras altas das Pedras de Amolar e da Insua. extremo norte da lagoa Uberaba irá em linha reta ao extremo sul da Corixa Grande, salvando as povoações brasileiras e bolivianas, que ficarão respectivamente ao lado do Brasil ou da Bolívia; do extremo sul da Corixa Grande irá em linhas retas ao morro da Boa Vista e aos Quatro Irmãos; dêstes também em linha reta até as nascentes do rio Verde, baixará por êste rio até a sua confluência com o Guaporé e pelo meio dêste e do Mamoré até o Beni, onde principia o rio Madeira. Dêste rio para o oeste seguirá a fronteira por uma paralela, tirada da sua margem esquerda na latitude sul 10°20', até encontrar o rio Javari. Se o Javari tiver as suas nascentes ao norte daquela linha leste-oeste, seguirá a fronteira desde a mesma latitude por uma reta a buscar a origem principal do dito Javari".

Até então, os pontos de fricção eram os que limitavam os dois países no que é Mato Grosso, onde o dissídio vinha provocando incidentes desde o período colonial. Em 1825, a incorporação da Província de Chiquitos ao Império, logo rechassada pelo próprio Imperador, passo realmente infeliz a que se acharam ligadas as autoridades bisonhas daquela Província brasileira e de certo modo, realmente, ainda um resquício das andanças bandeirantes que haviam criado o espaço territorial nacional, provocara mal estar, cedo desfeito com o gesto imediato e severo de D. Pedro. A representação brasileira junto ao govêrno boliviano encontrara sempre restrições à sua ação. Éramos vistos com grandes reservas. Representávamos Portugal na sua ambição de criar uma base física imensa na Sul-América a custa de terras de Espanha, de que as nações hispanoamericanas se consideravam as legítimas continuadoras, portanto as beneficiárias da obra colonial que aquêle país realizara, como também autênticas vítimas das perdas territoriais de que se julgavam despojados pelo Brasil. O Tratado de Santo Ildefonso parecia, na Bolivia, o diploma único a ser invocado para qualquer decisão ao pretender-se formular fronteira definitiva. As relações comerciais, as relações de boa vizinhança, estavam ligadas estritamente ao que fôsse possível obter, mas tendo como ponto de partida o caduco e nunca respeitado e executado diploma de 1777. As missões Ponte Ribeiro e Rêgo Monteiro não haviam conseguido uma solução. Um plano de hostilidade aberta, contra nós, na base de uma frente de nacões de origem espanhola para uma recuperação de territórios, fôra tentado através da missão uruguaia a cargo de Francisco Muñoz(1).

O Tratado de 1867, conhecido pelo nome de Ayacucho, era um sucesso do ministro Filipe Lopes Neto. Firmara-o pela

⁽¹⁾ Juan Pivel Devoto, La Missión de Francisco J. Muñoz a Bolívia, Montevidéo, 1933.

Bolívia o seu Ministro do Exterior, Mariano Donato Muñoz. Na realidade tudo resultava do trabalho de gabinete que vinha sendo realizado por Duarte da Ponte Ribeiro que, como ninguém, sabia dos negócios do Brasil, em particular os problemas básicos da vastíssima fronteira com as repúblicas hispanoamericanas(2).

A aprovação do tratado, pelo Parlamento Boliviano, não foi fácil, realmente. Uma forte oposição pretendera negar-lhe fundamento histórico inquinando-o de lesivo aos interêsses do país, que encerrou, dêsse modo, no entanto, suas pretenções alicerçadas no diploma de Santo Ildefonso.

A demarcação da fronteira fixada não se processou imediatamente. Nem cobriu, quando iniciada, tôda a sua extensão. Em 1870, a comissão mista Antônio Claudio Soido — Emetério Villamil deu comêço aos trabalhos abordando o trecho de baía Negra à lagoa de Caceres. Entre 1875-1876, segunda comissão mista — Visconde de Maracaju — Juan Mariano Mejia, demarcou o trecho de Cáceres a Boa Vista. Entre 1877/78, terceiro grupo composto por Francisco Xavier Lopes de Araújo e Carlos Lassance pelo Brasil, Manoel Jimenez e Juan Minchin pela Bolívia, que fêz a revisão de trecho entre Boa Vista e as nascentes do rio Verde, emprêsa que fôra, realizada exclusivamente pelos brasileiros no período da segunda comissão, em virtude do afastamento do comissário boliviano Mejia. Prosseguindo a fronteira pelo rio Verde até o Madeira, não se julgava necessário examiná-la, dado que era uma fronteira natural, visível, sem qualquer embaraco, não havendo, portanto, qualquer restrição a fazer-se de uma e de outra parte. Do Madeira ao Javari é que se impunha um trabalho mais meticuloso. Porque, imediatamente deviam ser fixados dois pontos básicos: onde seriam as nascentes do Javari, e na hipótese de não estarem na altura da latitude 10º 20', impor-se-ia o exame do trecho a ser atingido pela

⁽²⁾ A documentação pertinente está guardada na seção especializada do Arquivo Histórico do Itamarati e evidencia a participação constante e ponderante, nas observações, nos conselhos, nas advertências, e nas sugestões, do grande fronteiro que foi Ponte Ribeiro, realmente o maior sabedor dos problemas da delimitação do Brasil.

paralela que deveria partir do encontro do Mamoré com o Beni, considerados como os formadores do Madeira. Ora, o exame das nascentes do Javari implicava em acôrdo com o Peru, pois que aquêle rio é que nos separava, como separa, daquela nação.

É preciso registrar, ademais, que, para negociar o tratado de 1867, Ponte Ribeiro fizera acompanhar às instruções de um mapa, de autoria dêle e do Major graduado Isaltino José Mendonça de Carvalho, em que a fronteira pleiteada aparecia riscada por uma linha verde. Imaginara-se, então, o Javari nascendo naquela latitude, o que era da mais alta importância, pois que importava em maior ou menor espaço a nos ser reconhecido(⁸).

A guerra do Pacífico, que envolveu tão dramàticamente a Bolívia, não permitiu o prosseguimento das demarcações, prosseguimento que só foi solicitado por aquêle país em 1894.

A expansão brasileira, pelos rios Madeira, Purus-Acre e Juruá, processara-se, então, com grande velocidade. O rush da borracha era a grande motivação dessa velocidade. Um oficial boliviano, o capitão José Manoel Pando, enviado para o Oriente, a cumprir pena, porque envolvido em movimento revolucionário vencido, tomando conhecimento da emprêsa econômica de alta expressividade que os brasileiros realizavam no Purus-Acre, que êle atingira, denunciou ao seu govêrno, que os brasileiros operavam em território que seria da Bolívia. Pando, conseguindo nova orientação política de sua pátria, foi designado para chefiar a comissão boliviana, a encontrar-se com a brasileira da direção do coronel de engenheiros Taumaturgo de Azevedo. Um Protocolo, assinado a 19 de fevereiro de 1895, estabelecera o processamento das demarcações, que de-

⁽³⁾ Em tôrno à existência dêsse mapa fêz-se sempre muito mistério. Afirmou-se que Rio Branco, quando esteve com o problema em mãos, tentou estudá-lo, sem que o conseguisse pela simples razão de que não passava de lenda. Ora, o mapa existe. E o próprio Rio Branco teve oportunidade de afirmá-lo. Guarda-se na mapoteca do Itamarati e foi objeto de memória apresentada ao 10.º Congresso Brasileiro de Geografia, reunido no Rio de Janeiro, pelo ministro Fonseca Hermes.

veriam encerrar as demandas existentes. Agora surgia, porém, mais vivo e mais importante, o problema — a linha entre o Madeira e o Javari atribuiria ao Brasil o espaço onde seus sertanistas estavam criando um teatro de trabalho e de riqueza, elaborando uma nova fronteira econômica, intensa, dinâmica ou êsse trecho teria de passar à soberania boliviana?

Taumaturgo de Azevedo, entendendo que as demarcações, como iam ser realizadas ou eram desejadas pelos representantes bolivianos, não atendiam aos interêsses brasileiros nem constituíam realisticamente um passo acertado de respeito a uma interpretação exata do Tratado de 1867 recusou efetuá-las. O problema proposto era da maior importância: a fronteira seguiria, na letra do Tratado, por uma paralela tirada do Madeira às nascentes do Javari, na altura de 10º 20'. Na hipótese, porém, dessas nascentes não atingirem os 10º 20', a linha de limites procuraria as nascentes, partindo, porém, dos 10° 20'. Essa linha de limites, todavia, seria uma reta, tirada do paralelo. na altura das nascentes, ou uma oblíqua, do Madeira ao Javari? Ora, o Javari, segundo denúncias ou dúvidas existentes. que Taumaturgo de Azevedo aceitou, nasceria ao norte da latitude 10º 20'. Se vigorasse, na interpretação do Tratado, a oblíqua, ficariam ao desamparo os povoadores brasileiros que realizavam a ocupação mansa, ininterrupta, já tradicional, explorando os seringais da região. Na hipótese contrária, tudo se modificaria e os povoadores brasileiros permaneceriam em área brasileira. As demarcações foram suspensas. O govêrno boliviano conseguiu, porém, que o brasileiro, numa antecipação perigosa à inteligência que lhe davam os bolivianos, concordasse na instalação de uma aduana no Acre, justamente o rio onde a atividade brasileira era mais intensa e rendosa. O Estado do Amazonas, em longa e objetiva exposição, reclamou perante a Presidência da República, contra o que considerava um grave êrro e, mais que isso, uma autêntica traição aos interêsses do país, ao mesmo tempo que importava em violenta, sangria nas suas rendas tributárias (4). Por todo o país na oportunidade, levantou-se tremenda grita contra a política exte-

⁽⁴⁾ Essa exposição-protesto foi assinada pelo governador Ramalho Junior e é datada de 25 de Fevereiro de 1899.

rior do govêrno. Além de campanha de imprensa, na tribuna das duas casas do Parlamento, circulou uma literatura de análise do Tratado, nos seus antecedentes históricos, na sua realidade geográfica, social, econômica e política.

A aduana foi, apesar de tudo, instalada e serviu de estopim para os pronunciamentos armados das populações brasileiras que se julgavam esbulhadas ou traídas com a presença das autoridades bolivianas e decidiram permanecer sob a soberania brasileira ou constituindo um novo Estado, que foi organizado, a 14 de julho de 1899, expulsos os funcionários que representavam a Bolívia.

Esta, cedo compreendera as tremendas dificuldades que teria de enfrentar para manter-se no Acre. Um homem de iniciativas, Avelino Aramayo, ligado ao capital internacional, intensamente integrado no espírito do século, de emprêsas em grande estilo, inversões macicas de recursos em empreendimentos mercantis no mundo do ultramar, concebeu então um plano para enfrentar a situação vencendo-a sensacionalmente. O espaço amazônico, que na terminologia geográfica de sua pátria compunha o Oriente Boliviano, era espaço tropical de um mundo por explorar. Porque não interessar, nessa obra de tamanha amplitude e de proveitos tão sensíveis que só o Brasil desfrutava, êsse capital internacional que se lançava a negócios fabulosos na África, na Ásia, na própria Oceania? Seria um meio hábil e seguro de impor o domínio boliviano e logo obter os rendimentos que a região poderia proporcionar. O plano devia ser consubstanciado na organização de uma companhia. que capitalizasse a energia financeira dos banqueiros e homens de negócio da Inglaterra, da Alemanha e dos Estados Unidos. A Bolívia concederia, à companhia, o Acre, numa operação de grande alcance, companhia que representava também a fôrça Política internacional capaz de opor-se aos desejos do Brasil.

Estavam em uso, desde o século XIX, numa restauração de métodos evidentemente aperfeiçoados, para a exploração da África e do Oriente, as companhias de comércio e de colonização, a que as nações, onde elas se constituíam, atribuíam ou delegavam poderes majestáticos, sôbre terras e povos que incorporassem aos interêsses econômicos e por fim as soberanias políticas que êles representavam. Nos séculos XVI e XVII,

portuguêses, espanhóis, franceses, inglêses e holandeses haviam experimentado o processo com excelentes resultados. As companhias do passado, daquela fase, não possuíam as mesmas características das do século XIX. Aquêles, embora privilegiados, como estas, e devido às mesmas intenções mercantis, coloniais, imperialistas, monopolistas, nacionais, agiam por verdadeira delegação de poderes dos governos das nações onde se incorporavam. Eram de iniciativa privada ou constituídas por esfôrço do próprio Estado, interessado na operação. Estas dispunham de menores poderes, ou antes, propunham-se às mesmas iniciativas, não exerciam, no entanto, o monopólio. Tampouco atuavam com liberade absoluta. Ao contrário, sofriam o contrôle do Estado, de que eram legítimas concessionárias. E por isso, sempre sob a fiscalização do poder público, realizavam os serviços públicos pertinentes à conquista de qualquer território pelo processo de sua ocupação, de sua exploração e de sua valorização, executando a abertura de vias de comunicação, construção de portos, cidades, e a manutenção do aparelhamento burocrático essencial, fôrca armada, cobranca de taxas e impostos(5).

Os inglêses, mais que os demais povos, foram os que utilizaram com maior fervor, sob excelentes resultados, as companhias, que êles chamavam de chartered companies, isto é, companhias de carta, pois que recebiam, por uma carta de outorga, os poderes, os privilégios e os encargos que iam executar. Entre as mais famosas estavam a British North Borneo Company, a British Royal Niger Company, a Imperial British East África Company, British South África Company. De tôdas essas companhias, por intermédio das quais as nações disfarçavam os seus apetites comerciais, coloniais, industriais, buscando matéria-prima produzida por mão de obra escrava ou a salários baixíssimos, a que teve nomeada maior foi a do Congo Belga, que transferiu à Bélgica aquela parte do território africano.

⁽⁵⁾ A ação que essas companhias executaram já foi objeto de vasta literatura. Como obra de conjunto, para um balanço sôbre o que valiam e realizaram, cf. Pierre Bonnassieux, Les Grandes Compagnies de Commerce, Paris, 1892.

Aramayo, na certeza ue que sua pátria não poderia empossar-se do Acre ante a resistência dos brasileiros que ali viviam, imaginara vencer aquêles obstáculos com a incorporação de uma companhia previlegiada, com poderes os mais amplos, e o interêsse de seus incorporadores que trariam, seguramente, o interêsse imediato e expressivo dos países investidores. O plano, realmente, era interessante.

A princípio negando a pé firme que se estivesse cogitando de concessões, por fim fôra a Bolívia obrigada a revelar a existência da companhia, em que procurou interessar o Brasil, comunicando-lhe que desejava que os brasileiros dela participassem adquirindo ações (°). Esses brasileiros seriam os comerciantes armadores das praças de Belém e de Manaus, que tinham financiado, até então, todo o negócio do descobrimento do Acre, montagem de seringais e extração da borracha.

Ligava-se a organização da companhia a objetivos ocultos norte-americanos. A canhoneira Wilmington, que subia o rio Amazonas sem licença do govêrno brasileiro, provocara, justamente naquele momento clamor público e pedido de explicações ao govêrno de Washington. O comandante do barco, em estreita relação com o Ministro boliviano de passagem por Belém, o Sr. José Paravicini, permitia os comentários mais diversos. João Lúcio de Azevedo, que se tornaria mais tarde o mais autorizado historiador da economia portuguêsa, então comerciante no Pará, mas já decididamente voltado para o jornalismo e para as letras, numa série de artigos, depois enfeixados em volume, alertou a nação. Insistiu na tese do imperialismo norte-americano que poderia, com aquêles episódios, estar-se preparando para lançar-se sôbre a Amazônia.

Afinal, que era a chamada Concessão Aramayo? Apenas a entrega ao Bolivian Sindicate, organizado em New York com capitais de comerciantes norte-americanos e inglêses, entre os participantes figurando um filho do presidente Teodoro Roosevelt, dos Estados Unidos, e capital inicial de \$.500.000.000. O contrato de arrendamento fôra assinado a 11 de junho de

⁽⁶⁾ Cf. OLINTO DE MAGALHÃES, Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio, 1902, pág. 10.

1901 entre Aramayo, como representante da Bolívia, e o Sr. Frederick Willingford Whitridge, da poderosa firma New York Cay Whitridge. Participava do grande negócio a United States Rubber Company, só ela representando 25% do consumo de borracha nos Estados Unidos. Submetido ao Congresso de La Paz, ali foram feitas algumas alterações nos textos. Embora, êle ainda significava muito. Significava a abdicação, por parte daquele país, da soberania que pretendia possuir sôbre o Acre. Vejamos, porém, o texto do contrato no resumo de suas cláusulas feito pelo Ministro Olinto de Magalhães:

- "1.* Confia à Companhia a administração fiscal do território. Segundo o texto primitivo a Companhia era Govêrno local. Agora é administrador fiscal. Esta modificação é, como eu disse, a única que tem alguma importância, mas é de simples forma, porque as concessões e privilégios não foram alterados nem modificados. Nesta mesma cláusula se fixa o capital da Companhia em 500.000 libras esterlinas e se dá ao Govêrno a faculdade de subscrever 100.000 por si ou por pessoas que designe.
- "2.* Concede à Companhia durante cinco anos o direito exclusivo de comprar em propriedade tôdas as terras ou qualquer parte das terras compreendidas no território com os siringais que não estejam legalmente adjudicados a outros indivíduos ou Companhias.
- "3.* Durante as sessões do Congresso atual não poderá o Govêrno, sem o consentimento do Sindicato, dispôr ou comprometer-se a dispôr de siringais ou terras, etc. A êste respeito resolveu o Congresso isto: "En cuanto á la cláusula 3.*, que ha sido aprobada por el H. Congresso, el Ejecutivo queda facultado para cancelarla al tiempo de firmarse la escritura definitiva.
- "4.ª Concede à Companhia o direito de navegar livremente os rios e outras águas nos limites do território. A companhia não impedirá o tráfico por êsses rios e águas aos navios atualmente existentes, sejam nacionais ou estrangeiros, mas terá o direito exclusivo de outorgar concessões para a navegação dos ditos rios e águas. Respeitará os tratados internacionais de comércio e navegação.

- "5.* Prevê o caso de empreender a Companhia a exploração de seringais ou minas por si ou por meio de companhias subsidiárias e dispõe a respeito das rendas.
- "6.º Isenta a Companhia de imposto e outros encargos e reserva para o Govêrno 60% das rendas.
- "7.4 Confere o direito de fazer várias construções e de cobrar impostos, que menciona.
- "8.* Confere à Companhia, por 30 anos, o direito, poder e autoridade, únicos, absolutos, exclusivos e independentes para cobrar e exigir o pagamento das rendas..." e geralmente para fazer administrar, exercer e executar, pôr em vigor, velar e possuir, dentro dos limites do dito território e com sujeição às leis do Estado, todos os negócios, atos, funções, obrigações, direitos, poderes e privilégios de qualquer espécie que ora competem ou sejam por êles possuídos... e o Govêrno transferirá à Companhia pelo tempo da concessão, tôdas as terras públicas ou do Estado, edifícios, propriedades e direitos de todo gênero, dentro dos limites do dito território, que hoje pertencem ao Estado e se achem por êle possuídos, excepto os direitos que lhe pertencem como poder soberano.
 - "9.º Dispõe a respeito da contabilidade.
- "10.* A condição da Companhia, em virtude da concessão ùltimamente mencionada será a de um administrador fiscal encarregado da arrecadação de tôdas as rendas nacionais, com poderes amplos e suficientes para isso, e com sujeição às leis da República e às prescrições dêste contrato.
- "11.* A concessão a que se refere a cláusula 8.* ficará, enquanto durar, sujeita às regras e estipulações estabelecidas no *Memorandum* anexo.
- "12.8 A companhia fica obrigada a prestar o seu apoio à colocação de apólices que sejam emitidas pelo Govêrno.
 - "13.* Arbitramento para as questões que sobrevierem.
- "14.4 Aprovação pelo Congresso. Depósito de cinco mil libras esterlinas".
- O Memorandum, ainda no resumo do Ministro Olinto de Magalhães, fixava:

- "A Delegados do Govêrno e da Companhia por meio dos quais serão feitas tôdas as comunicações entre o Govêrno e a Companhia.
- B As concessões de seringais, terras baldias, arrendamento e adjudicação de terras e concessões serão feitos em nome do Govêrno, quando se referirem às terras do Estado e de conformidade com as leis existentes.
- C Construção de edifícios. A companhia manterá suficiente fôrça de polícia para a proteção dos habitantes e observância das leis da República.
 - D Por conta de quem correm as despesas.
- E A Companhia respeitará todos os contractos existentes entre o Govêrno e os atuais legítimos possuidores de terras e exigirá que êsses possuidores registrem os seus títulos de conformidade com as leis do Estado.
- F Comunicação dos distritos dos rios Abuna, Orton e Madre de Dios com o rio Acre.
- G A Companhia pagará os salários do Delegado Nacional e dos Juízes e demais empregados nomeados pelo Govêrno, como também as despezas da Comissão de limites com o Brasil. Se em qualquer tempo e a juízo do Govêrno, tiver a Companhia de equipar e manter fôrça armada ou barcos de guerra, além da fôrça de polícia, serão as respectivas despezas pagas pelo modo que se indica, sendo a Companhia imediatamente embolsada pelo Govêrno.
 - H -- Contabilidade.
- I Trânsito pelo território da importação e exportação de outros pontos da República.
 - J Expiração do contrato e suas consequências".

Comentando o contrato, o Ministro Olinto de Magalhães escrevia: "O contrato tem por fim a arrecadação dos impostos, que o Govêrno Boliviano crê impraticável com os seus próprios recursos; confia essa arrecadação a uma Companhia e para isso lhe entrega a administração do território, fazendo-lhe importantes concessões.

"O Govêrno reserva os seus direitos soberanos e expressamente diz que a administração lhe fica subordinada. Ele, portanto, e não a Companhia, responde aos Governos estrangeiros pelos abusos que forem cometidos.

"Entre as concessões feitas à Companhia, noto estas:

Fôrça policial;

Fôrça militar;

Fôrça naval.

"As duas últimas concessões, embora dependentes de juízo do Govêrno da República, dão pràticamente à Companhia poder que quase a constitui em govêrno, perigoso para as relações internacionais.

"A fôrça armada, militar ou naval, deveria ser organizada com elementos do próprio Govêrno da República, mas parece que assim não será.

"É provável que o pessoal de ambas as fôrças seja estrangeiro.

"A Bolívia não possui marinha de guerra nem mercante que lhe forneça tripulações dos navios que se armarem, e, se não me engano, uma das dificuldades que obrigam o Govêrno Boliviano a arrendar o território é a impossibilidade de nêle manter fôrça militar.

"Segundo o memorandum (letra G) em caso de necessidade, e se o Govêrno entender, poderá a Companhia manter barcos de guerra para a defesa dos rios, conservação da ordem interna ou outro objeto.

"Contra quem se fará a defesa dos rios? Parece que isso tem relação com a cláusula 4.º do contrato, que concede à Companhia a livre navegação e implicitamente a autoriza a não permitir essa navegação a navios que não sejam os atualmente existentes.

"Qual será o outro objeto a que se refere o memorandum? Essas palavras têm significação tão vaga, que até podem abranger a ação dos navios ou barcos de guerra nas águas brasileiras. Nós possuímos grande parte do curso inferior dos rios que atravessam o território do Acre.

"Os navios que se armarem deverão ter tôdas as condições necessárias para serem reconhecidos como navios de guerra e é de crer que essas condições sejam rigorosamente preenchidas pelo Govêrno Boliviano; mas há uma circunstância que merece atenção e me parece grave: a Companhia terá o uso dos navios que mantiver. Se êsse uso fôr regulado de modo que a aplicação da fôrça naval seja sempre feita pelo Govêrno da República dentro do território arrendado, poderão as relações dos dois países sofrer grave pertubação por atos imprudentes da Companhia.

"A cláusula 4.ª que aludi, confere à Companhia o direito de navegar livre e tranquilamente os rios e outras águas navegáveis dentro do território; impõe-se-lhe a obrigação de não impedir o tráfico pelos ditos rios e águas aos navios atualmente existentes; dá-lhe o direito exclusivo de outorgar concessões para a navegação e determina que respeite os tratados internacionais de comércio e navegação.

"Assim, em poucas palavras, resolve o contrato a importante questão de navegação fluvial.

"Dos têrmos da cláusula resulta que a navegação não é livre, depende de permissão que, em virtude de direito exclusivo, não será dado pelo Govêrno, mas pela Companhia, quando lhe aprouver e em casos especiais. O trânsito fluvial tem sido concedido por decreto do Poder Executivo ou por tratados. O Govêrno Boliviano transfere à Companhia o seu direito de soberania sôbre as águas compreendidas no território arrendado.

"Em consequência dessa cessão o Brasil só por favor da Companhia poderá navegar nas águas Bolivianas. Nesse caso o Govêrno Brasileiro concederá ou recusará trânsito pelas águas quando, como e a quem lhe convier." (7).

Pelo que se verifica, experimentava-se, na Sul-América, o sistema das Chartered companies, que vigoravam no Oriente e na África e eram uma ressurreição aperfeiçoada e muito mais perigosa das "companhias de cartas" do período em que os países colonizadores de XVI a XVIII possuíam territórios nessa

⁽⁷⁾ Cf. Olinto de Magalhães, Rel. cit. págs. 4/8.

mesma Sul-América (8). Diferia das companhias de carta quanto ao exercício de poderes soberanos, porque, ao invés de estar sob o contrôle do Estado Boliviano, na realidade servia aos interêsses financeiros de vários países estrangeiros, que participavam do Sindicato através do capital de seus investidores. Era, não resta dúvida, um retrocesso. E um retrocesso profundamente perigoso por que, além de significar uma confissão pública de incapacidade para resolver os seus problemas, por parte da Bolívia, criava para o Brasil uma situação delicada. Abertos pela Bolívia, por um decreto que expedira, os rios de acesso ao Acre, rios cujas águas corriam em sua maior extensão no Brasil, acrescida a gravidade do fato à circunstância de poder o sindicato concessionário utilizar-se de barcos de guerra, a qualquer momento poderiam surgir incidentes. Os barcos de guerra não eram barcos de guerra da Bolívia, mas do Sindicato, lembre-se. De outro lado ocorria a presença constante de elementos estrangeiros a serviço de uma organização internacional que representava os interêsses financeiros de duas grandes potências. Silenciosa e sorrateiramente, que poderia fazer essa gente, trabalhando num meio ainda não suficientemente humanizado, onde a vida aventureira era a constante e a característica, portanto em meio de fácil receptividade a qualquer canto de sereia? A demonstração de civismo realizada pelos seringueiros no comportamento que vinham tendo frente aos bolivianos não poderia ser superada? No Oriente e na África, as companhias do tipo que o Sindicato representava começavam sempre como organizações de objetivos comerciais. E por fim, arrancada a máscara, revelavam-se como agentes do imperialismo político dos países onde haviam sido constituídas ou incorporadas.

Rio Branco e antes dêle o seu antecessor na pasta do exterior, Ministro Olinto de Magalhães, compreendendo os

⁽⁸⁾ Rio Branco, quando se dirigiu, em nome do govêrno brasileiro, ao boliviano, que mobilizara suas fôrças para dominar a revolução acreana, referiu-se ao fato, indicando-o como da mais alta gravidade pois dêle decorria uma porta aberta para a utilização dos processos de que se vinham servindo as nações imperialistas para o domínio que estavam conquistando naqueles mundos distantes e não podiam ser comparados com a terra livre da América.

perigos a que nos expúnhamos se o Sindicato funcionasse, tratou de agir com rapidez. A Bolívia negara, durante muitc tempo, a existência do contrato, mas fôra afinal obrigada a confessar-lhe a existência. O Sindicato, por sua vez, tomava contacto com os grandes centros financeiros da Europa, para beneficiar-se mais, inclusive para obter cobertura dos governo dos países onde fôsse possível conseguir mais capital. Como primeira providência, o govêrno brasileiro fêz suspender, no Congresso Nacional, a votação do acôrdo comercial firmado há pouco com a Bolívia e, a seguir, suspendeu o livre trânsito concedido, nos rios brasileiros, à Bolívia, fôsse para importação, fôsse para exportação de mercadorias. E na Europa e nos Estados Unidos a diplomacia brasileira passou a agir, com sucesso, no sentido de neutralizar o trabalho de captação de capitais que o Sindicato realizava ali. A França, a Înglaterra, a Alemanha, os Estados Unidos, em notas ao Brasil protestaram contra o fechamento das comunicações com a Bolívia. primeiros perigos estavam aflorando. Eram um pano de amostra. Com o funcionamento do Sindicato, quantos outros não iriam ocorrer? A revolução, no Acre, sob o comando de Plácido de Castro, crescia de intensidade. Os bolivianos perdiam terreno seguidamente. O Sindicato, no entanto, mostrava-se disposto a investir-se na posse das terras acreanas. Seus agentes dirigiram-se mesmo para lá, subindo o Purus. Rio Branco, em negociações com a direção do mesmo, nos Estados Unidos, conseguiu que desistisse da emprêsa, mediante uma indenização em dinheiro. A Bolívia, convidada a negociar, cedia também. O Tratado de Petrópolis, de 17 de junho de 1903, pondo fim ao litígio, mantendo o Acre, em definitivo, nas mãos do Brasil, significava, igualmente, que o perigo da presença do capital estrangeiro, por meios tão imprudentes e a expressar tanta irresponsabilidade dos que o haviam manipulado, naquela aventura singular, com todo o cortejo de consequências danosas fatais, estava superado.

Investimentos e Concessões de Terras.

INTERÊSSE que a Amazônia despertou desde o século XVII, como estamos vendo, foi um interêsse que levou aos conflitos militares, às disputas diplomáticas, à utilização de viajantes e de cientistas na elaboração de uma literatura de divulgação e de propaganda, à mobilização de capitais que teriam ali um vasto campo de aplicação e de rendimento certo e seguro. Interêsse universal, que o Brasil fingia ignorar e de que só se apercebeu, através de um ou outro de seus homens de Estado, quando os perigos que andavam rondando eram por demais visíveis e exigiam ação governamental.

Conquistáramos a independência havia pouco, quando em Londres um grupo de homens de negócios imaginou a incorporação de uma companhia intitulada Companhia Comercial Brasileira de Colonização, Agricultura, Criação de gado, Fabricação de sal, Minerais, que teria por área de trabalho o extremo-norte do Brasil. Não se tratava mais, apenas, de obter a livre navegação do rio. Como se isso já fôsse coisa consu-

mada, o que se pretendia agora já era o investimento do capital-dinheiro e do capital-humano em emprêsa de envergadura. Essa companhia foi constituída em 1832 com capital de 500.000 libras que, em moeda brasileira, na época, representava 1.800 contos de réis, em apólices de 1, 5, 10, 20, 50 e 100 libras, podendo ser aumentadas essas apólices no seu valor desde que os acionistas autorizassem. Projetava a companhia colonizar com inglêses, irlandeses e escoceses. Haveria trabalhadores indígenas. Os escravos negros seriam adquiridos, emancipados e levados ao trabalho livre. As tarefas agrárias seriam levadas avante em cinco léguas quadradas de terra, na costa paraense, terra apropriada para lavoura de café, cana, algodão, milho, cacau, tabaco e arroz. Sabia-se da existência de ouro na região, o que nos leva a acreditar que se tratasse da zona entre Bragança e o Gurupi, onde se fizera operação de mineração, no período colonial, e posteriormente atuou uma companhia inglêsa. A ilha de Marajó estava na cogitação da companhia, que desejava criar gado em grandes fazendas para abastecer Belém. "O clima", anunciava-se, "apesar de quente, era muito saudável e as terras òtimamente dispostas para receber colonos, visto nelas haver em abundância porcos do mato, veados, caça, peixe, fruta, etc."

Noticiando o acontecimento, o Jornal do Comércio do Rio de Janeiro adiantava detalhes:

"Uma quarta parte do capital ajuntado na Grã-Bretanha, será convertido em Notas do Tesouro (Exchequer-bills) ou qualquer Apólice do Govêrno em Londres, para garantir o pagamento regular do juro anual de 50%, pago por semestre, em janeiro e julho, e repartição anual dos lucros. De cálculos feitos com a maior exatidão possível consta, que o lucro provindo da cultura do algodão, só nas terras da Companhia, seria em dez anos 423.376 lib. 13 sh. e 4 d.; o da venda do gado 40.960 lib. 6 sh. e 8 d., o da matança do dito consumo do Pará 118.867 lib. 13 sh., e 4 d.: somam os lucros em dez anos 584.205 lib., 13 sh. 6 d. o que faz por ano 58.420 (ilegível) 9 sh., 4 d. Nesta soma não se incluem os lucros, que dariam a cultura do café, assúcar, cacau, arroz, tabaco, & cia.; a fabricação do sal, as operações de Banco, a exploração das minas de ouro, as comissões de consignação, de seguro, & cia.;

o tráfico de barganha com os índios do rio acima, de sal, ferro, trincolhos, & cia.; a venda de codo das Antilhas, a venda das madeiras, das terras & C.

"Para não haver responsabilidade pessoal, remeter-se-ão aos Acionistas umas Certidões, das quais constará que o portador terá direito para receber 21/2 p.% metade do dividendo anual, e uma porção pro rata nos lucros anuais, segundo as Apólices que houver tomadas. Convocar-se-á uma assembléia pública dos Acionistas, para a eleição dos Depositários (Trustees), Administradores (Managing Directors), Auditores, & cia., logo que o importe das subscrições, formar uma soma de 40.000 libras. O importe das Apólices, logo que recebido, será depositado nas mãos de Mac Sproner, Ailwoods & Companhia, Banqueiros, Tezoureiros em Londres. Serão nomeados diferentes Banqueiros em tôdas as Cidades da Inglaterra, Irlanda e Escócia, para receberem as subscrições, e remeterem os importes aos Tesoureiros de Londres. Para maiores informações o Público pode dirigir-se a Henry Lucas, Secretário, Pancrass Lane, London, e Canning Plane, Liverpool."(1).

O plano era interessante. Mas quais seriam realmente os objetivos dos capitalistas britânicos? Geralmente, o empossamento que os inglêses faziam, nas terras asiáticas e africanas, começava pela presença mansa, cordial, inocente, desinteressada de comerciantes, de religiosos, de inversores de capital, que vinham tentar negócios, zelar pelas almas desassistidas dos "primitivos locais, otber concessões de régulos, de sobas, de pequenos e desprotegidos monarcas dos reinos de pouca consistência militar distribuídos pelo litoral e pelo interior daqueles continentes. No caso da Amazônia, evidentemente, a situação seria outra. Porque, no fim de contas, ela não era uma terra de todos, franqueada no apetite de qualquer ousado ou astucioso que viesse sondá-la e pudesse possuí-la. A Amazônia integrara-se ao Império por sua vontade. Num momento difícil de sua evolução, entre Portugal e o Brasil preferira acompanhar a sorte do Império que se constituía e ao qual não

⁽¹⁾ INÁCIO ACCIOLI DE CERQUEIRA E SILVA, Corografia Paraense ou Descrição Física, Histórica e Política da Província do Grão Pará, Baía, 1833, págs. 161/3.

estivera presa senão mais recentemente, para dizer a verdade a começar do período joanino. A companhia não poderia, portanto, encontrar na região as condições que talvez encontrasse em outras latitudes.

Sucede que, a essa altura houve verdadeiro estado de alerta à volta do negócio. Porque parecera suspeito provocar reações locais. Beneficiário de favores e concessões do govêrno imperial, José Antônio de Siqueira, homem de iniciativas, imaginara, em 1829, a incorporação, com o capital regional, de uma emprêsa de colonização, de fomento à agricultura, de manufatura e de navegação a vapor. O govêrno provincial apoiara a iniciativa. Uma comissão, integrada pelo que havia de mais esclarecido em Belém, opinara, com um voto contrário, pela decretação de medidas que assegurassem o êxito de empreendimento. Embora, o capital da Amazônia não fôra suficiente. E Siqueira procurara a cooperação do capital estrangeiro. Dirigira-se à Inglaterra e lá tentara obter os elementos de que carecia para levar adiante o seu projeto de desenvolvimento econômico. A emprêsa britânica seria já o resultado da aventura de Sigueira. Foi pelo menos o que se denunciou, cercando de escândalo o negócio. Madureira Pará. inventor paraense, em folheto que fêz circular por todo o Império, explicou que Siqueira cedera os privilégios obtidos do poder público imperial e provincial aos inglêses, transformando-se num mero agente dos interêsses do capital alienígena(2). A grita foi viva. Madureira Pará, sustentando que se tratava de inversão sugadora, deu a entender que havia perigos rondando a Amazônia no tocante à sua integração no Império. "A Filantropia Estrangeira não é fundada em princípios de humanidade, como quer inculcar, mas sim nos do interêsse". A companhia não funcionou. O primeiro projeto, em grande estilo, de inversão de capital estrangeiro no Brasil amazônico fracassava. O nacionalismo exaltado da época era ativo, vigilante e poderoso.

⁽²⁾ Refutação da projetada Companhia Inglêsa, iniciada pelo Decreto da Regência de 1º de fevereiro de 1835, obtido com ob e suprepção por Joaquim José de Siqueira, para total ruína do Pará, e talvez do Brasil inteiro, Rio, 1834.

No decorrer do rush da borracha, já vimos, êsse capital correu para a Amazônia e foi investido de mil maneiras. Não desnacionalizou a região, é certo; não houve tempo para isso. Serviu, de certo modo, à sua maior ativação e desenvolvimento. Especulou. Quando, todavia, ocorreu a debacle decorrente da concorrência oriental, não permaneceu, retirando-se depois de ter obtido os lucros que desejara. Não concorrera de qualquer modo para a transformação das condições existenciais locais dando-lhe novas tonalidades. Comparecera para os lucros do negócio gomífero, visando unicamente esses lucros. Era essa a sua conduta em tôda parte. Não seria, seguramente, na Amazônia, uma exceção. Não teria pôsto, portanto, em perigo de desnacionalização, insistamos, a Amazônia. Receios que viajantes ligados mais emotivamente ao Brasil haviam exteriorizado, de que se criasse uma mentalidade de secessionismo, não possuiriam, assim um fundamento sereno ou exato.

Alguns episódios ligados às facilidades por que se permitiu a entrada dos interêsses estranhos, podem, no entanto, trazer alguma luz, deixando entrever que aquelas facilidades ou ingenuidades talvez viessem a autorizar dissabores futuros se não tivesse havido a providência acauteladora no tempo próprio. Esses episódios foram: concessões de terra e uma tentativa de empréstimo com cláusulas perigosas, escondidos sob o disfarce de enganosos projetos de desenvolvimento econô-Vamos registrá-los quase sem comentários, secamente, mico. nos tópicos mais importantes, mais graves, justamente aquêles que autorizam a conclusão a que chegamos, conclusão que não desejamos impôr aos nossos leitores, preferindo que êles mesmos procedam à análise da documentação aqui revelada. Começemos pela tentativa de empréstimo. Ocorreu no Amazonas, ano de 1922.

As condições financeiras e econômicas do Estado eram péssimas. As rendas públicas decresciam dia a dia. As exportações caíam velozmente. O funcionalismo não recebia os seus vencimentos. As contas do Estado, feitas na praça de Manaus, não eram pagas. Verdadeiro estado de calamidade pública. De Manaus, rumo ao sul do país, os navios saíam carregados de passageiros, que eram servidores oficiais ou comerciários que procuravam encontrar, em outras partes do país, os recur-

sos para viver que estão faltando no Amazonas. Governava-o o desembargador Rêgo Monteiro, sôbre cuja administração se faziam tremendas acusasões. Sua eleição fôra realizada em ambiente pesado. Seu empossamento, protegido por fôrças do exército.

Em face da situação, o governador Rêgo Monteiro cogitou do concurso do capital alienigena. Visava retirar o Estado daquela condição aflitiva. Leiamos, porém, a mensagem que dirigiu à Assembléia Legislativa, na qual faz o histórico do proveto, dá detalhes e refere o encaminhamento que teve.

"No início do meu govêrno, quando ainda nutria a ilusão de que todos os habitantes do Amazonas congregariam os seus esforços para combater o colapso econômico do Estado, fazendo sacrifício dos seus ódios pessoais, eu concebi o plano de atrair ao nosso Estado o capital estrangeiro, o capital de um país que, segundo se diz e se sabe, sofria de pletora monetária. A maior dificuldade para a execução dêsse plano estava na descoberta da fórmula apropriada para despertar o interêsse do povo que se sentia asfixiar, pela estagnação de um capital que sofria embaraço na circulação, por insuficiência do sistema vascular, se assim me posso exprimir.

"Ao excesso de capitais americanos, que não encontravam emprêgo para descongestionar os depósitos, correspondia, em nosso Estado, a penúria monetária. Era preciso engendrar um processo eficaz para canalizar para as nossas terras, o ouro norte-americano, atendendo a que não é exequível a emigração de um capital quando êste não encontra as garantias suficientes. Ora, ninguém ignora que o Estado do Amazonas, à fôrça de abusar de crédito, já não tinha elementos para garantir a realização de um empréstimo. Com as finanças desorganizadas, não me era lícito pensar em uma medida que não teria viabilidade, enquanto nós não nos reabilitássemos perante os nossos credores.

"Entretanto, urgia não perder tempo na contemplação de nossas misérias que cada vez mais tendia a se agravar. Era preciso cogitar de operações, financeiras que fizessem sustar a marcha dessa miséria enquanto ela não nos esgotava tôdas as fontes de vida.

"Foi nesta emergência, que organizei um projeto que, sob a forma de empréstimo, nos pudesse trazer braços e capitais que viessem fomentar as nossas riquezas e nos colocasse em situação de podermos satisfazer os nossos compromissos com os próprios capitais e trabalho dos nossos credores. Estes transportariam para o nosso território o material suficiente para o desenvolvimento de indústrias produtivas e nêle colocariam pessoal apto para cultivar o solo, experimentando-o em tôdas as suas possibilidades econômicas.

"Para isto era preciso interessar diretamente neste solo os capitais, porque seriam êstes as chaves que abririam as portas do nosso El-Dorado. Sem os capitais americanos que se viessem aplicar em indústrias amazonenses, interessando-se diretamente no seu desenvolvimento e prosperidade, um empréstimo seria para o Estado um desastre a mais na série dos que vêm perturbando a nossa vida interna.

"Os prestamistas, desde que tivessem o direito de concorrer com a sua capacidade de trabalho para o aumento das fôrças econômicas do Estado teriam mais confiança no resultado da operação financeira. Eis a proposta do empréstimo:

"O Estado do Amazonas negocia um empréstimo para a unificação das suas dívidas interna e externa, sôbre as seguintes bases:

"Soma do empréstimo — \$25.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares ou sejam 250.000.000\$000 (duzentos e cinqüenta mil contos de réis).

"Tipo - 971/2.

"Juros — 8% ao ano. Os juros do primeiro ano serão pagos adiantadamente e os dos anos seguintes por semestre vencido.

"Prazo — 35 (trinta e cinco) anos com a facilidade de ser pelo govêrno do Amazonas resgatado depois dos 10 primeiros anos. O Estado do Amazonas receberá de pronto a quantia de 100.000:000\$000 ou sejam 10.000.000 (dez milhões de dólares), para solver as suas dívidas.

"— O Sindicato prestamista valorizará a borracha, intervindo nos mercados pelos meios ao seu alcance, de maneira a conseguir aquêle desideratum.

- "— Idem, fará funcionar em Manaus uma fábrica para manufatura da borracha, empregando o material e maquinismos mais modernos e aperfeiçoados. Nessa fábrica serão empregados como operários 50% de trabalhadores brasileiros.
- "— Idem, fundará em Manaus um banco com carteira hipotecária sob as bases que forem estabelecidas de acôrdo entre o govêrno e o Sindicato.
- "— Idem, promoverá a iniciação de uma linha de navegação, por meio de vapores de grande tonelagem, entre os portos principais da América e da Europa. Nestes vapores o Estado terá direito a uma passagem de 1.º e quatro de 3.º classe com abatimento de 15% nas passagens que requisitar, além destas, que serão gratuitas. O govêrno do Estado dará a essa linha de navegação a subvenção anual que fôr estabelecida de acôrdo entre o mesmo govêrno e o Sindicato.
- "— Idem, construirá uma estrada de ferro de Manaus à fronteira da Guiana Inglêsa, atravessando a região do Rio Branco, de acôrdo com o traçado que fôr estabelecido entre o Sindicato e o govêrno, e que procurará, quanto possível, aproveitar a fôrça motriz das cachoeiras do rio Urubu e da do rio Branco, denominado Benquerer. A construção da estrada será diretamente fiscalizada pelo govêrno do Estado e, como compensação aos bons serviços do Sindicato, terá êste uma percentagem sôbre os lucros da estrada, determinando-se o prazo em que cessará essa participação do Sindicato nos referidos lucros. A percentagem também será determinada de acôrdo entre o govêrno e o Sindicato. A estrada será entregue ao govêrno à proporção que forem os seus trechos dados ao tráfego e em pleno estado de funcionamento, e assim far-se-á até uma completa conclusão.
- "— Idem, estabelecerá uma comunicação, por meio de telefone sem fio, ligando as principais cidades do Amazonas. Para êsse serviço será dada também uma subvenção nas condições da linha de navegação.

O govêrno se compromete?

"— A ceder um prédio para funcionamento do Banco, e a isentar êste estabelecimento dos impostos estaduais, existentes

- e futuros, bem como a pleitear perante os poderes competentes a isenção de quaisquer impostos federais ou municipais, que de futuro venham a ser lançados sôbre o Banco.
- "— A aumentar a taxa de amortização do empréstimo sempre que a arrecadação das receitas forem superiores às orçadas.
- "— A não emitir, sem prévio acôrdo com o Sindicato, apólices internas; a não contrair, durante o prazo da amortização do presente empréstimo, outro empréstimo externo, ressalvado o direito prestabelecido do resgate dêste após dez anos da sua data, resgate que poderá ser feito mediante nova operação de crédito, na qual, em igualdade de condições, o Sindicato terá preferência.
- "— A conceder ao Sindicato, de acôrdo com a legislação do Estado, terras devolutas, para a exploração da borracha e a cultura do cacau, algodão e cana de açúcar; e bem assim para a criação do gado em grande escala, e para a implantação da indústria e comércio de madeiras, subordinando êste último favor à fundação de uma serraria modêlo, que possa dar o devido valor à imensa riqueza florestal do Estado.
- "— A fazer ao Sindicato concessões de estradas de ferro nos pontos livres de anteriores concessões.
- "— A garantir, por cinquenta anos, a exclusividade da concessão da comunicação por telefone sem fios, a que atrás se aludiu, e a subvencionar êste serviço nos mesmos têrmos em que o fará a respeito da navegação.
- "— A fazer uma redução de 15% nos direitos de exportação dos produtos exportados pelo Sindicato.
- "— A promover perante o govêrno federal a isenção dos impostos de todos os maquinismos importados pelo Sindicato para o desempenho dos serviços contratados com o Estado.
- "— Deduzidas a diferença de tipo, tôdas as comissões como as dos banqueiros e outras, corretagem e demais despezas, assim como os cem mil contos de réis (100.000:000\$000) que serão entregues aos representantes do govêrno, e o restante aplicarse-á à reconstrução da estrada de ferro e o saldo que houver será entregue ao govêrno do Estado do Amazonas.

"Depois da leitura dêste documento, vós estais habilitados a compreender que eu não promovi o empréstimo senão com o intuito de introduzir no Estado os melhoramentos econômicos que só por meio de capitais estrangeiros aqui se podiam realizar. Nós teríamos uma estrada de ferro que nos abriria um outro caminho para o Atlântico, pois que ela nos levaria até às fronteiras da Guiana Inglêsa e daí a Georgetown, onde tocam os transatlânticos que se dirigem à Europa e aos Estados Unidos da América do Norte. Ninguém pode desconhecer as vantagens que para o Estado resultariam dessa estrada de ferro em relação ao povoamento do solo. Além dessa estrada, o aludido empréstimo nos traria uma linha de navegação por barcos de grande tonelagem para viagens à Europa e à América do Norte: uma fábrica de artefatos de borracha, uma serraria modêlo, desenvolvimento da pecuária, cultura do cacau, algodão e cana de acúcar.

"Diante de tais vantagens e sabendo que os banqueiros americanos estavam dispostos a estudar com simpatia a proposta acima no intuito de lhe garantirem o sucesso, eu não hesitei em me utilizar da autorização que me destes na lei n.º 1.082 de 10 de novembro de 1920 e na lei n.º 1.145 de 20 de abril de 1922, e dei os necessários poderes ao deputado Franklin Washington e ao conde Marco de Panigai, para que se apresentassem a banqueiros da praça de New York e, com êles, estabelecessem as negociações conducentes ao fim colimado.

"Estavam os aludidos agentes desempenhando o seu mandato quando o govêrno da União entendeu devia embaraçá-lo, não só por instruções aos representantes do govêrno brasileiro em Washington, como enviando-me um telegrama de protesto.

"Nesse telegrama o Ministro impugnou a transação do Estado com um argumento que não resistiria a uma réplica, se eu não visse que êle era um simples pretexto para levar ao conhecimento da praça new-yorkina a oposição da União à pretenção do Estado. Era uma fórmula para conseguir que os capitais new-yorkinos se retraíssem. E podia replicar ao Ministro para dizer-lhe que uma simples faixa de terra destinada a fortificações estava localizada nas fronteiras e não podia comprometer o grande patrimônio que a Constituição conferiu

ao Estado em terras devolutas. Por maior que seja essa faixa, não pode ter extensão tão grande que fôsse compreender tôdas as terras devolutas que tem o Estado na zona do município do Rio Branco.

"Eu sabia que para o fim colimado era inútil qualquer discussão nesse sentido, pois que os banqueiros estrangeiros não quereriam negócio com um Estado que a União tratava com tanto rigor. É êste o telegrama:

"Governador — Manaus.

Rio, 11 de maio de 1922.

Govêrno Federal acaba saber por telegrama de New York que êsse Estado procura levantar ali um empréstimo fazendo extraordinárias concessões e garantias. O Sr. Presidente da República me ordena que peca a V. Exa. a sua patriótica atenção para o perigo que resultará contra a nossa Pátria de tais concessões e da hipótese de terras brasileiras, embora pertencentes a um Estado, tanto mais quanto uma parte delas está situada em fronteiras e nestas a União tem domínio em uma faixa ainda não discriminada para a defesa nacional, na forma da Constituição federal, art. 64 e não poderia concordar com essa concessão. O govêrno apela, portanto, para o patriotismo de V. Exa. no sentido de evitar contratos onerosos e de difícil cumprimento para o Estado que tão dignamente V. Exa. está presidindo, embora nenhuma responsabilidade caiba à União ou ao govêrno federal nas obrigações assumidas pelos Estados. Afetuosas saudações - AZEVEDO MARQUES".

"O govêrno federal não se limitou a êsse protesto: afetou o caso ao Congresso Nacional, declarando o Sr. Presidente da República que havia embaraçado a nossa operação que estava em via de realização, segundo telegramas aqui publicados na imprensa. O Presidente da República, o eminente Sr. Epitácio Pessoa, dirigiu à Câmara dos Deputados uma mensagem

em que lhe pediu designasse a extensão da faixa de terras que devia caber à União para a defesa das fronteiras e as fortificações a que se refere o art. 64 da Constituição.

"Essa mensagem teve acolhimento favorável, pois a Câmara redigiu um projeto que está aguardando oportunidade para entrar em discussão e seguir os ulteriores têrmos regimentais. Elaborado no seio da Comissão de Constituição e Justiça, o aludido projeto produziu o efeito do interdito proibitório, medida muito conhecida no fôro e empregada últimamente com exagêro para impedir a ação coercitiva de um ato administrativo. Não me era lícito prosseguir na execução do meu plano enquanto o Congresso Nacional não resolvesse um assunto que de alguma forma podia influir em um dos seus itens." (*).

Prosseguindo no empenho de obter recursos fora do país, o referido governador dirigira-se à União Pan Americana, em Washington, comunciando-lhe que o Estado possuía vastas áreas despovoadas, mas ricas, nas quais poderia ser aplicado o capital que as dinamizasse.

O escândalo que o assunto provocou, como era natural, assumiu grandes proporções. Porque, pela primeira vez, a União tomava a providência salutar de vetar um empréstimo a ser contraído por unidade da Federação, impedindo que, através dos capitais obtidos no exterior, não só se agravassem as condições dos Estados, cheios de compromissos no exterior, como se pusesse em perigo a própria soberania nacional nas regiões para onde se dirigissem êsses capitais. Em mensagem ao Legislativo federal, o presidente Epitácio Pessoa sugeriu a conveniência de ser fixada a extensão da faixa territorial que. de acôrdo com o art. 64 da Constituição em vigor, devia caber à União para assegurar a defesa das fronteiras e das fortificações que ali se levantassem. Era um meio da União interferir em áreas estaduais, primeiro passo para os Territórios criados mais tarde. O negócio não foi adiante. O empréstimo fracassou(4).

⁽³⁾ Diário Oficial do Estado do Amazonas, edição de 14 de julho de 1923.

⁽⁴⁾ Desembargador Rêgo Monteiro, Papéis invertidos. No Templo de Têmis, Rio, 1929, págs. 55/69.

Passsemos agora ao capítulo das concessões de terras, concessões que provocaram celeuma e a intervenção do Senado Federal pela extensão e pelas facilidades que se assguravam aos concessionários estrangeiros, o que era indicado como profundamente prejudicial aos interêsses do país(5).

As primeiras concessões foram feitas no Amazonas: a 11 de março de 1927, a 2 de março e a 20 de outubro de 1928. Aquela, inicial, aos japoneses Gensabure Yamanishi e Kinraku Awazu, numa extensão que podia ir a um milhão de hectares, isto é, 10.000k²...; estas, respectivamente ao polonês Dr. Konrad Rogoyski, representando a Towarzystwo Kolonizacyjne Warszawie (Sociedade de Colonização), com sede em Varsóvia, também de um milhão de hectares, e ao japonês Kosaku Chishi. Essa concessão era apenas de vinte cinco mil hectares(6).

A primeira podia ser escolhida entre três áreas uma limitada pelos rios Sucunduri, Canumã, Madeira e Amazonas, na margem direita, e paraná do Ramos, rios Maués e Parauari, na margem esquerda, limitando pelos fundos ao sul até o paralelo 6.º; outra, no rio Solimões, margem direita, entre os rios Tefé e Coari, aquêle pela margem direita e êste pela margem esquerda e pelos fundos até o paralelo 6.º; a terceira, no Rio Negro, na margem direita, limitada pelos rios Caburi, margem direita, e Timbira, margem esquerda, dali seguindo o paralelo 3.º com fundos correspondentes ao meridiano 63.º. O concessionário obrigava-se a, no prazo de 50 anos, introduzir e localizar 10.000 famílias japonezas que usariam as terras em trabalhos de agricultura, criação de gado, podendo construir estradas de ferro e de rodagem, montar estabelecimentos industriais, realizar serviços de navegação, organizar cooperativas de crédito

⁽⁵⁾ VIVALDO LIMA, Discursos e Opiniões sôbre a Colonização japonesa no Estado do Amazonas, Manaus, 1936; ANTÓVILA VIEIRA, O Perigo amarelo na Amazônia Brasileira, Manaus, 1942; CUNHA MELO E ALFREDO DA MATA, A Concessão de terras amazonenses a Japoneses, Rio, 1937. Sôbre a concessão Ford, cf. Tito Lívio Barreiros, A concessão Ford e o Govêrno Dionísio Bentes, Belém 1928

⁽⁶⁾ Mensagem do Presidente do Estado do Amazonas, dr. Ephigênio Ferreira de Salles, à Assembléia Legislativa, lida na abertura da 1.º sessão ordinária da 14.º legislatura, Manaus, 1929. Em anexo transcrevemos a primeira concessão.

agrícola, bancos de depósitos e desconto. O Estado e os municípios onde estivesse localizado o concessionário, concederiam isenção de impostos, por dez anos, criados ou por criar, sôbre as terras da concessão, indústria e profissão, dando-lhe preferência em igualdade de condições, para a exploração das minas que fôssem descobertas, e taxa mínima de 3% ad valorem sôbre a exportação do que produzisse.

A concessão aos poloneses era, em linhas gerais, idêntica à dos japonêses. A companhia polonesa devia introduzir também dez mil famílias. Quanto às áreas a escolher, seriam no Madeira, no Solimões ou no município de Manaus.

A concessão a Kosaku foi feita no município de Manés à margem direita do Maués-açu, com vinte cinco mil metros de frente, a partir da bôca do mesmo rio e dez mil de fundos. Kosaku, dando início aos compromissos assumidos, instalou-se no local da concessão, tentando o empreendimento, constante de cultura de cacau, guaraná, arroz e outros cereais. A colônia, onde devia instalar cinqüenta famílias, devido a desentendimentos entre os próprios colonos, em pouco entrava em decadência, falhando a emprêsa.

No caso dos japonêses, o que provocava o protesto de muitos, com grande repercusão no Parlamento, na imprensa, nos meios universitários, em todos os círculos, enfim, que consideravam os problemas nacionais na gravidade que êles revestissem, era a possibilidade de criar-se na Amazônia, despovoada, o quisto racial, o núcleo extranho que pusesse em perigo a soberania nacional. Voltava-se ao receio do período das imposições norte-americanas a propósito da navegação do Amazonas. Os mesmos receios surgiam agora, esquecidos todos de que se ocorressem realmente seriam uma consequência da política de desprêzo a que a nação relegara a região. Os japonêses apareciam aos olhares dos nacionalistas como a serviço de propósitos imperialistas. Estava-se, na época, assistindo ao desenvolvimento de vasto programa de expansão que aquêle povo traçara e executava no próprio Oriente. Os norteamericanos no passado tinham sido apontados como realizadores de ação política do mesmo tipo. A voz dos que receavam a perda de territórios nacionais repousava naquele argumento impressionante. A ação imperialista era agora transferida aos

nipônicos, tidos como perigosos à integridade do país e perturbadores da unidade étnica.

No Pará, onde se fizeram igualmente largas concessões a japonêses nesse mesmo período, em Tomaçu e Monte Alegre, a grande sensação girou em tôrno a que o govêrno estadual negociou com o sr. W. L. Reeves Blakeley, num total de um milhão de hectares, no vale do Tapajós, concessão que passou às mãos da Companhia Ford Industrial do Brasil, incorporada com o objetivo de utilizá-la.

A concessão fora feita a 21 de julho de 1927 e a transferência a 7 de dezembro do mesmo ano. A Companhia Ford Industrial do Brasil constituíra-se em Belém, a 10 de outubro, com capital de 8.000:000\$000 (oito mil contos de réis). Beneficiava-se com um milhão de hectares. Em 4 de maio de 1934, o Estado e a Companhia faziam permuta de uma área da concessão por outra, no mesmo rio, mais próxima a Santa-rém. Aquela dera-se o nome de Fordlândia. Esta passou a ser denominada de Belterra.

Pela primeira concessão, o beneficiário ficava com o direito de "uso e gôzo das terras, para exploração de seringais nativos e plantio intensivo de seringueiras, assim como para utilização das matérias-primas de produção do Estado, e plantação de espécies vegetais de valor econômico, exploração das riquezas minerais e da fôrça hidráulica, estabelecimento de vias de comunicação de qualquer natureza edificações e outras benfeitorias e melhoramentos concernentes à referida utilização." Poderia manter serviço telefônico, telegráfico, navegação do Tapajós e Amazonas construir docas, armazens, estabelecimentos industriais, estradas de rodagem e de ferro, aeroportos, criar bancos, efetuar tôdas as operações pertinentes em relação à exploração agrícola e industrial nas terras concedidas. isenção de todos os impostos criados e por criar ocorreria no espaço de 50 anos. Permitia-se ainda ao concessionário a pesquisa de minerais para efeito de preferência das lavras.

Como no caso das concessões aos japonêses, fêz-se também grita intensa. Sem resultado de qualquer espécie. Porque a concessão foi mantida e já, mais recentemente, Ford, desinteressado da que obtivera na Amazônia, pois abandonara seus

planos de auto-suficiência na indústria automobilística, retirava-se do empreendimento, repondo-a em mãos brasileiras mediante pequena indenização em dinheiro. Argumentava-se que Ford servia a interêsses que não eram simplesmente os de uma boa operação capitalista, pois ocultariam propósitos mais sérios. Continuava viva a idéia de que os norte-americanos o que desejavam, no fundo de tudo, era penetrar na Amazônia para possuí-la. É de registrar-se que na região, o movimento de capitais iniciado por Ford teve repercursão simpática. Pouco antes, isto é, em 1923, um grande grupo técnico americano-brasileiro, chefiado aquêle pelo Prof. W. L. Schury, adido comercial à embaixada de seu país no Rio de Janeiro e êste pelo engenheiro Avelino Inácio de Oliveira, geólogo da Seção Geológica e Minerológica do Ministério da Agricultura, percorrera a Amazônia brasileira, examinando a possibilidade do aumento da produção gomífera. A investigação ligava-se a um plano norte-americano para dispor, fora das limitações, contrôles e exigências dos produtores orientais, que governavam o mercado, de uma sólida base de produção lactífera, essencial ao seu parque industrial em ascenção vertiginosa. O inquérito cobria outras áreas sul-americanas e africanas. Na Amazônia, pelas conclusões das técnicas, havia boa possibilidade para a execução de programa de heveicultura. A preferência de Ford ligara-se, portanto, seguramente, às citadas conclusões.

É de registrar-se, ainda, que um curioso norte-americano, Hamilton Rice, que desde 1906 andava excursionando pelo vale amazónico, em exaustivos trabalhos de pesquisa geográfica, antropológica e médica, sempre com a colaboração de magníficas equipes, entusiasta da região, indicava-a como um vasto mundo por conquistar para a civilização. E quem falava em civilização, seguramente importava em falar em exploração econômica, ocupação humana, povoamento, colonização, exercício consciente de soberania, pelo uso do meio em bases objetivas e permanentes. Um eminente homem público da própria Amazônia, seu autêntico intérprete no campo sociográfico, Araújo Lima, em conferência proferida na Sociedade Nacional de Agricultura a 19 de junho de 1923, sôbre A situação Econômica da Amazônia especialmente em face das pretenções americanas, balanceando os rigores e insucessos da conquista como ela se vinha processando, no extremo-norte, aplaudia como generosa a viabilidade daquela inversão capitalista. Escrevia: "Sou pela intervenção norte-americana, porque, calcada na orientação verdadeiramente científica aparelhada com capitais alentados, nos procura, e nos propõe, sôbre sólida base econômica, a plantação da nossa hévea no seu meio próprio e nativo.

"Esforcei-me, na primeira parte desta exposição, por demonstrar que as causas remotas, primárias da atual crise, residiam na falta de capital, falta de instrução, falta de saúde, falta de organização do trabalho, carestia de vida, sobrecarga de impostos. Procurando, antes das realizações, fazer o estudo da região, os americanos se definem nas próprias bases com que estabelecem a sua proposta. Corramos a aceitá-la, ressalvando, bem se entende, a nossa soberania. Precisamos, para expansão e estabilidade de nosso produto, da intervenção econômica e técnica dos Estados Unidos: êles nos trarão seus capitais, seus métodos aperfeiçoados de trabalho, sua previdência, sua orientação, sua solidariedade, sua capacidade organizadora, mas sobretudo, sua instrução. E se êles não no-los trouxeram, de quem poderemos esperá-los? Do Poder Público? Sabemos todos que não! Por que não quer? Por que não póde?"

Era evidentemente um ponto de vista, uma posição, como a da imensa maioria das que viviam na Amazônia. Voz contrária a essa interferência, no entanto, elevava-se antes do pronunciamento de Araújo Lima. Muito antes mesmo. 1914. Essa voz fôra Luís Cordeiro, economista, também com profundo conhecimento dos problemas locais, e visão dos reflexos internacionais no complexo regional. Luís Cordeiro, que fêz o levantamento do processo econômico do Pará, do período colonial ao século XX, preocupava-se com a visita que um famoso homem público norte-americano fazia à Amazônia. Esse estadista, Teodoro Roosevelt, não se projetara apenas no meio de sua pátria, mas alcançara nomeada universal. Escrevera sôbre a expansão norte-americana um dos livros fundamentais na espécie; atirara-se, depois, à conquista da fama no conflito cubano. Defensor da tese das raças com destino manifesto e para o domínio da espécie humana e condução dos povos no sentido de uma civilização que traçassem, sua presença na Amazônia, para Luís Cordeiro, significava não apenas o desejo de um contacto interessante com os trópicos úmidos sulamericanos, mas alguma aventura em projetação. Roosevelt e a Amazônia: (Ementas, Traços e Rabiscos) Rio, 1914, é o nome do livro que lançou sustentando a existência de perigo à vista — "chegou o Sr. Roosevelt que vem, quem sabe? — escrever o epílogo de uma história que se há de contar de futuro."

No Amazonas, posteriormente, em 1930, às vésperas da Revolução, portanto, o govêrno estadual fêz novas concessões: a 29 de julho, à The Amazon Corporation, emprêsa incorporada em Delaware, nos Estados Unidos; à Canadian Amazon Company Limited, emprêsa canadense com casa matriz em Montreal; à American Brazilian Exploration Corporation, emprêsa norteamericana com sede igualmente em Delaware (7).

The Amazon Corporation tinha por campo de pesquisas e posteriormente de exploração de minérios, duas zonas uma entre os rios Solimões, Purus, Juruá e a fronteira do Estado com o Acre; cutra, entre o Amazonas, o Purus e os territórios do Pará e Mato Grosso.

A Canadian recebera também duas concessões entre o Jauaperi, o rio Negro, a fronteira com o Pará e o rio Amazonas — e entre os rios Negros, Japurá, Solimões e a fronteira do Brasil com a Colômbia.

Quanto à American Brazilian, suas duas zonas eram: entre os rios Japura, Solimões e fronteira com a Colômbia, e entre os rios Solimões, Juruá e fronteira com o Peru.

Das cláusulas, idênticas para os três, constava que ficavam obrigadas a iniciar os trabalhos de pesquisa dentro do prazo de dois anos, realizar a construção de estradas de rodagem e de ferro, montar refinarias e demais estabelecimentos industriais ligados à produção e beneficiamento dos minérios. "Uma vez determinado o local ou locais das explorações das minas, a concessão exclusiva se extenderia por tôda a área que tivesse de ser trabalhada, de modo a não haver embaraços às explorações em atividade. Para efeito de exploração dos óleos ou

de seus derivados, (biproducts), um têrço de cada estrutura geológica seria mantido em reserva até que os outros dois têrços ficassem esgotados, quando então as áreas reservadas poderiam ser exploradas pelas companhias, nas mesmas condições e têrmos referentes aos outros dois têrços. O prazo das concessões era de 50 anos, podendo ser prorrogados por mais outros cinquenta, com preferência sôbre quaisquer pretendentes. A pesquisa e a exploração consequentes compreendiam o carvão de pedra, os óleos e outros minerais. Óleos minerais? Sim óleos minerais eram as denominações que apareciam no texto dos contratos. Nessa aparente singeleza, na realidade tratava-se de petróleo, a que só de passagem se fazia referência. A inocência das expressões escondia alguma coisa mais.

Será conveniente atentar para o fato de que as atuais pesquisas da Petrobás estão sendo realizadas justamente nos trechos daquelas concessões. E Nova Olinda fica situada na zona conferida tão fàcilmente à Amazon Corporation.

Para terminar o capítulo — as concessões, tendo caducado à falta de cumprimento das cláusulas contratuais por parte dos interessados estrangeiros, que tentaram renová-las na administração do capitão, hoje general Nelson de Melo, foram consideradas sem nenhum efeito. A Amazônia, por mero acaso, pois, escapava, mais uma vez, às sortidas do capital alienígena nos seus propósitos ambiciosos e possívelmente perigosos aos interêsses brasileiros.

⁽⁷⁾ A documentação pertinente foi publicada no Diário Oficial do Estado do Amazonas, edição de 31 de julho de 1930.

A Que Vinha a Expedição Iglésias?

or no ano de 1931 que um oficial da aeronáutica espanhola, capitão Francisco Iglésias, deu os passos iniciais para organizar uma expedição científica que atuaria no Alto Amazonas, no trecho entre o Amazonas, o Caquetá, seu afluente pela margem esquerda e a cordilheira dos Andes, numa área de cêrca de 500.000 quilômetros quadrados. A expedição propunha-se a proceder ao reconhecimento minucioso de todo aquêle mundo interior, para que fôsse possível desenvolvê-lo e explorá-lo. Expedição que visava, portanto, reconhecer científicamente a região, para que fôsse possível torná-la útil do ponto de vista econômico. A expedição não visava, assim, servir apenas à ciência, mas, de logo, pelos resultados que fôssem apurados, a interêsses materiais, constantes do aproveitamento do que fôsse descoberto.

Segundo o próprio depoimento do capitão Iglésias, a idéia do empreendimento fôra concebida no decorrer de sua viagem à Sul-América, na primavera de 1929, viajando no Jesús del Gran Poder. Concebida, fôra aos poucos sendo desenvolvida. A última expedição espanhola fôra realizada em 1862, sob a direção de Marcos Ximenez de la Espanha, o grande historiador

do período espanhol das Américas. Não havia, em Espanha, no momento, qualquer interêsse por emprêsas daquela ordem. Ademais, o país vivia dias agitados de mudança de regime. Findara a monarquia e voltara-se à experiência republicana. Embora, o capitão conseguira, provocar, na elaboração de seus planos, a participação das mais credenciadas associações científicas de sua pátria, como sejam a Sociedade Geográfica Nacional, União Ibero-Americana, Museu Nacional de Ciências Naturais, Serviço Meteorológico Espanhol, Instituto Geográfico Cadastral e de Estatística, Secção de Hidrografia do Ministerio da Marinha, Jardim Botânico de Madrid.

Por fim, o próprio govêrno foi interessado, aprovando a idéia, passando-se a uma segunda fase, que era a da formulação, em bases técnicas, do programa. De posse dessa preciosa colaboração, a que se juntou a de várias figuras eminentes da cultura espanhola como Gregório Marañón e Gustavo Pitaluga, o capitão Iglésias organizou o que êle denominou de Anteprojeto de uma viagem de exploração científica pelo alto Amazonas e foi amplamente divulgado em seu livro. Pelo anteprojeto, a expedição abrangeria os seguintes campos de operações: geodesia e topografia, fotogrametria aérea, hidrografia, geografia física, geologia, mineralogia, botânica, zoologia, medicina, antropologia, etnologia, metereologia e magnetismo.

A expedição alcançaria a Amazônia, percorrendo-a nos trechos escolhidos, em barco especial à vela, com as instalações necessárias ao funcionamento regular dos vários setores científicos que iam ser atacados, levando em seu bojo um pequeno avião para os levantamentos aerofotogramétricos e outros reconhecimentos necessários (1).

Pelo projeto definitivo, apresentado ao Ministério de Instrução Pública de Espanha, aprovado em reunião do Conselho de Ministros e apoio da Fundação Nacional para Investigaciones Científicas y Ensaios de Reformas, que recebeu o encargo de organizá-la, sendo constituído para tal um Patronato de la Expedición, esta teria Espanha como ponto de partida. Belém

⁽¹⁾ Cf. Cronica de la Expedición Iglesias al Amazonas, n.º 1, págs. 29/38.

seria a primeira etapa a atingir, e Manaus, a segunda. Em Tefé, no Solimões, ficaria estabelecida a primeira base: "para comenzar la exploración propriamente dicha. En ella se pondrán las avionetas em vuelo, y el barco abandonará el Amazonas para remontar el rio Caquetá, a base de certas navegaciones durante el dia y exploraciones radiales. En la noche, con el fondeado, se procederá a las observaciones de astrolabio de prisma. Por este sistema se recorrerá sucessivamente el Caquetá y sus más importantes afluentes, llegando por los medios más adequados (lanchas, canoas, etc.) hasta las fuentes de los tributarios del Orinoco, en los Llanos de Colombia, y si es posible, a Bogotá, regresando luego al Amazonas para remontar el Putumayo, y subiendo por éste hasta las estribaciones andinas, volviendo al gran rio al puerto peruano de Iquitos, en el que se habrá estabelecido da segunda y más importante base de la Expedición. En ella se hará um largo descanso, ordenando los trabajos efectuados y classificando los productos recogidos, y preparando aquellos que deban enviarse a España sin demora. También se repararán y renovarán los diversos elementos de la Expedición, limpiándose el barco, combiando los motores de las avionetas, etc. Como bases de socorro, se prepararán: Villavicencio, en la Intendencia del Meta, Florencia, en la Comisaría del Caquetá, y Puerto Asis, en la del Putumayo. emprenderá después de esta detención, que puede ser de tres e cuatro meses, el segundo ciclo de exploración que abarca los rios Napo, Tigre, Pastaza, Morona, etc. los cuales se remontarán hasta donde lo permitan sus condiciones de navegabilidad. Las bases para este ciclo serán: Archidona, Napo, Riobanba y Zamora, además de Quito, la capital del Ecuador, a la que visitará la Expedición. Se llegará, tanto en el primero como en el segundo ciclo, a las vertientes de los Andes, alcanzando las cumbres más elevadas, si es posible, para el estudio geolóse reunirá todo el material para el regreso, si no se decide gico y mineralógico, que se especificarán. De nuevo en Iquitos, se reunirá todo el material para el regreso, si no se decide hacer un recorrido por las regiones del Ucayaly y Huallaga, en la margen derecha del Amazonas, en território peruano. volverá por el gran río a Manaus y Pará, regressando por la derrota de ida o remontando las costas de las Guyanas para volver por New York, pasando antes por la Isla de Cuba. Se

calcula que los ciclos citados serán de diez meses de duración cada uno. Contando con una estancia de cuatro meses en Iquitos y seis para los viajes de ida y regreso, resulta un total de dos años y medio para la realización de esta empresa, sin que esta quiera decir, naturalmente, que dicha cifra no puede ser rebasada o disminuída, si circunstancias imprevistas lo aconsejan." (2).

No particular da cartografia, os objetivos eram: "Obtención de la carta geográfica a escala de 1:100.000 de la región señalada, que pueda encajada aproximadamente em cuatro de las hojas de la Carta internacional a dicha escala (6.º de longitud y 4.º de latitud) con una superficie total de más de 500 000 kilômetros cuadrados. Estas hojas resultan de 66 centimetros de largo por 44 centimetros de ancho. Obtención de la carta a escala 1:500.000 también de toda la zona explorada o recorrida, en hojas que abarquen la mitad de grados, en paralelo y meridiano, de las anteriores, es decir, 3.º de longitud por 2.º de latitud, y de las que, por conseguiente, deban obtenerse unas 8 á 10 para cubrir dicha zona, y cuyas dimensiones serán también 66 por 44 centimetros. Obtención de cartas totográficas de escala 1:50.000 de aquellos lugares que merezcan especial interés. Estas hojas deven abarcar 45' de longitud por 30' de latitud, lo que representa 16 hojas por cada una de las anteriores de 1:500.000, sin que se quiera decir que han de obtenerse todas ellas. Las dimensiones de estas hojas serán: 1,66 metros de largo por 1,11 metros de ancho."

Quanto à meteorologia:

"a) Estudio climatológico y preferentemente influências de los Andes e del rio, como tropical típico. Observaciones sinópticas de: temperatura del aire y su variación, temperaturas del agua y suelo, presión, humedad relativa, tensión del vapor de agua, evaporación, nubosidad (forma, cantidad, altura y direción), persiguiendo los ciclos cinematográficamente, radiación solar, irradiación terrestre nocturna, lluvias (épocas, cantidades y formas), ionización del aire, vientos (fuerza y

⁽²⁾ Cronica cit., n.º I, pág. 41.

- dirección). El plan climatológico supone una estación de variaciones (aparatos registradores) en Iquitos, una estación en el barco, dos equipos expediciones radiales, diez estaciones termo-pluviométricas dejadas al abrigo de factorias y cuatro pluviómetros totalizadores para montaña. La determinación de los puntos para las diez estaciones destacadas se hará sobre el terreno, tendiendo a colocarlos en lugares muy varios, tipografica y meteorológicamente.
- "b) Continuación de los sondeos aerológicos, como el la travessia del Atlântico. Basta recordar los importantes resultados obtenidos en la expedición al lago Victoria Nyansa, sobre todo en el estudio de la estratosfera. Se estudiará hasta donde penetra el régimen de alisios y el cambio de aire entre los dos hemisferios. Los sondeos con globos pilotos se harán con una base de dos teodolitos para eliminar en la fórmula de Hergesell el error de corrientes verticales. La red de observaciones se completará con los sondeos hechos por metereógrafos colocados en los aviones. Para hacer posible la utilización de glóbossondas se emplearán aparatos radio-sonda emitiendo las observaciones que registram.
- "c) Por medio de las estaciones de radio se harán estudios de parasitos atmosféricos (dirección, densidad y zonas) y periodicidades diurnas en relacíon con la marcha de nubes tormentosas y la situación general atmosférica."

Sôbre magnetismo: "Para la identificación geográfica de las estaciones las observaciones magnéticas se sujetarán al plan de observaciones astronómicas del "canevas" geodésico de las hojas de 1:500.000 y en los casos en que las coordenadas geográficas no sean bien conocidas se hará un cálculo de la triangulación magnética y su unión con el posible levantamiento ulterior en las zonas contíguas, dependerá de las posibilidades para instalar observatorios debidamente centrados.

"Se instalará en Iquitos un observatório-base para medidas absolutas y variaciones con registradores fotográficos. Se medirán las variaciones diurna y secular las perturbaciones inesperadas y discontinuas para decidir las observaciones de campo que hay que desechar e inquirir la relación de dichas perturbaciones con otros fenómenos naturales. Este observató-

rio servirá de magistral para medida de constantes y comprobación de los equipos de campo y para recucción de todas las observaciones a la misma época.

"Observaciones en el campo con dos equipos Sartorius con iluminación nocturna. Se harán siguiendo la triangulación geodésica, aproximadamente doscientas estaciones, o sea una por 2.500 kms.², lo que no es muy poco y que no son de temer grandes perturbaciones, se aumentará esta densidad en la zona de los Andes y donde las irregularidades hagan interessantes los estudios de localización.

"Se medirá la meridiana geográfica, inclinación y declinación, apreciando un minuto, y la intensidad horizontal de dos modos, según el tiempo disponible: determinaciones absolutas o determinaciones relativas, suponiendo constante el momento magnético. Se anadirá la reseña topográfica, croquis, dados meteorológicos y geológicos, fecha y estafo absoluto del cronómetro y movimiento y altura sobre el nivel del mar (para posible eliminación de esta casa de error).

"En general se procurará huir de terrenos primitivos; el error de redución a una misma época se eliminará por repetición de observaciones; el error medio de campo se determinará por cinco comprobaciones, con los aparatos magistrales en Iquitos.

"Con los datos obtenidos se trazará em mapa magnético, curvas, isógonas, isóclinas e isodinámicas, pero no se puede fijar el intervalo a que resultarán. Se tomará unidad degesimal para la intensidad horizontal. Los cálculos se harán con las hojas del Instituto Geográfico y la fórmula de Lamont para la intensidad.

"Para el trazado de las curvas se utilizará el método gráfico o el analítico, según el número de estaciones y su valor."

A geografia física seria assim cogitada:

"En la zona baja o tropical se determinarán las condiciones de navegabilidad de los rios más importantes, el caráter y localización de los caudales o rápidos y los pequeños saltos y cascadas, y los limites entre las regiones en que la red fluvial ejerce su acción erosiva y aquellos otros en los cuales predominan los fenómenos de aluvionamiento y sedimentación.

"En las altas zonas de la cordillera y sus cercanías se procurará determinar se existen los diversos niveles de terrazas que caracterizan a Europa y los Estados Unidos da América del Norte.

"También se estudiarán detenidamente los regímenes de dichos rios, es decir, los períodos de máximas crecidas, relacionados con los de lluvia y los cambios que por erosión y por la evolución natural hayan sufrido los cauces, dando lugar a meandros divagantes o abandonados y a cauces muertos, lagunas pantanosas y zonas laberínticas.

"Con respecto a la vegetación deberán estudiarse las associaciones vegetales más típicas, determinando el relativo predominio de ciertas especies y de algunos árboles y más se éstos pudieran ser objeto de exploración, bien por su madera o por los productos derivados. Se señalarán asimismo los limites entre el bosque tropical de llanura y el bosque tropical de ladera y se indicarán las diferencias fundamentales de ambas formaciones.

"En las zonas elevadas se fijarán las principales cuencas interandinas cultivadas, es decir, húmedas, y dentro ya de la cordillera se verán las acciones del glaciarismo cuaternario y los distintos efectos del clima en las laderas.

"Los fenómenos de captura de las cabeceras de los ríos en las zonas altas de los Andes indicarán la importancia que en épocas recientes hayan podido tener los fenómenos eustáticos en dicha región mantañosa, así como el estudio de los conos de los grandes valcanes andinos y las heullas que en ellos haya dejado la erosión mostrarán en ciclo destructivo por el que passan estas montañas."

No campo da geologia:

"Tanto en las zonas bajas como en las de la cordillera se recogerán muestras de rocas y de fósiles que, juntamente con los materiales eruptivos que puedan obtenerse en las ascenciones a los grandes canos valcánicos del Ecuador, formen colecciones que permitirán conocer paleontológica y tectónicamente las formaciones geológicas de estas regiones.

"De los estudios que se haban de la región andina se deducirán los rasgos más salientes y las líneas generales de la

tectónica de la cordillera, datos que completarán los que anteriormente han obtenido un grán número de geográfos y geológicos.

"Se determinarán las direcciones de los sinclinales y anticlinales principales, y se verá si en estos macizas predominan los fenómenos de plegamiento y mantos de corrimiento, sobre las de decompoención, fracturas y fallas. También se intentará determinar la serie de empujes por que ha pasado la cordillera andina en estas latitudes.

"Los datos obtenidos se completarán con la confección de um mapa esquemático, en el que se señalarán, itinerários seguidos por la Expedición y se reseñará la Geografia acompañada de los datos tectônicos obtenidos en dichos recorridos".

O problema de pesquisa mineralógica parecia aos organizadores da expedição o mais difícil ou de menor rendimento. E isso porque entendiam que "nas zonas baixas del Amazonas la potente formación de laterita y mantos diluviales rara vez encierra productos extraños. Su interés mineralógicos es, pues, escaso". Já não ocorreria o mesmo na região andina, onde haveria a possibilidade de encontros metalíferos, como sejam a prata e o cobre.

A botânica seria um dos pontos altos das possibilidades a alcançar:

"El interés botânico de la exploración que se proyeta se pone bien de manifesto con sólo citar, entre las millares de especies que allí viven, una cuantas, como el caucho, las quinas, la coca, la ipecacuana y hasta doscientas especies más de los llamados árboles de hierro, la lúcuma, el palillo, el higuerón, las palmas del marfil y de la cera, etc, etc.

"La Agricultura, sin olvidarse de la Jardinería, la Industria y la Medicina y, sobre todas éstas la Geografia y la Geobotânica, encontrarán durante la exploración maravillosos campos de estudio.

"Se intentará la resolución de un número grande de importantes problemas, sobre todo el de la determinación precisa del origen de algunas de las plantas que se supone proceden de estas zonas. "Se hará el estudio de los métodos indígenas de cultivo, se recogerán los datos referentes a nuevas plantas de posible aplicación industrial a agrícola y se atenderán otros mil problemas relacionados con la Agricultura.

"Será de gran interés durante la exploración, la labor de botánica farmacéutica. Las drogas más preciadas viven en aquellas regiones, por lo que su estudio, la recolección de semillas y órganos de multiplicación, será labor prometedora de grandes frutos".

A parte médica compreendia a terapeutica indígena, os dípteros hematófagos, o paludismo, o tripanosimiasis, o parasitismo intestinal, a dermatologia parasitológica.

No particular da etnografia e da antropologia, pretendia-se:

"El estudio comparativo de las tribus que viven en la región a explorar, se hará más completamente que en la forma ordinaria de los viajes, y, acaso, se podrá llegar a fijar bien las diferencias de los caracteres entre unas y otras, hay aún tan vagas. La detallada exposición de la enormé cantidad y variedad de las tribus de la cuenca del Alto Amazonas podría dar una idea de lo complicado del problema. Pero donde, indudablemente, han intensificarse los trabajos de la Expedición, será en las zonas habitadas por las tribus independientes, aún no clasificadas, como son las Jívaros y los Witotos.

"La expedición reunirá, desde luego, cuantos datos sea posible obtener. En primer lugar, métricos, ajustándose a una hoja de medida resultante de los Congresos de Mónaco y Ginebra, y, en segundo lugar, descriptivos, de la manera más completa que se pueda, y ateniéndose a los morfogramas de Papillault o a la hoja de Bunac.

"Aparte de la investigación referente al individuo vivo se completará el estudio recogiendo la mayor cantidad de huesos y cráneos.

"El campo etnográfico es también inmenso. Armas y utensilios, trajes, formas de las chozas, alimentos, etc, serán estudiados en perfectas condiciones, como asimismo los usos, costumbres y todos los aspectos de la vida individual, familiar y social, como los cantos, bailes, crencias, tradiciones, etc. Se

obtenderán vocabularios y datos gramaticales de los lenguas e idiomas.

No se olvidará tampoco la prehistoria, aunque en este punto no sean muy evidentes los resultados."(3).

Nenhuma expedição até então buscara a Amazônia com a ambição de tantas pesquisas e tamanha divulgação. As expedições comandadas por Hamilton Rice tinham sido ricas em ambição científica. A do comandante Iglesias, porém, era muito mais ambiciosa. Sua divulgação, realizada por meio de uma revista mensal ilustrada, intitulada Cronica de la Expedición Iglesias al Amazonas, de conferências proferidas por tôda a Espanha, noticiário abundante distribuído principalmente nos países sul-americanos, cujas áreas amazônicas iam ser percorridas e estudadas.

Os governos dêsses países, consultados, haviam recebido a iniciativa do Capitão com bastante interêsse, mostrando disposições as mais simpáticas. Nenhum dêstes dispunha de recursos para resolver, por si, uma emprêsa daquele geito. Daí, principalmente, a acolhida simpática, natural. A essa altura, no entanto, um grave incidente pusera em armas peruanos e colombianos. Intervindo para ajustar a situação, que decorria do problema da fronteira entre os dois povos, justamente na região amazônica, a Liga das Nações nomeara uma comissão de ocupação da zona litiginosa, de que faziam parte o brasileiro general Cândido Mariano da Silva Rondon e também o capitão espanhol Francisco Iglesias.

Sucede que, a instancias de Rondon, o govêrno brasileiro decidira, então, passar a interferir nas expedições estrangeiras que vinham ao Brasil. Não deviam continuar a atuar sem que o Brasil delas participasse, autorizando-as e acompanhando-as por pessoal seu, devidamente qualificado. Legislação imediata, na pasta da Agricultura, fôra baixada, regulando-se a matéria e criando uma Comissão especial, a cujo cargo correriam as autorizações e a participação brasileira. Ia findar o regime da terra de todos, das portas escancaradas a quem

⁽³⁾ Cronica cit, n.º I, págs. 42/45; n.º 2, págs. 36/39.

quisesse entrar e examinar como entendesse o que era o exótico mundo interior brasileiro. A lição de perda de contrôle da produção de borracha era lição muito severa.

Na mesma oportunidade, um grupo de italianos, que se dizia disposto à pesquisa na Amazônia brasileira, chefiado por um sr. Giovani Betroni e viajando em íate, o Sita, provocava escândalo público. Porque tendo chegado a Belém, logo ali o naturalista da pseudo-expedição, professor Fenarola, rompera com o chefe, atribuindo-lhe intenções que não estavam de acôrdo com as preocupações científicas do naturalista. Depois, no Tapajós, revelou-se a verdadeira preocupação do organizador da emprêsa — fazer um filme com índios amazônicos. Era o sensacionalismo aventureiro, tendo por fundo do cenário a Amazônia, que surgiria, na tela, nos seus aspectos de primitividade negativa.

Por fim, verificara-se, das publicações feitas na Crônica, ano I, n.º 6, referente a abril de 1933, que do equipamento da expedição constava um armamento que não poderia ser o de uma expedição científica. Não se tratava de armamento natural, defensivo ou para caça e pesca na região. Porque constava de revolveres, rifles calibre 44, marca Tigre e Winchestes, mosquetões Mauser, 4 fuzis metralhadoras, 2 metralhadoras, vasto sortimento de granadas de mão, petardos, etc, para los casos de necessidad, esclarecia-se, ingenuamente, na publicação.

Como era natural, a simpatia inicial, o interêsse mesmo de que se vira cercado o projeto, passou logo a sofrer reservas. Para que todo aquêle arsenal? A multidão indígena com que se defrontaria não se poderia permitir um tratamento a base de emprêgo de metralhadoras, granadas de mão, etc. Estava encerrado o período dos descobrimentos e conquistas em que o branco comparecia cheio de orgulho para vencer pelo terror. O tratamento que se dispensava no Brasil, nos contactos com o gentio, era um tratamento amigo que proibia o emprêgo da violência.

Abriu-se, então, uma campanha contra a expedição, que foi inquinada de servir a objetivos ocultos, que era preciso desvendar, de logo proibindo-se sua realização no Brasil. Que

haveria realmente, por detrás de tudo aquilo? A cobiça internacional sôbre a Amazônia não teria ali um grande capítulo em perspectiva? A expedição fracassou. Iglesias não viu o seu sonho realizado(4).

14 201

⁽⁴⁾ Foi realizada uma propaganda imensa em tôrno à expedição. Além da revista a que nos referimos, a *Cronica*, foi publicado um atlas histórico da região, além de monografias preliminares, inclusive estudo de alta envergadura do missionário espanhol Fray Lucas Espinosa sôbre os grupos tupí do Oriente peruano.

O Episódio da Hiléia.

Ponto pacífico que o estudo da Amazônia não pode continuar a ser feito na base do trabalho pessoal de um ou outro cientista, mesmo desta ou daquela equipe. Porque, pelos têrmos de extensão, de importância, de gravidades que oferecem os seus problemas, êsse esfôrço tem de ser realizado dentro de programas a curto e longo prazo, por pessoal caro, que disponha de equipamento, também caro, e cobrindo os seus mais variados aspectos para a compreensão do conjunto. O que se tem conseguido saber, sôbre a região, por obra e graça de naturalistas, antropólogos, geógrafos, economistas, pedólogos, geólogos que trabalharam a serviço dos interêsses de seus países ou da própria área científica que representavam, não é suficiente ou é muito pouco, impedindo aquela compreensão de conjunto. O trabalho isolado de indagações precisa, portanto, ser encerrado.

Ora, o trabalho de equipe, com programa total, passando a ser uma cogitação entre homens de ciência, exige recursos para o recrutamento do pessoal de alta qualificação. Um dos melhores espíritos do Brasil, o professor Paulo Berredo Caraciro

que, representava o Brasil na [UNESCO] compreendendo-o, sonhou, então, o disciplinamento de tôda essa atividade científica, a cargo de uma entidade que utilizasse a melhor técnica e dispusesse de recursos essenciais a uma tarefa daquele porte.

Havia antecedentes interessantes, fruto de entendimento entre os povos criando clima para o estudo de outros problemas gerais que afligiam êsses mesmos povos e só poderia ser enfrentado mediante a cooperação de muitos ou de todos. Uma série de organismos internacionais produzia resultados magníficos, servindo a tais ideais de fraternidade universal. A planificação de certos problemas e de suas soluções, criara-se a respeito essa consciência, só poderia ser alcançada por meio do sistema da cooperação intermundial. A Organização dos Estados Americanos, o Instituto Interamericano de Agricultura, a Organização de Agricultura e Alimentação [FAO], o Fundo Monetário Internacional, o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento eram algumas dessas instituições, que, projetadas e mantidas no âmbito mundial, estavam em pleno funcionamento, com o maior êxito, servindo às coletividades internacionais.

Tendo em vista, aquêles resultados favoráveis, inspirando-se nêles, o professor Berredo Carneiro, como êle próprio escreveu, imaginou a criação de um órgão, que seria o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. Não era possível que permanecêssemos fiéis à lição de Euclides da Cunha, isto é, - continuando, com relação à Amazônia, "no limiar de um mundo maravilhoso". Em seu entender, a "carência de dados coerentes e precisos provém principalmente da ausência de um plano de conjunto para os estudos empreendidos. Em sua maioria, as expedições científicas, estrangeiras e nacionais buscaram na Amazônia material de estudo para o enriquecimento de suas coleções e o esclarecimento de determinados problemas que por motivos diversos as interessaram. Não iam à Amazônia pela Amazônia, mas para servirem os seus Museus, os seus Jardins Botânicos ou os seus laboratórios. Faltaram-lhes, além disso, in loco, condições propícias para um estudo aprofundado, como eram também precários os meios de transporte, de coleta e os recursos materiais de que dispunham.

A imensa planície cortada de caudais e recoberta de matas. é um sistema vivo, em que os solos, as águas, as plantas, os animais, e o homem se integram numa vasta simbiose. não encararem o problema amazônico com essa plenitude, reduziram-se muitos dos seus mais ilustres estudiosos" "a geniais escrevedores de monografias", nos têrmos precisos do comentário de Euclides. Para iniciar uma era nova no conhecimento da região e empreender os seus estudos nos moldes exigidos pelas suas características próprias, uma única solução se apresenta: a criação de um grande Instituto capaz de planificar e coordenar as pesquisas, dos Andes ao Atlântico, em tôdas as bacias drenadas para o grande Vale, com a colaboração dos diversos Estados que nêle possuem territórios e a cooperação científica dos especialistas altamente qualificados indispensáveis à profusão e à complexidade dos problemas a considerar. Fora daí será prosseguir na trilha rotineira e empírica, acumular textos sem nexo, retardando de alguns séculos mais o verdadeiro estudo que se impõe, num pueril ilusionismo e num flagrante desaprêco pelas agruras em que se consome a míngua de assistência e de recursos o homem amazônico."(1).

Em 1945, o professor Berredo Carneiro apresentou um plano preliminar ao Govêrno Brasileiro. E em Londres, no ano seguinte, por ocasião de reunir-se o seminário de cientistas formado pela Comissão Preparatória da UNESCO, logrou conquistar o interêsse imediato dos naturalistas que o examinaram. O govêrno brasileiro, em face dessa primeira reação simpática recomenda-o, então, oficialmente, como sugestão de estudo, à 1.º Conferência Geral da UNESCO, reunida em Paris em novembro do mesmo ano. "Amplamente discutido nessa ocasião, foi o seu esquema unânimemente aprovado, muito havendo contribuído para isso o empenho com que o patrocinaram, com o prestígio do seu saber e da sua autoridade, os Professôres Miguel Osório de Almeida, Olímpio da Fonseca e Carlos Chagas Filho, delegados do Brasil naquela reunião.

Foi então decidida a convocação de uma comissão de peritos, a reunir-se em Belém, no mês de agôsto de 1947, para

⁽¹⁾ Cf. Paulo E. Berredo Carneiro, O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. Rio, 1951, págs. 19/20.

delinear os objetivos e os planos de trabalho do futuro Instituto, a luz dos problemas e das necessidades da Amazônia.

Preliminarmente examinou o projeto em questão o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, presidido pelo eminente jurista Doutor Levi Carneiro. O Presidente do IBECC convocou para êsse fim uma Mesa Redonda em que figuraram cêrca de trinta cientistas brasileiros, representando os nossos principais institutos de pesquisas e centros de ensino. O apoio sem reservas que recebeu então o projeto da criação do Instituto da Hiléia não se limitou aos meios científicos: o ilustre Presidente da Comissão Parlamentar da Valorização do Amazonas, Deputado Leopoldo Peres, sancionou com a autorização do seu nome e do seu cargo o plano aprovado pelo IBECC."(2).

A conferência preliminar foi instalada em Belém, presente uma grande delegação brasileira, que elaborou "um plano minucioso dos estudos a serem confiados ao Instituto Internacional da Hiléia no domínio das ciências naturais, das ciências sociais, da nutrição e da medicina. Sem pretender enumerá-los todos, cumpre-me citar alguns dêsses projetos: 1) estabelecer centros de pesquisas de pedologia e geografia física em Belém, Manaus, Iquitos e Caiena; 2) instalar um herbário de referência com uma biblioteca especializada em Manaus; 3) Organizar explorações botânicas que cubram de maneira progressiva e sistemática a totalidade da Hiléia Amazônica, com o fim de coligir plantas de interêsse econômico, reunir documentos e informações sôbre as práticas etnobotânicas dos povos aborígenes e coletar amostras vegetais e dados científicos capazes de orientar os estudos florísticos, fitogeográficos e taxinômicos; 4) criar um jardim botânico para experimentação e trabalhos práticos em Manaus; 5) completar o inventário faunístico da região e estabelecer uma coleção de referência em Manaus: 6) estudar pormenorizadamente as relações entre a fauna do altiplano arenítico do Norte e da planicie Amazônica; 7) estudar a ecologia dos peixes de água doce; 8) investigar os meios de contrôle e destruição das térmitas e saúvas; 9) estudar as melhores condições de utilização racional das imensas reservas florestais; 10) examinar a possibilidade de introdução de

⁽²⁾ PAULO CARNEIRO, ob. cit. págs. 21/2.

animais de raças apropriadas para a região equatorial úmida, com particular interêsse pela criação de búfalos aquáticos e de raças bovinas de sangue indiano que mais se adaptem às condições mesológicas da Hiléia; 11) orientar, em colaboração com os países e órgãos técnicos associados, a seleção ou hibridação das raças de animais, criando novas raças apropriadas à região; 12) promover a instalação de laboratórios destinados à produção de vacinas, soros e medicamentos para fins veterinários, a fim de atender às necessidades específicas e imediatas da Amazônia; 13) iniciar, em algumas cidades típicas da Hiléia Amazônica, inquéritos sociais, tão completos quanto possível, a fim de fixar as suas características antropológicas, a sua feição cultural e econômica, o seu gênero de atividades, o seu regime alimentar e estado sanitário; 14) promover os inquéritos e estudos necessários a criação de tipos de habitação e planos urbanísticos adaptados às condições climáticas e aos recursos naturais da região amazônica; 15) estudar a possibilidade de utilizar, para a educação fundamental das populações amazônicas, caravanas, compostas de sanitaristas, etnólogos, agrônomos e professôres, aparelhados com os recursos modernos de projeções fixas e móveis, discos, rádios etc.; 16) incentivar em todos os países amazônicos, um movimento de cultura popular, mediante a criação progressiva e ampla de bibliotecas e de museus educativos, formados com os elementos naturais locais e cercados de hortos e aquários, ligando-se êsses diversos centros uns aos outros pela correspondência e permuta de documentos e coleções; 17) sugerir planos tendentes à criação de escolas técnicas especializadas em química industrial, agricultura e higiene, indispensáveis ao desenvolvimento econômico e social da Hiléia amazônica; 18) analisar as causas de população dos centros indígenas amazônicos e os recursos aplicáveis para sustar o seu prosseguimento; 19) estudar os elementos folclóricos e linguísticos dos diversos grupos indígenas; 20) investigar os meios de preservar as populações indígenas das contaminações infecciosas resultantes de contactos com civilizados portadores de germe em relação aos quais se encontram em estado de menor resistência; 21) empreender pesquisas bioquímicas sôbre as plantas comestíveis, medicinais e tóxicas da Hiléia; 22) colaborar no estudo comparativo da fisiologia humana e animal em diferentes latitudes e altitudes."(*).

Era preciso, agora, levar o programa inicial ao debate de assembléia de ambito mais largo, isto é, a própria UNESCO. E isso foi feito, sempre com aprovação do govêrno brasileiro, que, de seu lado, refletia o pensamento de seus grandes homens de ciência, a sentirem a conveniência de uma ação ampla como a que se estava planejando através do Instituto.

"Por ocasião da Segunda Conferência Geral da UNESCO reunida no México, em novembro de 1947, foi discutido, na Comissão de Ciências Naturais e em plenário êsse programa elaborado pela Comissão Científica de Belém. Tôdas as delegações sul-americanas congregaram-se para sustentar o projeto apresentado e obter da assembléia o crédito necessário para o custeio dos trabalhos preparatórios indispensáveis à criação do Instituto da Hiléia Amazônica."

Aprovado o projeto, marcou-se para Iquitos, no Peru, zona do Marañón, em abril de 1948, a reunião que deveria ultimar a elaboração do convênio internacional que criaria o Instituto. Ali estavam presentes naturalmente, os países sul-americanos possuidores de espaços do mundo amazônico. E êsses países eram o Brasil, o Peru, o Equador, a Colômbia, a Bolívia e a Venezuela. Acrescentar-se-iam mais a Franca, a Holanda e a Inglaterra, cujos territórios guianos eram partes integrantes de uma natureza tropical que podia e devia ser compreendida, sem falso liberalismo de concepção, como as do mundo amazônico e a êle vinculado històricamente. A Grã-Bretanha não compa-Os Estados Unidos, convidados pelo Brasil e pelo Peru, recusaram comparecer. A Itália, porém, fêz-se representar. Por quê? Que interêsse teria no estudo da Amazônia? Tendo aprovado no México o projeto inicial, membro que era da Unesco, desejava ter uma participação mais ativa. E ali se encontrava para discutir, votar e integrar-se no Instituto.

A reunião de Iquitos resultou numa convenção que foi assinada pelos representantes das nações presentes, ad-referendum dos respectivos governos. Representavam o Brasil o dr. Lineu

⁽³⁾ Paulo Carneiro, ob. cit. págs. 26/9.

de Albuquerque Melo, professor de direito internacional público da Universidade do Brasil, e a senhora Heloísa de Alberto Tôrres, diretora do Museu Nacional.

Transportando-se, a essa altura, para Manaus, a conferência decidiu ali as normas que deveria adotar na execução do que fôra assentado na *Convenção de Iquitos*. E por proposta do delegado colombiano, assentou que a sede do Instituto seria a cidade de Manaus.

Enviado, com mensagem presidencial, ao Congresso Nacional, a comissão de relações exteriores da Câmara deu parecer favorável à Convenção. Principiaram, porém, as primeiras recusas, em artigos de imprensa e em pronunciamentos partidários, inclusive no Parlamento. O Instituto parecia a alguns um instituto a serviço de propósitos de dominação imperialista dos Estados Unidos, enquanto outros preferiam ver êsse Instituto a serviço da Rússia comunista. Falava-se já numa internacionalização da Amazônia ou na sua partilha por várias nações fortes. Altos interêsses da humanidade, que sofria fome e precisava de espaço para ocupar, ditariam essa política, que consideraria as fronteiras sem mais razão de ser, pois eram utopias do passado. A realidade presente impunha uma inteligência mais liberal ou mais de acôrdo com os tempos novos que viviam. Ora, a Amazônia poderia ser o grande campo a ser ocupado para solução daqueles problemas realmente angustiantes. Retalhada, ocupada por todos como terra de ninguém ou então dirigida pelo órgão, a título de estudá-la para os interêsses da ciência, seria utilizada nessa nova orientação. Tudo isso era real? Haveria tais projetos? O Convênio como foi elaborado e aprovado, permitiria êsse desvio ou já em si autorizava essa orientação?

Vejamos, porém, o Convênio nas suas linhas mais importantes, de modo a podermos, com a necessária isenção, examina-lo, e concluir a respeito.

"Os Estados signatários da Presente Comissão, em nome de seus povos,

"Convencidos de que a zona geográfica chamada Hiléia Amazônica apresenta grandes oportunidades para a pesquisa quer nas ciências naturais, quer nas sociais, e particularmente nas relações do homem com o meio tropical;

"Que o estudo da Hiléia Amazônica requer, por sua extensão e importância, a cooperação de numerosos cientistas, instituições e governos;

"Que as ditas pesquisas e a referida cooperação servirão para o desenvolvimento da educação, da ciência e da cultura;

"Que é necessário preparar e acelerar, por meio do estudo, o ulterior progresso dessa região e dos povos a ela vinculados, para o bem estar da humanidade;

"Desejosos de manifestar o seu propósito de colaboração, de compreenção e de solidariedade; convencionaram o seguinte:

ARTIGO I

Das finalidades e funções

- "a) Os Estados Contratados, por meio da presente Convenção, criam o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, com o objeto de promover, conduzir, coordenar e divulgar os estudos sôbre a mencionada zona geográfica, em que possuem território a Bolívia, o Brasil, a Colômbia, o Equador, a França, a Grã-Bretanha, os Países Baixos, o Peru e a Venezuela.
- "1 Fica expressamente excluída das atividades do Instituto qualquer forma de exploração econômica da região.
- "2 As descobertas de valor econômico realizadas por pessoas a serviço do Instituto serão imediatamente comunicadas ao Govêrno do País em que tenham sido efetuadas.

- "3 Nem o Instituto, nem as pessoas a seu serviço poderão utilizar as suas investigações e descobertas em proveito econômico próprio ou de terceiros. Tal utilização em país compreendido na área geográfica da Hiléia Amazônica só poderá ser feita em têrmos prescritos pelo respectivo direito interno.
- "b) Para realizar seu propósito, o Instituto terá as seguintes funções:
- "1 estabelecer, fomentar e manter colaboração efetiva entre governos, organizações, grupos de pessoas iteressadas em estudos científicos, pesquisas e levantamento de dados de caráter científico, relativos a Hiléia Amazônica;
- "2 dirigir e organizar estudos, levantamentos e pesquisas científicas na região e preparar relatórios sôbre a mesma;
- "3 publicar e difundir informações relativas aos estudos, levantamentos e pesquisas de ordem científica realizados na região e estabelecer e manter coleções para estudo;
- "4 dar assistência técnica aos Estados Membros e às organizações científicas que a solicitam;
- "5 formular recomendações aos Estados Membros e às organizações científicas, visando uma ação individual ou conjunta, de conformidade com o propósito exposto no inciso "a".

Na Comissão de Segurança Nacional da Câmara, em face das reservas que se faziam com certa violência e o pronunciamento do deputado Artur Bernardes, antigo presidente da República e nacionalista exaltado, foi então aprovado um parecer que consubstanciava tôdas aquelas dúvidas, sendo deliberado pedir-se a palavra do Estado Maior das Fôrças Armadas. Este examinou imediatamente, sob os mais variados aspectos, o Convênio. E emitiu parecer:

"A idéia da criação de um organismo internacional destinado a, de um lado, para orientar e apoiar a execução de pesquisas científicas na região amazônica e a, de outro lado, centralizar e difundir os resultados daquelas pesquisas, não pode sofrer oposição de quem quer que tenha um conhecimento mesmo ligeiro da vastidão daquela região e da complexidade de seus problemas. O conhecimento dessa imensa área que abrange quase 50% da superfície da América do Sul, em cujo coração se situa, é trabalho que está a desafiar a ação de gerações e que foge indubitàvelmente às possibilidades de nações isoladas tanto mais quanto é ela constituída de porções substanciais do território da maioria das nações do Continente Americano.

"Em virtude da orientação geral da calha do Amazonas sensívelmente paralela — aquelas porções dos diferentes países apresentam, grosso modo, características semelhantes que as identificam e as integram em um mesmo todo. Essa identidade geográfica sugere a idéia de se procurar uma fórmula que possibilite o estudo de todo com um conjunto, congregado, para obter uma resultante eficiente, os esforços que, dispersos, seriam anulados pela pujança agressiva da selva.

"Equacionado o problema nesses têrmos, a fórmula óbvia que se impunha, como muito bem compreendeu o Itamarati, era a criação de um organismo internacional que se incumbisse de efetivar aquela desejada conjugação de esforços." (4).

A aprovação à idéia de um órgão como o Instituto, era clara. O Estado Maior, no entanto, entendia que se impunham certas limitações ao texto, para evitar que as reservas, as suspeitas de agora tivessem qualquer fundamento futuro. E afirmava:

"Os objetivos científicos visados pelo Brasil, ao aventar a idéia feliz da criação de um organismo internacional de estudos da Amazônia, poderiam ser alcançados plenamente, sem riscos para nossa segurança, se se houvesse tido o cuidado de deixar as funções executivas, dentro de cada país, a cargo de um órgão nacional, reservando-se ao organismo internacional inicamente a incumbência de orientar as pesquisas, mobilizar

⁽⁴⁾ Parecer constante da referida publicação de Paulo Carneiro, pág. 92. O parecer foi imitado a 31/3/49.

os recursos necessários, centralizar informações científicas e difundí-las.

O Instituto, pelo Convênio, assinalava o Estado Maior, teria "a faculdade de "dirigir e organizar os estudos sôbre a região" dando-lhe assim o direito de executar certa autoridade naquela região, direito reforçado por amplos poderes para realizar transações comerciais e financeiras, "no interêsse de suas finalidades", e pelos "privilégios e imunidades" a serem conferidos a "seus bens e às pessoas vinculadas às suas atividades e serviços". Parecia, em conseqüência, ao Estado Maior, que o Instituto assumia o aspecto de "uma autarquia internacional, com jurisdição sôbre território que inclui cêrca de metade do Brasil", o que tornava portanto, "de máximo interêsse para nós a questão de sua estruturação orgânica".

Mais adiante, o Estado Maior chamava a atenção para o fato de que dessa estruturação constava um diretor, com "autoridade plena para dirigir o Instituto". Tal diretor, escolhido pelo Conselho, que era integrado não apenas pelos países membros da Comissão, mas por todos os países membros da UNESCO. Quanto à Comissão Executiva, seria formada, entre outros, por representantes de apenas 5 Estados Amazônicos. O Brasil, está visto, tendo apenas um voto, no Conselho, poderia ser excluído da direção e da Comissão Executiva. Esta, por sua vez, poderia ser composta não apenas de cientistas, mas de pessoas extranhas, isto é, "dotadas de outras habilitações"

Afirmava o Estado Maior: "As demais nações participantes, particularmente as não amazônicas, recebem tratamento igual ao Brasil, gozam de todos os direitos e privilégios, mas são isentos de qualquer ônus ou risco, tudo isso numa época em que vemos essas nações, temerosas de uma possível restrição de sua soberania, cercarem de uma série de garantias sua anuência ao Pacto do Atlântico, em conseqüência do qual irão receber substancial ajuda, elemento êste ausente da Convençao de Iquitos".

Era preciso, pois, tomar a iniciativa de uma reserva positiva, corrigindo-se o Convênio para que o Instituto pudesse ser considerado um Instituto de pesquisas científicas, arredado dêle qualquer caráter de organismo a serviço de interêsses menos apreciáveis. Para tal, ao artigo II, letra C, devia ser dado uma redação mais precisa, menos ambígua "porquanto dizendo êle de maneira geral que as atividades do Instituto dentro do território de um Estado Membro serão determinados após prévia consulta a êsse Estado e mediante seu consentimento", não especifica se tal consulta será feita uma vez por tôdas ou se deverá ser realizada em relação a cada empreendimento do Instituto.

"Na forma pela qual se acha o artigo redigido, poderá permitir que se pretenda dar-lhe a primeira interpretação citada acima e, neste caso, sua presença na Convenção unicamente serviria para dar uma ilusória impressão de acatamento da soberania e para adormecer a consciência nacional, confiante na eficiência de uma restrição que, afinal de contas, seria fàcilmente contornada e esquecida." (5).

Em face de tais observações, o Itamarati movimentou-se e obteve das nações subscritoras do Convênio a aprovação de um Protocolo Adicional, que foi firmado no Rio de Janeiro a 12 de maio de 1950. Por êsse Protocolo, tôdas as restrições apontadas pelo Estado Maior das Fôrças Armadas eram devidamente atendidas, bem como outros dispositivos da Convenção recebiam redação mais explícita.

Pelo resumo feito pelo professor Berredo Carneiro, a Convenção, no texto novo, isto é, o Protocolo Complementar, estabelecia: "os objetivos de pesquisa pura e desinteressada que tem o Instituto, dentro do mais escrupuloso respeito à soberania de cada um dos países em cujo território fôr autorizado a desempenhar as suas atividades, de acôrdo com as leis e regulamentos dos mesmos. Exclui expressamente das suas finalidades qualquer forma de exploração econômica da região. Consigna que para cada empreendimento, dentro de território de um Estado Membro, uma autorização expressa do mesmo será necessária, importando a sua recusa em impedimento à atividade considerada. Acrescenta a êsse preceito formulado pelo Estado Maior das Fôrças Armadas que, em todo tempo, qualquer Estado Membro poderá suspender, modificar, limitar ou revo-

⁽⁵⁾ Parecer referido, in Paulo Carneiro, ob. cit., pág. 92.

gar a autorização concedida para a efetuação de qualquer empreendimento em seu território. Estipula que são nove os membros fundadores do Instituto da Hiléia: o Brasil, a Bolívia, o Peru, o Equador, a Colômbia, a Venezuela, a França, os Países Baixos e a Itália, e que nenhum outro país poderá ser admitido no quadro do Instituto, sem a unanimidade de votos dos Estados Amazônicos, munindo, assim, cada um dêles, do direito de veto. Deixa para ulterior decisão dos Estados representados no Conselho do Instituto a fixação da sua sede. dependendo a escolha de um país para isso, de sua prévia aceitação. Só será ela, pois, instalada no Brasil, se o nosso Govêrno o desejar, e no lugar por êle escolhido. Estabelece que a Comissão Executiva do Instituto será composta de um representante de cada um dos Estados que possuem território na Hiléia amazônica, figurando, portanto, nela obrigatòriamente, o Brasil. Exige que o futuro diretor do Instituto, além de todos os títulos morais e intelectuais requeridos, seja natural de um dos Estados Membros que possuem território na Hiléia. Prescreve que as contribuições dos Estados Membros serão fixadas anualmente de acôrdo com uma tabela proporcional a ser estabelecida pelos delegados governamentais que integram o Conselho. A participação financeira do Brasil só será portanto ulteriormente fixada, em moldes a serem ainda minuciosamente estudados e estabelecidos. Estatui que os privilégios e imunidades do Instituto, de seus bens e das pessoas vinculadas às suas atividades e servicos serão delimitados e definidos por uma Convenção especial. O texto agora acordado nenhuma disposição estipula nesse sentido, mas, desde já, firma a ressalva de que tal Convenção só vigorará no território dos Estados Membros que a houverem ratificado. Nenhuma imunidade ou privilégio tera portanto o Brasil que conceder ao Instituto ou aos seus Membros, em consequência da Convenção agora submetida à aprovação do Congresso Nacional."(6).

Ademais, por proposta ao Itamarati, criava-se a Comissão Brasileira da Hiléia Amazônica, integrada pelos representantes de Ministérios do Estado, de órgãos ligados ao trabalho científico e dos governos dos Estados e Territórios da região amazô-

⁽⁶⁾ Paulo Carnetro, ob. cit. págs. 42/4.

nica brasileira, e composta de um Comité diretor, um Comité Científico e um secretariado. O Comité Científico teria cinco membros, escolhidos entre cientistas brasileiros especializados em antropologia, zoologia, botânica, geografia e geologia.

As finalidades da Comissão Brasileira eram:

- "a) servir de órgão coordenador entre o Govêrno Brasileiro e o Instituto Internacional da Hiléia;
- "b) opinar a respeito das pesquisas a serem realizadas em território nacional pelo Instituto da Hiléia e orientar aquelas a serem feitas pelas instituições científicas brasileiras em cooperação com o referido Instituto Internacional.
- "c) administrar as verbas a ela atribuída e destinada a pesquisas científicas na Hiléia Amazônica".

Remetido ao Congresso Nacional o texto do Protocolo Complementar, foi examinado exaustivamente na Comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara.

Não teve, porém, andamento, naquela Casa do Congresso, o projeto do Instituto mesmo com as alterações feitas. A campanha de descrédito levantada contra o órgão internacional levara àquela atitude.

Pelo decreto 31.672, de 29 de outubro de 1952, o govêrno brasileiro criou, com sede em Manaus, como órgão do Conselho Nacional de Pesquisas, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Já a Colômbia e o Peru haviam dado passos semelhantes, organizando grupos de estudos de suas áreas amazônicas.

Até que ponto eram fundados os receios dos nacionalistas. E que eram realmente êstes receios?

Lembramos que foi o deputado Artur Bernardes quem os comandou na campanha contra o Instituto da Hiléia. Alegava o ex-presidente que o Instituto escondia o propósito de realizar a internacionalização da Amazônia. E no texto do Convênio de Iquitos é que ia buscar o seu raciocínio. E esclarecia — o propósito estava claro — o próprio nome do Instituto — Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, e na parte em que se dizia que o Instituto poderia "adquirir, possuir e elevar bens, contratar e assumir obrigações, receber contribuições e donativos movimentar fundos, criar e gerir centros cientáficos e

outros serviços e em geral executar atos legais necessários as duas finalidades e funções".

A expressão internacional feria-lhe a sensibilidade patriótica. O Instituto, a seu vêr, sob êsse título, estava a serviço não das nações amazônicas, mas de um mundo mais amplo, mundo marcado por cobiça e insatisfações visíveis, perigosas e que, na devida oportunidade, estaria presente ao botim que seria a Amazônia.

Quanto àqueles poderes que se outorgavam ao Instituto, eram ainda mais sérios. Porque implicavam numa capacidade legal tão ampla que importava no uso da terra amazônica para empreendimentos coloniais. O Instituto venderia o que desejasse. E entre essas partes da operação de venda poderia estar a base física da região. A entrega da Amazônia às nacões fortes, que dispunham de populações para ocupá-la sob o patrocínio do Instituto, era passo fácil. Dizia, textualmente, o representante mineiro: "Eis que se lhe abrem as mais amplas perspectivas para a colonização estrangeira, nessé adquirir e alienar glebas amazônicas (bens imóveis), criar serviços, contratar, etc., nesse afa tantas vêzes manifesto por seus dirigentes em reverter a Amazônia ao bem e à utilidade universais, a explorar ao máximo as "possibilidades demográficas" da Grande Região do Norte, sem se ater, como é óbvio, aos legítimos interêsses dos povos amazônicos".

Paulo Carneiro, dirigindo-se ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, embaixador Raul Fernandes, contestou, veemente, as reflexões da Comissão de Segurança Nacional da Camara dos Deputados(7). Também a Dra. Heloísa de Alberto Tôrres, que exercia a presidência interina do Instituto(8). O dr. Lineu de Albuquerque Melo, em longo pronunciamento, analisou com energia mas com absoluta segurança, do ponto de vista do direito internacional vigente, o parecer.

⁽⁷⁾ O ofício de Paulo Carneiro ao ministro Raul Fernandes foi publicado pelo Jornal do Comércio; do Rio de Janeiro, edição de 9 de abril de 1949.

⁽⁸⁾ O ofício da dra. Heloísa está publicado no Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro e foi dirigido ao Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados.

Sôbre a questão do nome explicou: "E internacional, lògicamente, o que não é nacional. Internacional será sempre o ato que entre si ajustam dois ou três ou mais Estados no gôzo de sua independência, ou por êles organizado. Onde concertam, tratam, convencionam duas coletividades que têm personalidades perante o Direito das Gentes é claro e elementar que encontraremos um diploma internacional. Que outro título, que outro nome se pretenderia para o Instituto, se a sua criação foi convencionada entre vários Estados? Internacional seria êle se pactuado apenas entre o Brasil e o Peru.

"Declarar que a simples denominação de Internacional dada ao Instituto "não deixa margem a dúvidas" quanto à "internacionalização", e à próxima perda da Amazônia, é fazer uma afirmação que se despe da seriedade do documento em que foi lançada".

No tocante aos poderes do Instituto, escrevia: "Já vimos que a capacidade legal reconhecida no Instituto pelos Estados Membros, nos respectivos territórios, é apenas a "necessária para o exercício de suas funções, determinadas na Convenção". Nelas, nada consta que se relacione, ainda que remotamente, com "colonização estrangeira". O assunto foi trazido, assim, ao parecer sem que apresentasse o mais tênue nexo com o ato assinado em Iquitos.

"Quanto à "aquisição e alienação de glebas amazônicas", pelo Instituto, é evidente, também, a sua impossibilidade, uma vez que seria atividade extranha às funções do mesmo Instituto. Faltar-lhe-ia capacidade juridica para exercitá-la, nos têrmos claros da Convenção.

"Não é apenas o artigo II, letra a, já referido, que veda a prática de tais atos. O dispositivo seguinte, letra b, repete a restrição contida na alínea anterior:

"O Instituto poderá adquirir, possuir e alinear bens... e, em geral, executar qualquer ato legal necessário às suas finalidades e funções".

"Nas últimas palavras estão repetidas as condições limitativas da prática, pelo Instituto, de qualquer ato dessa natureza, dentro do território de um Estado Membro:

[&]quot;a) que o ato seja legal;

"b) que o ato seja necessário às finalidades e funções do Instituto.

"E quando não se queira ler a Convenção com olhos de vêr e se julgue insuficiente a garantia que oferece nesse particular, nada impedirá o Estado Membro arme sua legislação com as medidas e restrições que entender necessárias, pois só dentro dos limites da sua legislação" (artigo II, letra b), e para a prática de "ato legal" (artigo II, letra b), está êle obrigado a reconhecer a capacidade legal do Instituto e a permitir, aí, a sua atividade.

"É claro e intuitivo que o "adquirir e alienar bens" se refere aos instrumentos de trabalho científico, aos laboratórios de pesquisas, à biblioteca, ao mobiliário e, possívelmente, à sede, sem o que a organização não poderia preencher suas finalidades.

"O que dissemos em resposta a êsse tópico do parecer servirá também para destruir outras asserções do Sr. Artur Bernardes, como a de que o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, dentro de seus propósitos e armado das prerrogativas e imunidades que alcançaria pela ratificação da Convenção de sua criação..., abriria oportunidade, talvez ainda não imaginada, não sòmente a outros Governos interessados no povoamento e na exploração da Amazônia, ...mas também às organizações, aos consórcios e até as pessoas físicas dedicadas às atividades mais prosaicas do campo econômico..." (9)

Com quem a razão, assim exposta a questão e proposto, nas suas linhas gerais, o debate? Os receios da opinião nacional, mobilizada contra a Convenção, tinham, realmente, algum fundamento? Depois das explicações apresentadas por Paulo Carneiro, Heloísa de Alberto Tôrres e Lineu de Albuquerque Melo, incontestàvelmente três grandes brasileiros em tôrno de cujos nomes ninguém punha a menor dúvida, que atitude assumir? A Câmara, onde o assunto continuava em pauta, recebendo a resposta do Estado Maior do Exército, e o Adicional elaborado

⁽⁹⁾ A exposição do Dr. Lineu de Albuquerque Melo tem o título — "Em defesa de uma convenção. O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica", e foi divulgado no Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro, edição de 8 de abril de 1949.

pelo Itamarati, com o pronunciamento favorável da Comissão de Relações Exteriores, decidiu suspender qualquer decisão. Ora, se decidiu sustar qualquer decisão é que ela considerava o assunto na gravidade por que êle era proposto, certamente sabendo de alguma coisa que não circulou mas que devia ter parecido ponderável. Realmente parece que assim foi. Europa, o Convênio fôra recebido como uma oportunidade para expansão de capitais e de populações. É essa a informação que temos. Não se leu lá o diploma nos têrmos simples, nas objetivas científicas por que fôra elaborado, mas nas entrelinhas, no que pudesse permitir a interpretação liberal e, na base dela, operar aquela inversão capitalista. Autoridades brasileiras, em certos países da Europa, foram procuradas para que fornecessem informações acêrca das áreas de que poderiam dispor para as explorações comerciais em vista e para a localização de emigrantes. Há, porém, um texto recente, de 1957, o livro A luta contra a tome, de Robert Britain, lancada na edição original na Inglaterra e em tradução espanhola em Barcelona. Pois nesse livro, no capítulo — "Os trópicos habitáveis", analisa o seu autor a importância dos trópicos à luz do projeto do Instituto da Hiléia, concluindo o assunto por salientar a viabilidade de sua execução por que obra coletiva, sob a responsabilidade de um órgão da estrutura da [UNESCO]. A Amazônia, operada pelas equipes do Instituto, seria assim transformada de area em estado de ser, de natureza virgem, em mundo da bundância, útil à humanidade. Até aí, tudo muito inocente. Ao findar o capítulo, porém, escreveu Robert Britain:

> "Por otra parte, la cuestión de los diversos intereses nacionales no es privativa de Amazonia. Tal como hemos visto, y veremos de nuevo en capítulos posteriores, existen otras regiones potencialmente productivas cuyo desarrollo está actualmente obstaculizado porque los hombres han impuesto allí fronteras nacionales, a pesar de no haber realmente fronteras naturales. Es necessario hallar un sistema de planificación internacional y cooperativa que no imponga limites caprichosos en lugares que constituyen una unidad geográfica, con lo que se logrará explotar los recursos regionales en beneficio de todos, sin que ninguna nación sufra la opresión de su vecina.

"Para resolver estos intrincados problemas, disponemos ahora del Hylean Amazon Project, que es un eficaz instrumento, o al menos un modelo ejemplar, que puede ser modificado, aumentado y mejorado a la luz de las condiciones locales. Como la mayoría de las grandes ideas, se trata de un proyecto claro, práctico y tan sencillo que uno se assombra de que no se hubiera formulado antes. Pelo si los hombres quieren realmente hacer un uso exhaustivo de esas regiones, deben pensarlo bien antes de emprender la labor colectiva. Trabajando conjuntamente en proyectos de esta índole, podemos producir alimentos útiles para nuestra supervivencia. Y lo que es más importante, habremos avanzado um paso más en la evolución de la comunidad humana." (10)

⁽¹⁰⁾ Cf. Robert Britain, obr. cit. Barcelona, s/d. págs. 87/8. Na edição original em inglês, a obra leva o título — Let There be B43 read.

A Pressão
dos Interêsses Universais.

Amazônia? Depois do que aqui já foi registrado, poderá alguém duvidar do que pretendemos ter provado? No tocante ao passado, essas dúvidas não devem existir. No que diz respeito à atualidade, os perigos antevistos, propostos, terão algum fundamento?

A industrialização do mundo, marcando, evidentemente, a etapa econômica de nossos dias, está ligada, como é óbvio, ao da produção de matérias-primas. No passado foi fácil às nações que dispunham do primado industrial obter essa matéria-prima, através da política colonialista que executaram na África e na Ásia, através de acordos de comércio ou ainda por meio da aplicação de seus capitais na própria América tropical. A história do século XIX e das primeiras décadas do século XX é, realmente, uma história que se distingue justamente pela ação daquelas potências na divisão dos espaços onde colheram ou onde compraram aquêles recursos, essenciais à movimentação de seus parques fabris.

Essas matérias-primas vegetais, todavia, estão sendo substituídas pelo que a técnica, em seu desenvolvimento vertiginoso, vai alcançando. Os sintéticos, obtidos nos grandes laboratórios de pesquisa e de produção intensiva, se ainda não são suficientes para satisfazer o apetite da indústria, já vão alimentando em muito as necessidades dos grandes centros manufatureiros, permitindo a impressão de que está encerrado o ciclo dos mercados produtores de matéria-prima vegetal ou animal — extraídas ou colhidas em estado de natureza. E com êles, assegurando-se maiores venturas aos povos que até então viviam subordinados à extração de recursos da terra, seja os recursos minerais, seja os recursos florestais e, nessa condição de inferioridade, sujeitos a soberanias que não eram legitimamente aquelas que melhor lhes falavam ao coração porque extranhas às respectivas etnias, extranhas às suas tradições nacionais, extranhas ao seu passado religioso, político e cultural. As técnicas, com os sucedâneos, consequentemente, poder-se-ia atribuir, de certo modo, o êxito que os programas nacionalistas dos povos colonizados estão alcancando.

As teses, pergunta-se, estão certas? Os sintéticos estarão realmente pondo fim ao ciclo das matérias-primas naturais? Os impérios coloniais terão atingido o seu encerramento como realidade política e econômica como decorrência natural dêsse novo estado de coisas no campo da produção?

O problema da produção de matérias-primas ainda não atingiu a fase final. Sua solução ainda não foi coberta pela produção dos sintéticos. Quando certos cientistas ou amadores de cientistas pretendem que os sintéticos levaram à sepultura a matéria-prima natural, evidentemente estão afirmando uma inverdade ou se colocaram ao serviço de iniciativas suspeitas.

Se quiserem a palavra final, de contestação, é só consultar as estatísticas que se publicam anualmente, pelos órgãos internacionais. Nesses dados temos o esclarecimento definitivo — a produção de matérias-primas, como resultante do saque à natureza ou efeito do investimento de capitais e de técnicas mais amadurecidas, mais adiantadas, mais eficientes, nas regiões tropicais, continua a processar-se em ritmo que não diminui, antes se avoluma, cresce, aumenta sensivelmente. Vamos a um exemplo — afirmou-se que a borracha natural estava condenada

ao desaparecimento como atividade econômica, uma vez que nos Estados Unidos, na Europa, o sintético, já previsto em 1865 por um cientista alemão que visitara a Amazônia e se alarmara com o sistema rotineiro, agressivo, destrutivo por que a extração de latex era realizada pelos seringueiros, estava superando quantitativa e qualitativamente aquela, de sorte que, num futuro muito próximo, as gomas naturais, fôssem as da floresta amazônica, fôssem as das plantações orientais, não teriam mais existência no particular da atividade lucrativa ou mesmo da simples atividade que mobilizasse energias humanas. Ora, o que estamos verificando é que, no Oriente, as plantações continuam a fazer-se, restaurando-se velhas culturas decadentes, reanimando-se vastas áreas tradicionalmente ligadas àquela economia, o que importa em concluir, imediatisticamente, que ninguém acredita em que o sintético superará aquêle gênero comerciável. Os investimentos de capitais continuando a operar-se regularmente, significam que êsse capital não se arreceia da competição dos sintéticos. As necessidades dos mercados de consumo não acompanham o ritmo da produção industrial. A vingança dos povos que perderam o Oriente e começaram a perder a África, não poderá ser um sucesso na base do sintético.

É certo que estamos chegando a um momento em que teremos todos de, numa tomada de consciência universal muito séria, medir as nossas responsabilidades e os perigos a que nos estamos expondo pelo tratamento bárbaro da natureza, pelo nosso comportamento agressivo em face dela, que saqueamos numa desenvoltura desumana e profundamente criminosa. assalto a que temos dado a nossa contribuição para usufruir bem-estar material imediatista, com ignorância ou desprêzo pelo desacerto dessa política tão danosa ao nosso futuro, precisa parar. Deve cessar. Nem por isso, isto é, por que temos vandalisado o patrimônio imenso e admirável da natureza em qualquer latitude em que vivamos, mas preferentemente nos mundos tropicais, chegaremos à conclusão perigosa de que a primeira consequência seria a de que as matérias-primas, extraídas da natureza, em seu estado de primitividade ou através da ação do homem nas culturas extensivas que faz com o uso e abuso dos adubos, estariam faltando, donde a conveniência da adoção da política de produção dos sintéticos, produção em grande estilo, muito mais cara que a outra, a exigir equipes técnicas de alta qualificação e o emprêgo de capitais muito maiores que aquêles investidos na produção da matéria-prima natural. Dar-se-ia, então, uma inversão no problema. Porque iríamos entregar novamente a produção aos poderosos de tôdas as horas, dêsse modo passando os sintéticos a constituir um perigo à existência livre dos povos menos beneficiados pela técnica e pelos capitais financeiros. Sim, porque só êsses países estariam em condições de atuar, governando os mercados de produção e de consumo.

Acontece que as necessidades do mundo não diminuiram. Ao contrário, desenvolvem-se, aumentam. E se desenvolvem principalmente por que também cresce o padrão cultural dos povos e cresce grandemente a população do mundo, portanto as solicitações de mercadorias industrializadas.

Ora, se essas necessidades aumentam, como aumenta a população, é de ver-se que nem os sintéticos serão suficientes, nem farão a concorrência mortífera às matérias-primas naturais, como pressagiam as vozes agoirentas dos que se deixam impressionar fàcilmente pelo êxito invulgar, como obra de técnica avançada do século XX, é certo, daqueles mesmos sintéticos.

Num livro admirável, como grito de alarme, como advertência, como análise de nossa posição em face do que temos ao nosso dispor e utilisamos com tanto desamor ou tão desapiedadamente, La Planète au pillage, (1) Fairfield Osborn passou em revista a destruição da terra por efeito do superpovoamento e do uso indevido dela, assinalando a tendência que possuíamos para essa obra de destruição das fontes de vida. Examinando o problema no particular do continente africano, Jean Paul Harroy, com larga experiência no trato daquele mundo tropical, detalhou (2) o que vem sendo a degradação dos solos africanos. Seja pela ação dos próprios nativos, seja pelos europeus colonizadores, aquêles ignorantes do que estão fazendo e êstes indiferentes ao vandalismo a que se entregam, degradação que preocupa hoje os responsáveis pela existência dos imperios coloniais ali ainda existentes mas não logram provocar

⁽¹⁾ Paris, 1949.

⁽²⁾ Afrique terre qui meurt, Bruxelas, 1944.

as soluções que os homens de ciência, em reuniões realizadas, estudos feitos, já aconselharam e têm procurado executar. Operação velhissima, essa da destruição das fontes de vida, em nenhum momento atendemos às observações dos que existiram em todos os tempos e pediram um pouco de clemência para com a terra e seus elementos integrantes. No caso particular de Amazônia, para ficar logo em casa, será suficiente recordar que todo o processo de sua ocupação, a começar do século XVII, vem sendo realizado com a atuação nefasta do homem(3). Os portuguêses de Lisboa expediam ordens e mais ordens visando à defesa da natureza no seu potencial florestal e na sua riqueza animal. A legislação a respeito é abundante. Nunca, todavia, foi cumprida, obedecida. Como posteriormente, sob o Império e sob a República. Exemplifiquemos com os quelônios. Em quanto poderíamos avaliar as tartarugas na região no momento da chegada dos europeus? Nenhuma estimativa foi elaborada. Nenhuma avaliação foi feita. Considerada infindável pelo colono a "apanha" de tartaruga, que não servia apenas de base alimentar, mas igualmente em outros usos domésticos, inclusive o óleo para a fabricação de velas ou de condimento, apesar das instruções vindas do Reino para impedir a agarração e a matança impiedosa, essa agarração e essa matança se operaram, ininterrupta-Não foi interrompida depois da independência.(*) Silva Coutinho, que examinou o assunto com a serenidade de um homem de ciência, registrou algarismos impressionantes. Será suficiente êste só no ano de 1719, para as 192.000 libras de manteiga de tartaruga exportada pela Capitania de São José do Rio Negro, hoje Estado do Amazonas, foi necessário exterminar 24 milhões de tartarugas!!!

⁽³⁾ No tocante ao Brasil em geral, pode ser consultado o livro magnífico de Wanderbilt Duarte de Barros, A Erosão no Brasil, Rio, 1956. Sôbre a ação dos colonos portuguêses na Amazônia, desrespeitando a vontade expressa de Lisboa, cf. o ensaio de nossa autoria, intitulado A Política de Portugal no vale amazônico. Belém, 1940.

⁽⁴⁾ Cf. Silva Coutinho, na memória escrita a pedido de Emílio Goeldi, in Boletim do Museu Goeldi, tomo 4 Belém, 1906; José Veríssimo, A Pesca na Amazônia, Rio, 1895.

Na atualidade, a aquisição de uma tartaruga, em Belém ou Manaus, é operação cara, difícil. Por que elas não existem mais, não só naquelas proporções dos tempos coloniais, mas na medida das exigências de mercados normais, pequenos, como são os daquelas duas cidades. Custam fortunas e são escassas, escassíssimas. As garças, abundantes também na região, perseguidas sem cessar para a obtenção de plumas solicitadas pelos mercados de elegância da Europa, constituem outra espécie que vai rareando. O "galo da serra", que se escondia no alto rio Negro, é hoje pràticamente inexistente. Como vários outros espécimens da fauna selvagem regional, que desaparecem ante a fúria dos que os perseguem para o comércio lucrativo dos couros e peles (5). Ocorreu o mesmo com o pau-rosa na Guiana Francêsa.

A destruição das riquezas da terra, pelo seu uso irregular, sendo uma nociva constante no comportamento humano, apesar do progresso cultural que atingimos, progresso que não conhece teto no espaco nem medida no tempo, tem aumentado. reflexões dos homens de ciência e as medidas adotadas pelos governos não vêm sendo suficientes. Degradam-se os solos sem cessar. Desplantam-se regiões, levando ao desértico, provocando o despovoamento, criando a miséria. Nem por isso, no entanto, as matérias-primas vegetais e animais, como os minerais, vêm deixando de abastecer os mercados em ascenção permanente. Sua produção não cessa. Ao contrário, intensifica-se. O relatório intitulado Recursos para a liberdade, referindo-se, por exemplo, aos Estados Unidos nas suas imensas necessidades de consumo de matéria-prima, depois de 1959, chama-a de gigantesca... Esse consumo não se processa no mesmo nível em tôdas as nações. Os desequilíbrios são imensos; as distâncias, amplíssimas. Embora, aumentam as solicitações dos mercados, que impõem, dêsse modo, o aumento da produção. Como assinala J. Gottmanm, "o convite constante do consumo, sem ter, ainda de longe, atingido a quantidades que

⁽⁵⁾ O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia confiou ao Sr. Manoel Nunes Pereira uma investigação acêrca da caça e pésca na vida regional, inclusive no particular dos aspectos destrutivos por que vem sendo realizada essa atividade econômica.

satisfaçam a sêde atual do mundo, é entretanto impressionante." (6).

. .

Outra característica do século XX é o seu desenvolvimento demográfico verdadeiramente gigantesco. Em 1650, a populacão do mundo estava calculada em 450 milhões de indivíduos; em 1850, em 1.100 milhões; em 1900, em 1.595 milhões; em 1940, em 2.150 milhões. Segundo Landry(7), a Europa contribuía para êsse algarismo final com 530 milhões, a América com 271 milhões, a África com 153 milhões, a Oceania com 10 milhões e a Ásia, nela incluída a Insulíndia, com 1.185 milhões. Em 1956, na conformidade com as estatísticas da O.N.U, os algarismos já são os seguintes: Europa, 611 milhões; América, 366 milhões; África, 215 milhões; Oceania, 14 milhões; Ásia 1.480 milhões. Esta, em 1650, não passava dos 300 milhões, superando a Europa em 200 milhões. A grande concentração humana era, e continua sendo, uma constante asiática, constante profundamente perigosa pelo que podia e pode representar no ajuste de contas das velhas civilizações que ali se haviam desenvolvido e no decorrer de quinhentos a novecentos tinham experimentado um retrocesso de que era acusada a Europa dos descobrimentos geográficos e do colonialismo impenitente. Ademais, tais grupos humanos asiáticos se desenvolveram igualmente qualitativamente. A aspiração de ascenção cultural neles é hoje outra preocupação, como foi ontem a aspiração política de independência, por fim alcançada.

Para Jacqueline Beaujeu-Garnier, há, presentemente, uma média de 18 habitantes por quilômetro quadrado no conjunto do mundo.(*) Na África, todavia, como unidade, vivem, em cada quilômetro quadrado, apenas 6,7 habitantes; na América,

⁽⁶⁾ Les marchée des matières premières, pág. 31, Paris, 1957. Cf. também M. F. Tabah, La population du monde et les besoins en matière première, in Population n° de out. dez.º 1953.

⁽⁷⁾ Traité de Démographie, pág. 66, Paris, 1945.

⁽⁸⁾ Geographie de la Population, T. I.º, pág. 35, Paris, 1956.

8 e na Oceania, 2. Na Ásia, a situação altera-se profundamente — 50 habitantes. Em face do quadro tão sensacional, a pergunta natural é essa — por que o crescimento da população do mundo está alcançando êstes algarismos? As previsões alarmistas de Malthus estarão certas? Haverá alimentos e espaço para satisfazer dietas e acolher tôda essa multidão? Haverá necessidade de apelar-se para a política da limitação de nascimentos, ou apelar para as soluções violentas das guerras? O espaço terrestre será suficientemente grande para permitir que continue, sem alterações substanciais, o aumento demográfico?

A explicação tem desafiado os demógrafos e os outros estudiosos dos problemas da habitabilidade da terra. Para uns, o crescimento vertiginoso é uma consequência imediata das transformações conquistadas pelo homem com os progressos das ciências e das técnicas que criaram condições várias mais saudáveis para a espécie humana. Mais — das vitórias alcançadas sôbre as doenças, o que importaria na diminuição da mortalidade, no aumento da longevidade dos homens, no aumento da natalidade.(9) Para Josué de Castro, a explicação deve ser encontrada no estado de fome crônica que atormenta certos setores ou áreas da humanidade. Essa fôme crônica determinaria uma excitação da capacidade reprodutora dos homens, a exaltação das funções sexuais. E como justamente na Ásia, onde o estado de fome crônica e não de fome aguda, que seria aquela momentânea, episódica, que ao contrário forçaria a inapetência sexual, é uma realidade constatada através dos séculos, o acréscimo demográfico tem apresentado índices altíssimos, verdadeiramente espetaculares.(10)

O exame do comportamento humano, no que diz respeito ao seu aumento numérico, não se encerra, porém, com estas explicações ou na simples constatação do fato físico do crescimento. Porque se agrava diante das perspectivas de que não cesse o desenvolvimento demográfico. Mesmo que se conservem,

⁽⁹⁾ A bibliografia que procura explicar o fundamento da velocidade do crescimento populacional é imensa. Gaston Bouthoul é o autor do livro mais recente a respeito. Intitula-se La Superpopulation dans le monde, Paris, 1958.

⁽¹⁰⁾ Geopolitica da fome, Rio, 1951.

para o futuro, espaços livres, visando-se à localização das disponibilidades populacionais das regiões mais afetadas pelo desequilíbrio social e econômico.

Como assinala Castro Barreto — "Os dois bilhões e setecentos milhões de habitantes do planeta, atualmente aumentam de 80 mil por dia ou cêrca de 29 milhões por ano. Entre 1900 e 1950, a população mundial aumentou em 850 milhões e o ritmo dêsse crescimento tende a acelerar-se, esperando-se para 1980 mais 1 bilhão 174 milhões, isto é, mais 324 milhões neste curto período. Só a Índia contribui com 5 milhões anualmente para êsse crescimento. As previsões para o ano 2.000, no ritmo atual, dão mais 1 bilhão, o que vale dizer, dentro de 44 anos teremos 3.700 milhões de habitantes(11). No Congresso Mundial de População, reunido em 1954, as conclusões foram ainda mais alarmantes — em 1980, 3.600 milhões(12).

As perspectivas são, portanto, assustadoras. Porque não há qualquer esperança de que êsse ritmo de crescimento se interrompa. Dir-se-á que, exata a tese de Josué de Castro, a modificação do regime de vida alimentar das populações asiáticas, que são as mais alarmantes em desenvolvimento numérico, ou, como diz Castro Barreto, as que apresentam uma densidade *patológica*, poderia constituir uma contribuição expressivíssima para conter a corrida ou revolução demográfica, assegurando melhores dias à humanidade. Se já se fala em algarismos mais gritantes, mais alarmantes — para o ano 2.000 — 6 bilhões (18).

Como proceder? Como solucionar o problema? É preciso não ignorar que "A China, com a sua população crescendo com uma taxa anual de 2%, já atingindo 602 milhões (1953) ou seja um aumento anual de 10 a 12 milhões de habitantes, considera entretanto êsse crescimento demográfico perfeitamente aceitável ao mesmo tempo que eleva a condição do seu povo

^{(11) &}quot;A superpopulação da terra e suas perspectivas", in Revista Brasileira de Estatística, nº 68/70. pág. 18 Rio, 1957.

⁽¹²⁾ Cf. Martin Brugarola, S. J. El Drama de la población, pág. 78. Barcelona, 1958.

⁽¹³⁾ Cf. Lourival Fontes, Política, Petróleo e População, pág. 69 Rio, 1958.

com a nova orientação política unificando a nação, utilizando as riquezas naturais e evitando as fomes.

Entre 1881 e 1931, a população da Índia cresceu de 113 milhões ou seja numa ordem de grandeza de 10,6%; entre 1931 e 1941, aumentou de 56 milhões ou sejam 15%; na última década, de 1941 a 1951 o aumento foi de 43 milhões ou sejam 13,5%. Na situação atual, com a melhoria geral das condições, a tendência é para um percentual maior no crescimento".(14)

Não devemos esquecer, lembra ainda Castro Barreto, que "O contrôle da natalidade não é uma medida fàcilmente aplicável a qualquer população. São precisamente aquêles que se encontram sob maior pressão demográfica que oferecem maiores dificuldades para essa providência atenuadora dos seus sofrimentos. As populações asiáticas da Índia e da China, por motivos culturais e religiosos, desdenham o contrôle das dimensões da família que tanto as pouparia de tanto sofrimento e miséria e oferecem resistência à restrição do número de filhos. A proliferação inconsequente prossegue agravando cada ano a extensão do mal, crescendo na Índia, por exemplo, 5 milhões de habitantes por ano." (15)

Na China, a diminuição do potencial demográfico espera-se que possa ser alcançada através da política visando à limitação dos nascimentos. Nos primeiros momentos da fase marxista que vive aquêle país, essa limitação foi considerada. Imaginou-se que uma produção alimentar maior, a distribuição das terras e a industrialização bastassem como solução. A superpopulação parecia um problema apenas para os países capitalistas. Verificada a insuficiência daquelas medidas, o Govêrno de Pequim passou ao sistema das limitações, aceitando como verdade que a superpopulação não é problema próprio dos países capitalistas. (16)

Quanto à Índia, a política de limitações não tem encontrado eco. E melhorando as condições sanitárias, as perspec-

⁽¹⁴⁾ Castro Barreto, artigo cit. pág. 19.

⁽¹⁵⁾ Castro Barreto, art. cit. págs. 21/2.

⁽¹⁶⁾ Alfred Sauvy, La population de la Chine. Nouvelles donnés et nouvelle politique, in Population, n.º 4, Paris, 1957.

tivas são mais angustiantes. (17) O quadro indiano é, pois, mais dramático que o chinês. Além do espaço onde localizar os milhões de sêres que já não têm mais onde instalar-se, há, de outro lado, a situação grave do abastecimento alimentar. Já no exterior viviam 3.768.000 indianos. Será essa a solução? Esses 3.768.000 indianos representariam, porém, menos de um por cento da atual população da Índia, que é de 480 milhões, ou seja, 18% de população mundial. (18)

* *

A alimentação que vem sendo produzida não está sendo suficiente, nem quantitativa nem qualitativamente para o sustento dos grupos humanos que crescem na forma por que assinalamos páginas atrás. O estado de fome endêmica, consequentemente, assume caráter verdadeiramente perigoso à estabilidade social, pondo em graves riscos instituições e soberanias. Não há exagêro na conclusão. Os dados estatísticos que a F. A. O. vem publicando acêrca da matéria são ilustrativos acêrca dêsses aspectos gritantemente graves do problema. Por êles, verifica-se que há um tremendo desequilíbrio entre regiões, continentes, uns mais ou menos regularmente abastecidos. satisfeitos em suas necessidades, outros não dispondo de recursos para a obtenção de um mínimo ou não possuindo os recursos alimentares com que matar a fome de suas populações, seja a fome epidêmica, seja a fome chamada crônica ou endêmica. E a história ensina que em todos os tempos os que sofrem de fome não medem meios para obter alimentos, indo ao extremo dos pronunciamentos populacionais que podem por abaixo regimens e governantes.

A Europa, o Canadá e os Estados Unidos, a Austrália e a Nova Zelândia, segundo os quadros estatísticos e os inquéritos que se vêm realizando com certa frequência e rigorismo cien-

⁽¹⁷⁾ GILBERT ETIENNE — "La population de l'Inde. Perspectives demographiques et alimentaires", in *Population*, n° 4, Paris, 1957.

⁽¹⁸⁾ J. Beaujeu-Garnier, Geographie de la population, T. 2. pág. 364. Paris, 1958.

tífico, vivem uma vida de abastança. Não lhes faltam aquêles elementos nutritivos indispensáveis. Os Estados Unidos, como poucas nações do mundo, alcançaram, aliás, um grau de bem estar alimentício verdadeiramente sensacional. Na Europa, países como a Grã-Bretanha, Holanda, Dinamarca, Noruega e Suécia(19) possuem dietas alimentares que lhes garantem uma população em condições de realizar bem as suas tarefas diárias e produzir as riquezas essenciais ao país em ritmo normal, e muitas vêzes dinâmico. Já não sucede o mesmo, todavia, com os países da América ibérica, exceção da Argentina e do Uruguai. Pagam todos a sua quota de sacrifício, sem dispor do suficiente para atender às solicitações de suas populações que aumentam em ritmo bastante apreciável.(20)

No particular da Ásia e da África, a situação apresenta-se catastrófica. O crescimento da população ultrapassa tôdas as possibilidades de sustento, não havendo, em consequência, os alimentos essenciais ao equilíbrio dos habitantes.(21)

Segundo a informação de Marin Brugarola,(22) morrem presentemente de fome, no mundo, 30 a 40 milhões de pessoas. Entre 1948 e 1950, adianta o mesmo autor, as disponibilidades alimentícias por habitante não tinham alcançado o nível das disponibilidades anteriores ao conflito universal, com a agravante de que havia milhões de sêres carecendo de comida.

⁽¹⁹⁾ Isso não significa, porém, que nos Estados Unidos não haja regiões que padeçam do estado de fome. Essas regiões existem no chamado velho sul, isto é, aqueles trechos da grande nação que constituiram a mais antiga colonização, realizada na base da escravização do negro e de uma economia do tipo da que foi operada no Nordeste do Brasil. Na generalidade, todavia, a situação alimentar norteamericana é boa.

⁽²⁰⁾ Além do livro de Josué de Castro, há hoje abundante bibliografia a respeito das condições alimentares da América ibérica. De todos os países o mais afetado é a Bolívia, Cf. Pedro Escudero, El presente y el futuro del problema alimentario en Bolivia. Buenos Aires, 1947.

⁽²¹⁾ Cf. S. CHANDRASEKHAR, Pueblos hambrientos y tierras despobladas. Madrid, 1957; J. Beaujeu-Garnier, Geographie de la population, t. 2. Paris, 1958; Charles Robequain, Le Monde malais. Paris, 1946; Michel Cepede e Maurice Lengellé, Economie alimentaire du globo, Paris, 1953.

⁽²²⁾ El drama de la población, pág. 95.

Segundo cálculos recentes, divulgados por aquêle demógrafo espanhol, na Sulamérica o número de subalimentados compreendia mais de dois têrços da respectiva população. No Oriente, todavia, as condições eram ainda mais alarmantes, pois os subalimentados somavam 90% dos habitantes! Se 30% da humanidade consome 80% dos bens alimentícios, registrando-se, portanto, que os 70% restantes dispõem apenas de 20%, que lhes sobram.(23)

As técnicas agrícolas, nos Estados Unidos, no Canadá e na Austrália asseguraram àqueles países um padrão de producão alimentícia que explica a euforia que desfrutam. Já na Índia e na China, ocorrendo a circunstância da atividade agrícola permanecer submetida a processos rotineiros, e só agora experimentando transformações substanciais. Na China, principalmente, essa produção não alcança índices satisfatórios, explicando-se assim o desequilíbrio tremendo que ali ocorre. (24) Na África, só agora os governos colonialistas procuram enfrentar o problema, fazendo produzir alimentos em quantidades apreciáveis e que concorram para o alevantamento dos padrões de vida das populações aborígenes. É que ali aconteceu o que era fatal, dadas as políticas de imprevidência ou de exploração que caracterisaram a ocupação da África pelos europeus nos séculos passados, além da exportação de africanos nas condições de escravos -- o regime alimentar vigente fôra alterado profundamente. Introduziram-se espécies novas, modificando-se a dieta a que estavam habituadas as populações nativas. Com a modificação, alteraram-se substancialmente certas condições existenciais daquele continente o que comprometeu o crescimento da população.(25)

16 233

⁽²³⁾ Ob. Cit. pág. 99 e III.

⁽²⁴⁾ Sôbre a China, há que referir as alterações profundas que vem sofrendo e em tôrno às quais há um bom documentário nos estudos: de Georges Davidoff, De la medicine et de la securité sociale en Chine, e de Alfredo Sauvy "La population de la Chine. Nouvelles donnés et nouvelle politique", ambos em Population, n.º 4, Paris, 1957.

⁽²⁵⁾ A propósito, Pierre Gourou apresentou ao III.º Coloquium Luso-Brasileiro de Estudos, que reuniu em Lisboa em 1957, interessantíssima tese intitulada "Les plantes alimentaires americaines en Afrique tropicale; remarques geographiques", e em que examinou o problema,

Ora, apesar de todos os programas, todos os clamores, tôdas as críticas feitas, as sugestões apresentadas, nada de prático vem sendo realizado em grande estilo, no sentido de por têrmo ou mesmo minorar essa situação que aflige a humanidade. Quando dissemos no comêco que êsse estado de carência podia trazer como consequência profundas mudanças no equilíbrio social, não estavamos afirmando apressadamente. Em face dos algarismos que aqui enunciamos poderá chegar-se a outra conclusão? Alguém poderá duvidar que êsses povos famintos não se decidam a procurar o alimento de que carecem em outros pontos da terra, onde encontrem possibilidades em espaço e em produtividade da terra? E justamente êsses milhões de sêres não vivem nos trechos do mundo onde não há mais possibilidade de um palmo de terra por ocupar na tarefa de produzir alimentos? Os alimentos sintéticos serão suficientes? Resolverão o problema?

Chandrasekhar, ao estudar, com a autoridade que ninguém lhe nega, o que ocorre no mundo dos povos famintos e das terras despovoadas, após a análise penetrante e irrecusàvelmente exata do quadro alimentar e populacional da Índia, da China, do Japão, recordou que, crescendo a população mundial em cêrca de 20 a 22 milhões de pessoas por ano, não ocorria idêntico crescimento no tocante aos gêneros alimentícios. (26) É certo que será possível aceitar-se a tese de que a má distribuição, o baixo poder aquisitivo e a má produção constituem fatôres que não devem ser despresados ao equacionar-se o problema da fome. Sendo assim, tendo êles o pêso ponderável que muitos pretendem, então o problema perderá em muito a importância por que se está apresentando uma vez que sua solução estará no entendimento pacífico entre os povos abastados e os povos famintos, mudanças de técnicas de produção, financiamento por intermédio dos orgãos especializados internacionais, e uma rêde de distribuição mais perfeita que pro-

evidentemente como uma contribuição para investigação de maior tomo. A matéria vem sendo considerada por outros especialistas nos problemas africanos, como se pode verificar do capítulo pertinente da Geographie de la Population, 2.º vol, de Jacqueline Beaujeu-Garnier.

⁽²⁶⁾ Ob. cit.

ceda à entrega de alimentos de maneira a que ninguém mais possa afirmar que tem fome. O simplismo da tese, todavia, encontra resistência na experiência e na eloquência dos algarismos e dos fatos. Os entendimentos vem sendo processados. Nem por isso, o problema foi resolvido de maneira a lhe por fim à gravidade. E a solução que mais está despertando interêsse é aquela ligada ao aproveitamento das áreas onde o homem ainda não realizou a atividade criadora, portanto áreas que constituem verdadeiros convites à iniciativa, ao capital, às técnicas avançadas, à coragem e à decisão dos povos fortes e onde se espera que possa ser criada uma fonte de suprimento alimentar.

* *

A ocupação da terra foi feita pelo homem desordenadamente. Era natural que assim fôsse. Sem considerar o futuro e na ignorância de que estava trabalhando contra as gerações de amanhã, destruiu florestas, secou rios, removeu dificuldades criando problemas para amanhã. Em todos os continentes ocorreu essa maneira de agir desastrada e imprevidente. O pior, porém, é que, sem querer aprender a lição da experiência, prosseguiu na tarefa condenável, desatento a tudo e a tôdas as previsões dos que se alarmavam com a conduta criminosa, destruindo, com a sua teimosia, as esperancas e as possibilidades dos que deviam sucede-lo. Ao mesmo tempo que assim agia, crescia numèricamente numa proporção maior que aquela que seria aconselhável em face dos próprios recursos de que dispunha para trabalhar e para viver. O espaço sôbre que agiu aqui e ali começou, então, a tornar-se pequeno. As migrações pacíficas ou violentas que realizou não resolveram a situação que fôra criando. As técnicas aperfeiçoadas que começou a empregar também não contribuiram para a solução ideal nem para a solução definitiva. A terra continuou a ficar pequena. Por que nem tôda ela está em condições para receber os grupos humanos que desejem utilizá-la para a obtenção de alimentos ou para a exploração econômica de rendimento apreciável, que autorize o bem-estar ou mesmo a condição mínima de vida? Os limites da terra, limites da terra habitável, isto é, que possa ser trabalhada, são reais? (27) É essa hoje, aliás, uma das mais graves cogitações dos organismos internacionais, de governos, nacionais e de grupos que tomaram consciência da situação e procuram resolve-la dentro de programas executáveis.

É certo que há ainda vastas áreas do mundo que não receberam ocupação nem foram exploradas convenientemente. Constituem verdadeiros espaços abertos que representam convites aos povos capazes, àqueles excedentes populacionais que criam, em suas pátrias, problemas políticos dos mais sérios e desafiam a inteligência e as planificações pragmáticas de seus estadistas. O acesso a tais áreas será, porém, tão fácil que possam ser ocupadas sem que surjam incidentes ou produzam o rendimento necessário? Essas áreas desocupadas apresentam condições de habitabilidade? Permitirão que nelas se crie gado, haja lavouras de subsistência, exploração do subsólo, mobilização de braços na produção agrária, de alto valor econômico? O clima dessa área permitirá que povos de tôdas as latitudes vivam nelas com a sua capacidade de reprodução, com seu potencial de trabalho e em perfeito funcionamento? Sôbre tais espacos não haverá o exercício tranquilo e centenário de soberanias nacionais, que não lhes cederão o uso sem ajustes, muito seguros, sem imposições, sem medidas acauteladoras de seus interêsses, sem perda de seu império político? Em face de conceituação nova criada pelas exigências internacionais. decorrentes do crescimento social e da diminuição do espaço econômico, ainda vigorarão os princípios das soberanias nacionais?

Não resta mais dúvida de que o homem pode viver em qualquer trecho do mundo, com a sua capacidade de reprodução e seu potencial de trabalho em perfeito funcionamento. Aquelas teses da inaptabilidade de certas espécies humanas e determinados pedaços da terra não podem ser consideradas mais na categoria das conclusões científicas. O homem vive nos trópicos sêcos e úmidos, nas regiões mais frias, nas zonas temperadas. Adapta-se a tôdas elas. Vence em tôdas. Para

⁽²⁷⁾ Cf. F. Osborn, Los limites de la tierra, México, 1956.

isso progrediu e descobriu processos para sua adaptação, que lhe asseguraram o maior êxito.(28) O que não estará certo é o homem nórdico querer viver nos trópicos sêcos ou úmidos com os mesmos processos existenciais que adotou em sua terra de Terá que ceder aos imperativos mesológicos, condicionada sua existência a um certo número de regras que resultam do novo meio em que pretende realizar-se como unidade social ou como membro de uma coletividade. Nessa tarefa ou aventura de domínio que o homem exercita sôbre qualquer trecho do mundo onde pretenda instalar-se, o que deverá ser considerado mais vivamente será se essa terra está em condições de recebê-lo, apresentando aquelas condições mínimas. O progresso das técnicas, em matéria de tratamento de sólos, todavia, já não admite mais, também, que se afirme que estas ou aquelas terras são impróprias à vida humana. Tôdas elas podem ser empobrecidas, e êsse tem sido o mais intenso da ação humana, insistamos, como tôdas elas podem ser enriquecidas, recuperadas, tornadas capazes de reagir às solicitações que lhes façamos para que se tornem bôas, úteis, produtivas, amigas da espécie humana. Os adubos vegetais, animais ou minerais, as maneiras de tratar os solos, recompondo-se, zelando para que não se laterilisem, os reflorestamentos, os canais de irrigação, todo um vasto empreendimento científico está hoje ao dispor da humanidade para que ela vença tais dificuldades e possa possuir terras em porção bastante, pelo menos no século que estamos vivendo, para que sua existência descance um pouco das aflições que experimenta.

Quais serão, porém, êsses espaços abertos, isto é, que ainda não foram ocupados ou estão ocupados insatisfatòriamente, proporcionando um vasto campo para os excedentes populacionais? Essas áreas são encontradas na África central, na América do Sul, nas partes central e septentrional da América do Norte, na Austrália e em ilhas do Pacífico. São considerados países

⁽²⁸⁾ Cf. José de Paiva Boleo, As falsas noções acêrca das possibilidades das terras e das populações intertropicais, Bissau, 1950; Clima e Colonização, Lisboa, 1952; Determinismo antropogeográfico, Lisboa, 1936; Ellsworth Huntington, Civilización y clima. Madrid, 1942; Max Sorre, Fondements de la Géographie humaine, vol. 1.º Paris, 1947; Georges Hardy, Geographie & Colonisation, Paris, 1933.

vazios, isto é, cujas terras apresentam densidade demográfica baixíssima — a Nova Guiné holandesa, Papua, Nova Guiné australiana, Borneo, Austrália, América ibérica tropical, África tropical. Nesta, segundo Chandrasekhar, a densidade por quilômetro quadrado é de 4.5. Na América ibérica, aqui incluido o Brasil, 3,9. A Austrália, para exemplificar, com uma extensão de 7.704.000k2; tem presentemente população de apenas sete milhões, com a densidade de um habitante por quilômetro quadrado. Cêrca de 40 milhões de hectares de terras cultiváveis em têrmos de frequência de chuvas e de clima ameno estão ali situadas. Pois dêsses 40 milhões apenas 9 milhões foram utilizados. Dir-se-á que a Austrália é um continente que apresenta verdadeiros desertos, que assim tem permanecido à falta de condições de habitabilidade. Seus geógrafos, contestando a tese da possibilidade de tôdas as terras serem utilizadas pelo homem, tese que consideram um mito, alegam que êsses desertos são um desafio. Consequentemente, além daqueles 30 milhões ainda disponíveis nada mais haverá. na Austrália, que, assim, não deverá estar contida na relação dos chamados espaços abertos. Evidentemente, os geográfos australianos não atentam para os êxitos da ciência na sua emprêsa de vencer os solos, transformando-os, recuperando-os, vitalizando-os. Esquecem que os desertos estão sendo conquistados, vencidos. Tanto os desertos naturais como os que o homem criou com suas práticas criminosas. Os casos de Israel e do Saara são de nossos dias e estão ao nosso dispor para a observação do sucesso. Depois do que ali se realiza, poderemos falar em desertos impróprios à vida humana? (29) A Austrália. queiram ou não, é, pois, um espaço aberto. Um imenso espaço aberto. No particular da África, recordemos que sua extensão representa 23% das terras do mundo. Sua população, 7% da população do universo. É, pois, insista-se, um deserto. No quadro político, são apenas 7 os estados soberanos, permanecendo quase a totalidade do espaço em mãos das potências colonialistas.

⁽²⁹⁾ Cf. E. F. GAUTIER, Le Sahara, Paris, 1946; JEAN POUQUET, Les deserts, Paris, 1951; Andre Chouraqui, L'Etat d'Israel, Paris, 1955; Pierre Paraf, L'Etat d'Israel dans le monde, Paris, 1958.

Na Ásia, já não ocorre o mesmo. Mas suas populações, em especial na China e na Índia, não dispõem de terras para ocupar. Começam a movimentar-se, impacientes.(30)

Quanto à América ibérica, as áreas desérticas existem no Sul do continente. Nem mesmo a Argentina, para onde convergiu a multidão emigrante nos séculos XIX e princípios do XX, pode falar em que seu território já foi totalmente ocupado. O mundo amazônico, do Brasil, da Bolívia, do Peru, do Equador, da Colômbia e da Venezuela, num total de 6½ milhões de quilômetros quadrados êsse é, porém, o grande deserto. Como unidade continuada e de características uniformes, não há, em qualquer parte da terra, maior área desértica.

O mundo por ocupar não é, portanto, pequeno, como se supôs. Seus limites não são tão apertados. Seus recursos podem ser aumentados. O superpovoamento da terra não constitui não resta dúvida, consequentemente, um perigo à estabilidade social, ao equilíbrio das nações. Os territórios coloniais da África serão assim, só êles, um imenso ambiente acolhedor para os excessos demográficos do Oriente.

* *

Um dos assuntos cruciais dos tempos que estamos vivendo é, todavia, êsse da liberdade dos povos de côr, que não se comportam mais com aquela passividade do passado e reagem com violência para alcançar um novo status político. E com êsse desassossêgo, que atormenta as nações colonizadoras do Velho Mundo, começa a pôr-se fim ao chamado colonialismo para ingressar-se num mundo em que todos tenham o direito de dirigir-se, compondo-se políticamente, assegurando-se a condição soberana que os povos do Novo Mundo conseguiram atingir ainda em princípios do século XIX ou fins do século XVIII, como foi o caso dos Estados Unidos.

⁽³⁰⁾ A. D. C. Peterson, L'Extreme-Orient. Geographie Sociale, Paris, 1951; Bruno Deosker, Les peuples de l'Asie en mouvement. Paris, 1946.

A reação que se opera no campo colonialista, reação por todos os meios e modos, seja os de integração política, de valorização humana e econômica, seja as drásticas, das violências militares (31), haja visto o esfôrco francês, holandês, inglês, belga e espanhol, não vem, porém, produzindo os frutos esperados. A política exercida durante séculos, serena aqui, mais dramática ali, significou em muitos casos uma inversão de capitais, que representaram valorização material e espiritual, ou traduziram apenas a concupiscência dos que a executavam. Neste ou naquele caso, foi imposta uma presença extranha às culturas aborigenes, a que pretendeu substituir, desprezando-as, sem compreender que os "primitivos" sôbre que atuavam não podiam ser vencidos naquela sua condição existencial pela simples imposição de novos status de vida, status de vida que, em alguns momentos ou em algumas áreas, era nada mais nada menos que a escravização impiedosa. Escravização do tipo da que caracterizou os séculos XVI, XVII e XVIII, na África e nas Américas, ou da que se exerce pelo salário de fome e o trabalho forcado.

Já se deram balanços interessantes, muito copiosos, do que foi a obra de colonização dos povos ocidentais. Um dos mais claros é o de Mary Evelyn Thownsend, European Colonial Expansion since 1871, que nem por ser claro deixa de ser falho, pois ignora totalmente a participação de Portugal no Oriente e na África. (32) Cidades, estradas de ferro e de rodagem, portos marítimos e fluviais, aeroportos, serviços de saneamento, hospitais, canais, casas de ensino primário, secundário e superior, institutos de pesquisas, tudo a Europa realizou nos seus impérios, em maior ou menor escala. Há, evidentemente, um saldo favorável a êsses povos, no pêso de tal inventário. O que não se pode medir, porém, é a aceitação, por parte dos grupos colonizados, de todo êsse admirável acêrvo de contribuições ocidentais. Teriam, realmente, os povos colonizados

⁽³¹⁾ J. EHRHAND, Le destin du colonialisme. Paris, 1957; JUBERT DESCHAMPS, La fin des empires coloniaux, Paris, 1950.

⁽³²⁾ Com Thownsend, colaborou na feitura do livro, que foi editado nos Estados Unidos, Chicago, Filadelfia, New York, em 1941, o professor Cyrus Henderson Peake, especialista em assuntos chineses.

incorporado à sua natureza a contribuição a que nos referimos? Recebendo-a sem pedi-la, considerar-se-ão elevados, dignificados na sua condição de sêr humano, de membros de uma sociedade em mudança? E aqui é que começa o resultado negativo. Porque, do êxame que os sociólogos, os antropólogos, os psicólogos sociais ou economistas têm realizado nêstes últimos tempos, não está saindo uma nota favorável. Ao contrário, o que parece certo é o fracasso fragoroso de todo o esfôrco realizado com aquele objetivo mais alto. A reação dos colonizados não vem sendo simpática. Não se consideram beneficiados pela ação européia, que não conquistou simpatia. não obteve amizades. Daí os nacionalismos exaltados dos orientais e dos africanos, aqueles já possivelmente libertos da tutela européia e êstes marchando para um momento semelhante. No particular do Oriente, por exemplo, K. M. Parikkar, num inquérito interessantíssimo, mas nem sempre muito sereno, nem muito desapaixonado, apontou os aspectos negativos da presença europeia naqueles mundos de cultura diferente. (33) Reconheceu as transformações operadas por via da penetração européia, mas acentuou o que êle atribuiu como males do imperialismo exultante, um assalto às tradições e ao patrimônio cultural do Oriente, — uma conspiração da Europa contra a Ásia.

Quando, por isso tudo, se reuniram em Bandung os que lideravam a campanha da independência asiática e da africana e depois em Acra, Gana, a da libertação da África, o que se proclamou ali, foi, até certo ponto, uma negação àquelas possíveis contribuições que a Europa havia trazido, na violência de sua ação militar e mercantil ou na emprêsa imensa e cordial, fraterna, de seus missionários. Afirmando-se o fim do colonialismo, afirmou-se também um racismo anti-branco, anti-europeu, principalmente.

Quanto à África, a Europa, no entanto, no desespero de sobrevivência que todos sentem, ainda imagina que pode usa-la como complemento. Mantendo-a em suas mãos, e compondo uma unidade, a Euráfrica, o Velho Mundo pretende que a humanidade negra lhe continue a servir na produção de ma-

⁽³³⁾ L'Asie et la domination occidentale. Du XV siecle a nos jours, Paris, 1956.

téria-prima, essencial aos mercados europeus. (34) Sim, porque, a África, para certa ciência européia, não tem condições para industrializar-se. Ademais, seus sólos não permitem, também, pela destruição que vem sofrendo, de parte de suas populações autóctones ou de suas populações européias, a experiência agrícola em extensão, tudo indicando, como quer o professor Pierre Gourou, que deve permanecer como área subdesenvolvida, incapaz de atingir estado mais elevado no econômico e, conseqüentemente, no social. (35)

A Euráfrica passou, assim, a constituir, para o mundo europeu, a sua tábua de salvação nas idéias de manutenção do estágio colonialista. Perdida a Ásia, voltou-se para a África, sem cujos recursos não poderá manter seus níveis de vida altos, seu potencial financeiro, seu padrão cultural de tanta tradição e realmente de tanto conteúdo espiritual. E através de maciços investimentos capitalistas, realizados na base de programas e planos econômicos de valorização, que, inclusive, procuram dar certa dignidade às populações nativas, tenta um domínio menos duro, mais cordial, mas sempre visando, num apetite insofrido, a exploração da terra e do homem. As concessões políticas,

⁽³⁴⁾ A bibliografia pertinente é imensa. Citemos alguns livros recentes: Jaques Richard Molard, Problemes Humaines en Afrique Occidentale. Paris, 1958; Macel Capet, Traité d'economie tropicale, Les économies d' A. O. F. Paris, 1958; Charles Robequin, Les richesses de la France d'outre-mer. Paris, 1949; Jean Chardonnet, Une ouvre nécessaire: L'industrialisation de l'Afrique, Paris, 1956; Bernard Lavergone, Afrique du Nord et Afrique Noire. Paris, 1956; Mamadou Dia, L'Economie africaine. Paris, 1957; Ivan du Jonchat, L'industrialisation de l'Afrique, Paris, 1953; René Maunier et autres, Elements d'economie coloniale. Paris, 1943; E. L. Guernier L'Afrique, champ d'expansion de l'Europe, Paris, 1933; Anton Zischka, Afrique, complement de l'Europe, Paris, 1952; Marcelo Caetano, Os nativos na economia africana, Coimbra, 1954; Carlos Hermenegildo de Souza, A industrialização das colônias e os excedentes demográficos da metropole, Lisboa, 1945.

⁽³⁵⁾ Para Gourou, como recorda Jacqueline Beaujeu-Garnier no 2.º vol. de sua Geographie de la Population, pág. 167, a "África poderá ser uma boa ação; dificilmente um bom negócio econômico". A resposta seria dada através do grande inquérito realizado pelo Instituto Internacioal Africano, que reuniu as suas observações na obra coletiva publicada pela UNESCO, Aspects sociaux de l'industrialisation et de l'urbanisation en Afrique au sud du Sahara. Paris, 1956.

com que pretende aplainar dificuldades, constituindo também uma demonstração de confiança e a afirmação de um propósito de permanência dos europeus, tem encontrado pela frente, no entanto, a resistência dos povos colonizados os quais, em movimentos compactos, mesmos nos grupos tribais, reagem, numa disposição indisfarçável de que não estão dispostos a consentir na manutenção do sistema de dominação vigorante.

Ora, nesse esfôrço ingente, a Europa imagina ter na África não apenas o seu império político, que lhe permite ares de potencialidade, mas, fundamentalmente, a sua área complementar econômica. Interessa-lhe, portanto, não a humanidade nativa que ali vive, mas o espaço físico produtivo de matéria-prima para o parque industrial do Velho Mundo, ou onde empreender a formação de uma agricultura de tipo tropical que a arme para a competição com o Novo Mundo, libertando-a dos mercados americanos e assegurando-lhe a sobrevivência nos têrmos de vida que tem vivido. O chamado mercado comum europeu, para funcionar com êxito, impõe que, de seu mecanismo, participe o continente africano, trazendo-lhe o sem número de produtos essenciais(86). Será isso possível?

Os africanos, aspirando aos mesmos princípios de igualdade de que os povos americanos se valeram para alcançar
a sua independência de fins do século XVIII aos princípios de
XIX, usados como mão de obra e nunca dignificados como
organismos sociais, ou politisados por obra e graça de seus
dominados, estão cedendo às influências ideológicas estranhas,
que os vêm envenenando contra os senhores do Velho Mundo.
E se organizam e se atiram nos braços dos que lhes acenam
com a liberdade. A literatura que se escreve em nossos dias
sôbre o anticolonialismo, abundantíssima, dá-nos notícias fartas
do que são essas exteriorizações de sentimentos e para cuja
contenção as franquias políticas concedidas ou apenas acenadas
já não são bastantes. Tal literatura de informações, de crítica,
de análise exaltada ou de compreensão serena, corre ao lado
de outra que se escreve no próprio mundo colonial africano,

⁽³⁶⁾ Cf. A. Bezerra de Meneses, A Africa na era do petróleo, e José Garrido Tôrres, Porque um mercado regional latino-americano, ambos em Revista Brasileira de Política Internacional, n.º 2, Rio, 1958.

alertando-o e esclarecendo-o acêrca do que pode êle vir a valer, dos direitos que pode e deve defender(37). Há, assim, uma preparação intelectual, na própria África, a ganhar terreno e a fortificar-se com o nacionalismo que irradia do Egito e é propagado e orientado pela classe intelectual, formada nas universidades européias ou nos centros de ensino que a Europa criou aqui e ali.

Caberá aqui a pergunta — estarão os povos africanos, sejam os negros, sejam os mestiços descendentes dos colonizadores, ou ainda os muçulmanos, em condições espirituais para arcar com os onus da liberdade? Viverão, entre si, em entendimento harmônico? A condição de subdesenvolvidos, que se lhes atribui, como se atribui também às nações sul e centro americanas, não constitui uma resposta? Se não há condições de progresso econômico e social, como será possível considerar o progresso político? Evidentemente, a expressão subdesenvolvido foi inventada não por motivos científicos, técnicos, mas para servir a interêsses políticos das nações poderosas,

O que convém lembrar é que a discriminação racial, explorada pelos colonizadores, tem sido realmente, o elemento negativo, ou antes, retardativo, permitam o neologismo, mais impressionante, mais sério, porque impedindo o relacionamento pacífico entre os povos de côr. E sem êsse relacionamento pacífico não será possível a liberdade.

A ascenção dos povos de côr, apesar de tudo, está a processar-se. Como observou, num estudo magnífico, recente, André Gonçalves Pereira (38), nenhum impedimento sério pôde ainda ser manobrado para impedi-la. Ao contrário, tudo leva à sua exacerbação. E exacerbação que está conduzindo à realidade do pensamento de Alan Paton, quando, no romance que escreveu a propósito dessas questões, pôs na bôca de um

⁽³⁷⁾ Cf. Pierre Paraf, L'Ascencion des peuples noirs. Le reveil politique, social et culturel de l'Afrique au XXe siècle". Paris, 1958; P. Gheddo, Le réveil des peuples de couleur. Paris, 1957; Andre Gonçalves Pereira, Sôbre os Nacionalismos africanos, Lisboa, 1956; Centro de Ciências Políticas e Sociais, Enquête sur l'anticolonialisme. Lisboa, 1957; Adriano Moreira, Política ultramarina. Lisboa, 1956.

⁽³⁸⁾ Ob. cit. pág. 55.

sacerdote negro essa frase, só por si uma tremenda advertência — "O grande receio que eu tenho no coração é que quando um dia êles (os brancos) se voltarem para o amôr, verifiquem que nós (os negros) nos voltamos para o ódio". E não será positivamente isso que está sucedendo? Quando André Gonçalves nos lembra que "é necessário positivamente que o branco comece a amar e a agir, em conseqüência, antes que o negro começe a agir por seu lado", não estará o sociólogo português falando tardiamente? O ódio já não terá envenenado o coração do homem da África contra o homem da Europa, impedindo, dêsse modo, que se torne realidade a Euráfrica? (39)

A Euráfrica, como solução econômica-política para o Velho Mundo não parece, portanto, possível nas bases sonhadas por seus homens de govêrno e por seus homens de negócio. A África, como entidade, espaço físico e espaço econômico é, porém, um mundo em ser, ou aproveitar.

* *

A conclusão a que se chega, depois da leitura das páginas anteriores dêste capítulo, é que os parques industriais dos países altamente desenvolvidos carecem quantidade cada vez maiores de matérias-primas. Os sintéticos, contribuindo realmente para certo desafôgo, não são suficientes nem substituiram as matérias-primas vegetais, animais, de maneira a fazê-las desaparecer dos mercados de consumo, significando apenas uma complementação que não é, todavia, insista-se, bastante para satisfazer as exigencias das manufaturas.

⁽³⁹⁾ Num livro cheio de consciência, o colonialista português Manoel Dias Belchior estudou a maneira harmônica, cristã, por que deve ser realizado êsse entendimento com o negro. O livro intitula-se Compreendamos os negros. Lisboa 1951. Acêrca do tratamento que recebem os grupos nos territórios portuguêses, uma informação clara é a que consta do livro de J. M. DA SILVA CUNHA, O Trabalho indígena. Coimbra, 1953.

O crescimento demográfico, principalmente nas regiões chamadas pela ciência econômica, de subdesenvolvidas, assim identificadas por que não dispõem de progresso industrial, é impressionantemente grande. As medidas de contrôle da natalidade não têm produzido os frutos desejados. E certas partes do ecumeno aumentam suas populações de maneira perigosa para a própria estabilidade ou equilíbrio social.

Ocorre, porém, a circunstância de que enquanto essas populações crescem dêsse modo, há na África, na Oceânia e na Sulamérica espaços quase desérticos, espaços onde os homens ou não chegaram ainda no volume possível ou não se dispuseram a ocupa-los para as tarefas de criação de riquezas, espaços, conclua-se, partes integrantes de soberanias que não parecem dispostas a retirar-se fàcilmente.

Ao lado do crescimento daquelas populações, registra-se ainda mais grave o episódio da fome que envolve aquêles grupos, e está criando tremendas insatisfações, igualmente com repercursões sôbre a ordem social. A produção de alimentos é um imperativo a ser considerado por governos e pelas organizações internacionais, cujos inquéritos indicam o agravamento da situação. Continentes como a África e a Ásia sofrem as aflições consequentes a essa fome endêmica. A solução será a produção de alimentos em quantidade cada vez maiores, utilizando-se não apenas aquêles espaços já ocupados e onde não há mais quase possibilidades de localização de excedentes populacionais, que seriam mobilizados nessa tarefa econômica de alta envergadura e de sentido social, mas preferentemente as áreas desérticas.

As políticas colonialistas das potências europeias estão chegando ao fim. Perdido o Oriente, sentem que lhes escapa ao contrôle a própria África. O plano da Euráfrica, como anteriormente aquêle da Eurásia, não promete êxito. A África, como a Oceania e a Sulamérica possuem, para muitos, a solução daqueles problemas a que nos estamos referindo — matérias-primas abundantes, áreas desérticas que podem ser ocupadas e tornadas celeiros para pôr têrmo à fome universal.

Interessa-nos para a conclusão dêste livro e o objetivo por que foi escrito, a Sulamérica. Nela situa-se a Amazônia, de

que o Brasil detem a maior parte e o acésso fácil pela via atlântica. Será ela realmente aquêle mundo cobiçado, disputado, que poderá, constituir a grande solução para a humanidade?

Já vimos, através das páginas dêste ensaio, que essa cobiça começou no século XVI quando os inglêses, os holandêses e os franceses tentaram possuí-la. Os interêsses da humanidade foram sempre alegados pelos que pretenderam dominá-la. Os norte-americanos, quando procuraram forçar o Brasil à abertura do rio ao comércio internacional, falavam a linguagem dêsse interêsse coletivo. Seria criminoso manter fechadas as portas da imensa região, que já àqueles dias parecia compôr um campo amplo para a exploração capitalista. Ademais, o Brasil não dispunha de recursos para um empreendimento de vulto como seria o de transformar a Amazônia, no trecho que lhe pertência, de área, em estado de natureza, em área humanizada, isto é, utilizada em todo o potencial de que parecia dispôr.

Não pode haver dúvidas acêrca do que representa a Amazônia nas suas possibilidades em matérias-primas vegetais e animais, e porque não dizer também, minerais, em face do que vai sendo apurado. No tocante aos sólos, a dúvida decorre da generalização feita, porque se trata de solos tropicais, pela ciência europeia, de serem solos imprestáveis. A generalização não significa uma afirmação perigosa? Há alguma coisa absolutamente igual no mundo? Ademais, as técnicas e a ciência dos solos permitem que se continue a falar em terras perdidas? Quanto às dificuldades que poderia oferecer, em consequência do clima úmido e quente, das endemias que a assaltaram e lhe deram tanto descrédito, evidentemente estamos face a assertivas que não encontram amparo no rigorismo da constatação científica. As pesquisas dessa natureza só agora estão sendo realizadas pelas equipes libertas dos primarismos ideológicos e firmes no propósito de verificar a verdade. Aliás, clima e endemias são hoje temas de história e não mais podem ser considerados como embaraços ao homem na sua decisão de viver e de dominar o mundo em que vive. A luta contra a doença, na própria Amazônia, tem apresentado resultados impressionantes. E o clima não constitui realmente obstáculo a que a humanidade se instale aqui ou ali. As técnicas para a adaptação dos homens às regiões frigídas e às regiões quentes não admitem reservas. Asseguraram exitos indiscutíveis.

Dir-se-á que a população da Amazônia não vem apresentado o crescimento vegetativo ponderável (40). A taxa de mortalidade seria alta e explicaria o desgaste que sofre a sociedade local. Daí a sua condição de área desértica. Realmente, essa taxa foi alta. No período colonial, entre 1742 e 1749, epidemia de varíola sacrificou 40.000 vidas. A cabanagem, violento processo epidêmico político-social, imolou mais de 30.000, o que evidentemente representou desfalque substancial no desenvolvimento demográfico da região. As entradas de casais açorianos e de outros povoadores portuguêses, não importou numa presença de alta expressividade quantitativa. Já não ocorreu o mesmo com relação aos contingentes nordestinos que emigraram nos ciclos das sêcas ou atraídos pelo rush gomífero. Esses contingentes foram importantes e só em direção ao Acre somaram cêrca de cem mil indíviduos.

O povoamento da Amazônia não foi realizado com a contribuição do estrangeiro. Esse compareceu em parcelas muito diminutas. Não significou a parcela pequena que o rigor do meio fôsse o responsável. Não se sabe de estrangeiro, que tivesse sentido tais rigores e, em conseqüência, a nova da hostilidade regional houvesse provocado o desinterêsse ou o receio da vinda em massa como ocorreu na zona sul do país. As experiências com grupos estrangeiros representados por espanhóis, italianos, franceses, inglêses e norte-americanos não falharam por isso. Foram muito outras as razões. Indiquemos

⁽⁴⁰⁾ Acêrca de desenvolvimento vegetativo ou não dos aglomerados humanos na Amazônia, não se fêz ainda o estudo em grande estilo. Pierre Gourou aflorou a matéria, sugerindo o seu exame. Palma Muniz e Ernesto Cruz, êste por incumbência do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, carrearam materiais no referente ao Pará. Quanto ao Amazonas, a investigação, ainda por incumbência do INPA, êsteve a cargo do professor Júlio Benevides Uchoa, cuja monografia ainda não foi divulgada. A pedido da comissão que elaborou as primeiras indicações para o planejamento da valorização da Amazônia, Giorgio Mortara examinou as perspectivas do crescimento da população regional. E concluiu que, no decorrer de 20 anos, essa população, que êle considerava em têrmos da Amazônia tradicional e não da que foi idealizada pelo Parlamento Nacional, não passaria dos 3 milhões.

como principal aquela da dureza da atividade áspera demais, com certo ar de primitividade que a caracterizava no decorrer da aventura da borracha.

O povoamento da Amazônia se processou dentro de um planejamento como sucedeu com a colonização do sul, onde os estabelecimentos montados para receber os contingentes europeus foram selecionados, os grupos foram localizados sob as garantias e as atenções oficiais. Na Amazônia, os nordestinos chegaram para uma emprêsa que se caracterizava pelo aventureirismo. Eles significavam mão de obra necessária. Não havia o propósito de fazer funcionar um sistema de colonização visando demografica e políticamente o futuro. A mortalidade que ocorreu foi uma decorrência do movimento desordenado, da nenhuma preocupação de produzir alimentos, que eram importados, enlatados, nem sempre de acôrdo com o clima, do desinterêsse pelo bem-estar daquelas multidões, de que se esperava apenas o rendimento material de uma produção cada vez maior.

O crescimento demográfico lento, por isso mesmo pode ter permitido a impressão de que a região não seria capaz de permitir o estabelecimento progressivo de grandes levas de imigrantes ou de agasalhar uma população que lhe mudasse as condições existenciais primaríssimas que a mantem como a mais subdesenvolvida da pátria brasileira. Então, os perigos seriam infundados. E nada haveria que recear. A atitude de indiferença do pôder público, perfeitamente justificada, porque a Amazônia seria apenas um trecho de paisagem exótica, a interessar o turismo e a permitir os exageros da literatura sensacionalista a que tem dado motivos.

Ora, a grande verdade, é que o interêsse sôbre a Amazônia no exterior não se reduz a querer conhecê-la como espaço exótico ou de produção de alguma matéria-prima, complementar das que o Oriente e a África exportam. É um interêsse muito mais vivo, que esconde outros propósitos, propósitos políticos, a que é preciso dar a devida consideração, pois significam perigo e exigem uma política capaz de impedir que se transforme em realidade muito amarga para o Brasil. A Amazônia está sendo considerada como espaço aberto ideal:

a) para receber os excedentes populacionais das áreas que

padecem devido aquêles excessos; b) para produzir os alimentos de que carecem aquelas multidões fustigadas pela fome inclemente e mortífera; c) para produzir a matéria-prima vegetal, animal e mineral de que carecem os grandes parques industriais do mundo.

O problema da existência de várias soberanias, sôbre a região, não oferece embaraços, dada a tendência para desprezá-las tendo em vista os interêsses da humanidade, muito mais importantes que o instituto jurídico tido e havido já como ultrapassado, velho, sem sentido prático ou mesmo teórico. A internacionalização da Amazônia, não apenas a que nos pertence, mas tôda ela, inclusive, portanto, as que são partes integrantes da Bolívia, do Peru, do Equador, da Colômbia e da Venezuela. Por fim, dadas as circunstâncias graves que os nacionalismos exacerbados da África e do próprio Oriente estão criando, a partilha da Amazônia poderia ser objeto de cogitação para contentar as nações poderosas que mantêm em suas mãos, ainda hoje, os destinos do mundo, e não se conformam com as perdas que sofrem na própria carne.

Por ocasião da conferência da paz, findo o conflito de 1914/8, ainda há pouco recordava Gondim da Fonseca em seu livro sôbre o problema do petróleo, sugeria-se a internacionalização da Amazônia. A matéria estava verde. Não foi considerada ou não foi apoiada. Morreu como idéia ou propósito?

Entre 1941 e 1945, os anos da nova conflagração, de que o Brasil participou com soldados, marinheiros, aviadores, matériasprimas e bases para operações de guerra, a Amazônia foi chamada a contribuir com a sua borracha, fundamental para a vitória das nações unidas. Através dos acordos de Washington, obrigamo-nos ao fornecimento maciço de goma. Os seringais estavam em decadência. A produção decaíra à falta de mercados face aos nossos preços e a concorrência do Oriente. A recuperação foi realizada. Os norte-americanos trouxeram os seus técnicos, financiaram, ajudaram a sanear, adotaram mil providências, sempre com a presença brasileira, é certo, conseguindo o quase milagre de em pouco tempo disporem de recursos em borracha que muito contribuíram para as indústrias de guerra que funcionavam em sua pátria. No decorrer da

operação, verdadeiramente de envergadura, seus aviadores fizeram o levantamento aerofotogramétrico da região, ainda hoje o que há de melhor ou quase único a respeito. Seus técnicos procederam ao inquérito integral do que a região valia. Os relatórios que escreveram são copiosos e se guardam nos arquivos públicos de Washington. Como inventário, acredito que nada tenha sido elaborado, até hoje, com tanta extensão, profundidade e copiosidade. Na base dêles, um dos especialistas que estudaram a Amazônia, o geógrafo Edward C. Higbee, escreveu artigo para a Geographical Review, vol. XLI, n.º 3, julho de 1951, intitulado "O Homem e a Amazônia". Esse artigo foi traduzido e publicado no Boletim Geográfico, ano IX, n.º 101, referente a agôsto de 1951. Nêle há êstes períodos:

"Fatôres tanto físicos como sociais, variados e quase intermináveis, têm contribuído para retardar a economia da Amazônia, mas parece que o próprio homem tem criado os obstáculos mais formidáveis ao progresso, pela maneira deficiente pela qual êle organizou o espaço e utilizou o terreno e os recursos humanos. Seis países compartilham da Bacía Amazônica. Teòricamente esta subdivisão política de uma província fisiográfica pode ser considerada como favorécida ou cousa semelhante. Pràticamente, isto tem sido prejudicial para a própria região, mas de algum benefício duvidoso para os países interessados. Apesar de seu desenvolvimento retardado a Amazônia exporta mercadorias de maior valor do que as importadas e isso contribui mais em rendimentos para seus governos do que recebe em serviços públicos. Sob êste aspecto, isto é uma vantagem para os países que a possuem. No entanto, nenhum território amazônico tem a sua economia bem integrada na do país paterno. O Peru, é verdade, tem uma estrada terrestre ligando um tributário navegável do Amazonas com o centro econômico do país, entretanto o grosso do comércio entre Iquitos e Lima ainda passa através do canal de Paraná, e a maioria dos produtos comerciais do Oriente são exportados para países estrangeiros. Poder-se-ia, como suposição, afirmar que a Amazônia teria progredido mais se tôdas as terras mais fàcilmente acessíveis pelos seus rios fôssem consolidadas num Estado independente. Um regime independente com certeza teria o bem estar da região como sua

primeira responsabilidade e não seria nem embaraçado por barreiras artificiais de fronteiras nem reduzida, ao que é em efeito, a uma categoria colonial.

"A idéia de tal regime, que incidentalmente não aparece nos relatórios dos técnicos, salienta o fato que fôrças políticas e econômicas têm tanto, senão mais, que ver com o retardamento da evolução da Amazônia do que obstáculos naturais." (1).

E em comentário a propósito de dificuldades que os técnicos teriam encontrado ou observaram e lhes pareceram obstáculos para o desenvolvimento regional, diz — "Esta situação demonstra como a estupidez humana tem, talvez, mais que ver com a sufocação do progresso da Amazônia, do que os obstáculos da natureza." Isso foi escrito em 1951.

No ano de 1952, S. Chandrasekhar, bolsista da Fundação Nuffield, publicava em Londres um livro sensacional, intitulado Hungry people and empty lands que êle considerava um ensaio sôbre os problemas populacionais e tensões internacionais. E já foi publicado em edição espanhola sob a denominação de Pueblos hambrientos y tierras despobladas. O livro era realmente sensacional pelo que nêle se continha e não fôra elaborado por um escritor à cata de nomeada. Homem de ciência, sociólogo, universalmente famoso, fôra chamado, entre 1948 e 1949, a fim de dirigir, em Paris, para a UNESCO, a investigação demográfica que aquela instituição internacional realizava. O livro êle o escrevera como fruto de sua experiência no assunto e das sugestões e informações de outros "expertos" que trabalhavam ali. Sua bibliografia anterior, referindo-se sempre aos temas da demografia asiática, cobriam, principalmente, os aspectos do problema. Pois nesse livro, que vem alcançando tanta projeção, Chandrasekhar, depois de um balanco minucioso e sereno da situação demográfica do Oriente, examinou as possibilidades de uma solução, que seria efetuada com a ocupação de terras distantes, utilizadas em nome dos mais sagrados deveres de humanidade, uma vez que não lhe

⁽⁴¹⁾ Esse artigo provocou exaltado comentário do tenente-coronel de engenharia Geraldo Guimaraes Lindgren, sob o título "A Política Internacional e a Amazônia", publicado na Revista do Clube Militar.

parece que haja outro meio de solucionar a grande crise demográfica. Explica então: "A população da Ásia meridional e oriental que permaneceu estacionária durante séculos (datando de um período anterior à origem e à existência desta população) por causa de um enorme desgaste humano, começou a desbordar-se. Porém ainda que já não haja novos mundos que descobrir, conquistar ou colonizar, não se pode confina-la a seus atuais limites geográficos, enquanto ainda haja espaços vasios no mundo. A potencialidade desta população, nesta particular fase demográfica, é tal, que possivelmente não respeita o fato de que êstes territórios já tenham seus titulares proprietários"...

Noutro trecho, adiante — "E é tôda região (a asiática) a que constitui o atual foco de perigo demográfico, pois habitam nela povos em expansão, que lançam ansiosas miradas sôbre as zonas pouco ou nada povoadas". Esclarece que — "Não é, portanto, a pobreza absoluta a que mede o gráu da pressão demográfica como perigo para a paz, senão a extensão em que a população sente as suas necessidades, sua falta de recursos e a discriminação do que é objeto no que afeta o seu acesso aos recursos do mundo em seu conjunto".

O mais grave de seu pensamento está, no entanto, nestas palavras — "Em face desta situação sócio-econômico-demográfica geral, parece quase criminoso manterem certas terras de pouca população, não utilizadas por motivos políticos, raciais ou imperialistas. Onde se encontram estas terras e quais as suas possibilidades? E quais os obstáculos para o seu próprio desenvolvimento e utilização? Estas terras são, como já vimos, a Austrália, o Brasil, o Canadá e a Argentina".

E completando o pensamento, afirma, categórico: "Em um mundo desesperadamente superpovoado, a idéia da América hispânica conjura ante nós a recordação do vasto vale do Amazonas, uma região virtualmente despovoada, quase tão grande como os Estados Unidos"...(42).

⁽⁴²⁾ Obra. cit. pág. 79 da edição espanhola, feita em Madrid, por Aguilar, 1957.

Neste mesmo ano de 1952, circula, lançado pela editorial The Riverside Press, de Cambridge, Massachusetts, Estados Unidos, o livro The Great Frontier. Seu autor é o historiador Walter Prescott Webb, que se tornara famoso com a obra The Great Plains, em que fizera o estudo da expansão norteamericana nos grandes planaltos do centro-oeste. No livro de agora, passa em revista o problema da fronteira na história de seu país. Começa pelo conceito de fronteira, conceito norteamericano, examina a função da fronteira na modificação das instituições, falácia da fronteira, a dinamização da sociedade a ela ligada, influência no desenvolvimento das ciências, letras e artes. Todo, portanto, o vasto tema da fronteira como instituição e como empreendimento político-cultural, passa pelo exame do historiador.

Em duas partes de sua obra, no entanto, refere-se à Amazônia (43). A que propósito? Justamente como capítulo da grande emprêsa de civilização que é a elaboração da fronteira. Assinalando que há uma fronteira para os norte-americanos, em seu próprio território, o Alasca, para onde devem convergir os seus conacionais, lembra, logo a seguir, considerando um artigo de Hernane Tavares de Sá, divulgado no Saturday Evening Post, Sôbre "They're Bringing Hope to the Valley of Death", a existência do vale do Amazonas, que é capaz, esclarece baseado em Hernane, de receber centenas de milhões de pessoas. E ao concluir o livro, sugere que, com os recursos em dinheiro de que dispõem os Estados Unidos, o caminho seria, ao invés de aplicá-los na Europa e na Ásia, investi-los na África e na Amazônia, região brasileira, abrindo-as às iniciativas produtivas dos homens. A operação exigia uma solução humana e um grande equipamento técnico. A Amazônia, sedutora como lhe parece, não pode ser conquistada pelo homem desaparelhado.

Por fim, recordemos a contribuição de Robert Brittain, já referida no capítulo sôbre o Instituto da Hiléia. Porque, convém insistir, batendo a tecla de que uma região do tipo da Amazônia não pode ser tarefa dos Estados que a possuem políticamente, desarmados que se mostram em recursos sufi-

⁽⁴³⁾ Obr. cit. págs. 285 e 417.

cientes para uma obra de tamanho vulto, sugere a internacionalização. Sustenta-a, imaginando cândidamente que os interêsses da humanidade são muito mais importantes que os alegados títulos de soberania que o Brasil e os outros países detentores de espaços amazônicos possam apresentar. Para êle, a Amazônia é uma região rica, capaz de receber os excedentes demográficos e de produzir matéria-prima e alimentos em escala tal que possa satisfazer as angústias do mundo de hoje.

Chegamos ao fim dêste livro. Teremos conseguido provar que há um interêsse cobiçoso sôbre a Amazônia, interêsse que não parte dos demais trechos do Brasil, mas de fora, do estrangeiro, que vê nela uma parcela magnífica de um mundo que lhe pode vir a servir aos apetites e às necessidades econômicas e sociais?

Há no passado, seja o mais distante seja o mais próximo, uma série de fatos que não podem deixar de impressionar na prova que procuramos fazer da existência desse estado de espírito, dêsse desejo e dêsse propósito visível e que só os ingênuos ou os de má fé poderão contestar. Tudo quanto foi apresentado terá sido em vão? O que pretendemos indicar para que a consciência brasileira se alertasse e considerasse a Amazônia como um de seus problemas vitais teria sido indicado em pura perda?

O Brasil tem vivido como nação atlântica e algumas vêzes como nação platina. Nunca se realizou como nação amazônica. De vistas voltadas para um intercâmbio mercantil e cultural com a Europa, com os Estados Unidos, sua constante política internacional tem sido essa. Sob o Império e sob a República, não se ignorou como parte integrante do mundo platino. E mais de uma vez concebeu uma política de aproximação, de entendimento, de vinculação mais forte com as repúblicas que se organizaram ali e até onde chegamos desde o período colonial e onde permaneceremos não apenas através da tradição histórica, mas pela existência de uma série de interêsses ponderáveis que não foram jamais olvidados ou menosprezados. Como nação amazônica, o Brasil, apenas com o visconde do Uruguai e com Tavares Bastos, mediu, por alguns instantes, a significação de sua participação no concerto de uma comu-

nidade de países amazônicos, países que não nos amavam, antes desconfiavam de nós pelo que restara do passado colonial. Mediu, mas não foi além. Quando, já na República, recentemente, o Sr. Getúlio Vargas pretendeu, com a convocação de uma conferência de que participassem os nossos vizinhos amazônicos, que deveriam, em comunhão de interêsse, fixar os seus problemas e assentar diretrizes para uma política em comum, o eco de sua iniciativa foi admirável naqueles países("). Não se refletiu, no entanto, da mesma maneira entre nós. projeto foi abandonado sem que os homens públicos, os publicistas, os comentadores internacionais, enfim, os que deviam ter uma parcela mínima de responsabilidade e de interêsse no exame do assunto, tivessem tomado qualquer posição. Porque, na verdade, não se tratava de um sonho de estadista, mas de alguma coisa mais importante que devia merecer, além de mera observação, a decisão para o empreendimento, da mais ampla envergadura.

José Carlos de Macedo Soares, com a consciência da gravidade da situação, decidido a realizar no Itamarati uma retomada de contacto com a matéria, visando, inclusive, à restauração do prestígio da posição brasileira no concêrto sulamericano, pensou em têrmos de um Brasil amazônico. Preocupava-o, de certo seguro do que estaria ocorrendo nos bastidores da política internacional, a presença de nossa pátria na região, presença ameaçada pelo desperdício de recursos, pela indiferença da nação que, votando recursos, imaginava ter cumprido o seu dever(45). Mais, iludida pelo não aparecimento do

⁽⁴⁴⁾ A Conferência dos Estados Amazônicos foi idéia lançada em Manáus. Para avaliar-se de sua repercursão, que ainda não morreu nesses Estados, os quais de quando em vez solicitam ao Itamarati informações acêrca da possibilidade de sua realização, pode ler-se, para exemplificar, o que escreveu a propósito o internacionalista peruano Alberto Ulloa, em Posición Internacional del Perú. Lima, 1941.

⁽⁴⁵⁾ Referimo-nos ao que estabelece o artigo 199 das Disposições Transitórias da Constituição Federal, que manda fazer aquêle investimento através de um organismo federal, a SPVEA, recursos que o Congresso vota anualmente, não são pagos nem pela União nem pelos Estados beneficiarios, do mesmo modo por que o primeiro plano quinquenal, elaborado pelo instrumento técnico da SPVEA, a Comissão de Planejamento, até a presente data não foi examinado pelo Congresso,

noticiário sensacionalista que só se escrevera no decorrer dos debates à volta da criação e funcionamento do Instituto da Hiléia e pensando sempre numa Amazônia exótica, fonte eterna de matéira-prima para narradores, viajantes a busca do irreal, glória do país pela exuberância da floresta e a grandiosidade da bacia hidrográfica, não se dava contas de perigos que a rondavam e era preciso enfrentar com a decisão necessária. A Amazônia não seria mantida dentro do conjunto territorial e cultural do Brasil apenas por que houvesse contigentes militares vigiando a fronteira. Impunha-se a sua integração definitiva. Essa integração incluindo a integração das áreas não brasileiras às respectivas soberanias. E através de um entendimento das nações amazônicas, processando-se essa obra admirável que seria uma evidenciação universal da capacidade de consciência e de realização que a Sulamérica daria ao mundo. Macedo Soares, nos convênios que celebrou com as nações amazônicas, visou a todo êsse imenso plano. Um grupo de estudos objetivos, pragmáticos, que compreenderia o exame da vinculação econômica, social, cultural e sanitária, portanto de ampla política interamericana, foi por êle constituido. Esse grupo não chegou, porém, a ser instalado. A saída do embaixador da direção do Itamarati pos fim à iniciativa. Registrando-a, queremos indicar que, se um homem de estado. da estatura de Macedo Soares, o pacificador do continente na hora dramática dos entreversos Paraguai-Bolívia, pensava em têrmos de um Brasil amazônico para uma América mazônica, sua atitude resultaria de um sonho platônico ou de alguma realidade muito perigosa que era preciso vencer e dominar?

A Amazônia constitui, por decisão do Congresso Nacional, ao fixar a área em que seriam investidos anualmente três por

como determina a lei que regulou a matéria. A respeito da valorização, como idéia, propósito e realização, daremos, a seguir a êste, um outro livro, minucioso, que será uma prestação de contas de nossa administração como primeiro Superintendente, ao mesmo tempo que uma análise extensa do tema e da necessidade do cumprimento exato do que estipula a lei magna do país. Então, será o momento de propor o problema da Amazônia à luz da realidade brasileira, inclusive nos erros cometidos pela administração pública nacional, que não sabe, em matéria de tanta relevância, fugir às deleterias influências da política partidária que infelicita o país.

cento da renda tributária, quando a ampliou para incorporar aos benefícios da lei populações sub-desenvolvidas e espaços desérticos, dois têrços do Brasil. Dois têrços, atentem bem para êsses algarismos os nossos leitores: Pois êsses dois têrços da pátria permanecem em condições precaríssimas com apenas 3.500.000 habitantes. Os outros 56.500.000 do total da população do Brasil ocupam os restantes ¹/_s! Ora, êsse quadro negativo não é ignorado lá fóra. Daí o interêsse que se constata à volta de sua sorte, de seu aproveitamento. As pressões demográficas das pressões da fome, as pressões do interêsse econômico em tôrno das matérias-primas regionais, podem conduzir a soluções profundamente humilhantes para o Brasil. Os perigos que rondam a Amazônia entram pelos olhos da cara. Não afirmamos sem fundamento.











